

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

EUJACIO ROBERTO SILVEIRA

Construindo o Interesse Comum: A Trajetória Associativa dos Industriais Paulistas na ACSP, CIFT-SP e CIESP entre 1919-1929

Versão Corrigida

São Paulo

2023

Construindo o Interesse Comum: A Trajetória Associativa dos Industriais Paulistas na ACSP, CIFT-SP e CIESP entre 1919 e 1929

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História sob a orientação do Prof. Dr. Everaldo de Oliveira Andrade.

Versão Corrigida

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

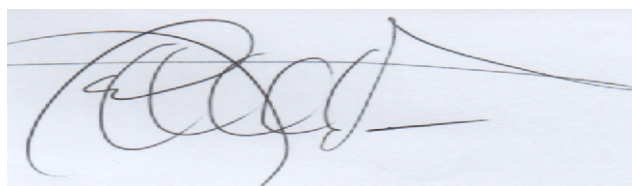
Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S86c	Silveira, Eujacio Roberto Construindo o Interesse Comum: A Trajetória associativa dos Industriais Paulistas na ACSP, CIFTSP e CIESP entre 1919-1929. / Eujacio Roberto Silveira; orientador Everaldo de Oliveira Andrade - São Paulo, 2023. 286 f. Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 1. Associação dos Industriais de São Paulo. 2. Industrialização de São Paulo. 3. Lutas Sociais. I. Andrade, Everaldo de Oliveira, orient. II. Título.
------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Anuência do (a) orientador (a)****Nome do (a) aluno (a):** Eujacio Roberto Silveira**Data da defesa:** 19 / 04 / 2023**Nome do Prof. (a) orientador (a):** EVERALDO DE OLIVEIRA ANDRADE

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 21/09/2023



PROF. DR. EVERALDO DE OLIVEIRA ANDRADE

SILVEIRA, Eujacio Roberto. *Construindo o Interesse Comum: A trajetória Associativa dos Industriais Paulistas na ACSP, CIFTSP e CIESP entre 1919 e 1929*, São Paulo, FFLCH/USP, 2023.

Tese Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História.

Aprovado em:

Banca examinadora:

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

São Paulo

2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Dr. Everaldo de Oliveira Andrade pela orientação da tese e apoio acadêmico. Quero agradecer especialmente aos professores (as) Francisco de Assis Queiroz, Angélica Lovatto, Lincoln Secco, Henrique Carneiro, Alvaro Bianchi e Alexandre Maccione Saes pelo incentivo a mim concedido. Aos professores Wilson do Nascimento Barbosa e Roberto Vital Anau pela gentileza de terem aceitado o convite para participar da banca de qualificação em dezembro 2019.

No longo percurso de pesquisa e elaboração da tese contei com o apoio e carinho de muitos funcionários de instituições públicas de pesquisa. Meus agradecimentos ao pessoal da Biblioteca e Hemeroteca Mário de Andrade, à bibliotecária Neiva Gonçalves de Oliveira do IFCH – Unicamp, Marcelo Chaves do Arquivo do Estado, Arquivo Edgar Leuenroth – Unicamp, ao pessoal da Biblioteca Florestan Fernandes – FFLCH da USP, atendentes da Biblioteca da FEA – USP e CEDEM – Unesp.

Aos meus familiares que acompanham essa longa jornada dificultada pelos obstáculos severos do Covid-19, das sérias enfermidades que tive de superar, encontrando força e solidariedade em uma rede de apoio mútuo. A memória desse período é traumática para todos nós que sofremos perdas familiares. Vimos uma grande parcela da população desassistida e com suas vidas ameaçadas pela maior autoridade pública do país, num arroubo de irresponsabilidade, arrogância anticientífica e disseminação de violências e crueldades. Assim, a sobrevivência deste trabalho, que se encaminha para finalização, se tornou ato de resistência à barbárie protofascista renunciada de 2018 a 2022, que causou o flagelo criminoso de 700 mil vidas no país. Recordei da angústia vivida por Walter Benjamin tentando escapar da máquina de guerra nazista, *“O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer”* (BENJAMIN, 1986, p.224). Walter tinha razão, derrotar a barbárie semeada na Alemanha nazista persevera a atos de coragem. Por hora, no Brasil, podemos respirar ares de esperança.

Superar a angústia deste período continua sendo um desafio de amor à vida e às pessoas queridas vitimadas pela pandemia: foram duas na minha família. Sou grato às

minhas irmãs Marinêde, Ruth Léia e Mavione, aos meus queridos filhos Yan Carlo, Chiara e minha afilhada Isadora Piccoli; e a generosidade e amor de Marilene Piccoli.

Finalmente, agradeço a colaboração, solidariedade e afeto de uma carinhosa rede de amigos e colaboradores: Jullyana Luporini de Souza, Erik Ticonelli Gomes, Yuri Martins de Oliveira, Flavio de Tavares de Lyra Jr., Silvia Miskulin, Davi Cavalcante, Nívia Leão, Marcelo Othon, Olegário Júnior, Jenifer Souza, Carmen Ortiz, Márcio Alves, Patrícia Nakayama, Regina de Oliveira, Ivana Mescalu, José Roberto Góes, José Carlos Silveira, Zilda Moretti, Dirce Piccoli, André Nobre, Taciana Sales Oliveira, Edson Gomide, Lino Rodrigues, Simone Carravetta, Fábio Tura, Tamires Vasconcelos, Ana e Vera Cotrim, Euler Novaes, Aldo Cordeiro Sauda, Fátima Biachi, Tania Marossi, Marcelo Ridenti, Lucas Magalhães, Natália Nunes, Luiza Assis, Euler Novaes, Ana Leibrunder. Ao Dani, Cacalos, Thalita, Cláudia, Luana, Anita, Fernanda, Feder e a Poly.

RESUMO

SILVEIRA, Eujacio Roberto. *Construindo o Interesse Comum*, A Trajetória Associativa dos Industriais Paulistas na ACSP, CIFT e CIESP entre 1919 e 1929, Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História, Universidade de São Paulo, 2023.

Nosso objetivo, no presente trabalho, foi pesquisar aspectos da trajetória associativa da fração industrial da burguesia paulista na agitada década de 1920. A pesquisa busca compreender o caráter político de classe da formação das três principais entidades patronais desse período: a Associação Comercial de São Paulo – ACSP; o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de São Paulo – CIFTSP; e do Centro Industrial do Estado de São Paulo – CIESP. Nossa principal hipótese é de que a coesão e identidade constituída pela fração indústria na última década da Primeira República resultou dos agudos enfrentamentos entre o capital e o trabalho. A expansão da indústria paulista na década de 1920 ampliou a importância social do operariado fabril em São Paulo, que havia atingido 150 mil pessoas em 1928. As severas regras de exploração capitalista da força de trabalho se converteram numa fratura aberta nas relações de classe. A luta por direitos a salários dignos, organização e direitos sociais impeliram os industriais a transformar sua associação de classe em verdadeiros organismos políticos de resistência, cuja ação se dava no espaço fabril e no parlamento. Aliados da burguesia agroexportadora, os industriais paulistas construíram um programa seu baseado na defesa ideológica do industrialismo como suporte para organização da sociedade inspirada em preceitos politécnicos.

Palavras-chave: associação, industriais, capital, operariado, luta, organização.

ABSTRACT

Our objective, in the present work, was to research the aspects of the associative trajectory of São Paulo bourgeoisie's industrial fraction during the agitated 1920s. The research seeks to understand the political class nature of the formation of the three main employer entities of this period: the Commercial Association of São Paulo – ACSP; São Paulo Spinning and Weaving Industrial Center – CIFTSP; and the Industrial Center of São Paulo State – CIESP. Our main hypothesis is that the cohesion and identity constituted by the industry fraction in the last decade of the First Republic resulted from the sharp confrontations between capital and work. The expansion of São Paulo industry in the 1920s increased the social importance of the industrial working class in the city, which had reached 150,000 people in 1928. The severe rules of capitalist exploitation of the workforce became an open fracture in class relations. The struggle for the right to decent living wages, organization, and social rights impelled the industrialists to transform their class association into true political resistance bodies, whose action took place in the factory space and in parliament. Allied with the agro-export bourgeoisie, São Paulo's industrialists built their program based on the ideological defense of industrialism as a support for the organization of a society inspired by polytechnic precepts.

Keywords: association, industrialists, capital, working class, fight, organization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. CAPITALISMO DEPENDENTE E IMPERIALISMO	16
1.1. Capital Monopolista e Imperialismo	18
1.2. Economia Dependente: Livre-Comércio ou Trocas Desiguais?	28
1.3. Teoria da Dependência e Crítica do ‘Dualismo’	33
1.4. Subserviência da Burguesia Local e Atraso Sociocultural	41
1.5. As Antinomias do Capitalismo Dependente Brasileiro	50
1.6. Café e Indústria na Economia de São Paulo	58
2. OS INDUSTRIAIS E A ASSOCIAÇÃO DE CLASSE: PROTAGONISMO POLÍTICO	68
2.1. A Organização Associativa dos Industriais: em defesa do interesse comum	70
2.2. A Defesa do Industrialismo: uma meta ideológica	75
2.3. Proteção à Indústria: combater o livre mercado	84
2.4. São Paulo na década de 1920: desembarque do capital norte-americano.....	88
2.5. “Liberdade ao Trabalho, Liberdade à Indústria”: a defesa da livre Iniciativa.....	104
2.6. Os <i>lockouts</i> nas Indústrias: a dupla tática patronal	110
3. O CARÁTER ASSOCIATIVO DOS INDUSTRIAIS PAULISTAS.....	114
3.1. A Organização dos Industriais: a ACSP e o CIFT-SP	119
3.2. A Mediação da ACSP na greve da Cia. Paulista de Estradas de Ferro de 1906.....	122
3.3. A mobilização da ACSP em defesa das “classes conservadoras”	130
3.4. A ACSP e a Revolta de 1924 em São Paulo.....	146
4. LUTA DE CLASSES E CONTROLE DE FORÇA DE TRABALHO	163
4.1. O CIFT-SP e o controle operário: o comando autoritário de Pupo Nogueira	170
4.2. Os industriais e a força de trabalho operária: a questão dos salários	179
4.3. As duas faces da mesma moeda: a ideologia antioperária dos Industriais.....	187
5. A FUNDAÇÃO DO CIESP EM 1928: O SALTO ORGANIZATIVO DOS INDUSTRIAIS.....	203
5.1. Fatores ligados à fundação do CIESP: contradições da fração industrial	204
5.2. A indústria paulista no final da década de 1920: crescimento e diversidade	209
5.3. Apogeu da indústria paulista em 1928: base material da criação do CIESP	216
5.4. O CIESP como projeto político de classe da fração industrial.....	226
5.5. O CIESP e a questão do menor: o mecanismo de controle social	238
6. CONCLUSÃO	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	

INTRODUÇÃO

O tema da organização associativa do empresariado industrial nunca esteve na moda. Os estudos existentes talvez não correspondam a 10% daqueles que abordam a temática do movimento operário ou da industrialização de São Paulo. Este trabalho é uma contribuição ao tema que enfoca a organização associativa da fração industrial da burguesia de São Paulo na década de 1920; abordando-o como um fenômeno social e político e econômico. O objeto da pesquisa é a evolução do caráter associativo dos industriais na esfera da luta de classes do capital e trabalho.

Em nossa dissertação de mestrado, a pesquisa focou os impactos imediatos da Greve Geral de 1917 na organização da fração industrial da burguesia. A greve foi analisada sob a perspectiva da força que o movimento representou naquele momento. A ação coletiva dos industriais de 1917 a 1920 se baseou em pesquisas de fontes primárias da imprensa tradicional e operária. No doutorado, o escopo da pesquisa foi expandido para novas fontes que pudessem sinalizar com maior riqueza a ação política do empresariado industrial através de suas associações de classe.

A partir da análise da atuação político-associativa dos industriais, através de fontes documentais das associações patronais e do apoio historiográfico da Primeira República, constatou-se uma intensa atividade política exercida pelos representantes do capital industrial organizados enquanto fração de classe da burguesia. Nossa hipótese parte das seguintes questões: i.) em que medida o operariado enquanto sujeito social determinou o êxito do projeto associativo da fração industrial da burguesia paulista? ii.) Sendo o protecionismo condição para o exercício da racionalidade capitalista industrial interna, fortalecia-se a consciência segundo a qual o problema da indústria era político? iii.) A organização dos industriais, antes de 1919, dispôs um caráter esporádico e intermitente, vindo a ganhar estrutura e estabilidade a partir de 1928?

A nossa hipótese para esse fenômeno organizativo de classe passa pelas relações construídas a partir do compartilhamento de práticas políticas típicas do patronato agrário. O patronato industrial tinha uma postura social explicitamente 'reacionária', idêntica em todo o país, não havendo distinção entre industriais de São Paulo, do Rio de Janeiro ou do Rio Grande do Sul, na medida em que estavam estreitamente vinculados às decisões políticas das oligarquias estaduais, condição que dificultou a construção de um pensamento unificado em termos nacionais. Desse modo, inexistia antes da década de

1920 uma burguesia industrial, enraizada em escala nacional e constituída politicamente de forma autônoma. E, em certo sentido, se mostrou efetiva superando deficiências político-organizativas no decorrer da década seguinte fortalecendo seus vínculos associativos e de maior coesão de classe.

Parte-se do pressuposto que as atitudes e comportamentos em relação à necessidade de compatibilizar interesses, ou traduzir o interesse comum a partir de interesses específicos, são desafios à criação de uma associação de classe não somente de caráter sindical, como também político. A nossa análise histórica converge para o processo segundo o qual os quadros orgânicos do empresariado industrial asseguraram que suas entidades assumissem um papel político-ideológico na esfera pública. No campo interno, assumem a defesa dos objetivos comuns da categoria, oferecendo préstimos nas áreas jurídicas, logística e tributária, dentre outras. O objetivo era atrair grupos mais críticos à hegemonia do grande capital associado de pequenos e médios representantes da indústria.

O salto organizativo que a fração industrial alcançou durante a década de 1920 possibilitou maior efetividade na defesa de seus interesses de classe, num curto período turbulento de pós-guerra, revoluções e depressão da economia capitalista mundial, como nos eventos que impactaram decisivamente a história do século XX: o fim da Primeira Guerra Mundial (1918), a Revolução Russa de 1917 e a *debacle* da bolsa de valores de Nova York em 1929. O recorte histórico deste trabalho se concentra entre 1919 e 1929, período histórico singular para compreensão inicial do processo de organização associativa dos industriais paulistas, no contexto hegemônico do capitalismo monopolista.

O conflito beligerante na Europa que terminou em 1918 retraiu o comércio mundial entre as nações, mas impactou positivamente a expansão da indústria brasileira, especialmente a indústria de São Paulo, que, nas três primeiras décadas do século XX, registrou seu melhor resultado produtivo em 1928. Porém, a crise aberta em 1929 interrompeu temporariamente a fase de crescimento, a produção só volta a crescer em 1932, quando se aproxima dos níveis produtivos pré-crise. Embora a década de 1920 tenha presenciado relativa estagnação da produção, foi um período de aumento significativo da capacidade produtiva da indústria paulista. A economia de São Paulo chegava em 1929 como a mais forte do país, devido ao papel de destaque do setor primário agroexportador.

Na periferia do capitalismo, a corrida em direção aos avanços tecnológicos a exemplo das sociedades modernas, bem como pelos mais altos padrões de consumo seduziram segmentos da burguesia agrário-urbana. O primeiro dado a considerar é a natureza periférica, dependente do desenvolvimento industrial do Brasil, com características estabelecidas pelo processo econômico que vigora fora dos limites da economia nacional. Isto é, “para compreender a evolução do ciclo de industrialização do Brasil, é necessário compreender que se trata de uma economia dependente expansiva e não de um país não industrial que se industrializa” (DOWBOR, 1982, p. 127). Pois, é a dependência que delimita a existência de uma polarização entre os conceitos de modernização e desenvolvimento. Embora ambos sejam sinônimos de crescimento econômico, cabe assinalar que a modernização é uma assimilação do processo tecnológico por meio de padrões de consumo e não pelo processo produtivo, enquanto o desenvolvimento nacional, de acordo com Celso Furtado, exigiria a incorporação de toda população aos benefícios do excedente.

Contudo, não havia “vontade política” efetiva das classes dominantes brasileiras para beneficiar o conjunto da sociedade com excedentes gerados pela riqueza econômica, pelo contrário, o que se viu foi uma preocupação no sentido da concentração de renda, como forma de modernizar apenas uma parcela da sociedade. Alimentando um círculo vicioso que resultava na ausência de condições políticas internas para romper com estruturas do atraso (apud SAES, 2010, p. 15). Como bem expressou Maria da Conceição Tavares: “Cada onda de modernidade é pau no lombo do povo”, quer dizer, das classes subalternas¹.

¹ Na acepção de Eric Hobsbawn ao polemizar com E. P Thompson a cerca do “senso de superioridade condescendente”, ou seja, uma visão etnocêntrica ainda comum nos países modernos. Hobsbawn critica a posição de Thompson que chamou de “enorme condescendência” para com os povos subalternos e atrasados mundo a fora. Para Hobsbawn, “apesar disso, permanece o fato de que a dinâmica da maior parte da história do mundo no Breve Século XX é derivada, não original”. Para autor, “as elites” das sociedades não burguesas se voltaram insistentemente em imitar o modelo de sociedade em que o Ocidente foi pioneiro, ou daquelas sociedades que geram progresso, bem como a forma de poder e cultura da riqueza, como paradigma do desenvolvimento técnico e científico. E conclui que não havia outro modelo operacional fora da variante capitalista ou socialista, que é chamado por ele de “ocidentalização” ou “modernização” (HOBSBAWN, 2008). As consequências culturais desta imitação dependente são discutidas no primeiro capítulo. Mas na São Paulo da década de 1930, próximo daquilo que disse Hobsbawn, a Revolução Constitucionalista de 1932, nas palavras de José de Souza Martins, “criou uma versão modernizada de se sentimento regional, uma identidade acima das diferenças”. Para Martins, o caipira deixara de simbolizar o referencial e mítico das primeiras décadas do século XX. Agora era o oposto, “difuso e pós-moderno ser fora de seu tempo, não porque referido ao passado, mas porque referido a um futuro imaginário” (MARTINS, 2011). A ideia segundo a qual elevou São Paulo à condição de locomotiva da Federação, é parte constitutiva do mito que representa bem o ufanismo apoteótico da elite paulista, sujeitos do padrão de consumo definido por Furtado e agente da desigualdade provocada pela concentração de renda.

Apesar de acalentar pretensões hegemônicas em disputas fracionais que os aproximavam do bloco de poder de Estado, cujo peso do Partido Republicano Paulista era o fiel da balança das disputas, a fração industrial paulista se mobilizou para tornar viável os seus projetos em disputas com os demais setores da burguesia. Tendo em vista que as tensões de classe se avolumaram devido ao crescimento da atividade econômica industrial, crescimento este, que provocou substancial aumento no número de trabalhadores empregados na indústria paulista. Ora, por maior que fossem as divergências dos empresários industriais de São Paulo com o bloco de poder hegemônico, tendo à frente a burguesia agroexportadora, a fração industrial efetivamente se beneficiava da ordem estável mantida pelas oligarquias agrárias, que monopolizavam o ato de fazer a política no Brasil. Desse ponto de vista, não havia interesse nem disposição dos porta-vozes da fração do grande capital industrial confrontar seus pares agrários, quando os riscos eram maiores do que os benefícios. Por outro lado, o consenso existente entre os diversos segmentos burgueses na exclusão das classes subalternas do jogo político não se alterou, mesmo depois dos anos de 1930 (FASSONI, 2003, p. 133).

Em 1920 o Censo Industrial apontava a existência de cerca de 84.000 operários fabris em São Paulo, após oito anos, em 1928, esse contingente beirava os 150.000 o que representava um aumento de quase 80%. A liberdade de trabalho defendida pelo patronato paulista significava o controle das relações de trabalho mediadas pelo aparato repressivo cedido pelo Estado, oferecendo resistência às entidades sindicais e associações de bairro operárias. E no campo institucional parlamentar instituíram-se em agentes políticos que, através de seus quadros intelectuais orgânicos, construíram sólidas pontes com os representantes do Poder Legislativo, dispondo-se politicamente a influenciar decisões que viessem favorecer socialmente os trabalhadores. Os protestos vieram das principais entidades de classe que representavam os industriais.

Desde a criação do Departamento Nacional do Trabalho – DET, em 1918, que embora criado não foi efetivo, o surgimento de um órgão público que interferisse nas relações de trabalho causou alvoroço no meio industrial. O Centro Industrial do Brasil liderou os protestos junto ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e contou com o apoio da Associação Comercial de São Paulo e do Rio de Janeiro. Os industriais temiam, como eles próprios alegaram, que a efetividade do DET agitasse o operariado, tudo indica que a memória da greve geral de 1917 deixava aflita as hostes da burguesia. Mas a perturbação da fração industrial tinha uma motivação adicional e extraordinária do ponto de vista internacional, a Revolução Russa em curso. O fantasma da revolução social

na reivindicação dos trabalhadores acionava o alerta vermelho nas relações do capital e trabalho. Cabe lembrar que uma parcela significativa do operariado até 1920 era de origem estrangeira, especialmente italianos, espanhóis e portugueses. E muitos deles já haviam adquirido alguma experiência de classe nos países de origem.

Portanto, todo cuidado era pouco. Sobretudo devido ao aprendizado organizativo adquirido pelo movimento operário no pós-guerra. Uma das vitórias de maior expressão do operariado nessa época, foi a refundação da Federação Operária de São Paulo, que decorre da Greve Geral de 1917, onde retomava “o tipo de organização que fincava suas raízes na história do movimento operário de São Paulo” (BIONDI; TOLEDO, 2018, p. 38).

As ponderações de Boris Fausto e José de Souza Martins, segundo as quais a classe operária aqui não possuía “uma densa consciência social e política”, e “se encontrava órfã de um partido propriamente de esquerda que convertesse suas reivindicações populares ao plano revolucionário” (MARTINS, 2011, p. 80). Por sua vez, Fausto chamava a atenção para o demasiado peso historiográfico dispensado às formas sindicais ou partidárias de organização do operariado. Para o autor, “tornava-se difícil compreender e mais ainda prever movimentos sociais em um país caracterizado pela baixa representatividade de sindicatos e partidos, e por longos períodos repressivos sem conhecer a organização molecular das fábricas” (FAUSTO, 1988, p. 7). Os dois autores, em trabalhos e tempos diferentes, teceram duras críticas a uma visão “militante” da questão operária. O anarcossindicalismo e o anarcocomunismo tiveram um papel importante no processo de formação da classe operária, são frequentemente vistos como radicais com pouca influência sobre a massa de trabalhadores que não estavam politicamente engajados. Ou seja, foi superdimensionado por uma historiografia notadamente de esquerda².

Contudo, por mais que tenham sido severamente enjaulados, expulsos de seus países, assassinados em campos de concentração ou socados em porões de cargueiros, há um significativo material elaborado pelos Centros Industriais (CIB, CIFT-SP, CIESP e FIESP) que revelam exatamente o contrário pela presença de circulares, relatórios internos, artigos na imprensa etc. A força dos propósitos sindicais dos dirigentes anarquistas impulsionados pelo método de luta da ‘*ação direta*’ converteu-se na fonte de

² Os estudos a seguir ajudam a entender o alcance do potencial da ação direta dos anarquistas em São Paulo: (MARAM, 1979), (HARDMAN, 1982), (CAMPOS, 1988), (LOPREATTO, 2000), (TOLEDO, 2004), (LEUENROTH, 2007), ou mesmo o clássico trabalho de (DULLES, 1973).

ataque predileta da fração industrial da burguesia e seus agentes. Assim, o *modus operandi* organizativo dos industriais de São Paulo está intrinsecamente vinculado ao exercício de classe do operariado organizado ou espontâneo³. A localização dos bairros operários próximos às fábricas e interligados por vias férreas ou bondes da Light, formava um contingente humano com identidade própria. Além dos sindicatos, as Ligas Operárias se espalhavam por todos os bairros de concentração proletária: Belenzinho, Mooca, Brás, Cambuci, Bom Retiro, Lapa, Água Branca⁴. As Ligas ou sindicatos também estiveram presentes em polos fabris do interior: Sorocaba, São Roque, Ribeirão Pires (onde se instalou a maior fábrica de cimento do país, a inglesa Portland) e Cotia (BIONDI; TOLEDO, 2018, p. 61).

Por mais válido que seja o argumento da deficiência organizativa do operariado fabril, no período de 1919 a 1929, sua mobilização por demandas políticas e sociais, conscientes ou não, foi suficiente para aprofundar o temor da burguesia com as disputas de classe.

Os industriais temiam a organização do operariado e sua conseqüente polarização social em defesa da superação do modo de produção capitalista através da revolução social. O fantasma da revolução bolchevique iguala-se a um retrato aterrorizante do ponto de vista da luta de classes. A fundação do Partido Comunista do Brasil em 1922 revigorou esse sentimento. O PCB entrou na disputa da consciência do movimento operário no auge da produtividade industrial de São Paulo, em 1928. Um ano antes, em 1927, é criado o Bloco Operário, uma frente político-eleitoral liderada pelo PCB para disputar as eleições daquele ano. A conjuntura do final da década mudara drasticamente; e o quadro político-social e econômico estava agitado e o projeto de revolução em disputa: PCB, BOC, PD, PRP (DE DECCA, 1981, p. 106).

³ Para Gramsci, “Pode se dizer [...] que o elemento da espontaneidade é característico da ‘história das classes subalternas’, aliás, dos elementos mais marginais e periféricos destas classes, que não alcançaram a consciência de classe ‘para si’ e que, por isso, sequer suspeitam que sua história possa ter alguma importância e que tenha algum valor deixar traços documentais dela” (apud MATTOS, 2019). O revolucionário italiano atualiza a discussão sobre o potencial do proletariado urbano – em aliança com demais setores explorados pelo desenvolvimento desigual no capitalismo – como sujeito histórico transformador. Em São Paulo, durante a entre 1919 e 1929, essa questão esteve colocada nas lutas diretas ou indiretas por uma cidadania que passava pela conquista de direitos sociais. Ver (CARVALHO, 2018).

⁴ Na Revolução de 1924 em São Paulo, o governo Bernardes temia que a revolta contasse com a adesão operária, bairros operários foram duramente castigados pelos canhões, artilharia e bombardeios aéreos. Aliás, o primeiro desse gênero à uma cidade: Belenzinho, Mooca e o Brás. Algumas fábricas ficaram destruídas, a exemplo, do Cotonifício Crespi, na Mooca. As “classes conservadores paulistas” protestaram em vão, Bernardes só não destruiu a cidade porque os militares revoltosos deixaram a cidade em 28/7/1924, rumando para o interior do estado (COHEN, 2007); (MARTINS, 2011).

O movimento operário se convertera num importante ativo social e político em questão. Descontentes na Associação Comercial de São Paulo, os representantes do grande capital industrial tomam a decisão de formar o seu próprio órgão associativo, o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – CIESP. Mera coincidência com o emblemático ano de 1928? Não, havia muita eletricidade no ar e Getúlio Vargas, apoiado pelo Partido Democrático – PD (um racha da burguesia agroexportadora paulista) e militares, tirou melhor proveito desse agitado período de crise derrubando o Presidente Washington Luís, removendo do poder de Estado o núcleo hegemônico da burguesia paulista representada pelo Partido Republicano Paulistas – PRP. Em 1930, Apesar de ser um setor social com um peso na economia muito inferior ao setor agroexportador, a fração industrial possuía uma dimensão que lhe possibilitava expressar seus interesses na esfera governamental

A formação de líderes orgânicos da fração industrial (Jorge Street, Roberto Simonsen, Horácio Lafer, Matarazzo, Pupo Nogueira e outros), a difusão de uma “ideologia industrialista baseada no protecionismo, nacionalismo”, além de um ativismo associativo antioperário, atestam a prova de que a organização das indústrias havia se convertido numa fração autônoma e não em um mero apêndice da economia agroexportadora (PERESSINOTTO, 1994, p. 157). Uma vez que, além de ser uma força que objetivamente marcava sua presença na realidade nacional, o empresariado industrial acumulou experiência de classe, e ao adquirir consciência de seus interesses procurou organizá-los (BIANCHI, 2001, p. 35).

O impacto das ações coletivas patronais sobre as demandas sociais do operariado fabril ao longo da década de 1920, moldaram a forma política de enfrentar e obstruir as tentativas de fazer vigorar uma legislação social favorável ao trabalhador. Embora houvesse certa concordância da necessidade de leis destinadas à melhoria das condições de vida do trabalhador fabril, os limites impostos pelos industriais indicavam que tais iniciativas deviam partir dos próprios empresários, conhecedores do cotidiano da fábrica. A interferência do poder público nas relações de capital e trabalho foi definida por Pupo Nogueira como um tipo de “socialismo de Estado”, portanto, difícil de aceitar. Retardar esse processo e controlar a força de trabalho correspondia ao principal objetivo de todo capitalista, manter suas taxas de lucro com a exploração do trabalho e reproduzi-las na medida que sua concorrência permitisse.

A metodologia empregada na presente tese se baseou na pesquisa e análise de fontes primárias das associações industriais de São Paulo: circulares internas, relatórios

de diretoria, boletins oficiais, correspondência oficial etc. Uma segunda frente documental foram os Censos industriais elaborados, a partir de 1928, pelo Secretária da Agricultura, Indústria e Comércio de São Paulo – setor de estatísticas industriais. A terceira frente de pesquisa se fez na imprensa da época, principalmente no *O Estado de São Paulo*, e jornal *O Combate* e o *Diário de São Paulo*. O apoio e diálogo historiográfico das ciências humanas cumpriu um papel fundamental devido às limitações impostas pela pandemia de COVID-19. Muitas referências documentais utilizadas aqui vieram do esforço de outros pesquisadores em tempos diferentes. Uma das premissas básicas do materialismo histórico é que, “a luta secular entre as classes resolve-se em última instância no nível político da sociedade – e não no nível econômico ou cultural” (ANDERSON, 1985, p. 11). O nosso percurso teórico nesse trabalho situa-se no campo do materialismo histórico.

A presente tese está dividida em duas partes. A Parte I, composta pelo primeiro capítulo, aborda a evolução do capitalismo na sua etapa imperialista caracterizado por Rosa Luxemburgo como uma forma específica de acumulação do capital. Busca compreender as disputas interimperialista nos limites impostos pelo capitalismo monopolista que integra a periferia do sistema ao seu círculo de dominação. A teoria da dependência é revisitada como crítica à visão dual cepalina em contraposição ao pensamento da Escola da Teoria da Dependência que interpreta, em sua essência, a dependência como um projeto de *subdesenvolvimento* na cadeia de expansão do capital monopolista e de mudanças nas relações centro-periferia em que são criados vínculos de subserviência com as burguesias locais, sócias menores do capital internacional monopolista, além de alguns aspectos da economia industrial e suas implicações com a economia agroexportadora do café.

A Parte II do trabalho, núcleo central da tese, está estruturado em quatro capítulos, voltados para uma visão geral e específica da trajetória associativa dos industriais de São Paulo, dialogando com a economia industrial em relação ao seu crescimento, pontos de crise e adensamento da população operária em São Paulo. O capítulo 2 trata a questão associativa como um fenômeno político de classe. O sentimento de burguesia existia na medida que se autodenominavam como membros das ‘classes conservadoras’. Assim, o convívio entre os ‘capitais particulares’ em um mesmo ambiente de tomada de decisões políticas teve seu lado prático definido pelo equilíbrio de interesses.

O capítulo 3 foi dedicado a mostrar aspectos políticos e organizativos na trajetória da ACSP sob dois aspectos: sua influência local e nacional. Foi acrescido no decorrer da

pesquisa das fontes primárias, o tópico da movimentação da ACSP na Revolução de 1924. No capítulo 4, procuramos entrar na atuação do CIFT-SP, a referência de organismo de classe mais eficiente criada pelos industriais. Acompanhamos a astúcia político-organizativo do ‘Maquiavel’ dos industriais, Otavio Pupo Nogueira. Ainda, apresentamos um quadro organizativo do empresariado que não mediu esforços para sufocar a resistência dos sindicatos operários, concebendo eficazes instrumentos de controle sobre a força de trabalho dentro e fora das fábricas.

Por sua vez, o capítulo 5 é dedicado à criação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – CIESP. Os fatores ligados à sua fundação num momento de auge da produção industrial de São Paulo. Um projeto político com alcance superior aos anteriores. A luta contra os direitos trabalhistas é vista pela resistência ao Código de Menores, numa intensa campanha associativa sobre o legislativo federal.

1. CAPITALISMO DEPENDENTE E IMPERIALISMO

Neste primeiro capítulo apresentamos um pequeno estudo preliminar sobre a noção de imperialismo e a questão do dependente capitalismo latino-americano, além de um tópico sobre a relação entre café e indústria. A estrutura apresentada corresponde à premência de entender as tendências gerais do capitalismo, em base ao referencial teórico de autores que desenvolveram análises no campo do marxismo: Hilferding, Rosa Luxemburgo e Lenin. Nossa maior preocupação foi estabelecer os traços principais do capitalismo do início do século XX, buscando entender a dinâmica do capital monopolista como expressão direta de transformações que resultaram em um tipo de acumulação concentrada do capital. Por conseguinte, a difusão internacional do capital como fruto da criação de um mercado mundial é um dos principais aspectos do caráter espoliativo do imperialismo, que na visão de Lenin, representa a etapa superior do capitalismo. Assim, a nossa preocupação nesse capítulo foi contextualizar a pesquisa nos marcos gerais das relações capitalistas nas três primeiras décadas do século XX.

O surgimento das sociedades anônimas e sua crescente subordinação aos bancos (no caso da Alemanha) induziram, segundo Hilferding, à proliferação de formas associativas entre empresas cujo grau varia muito, indo desde aquelas em que as empresas conservam formalmente a sua autonomia, até a fusão plena. Para ele, o capital financeiro é a uniformização do capital industrial, bancário, e em certa medida, comercial. Os grandes monopólios capitalistas buscavam na acumulação de excedentes de capitais fazer investimentos nos países de economias agrário-mercantis. Esses empréstimos geravam grandes lucros, maior acumulação e concentração de capitais pelas potências econômicas. Endossando transferências da parcela mais substancial do excedente econômico produzido pela força de trabalho dos países que compõem o elo dependente do capitalismo mundial aos países que constituíam o núcleo mais forte do capitalismo.

Na condição de nações agrárias exportadoras, os países latino-americanos se viram num dilema que os projetava em relações econômicas absolutamente dependentes, cujo controle era (e é) exercido através de mecanismos institucionais forjados pelas nações imperialistas, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o atuante Banco

Mundial, que surgiram após a II Guerra Mundial. É neste contexto que a CEPAL⁵ será criada, ou seja, num ambiente de total dependência da América Latina ao capital hegemônico americano e europeu. Do ponto de vista da CEPAL, as economias periféricas estavam em profunda desvantagem com relação aos países centrais do capitalismo, o que gerava à deterioração dos termos de trocas de seus produtos com baixo valor agregado. Essa desvantagem apoiava-se em uma perspectiva histórica de atraso, de arcaísmos etc.

Mas esse problema tinha solução e passava pelo processo de industrialização por substituição de importações, que permitiria à periferia atingir o paraíso do desenvolvimento e se equiparar às grandes nações avançadas. Esse dualismo foi criticado por alguns autores. Neste capítulo, nos apoiamos em André Gunder Frank e Francisco de Oliveira como expoentes críticos do modelo dualista formulado pela CEPAL. Igualmente na crítica de Florestan Fernandes acerca do tipo de capitalismo dependente implantado no Brasil, o qual redundou numa burguesia de caráter *autocrática* e excludente, expressa no modelo de liberalismo econômico adotado ao longo do século XIX, e defendido nas relações de trabalho pela fração industrial dessa mesma burguesia⁶. Para Florestan, a consolidação de uma economia de mercado, a universalização do trabalho assalariado e a expansão da ordem social burguesa baseada na competitividade constituíram a gênese que impulsionou a revolução burguesa no Brasil. Processo ainda inconcluso ou deformado, mostra que o sentido da evolução histórica brasileira revelou a ideia de arcaização do moderno e a modernização do arcaico como traço básico da formação social do Brasil. Assim, em perspectiva histórica, a dialética dos avanços e retrocessos da sociedade brasileira se mesclam em camadas com tempos e sentidos diversos, onde o passado parece não só múltiplo, diversificado, mas extremamente presente.⁷

No último tópico do primeiro capítulo (ainda em construção), pretendemos focar na formação do patronato industrial como fração da burguesia de São Paulo, procurando apontar as linhas gerais do processo de industrialização de São Paulo nos marcos da economia cafeeira e da dependência do capital externo, sobretudo o capital inglês.

⁵ A CEPAL foi criada no final dos anos de 1940 e início dos anos de 1950, como organismo da ONU. Tinha como principal objetivo diagnosticar os problemas relacionados ao atraso econômico e social latino-americano, elaborando políticas de melhorias socioeconômicas.

⁶ A posição liberal levou a melhor na letra da carta magna de 1891. Ver: (ALONSO; ESPADA, 2017).

⁷ Essa perspectiva da visão histórica do Brasil tem suas matrizes, principalmente, em Caio Prado Jr, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Francisco de Oliveira. Para Ianni, “O Brasil Moderno parece um caleidoscópio de muitas épocas, formas de vida e trabalho, modos de ser e pensar”. (IANNI, 1996). Em linhas gerais, o poder do atraso condiciona as conquistas do presente.

Contexto no qual surge um pensamento industrialista afinado, num primeiro momento, com a necessidade de atendimento às demandas de maquinário para a lavoura, mas que evoluiu para a defesa da indústria como símbolo do progresso social de um Brasil urbano. As atividades fabris em São Paulo cresceram com o processo de urbanização da capital e de outras cidades do estado - a instalação de redes ferroviárias, iluminação elétrica, transporte público etc. Assim, abordaremos o processo de industrialização centrado em São Paulo e em suas bases de pensamento industrialista, apontando as características principais da formação desse empresariado industrial, caracterizado por uma forte e influente presença imigrante.

1.1. Capital Monopolista e Imperialismo

Nesta seção procuramos apresentar as características gerais do imperialismo enquanto produto das transformações do sistema capitalista. A intensificação do processo de concentração e centralização do capital, o surgimento dos monopólios e a expansão das atividades financeiras expandidas para o exterior, tais como investimentos externos voltados para regiões de economias tipicamente agrícolas, figuram como elementos distintivos característicos dessa época. A conjuntura que se abre na Europa no último quartel do século XIX e início do século XX foi crucial para a consolidação do imperialismo, vista por Lenin como a etapa específica do capitalismo. Trata-se, portanto, de ressaltar os traços principais do imperialismo apoiando-se em três autores que se inspiraram no método de *O Capital* para estudá-lo: Hilferding, Rosa de Luxemburgo e Lenin.

Marx, ao analisar o capitalismo mais avançado de sua época, declarou às populações que viviam em sociedades mais frágeis ou menos desenvolvidas: *‘De te fabula narratur’*, grosso modo, "é tua a história contada". Mais adiante completa, "o país mais desenvolvido industrialmente apenas revela ao menos desenvolvido a imagem do seu próprio futuro" (Apud BARAN, SWEEZY, 1974, p.21)⁸.

Os economistas Paul Baran e Sweezy lamentaram que Marx não tenha ampliado o seu modelo teórico "tanto os segmentos desenvolvidos do mundo capitalista como os subdesenvolvidos". Elemento que teve, segundo eles, "o efeito infeliz de focalizar a atenção, demasiado e exclusivamente, sobre os países capitalistas desenvolvidos" (apud

⁸ As duas citações fazem parte, segundo Paul Sweezy, do prefácio da 1ª edição alemã de *O Capital*.

BARAN, SWEEZY, 1974, p.16). Mas não foi assim que outros estudiosos da obra de Marx enxergaram esse debate. Afinal, Marx se preocupou ou não com as novas transformações que o capitalismo vinha sofrendo? Na introdução de *O Capital*⁹, o historiador Jacob Gorender se debruçou em torno desta questão, contudo, não demonstrou partilhar do viés interpretativo de Baran e Sweezy de que Marx, por não ter vivido o suficiente, não teria podido estudar os efeitos da exploração do capitalismo inglês e de alguns países da Europa e América do Norte sobre o conseqüente subdesenvolvimento dos países que compõe o elo fraco do capitalismo, ou da “grande parte do resto do mundo”, como querem.

A reprodução do capital e tendência para sua acumulação implicam em uma crescente concentração dos meios de produção pertencentes a cada capitalista. Tal tendência revela uma outra, a do aumento do número de capitais operando de forma autônoma, seja pela fragmentação de capitais concentrados que ocorre na partilha de riquezas, ou pela inversão de partes daquele capital em outras empresas. Todavia, conforme Marx:

Essa dispersão do capital global da sociedade em muitos capitais individuais ou repulsão recíproca entre suas frações é oposta por sua atração. Esta já não é concentração simples, idêntica à acumulação, de meios de produção e de comando sobre o trabalho. É concentração de capitais já constituídos, supressão de sua autonomia individual, expropriação de capitalista por capitalista, transformação de muitos capitais menores em poucos capitais maiores. Esse processo distingue do primeiro porque pressupõe apenas divisão alterada dos capitais já existentes e em funcionamento, seu campo de ação não estando, portanto, limitado pelo crescimento absoluto da riqueza social ou pelos limites absolutos da acumulação. O capital expande aqui numa mão, até atingir grandes massas, porque acolá ele é perdido por muitas mãos (MARX, 1985, p.187).

Com relação a centralização do capital, tal como apresenta Marx, devem ser feitos alguns comentários. Em primeiro lugar, é concebida não apenas como possibilidade para evolução futura do sistema capitalista, mas efetivamente como processo plenamente atuante já à época em que escreveu *O Capital*. Havendo, portanto, “força de atração recíproca dos capitais individuais e a tendência à centralização são mais fortes do que qualquer ocasião anterior” (MARX, 1985, p.188). Num segundo momento, ele assinala o limite teórico para o qual o processo de centralização pode convergir, ou seja, a situação de *monopólio*, tanto num segmento específico da produção, quanto na sociedade considerada como um todo, vejamos:

⁹ Essa edição foi publicada em 1983 pela Abril Cultural, com tradução de Flávio R. Kothe e Regis Barbosa. Sob coordenação de Paul Singer e apresentação de Jacob Gorender.

Em dado ramo de negócios, a centralização teria alcançado seu limite último se todos os capitais aí invertidos fossem fundidos num só capital individual. Em dada sociedade, esse limite seria alcançado no instante em que o capital global da sociedade estivesse reunido na mão seja de um único capitalista, seja de uma única sociedade de capitalistas (MARX, 1985, p.188).

As inferências de Marx sobre os efeitos da centralização do capital colocam a perspectiva de transformação constante do processo produtivo associado à ampliação dessa escala. Numa nota escrita por Engels à 4ª edição de *O Capital*, de 1890, ele enfatiza que: “Os mais recentes *trusts* ingleses e americanos já se voltam para esse objetivo, procurando reunir ao menos todas grandes empresas de um ramo de negócios em uma grande sociedade por ações, tendo, na prática, o monopólio” (ENGELS, apud MARX, 1985, p.188, nota 77b).

Na apresentação de *O Capital*, Jacob Gorender tratou desta questão, sua interpretação procurou situar o problema de uma outra forma, para ele existe sim inferências de Marx sobre o *modus operandi* do capitalismo em sua fase imperialista, está relacionado com o fenômeno de queda da taxa de lucros, que segundo Adam Smith, provinha da concorrência entre os capitais cada vez mais acumulados. Segundo Gorender, a “concorrência impelia os salários para cima e induzia a queda da taxa de lucros. Para além do simplismo de Adam Smith, Marx pensou em outros fatores que contribuíram para atenuar ou bloquear temporariamente a queda da taxa de lucro. Um deles, conforme Gorender, é o “comércio exterior, que permite obter bens de produção e/ou bens-salário mais baratos”. O segundo fator se refere “a exportação de capitais aos países atrasados”, ambiente em que as taxas de lucros tendem a ser mais altas, razão pela qual os lucros obtidos através dos investimentos no exterior projetam para cima a taxa de lucro dos países exportadores de capital, como veremos adiante. E aqui, para nós, o mais importante é confrontar as inferências de Marx sobre a concentração de capitais e seus desdobramentos no sistema capitalista. Gorender refuta Paul Baran e Sweezy, expondo os termos teóricos empreendidos por Marx de forma precisa:

[...] referindo-se à acumulação de capital, Marx criou o conceito de *capital excedente*, ou seja, daquela porção de capital cuja aplicação não traz nenhum acréscimo à massa de lucro produzida pelo capital já em função (o raciocínio tem feição notavelmente marginalista) e, em consequência, permanece ocioso ou é exportado. Ao extrair inferências teóricas de um fenômeno – a exportação de capitais – à sua época embrionária, mas cujas proporções viriam a se agigantar a partir do final do século XIX, Marx fez da lei da queda da taxa de lucro, por antecipação, o princípio explicativo mais profundo da etapa imperialista do capitalismo (GORENDER, Apresentação de *O capital*, 1983, p.LXVI).

Corroborando essa linha de pensamento, em *A evolução do Capitalismo*, Maurice Dobb destaca que entre 1850 e 1875, a Inglaterra registrou uma exportação anual média de capital na casa dos 15 milhões de libras - além dos investimentos de ganho líquido realizados anteriormente, o que havia atingido cerca de 50 milhões de libras por volta da década de 1870. No entanto, o mais impressionante foi a demanda inglesa daquilo que Marx denominou de *a realização suprema do capitalismo*, as ferrovias. Dobb salienta que “tomando-se os Estados Unidos, a Argentina, a Índia, o Canadá e a Austrália juntamente, a extensão do suporte ferroviário elevou-se, nesses países, de cerca de 62 mil milhas em 1870 para 262 mil milhas em 1900”.¹⁰ Aliás, pouco antes de eclodir a Primeira Guerra Mundial, em 1914, o capitalismo britânico forneceu 600 milhões de libras para edificações ferroviárias aos países estrangeiros. Mas como já era de se esperar, países “que se achavam empenhados sobretudo na produção de matérias-primas e gêneros alimentícios” que pudessem abastecer as necessidades da crescente expansão das indústrias inglesas (DOBB, 1986, p.212).

Apoiados na luta pela manutenção da taxa de lucro, os cartéis se transformaram num dos mais importantes pilares para a rápida expansão do capitalismo. Essa expansão se inscreveu socialmente como imperativo na sustentação da sociedade capitalista e, economicamente, como a garantia ocasional do aumento da taxa de lucro defendidas pelos capitalistas. Tendo em vista que os capitais obedecem a uma lógica intrínseca, através da qual busca-se sempre melhores remunerações dos investimentos, tal política expansionista une todas as camadas de proprietários vinculados ao capital financeiro.¹¹ Onde protecionismo e expansão tornam-se, assim, a exigência comum da classe dominante. O que faz a política de cartelização econômica se converter num elemento significativo do fortalecimento da organização empresarial e, conseqüentemente, em

¹⁰ Convertido para quilômetros, operou-se um salto de 99.779 km em 1870 para 421.648 km em 1900. No Brasil, nesta mesma época tínhamos, de acordo com dados de Ana Lúcia Duarte Lanna, em 1854, apenas 14,5 km de ferrovias. Em 1877 salta para 1.120 km e 28.500 km em 1920, extensão insuficiente para a constituição de redes e integração do território nacional (LANNA, 2005). O estado de São Paulo, o mais dinâmico economicamente nesse período, em 1890 contava com 2.329 km, em 1905 salta para 3.370 km, 1910 = 4.825 km, 1915 = 6.277 km, e, no final de 1919, alcançava 6.615 km de linhas férreas. (Fonte: Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, Boletim da Dir. Ind. Com. Março e abril, ano: 1920).

¹¹ Na segunda metade do século XIX, em plena ascensão do capital financeiro, o prefeito de Paris alinhava sua política ao imperialismo francês, Walter Benjamin anotou que, “A atividade de Haussmann incorpora-se ao imperialismo napoleônico que favorece o capitalismo financeiro. Em Paris, a especulação está no seu apogeu. [...] Em 1864, num discurso na Câmara, ele dá livre curso a seu ódio contra a população instável das grandes cidades”. A política de exclusão social ainda não deixou de representar os principais objetivos do imperialismo (BENJAMIN, Walter. *Passagens*. São Paulo: Editora da UFMG, Imprensa Oficial, 2006, p.63).

antagonismos de classes no âmbito nacional, como o aumento de impostos, militarização, custo de vida elevado, fortalecimento do Estado e enfraquecimento dos postulados democráticos sociais, ou seja, da democracia como um todo (HILFERDING, 1983, p.342).

Na concepção desse original pensador marxista austríaco, os conflitos que envolvem os interesses do protecionismo e cartelização da economia culminam em políticas belicistas e coloniais, além de uma pauperização das condições de vida do proletariado. Por sua vez, o resultado inevitável dessa política vantajosa adquirida pelos cartéis, implica, inexoravelmente, em conflitos de interesses e violentos atritos entre os Estados capitalistas¹². Para Hilferding, a miséria gerada pela ordem imperialista no esteio do cartelização da economia provoca aberturas, através das quais, a força revolucionária das “massas populares” pode lutar pelo triunfo de uma nova ordem econômica social. Defensor de argumentos que não dão margem a dúvida, “se o capital não pode desenvolver outra política que a imperialista, então o proletariado não pode contrapor à imperialista uma política que foi a do tempo da hegemonia do capital industrial” (HILFERDING, 1983, p. 343). Isso porque o *modus operandi* do capital financeiro é o controle social da produção, como também o domínio dessa produção nas mãos de um pequeno grupo da burguesia, que Hilferding qualificou de *oligarquia financeira*.

Na segunda metade do século XIX, o processo de fusão de capitais industriais e financeiros (característica principal do último quartel do século XIX) gerou um novo período na difusão mundial do capitalismo, o capital monopolista, elevando o controle e domínio da economia mundial, nessa *fase superior do capitalismo*, isto é, imperialismo, primeiramente teorizada por J.A. Hobson¹³ e incorporada às teses de Lênin sobre o

¹² As previsões teóricas de Hilferding presentes no seu livro ‘*O Capital Financeiro*’ foram publicadas em 1910, o que nos leva a deduzir que ele já vinha trabalhando nelas há algum tempo. Em 1914, explode a Primeira Guerra Mundial, exatamente como resultado de disputas interimperialista, seja no plano econômico, como no plano político.

¹³ Lenin (no prefácio às edições francesa e alemã-1920) esclarece que: “Durante os últimos quinze ou vinte anos, sobretudo depois da guerra hispano-americana (1898) e a Anglo-boer (1899-1902), a literatura econômica, bem como a política, do Velho e do Novo Mundo, utiliza cada vez mais o conceito de ‘imperialismo’ para caracterizar a época que atravessamos. Em 1902, apareceu em Londres e Nova York uma obra do economista inglês J. A. Hobson intitulada *O Imperialismo*. O autor, que defende o ponto de vista do social-reformismo e do pacifismo burguês, ponto de vista que coincide, no fundo, com a posição atual de K. Kautsky, faz uma descrição excelente e pormenorizada das particularidades econômicas e políticas fundamentais do imperialismo”. Em 1910, publicou-se em Viena a obra do marxista austríaco Rudolf Hilferding: *O Capital Financeiro* (...) essa obra constitui uma análise extremamente valiosa da “fase mais recente do desenvolvimento do capitalismo”, tal como denomina o título do livro de Hilferding” (LENIN, 2011).

imperialismo. Muitos países foram integrados à economia mundial pela voracidade expansionista das nações capitalistas centrais convertidas em imperialismos.

Houve uma mudança substancial na dinâmica do capitalismo europeu e norte-americano quando ele atingiu o ponto crucial cujo crescimento rompia as fronteiras nacionais para projetar-se mundo afora, alcançando, assim, uma nova fase superior de desenvolvimento, fase essa chamada de *imperialismo*, a qual passou a exportar capitais além de suas mercadorias. A necessidade teórica e prática de entender a fase a qual o capitalismo do seu tempo havia atingido chamou a atenção de V.I. Lenin para os atributos distintivos dessa nova etapa do capitalismo: 1) concentração da produção e do capital, que faz gerar os monopólios; 2) fusão do capital bancário e do capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro, de uma espécie de “oligarquia” financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância grande; 4) formações de uniões internacionais, capitalistas, monopolistas, que dividem a economia-mundo entre si; 5) e, por último, a partilha territorial do mundo entre as grandes potências capitalistas mais importantes (LENIN, 2011, p.218).

As grandes empresas capitalistas na acumulação de excedentes de capitais buscavam emprestar para os países subdesenvolvidos. Esses empréstimos visavam novos lucros e maior acumulação e concentração de capitais por parte das potências econômicas. Todavia, ficava assegurado que o papel fundamental das empresas multinacionais correspondia à transferência para a metrópole de uma parcela significativa do excedente econômico produzido pela força de trabalho dos países que compõem o elo dependente do capitalismo mundial.

Os grandes beneficiados desse processo de transferências de capitais haviam se convertido em burguesia, transformando-se em sócios menores do capital imperialista, sustentando e aprofundando laços de dependência e serventia política, econômica e cultural. Restando às classes trabalhadoras a possibilidade de possíveis mudanças a partir de irrupções revolucionárias no plano social e conseqüente quebra do perverso mecanismo de superexploração, que se caracterizava pela transferência maciça dos excedentes de capitais para os centros do poder do capitalismo hegemônico: Estados Unidos e Europa.

De acordo com Lenin, destaca-se a ênfase atribuída ao imperialismo enquanto etapa específica do capitalismo e a tentativa de definir os elementos que caracterizam esse novo momento do capitalismo. Cabe frisar, conforme sua avaliação, que os principais elementos que o líder bolchevique levanta achavam-se na obra de Marx, a saber, a

tendência à concentração e centralização do capital. Logo, se eventualmente é justificada a adoção desse critério para estabelecer uma periodização do capitalismo posterior a Marx, essa justificativa teria que ser buscada apenas numa intensificação do processo, devido às características históricas da época, e não em concebê-la como algo novo.

Entretanto, o aspecto central do livro de Lenin merece atenção: a convicção de que o ponto central das contradições da época encontrava-se nas relações entre nações capitalistas industrializadas, e não entre estas e as áreas periféricas, como defendia Kautsky e, em certa medida, também decorre da perspectiva de análise adotada por Rosa Luxemburgo. Aliás, foi desse ponto de vista de análise que lhe permitiu tomar, em relação à guerra em curso, a posição correta de vê-la como momento que, pelo menos potencialmente, abria possibilidades inadiáveis para a superação do capitalismo; transformando o descontentamento causado pela guerra em revolução.

Após 1880, quando a concorrência externa entre as grandes potências imperialistas se tornou mais aguda, a divisão do mundo em *colônias formais* e em “esferas de influência”, no geral combinada com a tentativa de estabelecer deliberadamente um tipo de sistema econômico global que o Reino Unido forjara a partir de sua força econômica. De acordo com a análise do historiador Eric Hobsbawn, isso representou um passo atrás, “pois trocou o império informal, que compreendia a maior parte do mundo subdesenvolvido, por um império formal que se compunha apenas de um quarto dele” (HOBSBAWN, 1978, p.138).

A Europa começou a exportar bens manufaturados, principalmente têxteis (no início), em troca de produtos tropicais e semitropicais fornecidos pelas *plantations* coloniais. Contudo, essa mudança realizada na divisão internacional do trabalho também envolveu modificações importantes no esquema de troca entre ‘parceiros’ comerciais, isto é, alterações nos termos de comércio e a passagem, segundo Ernest Mandel, “do intercâmbio desigual baseado em valores desiguais, através do intercâmbio equivalente baseado em valores iguais, para o intercâmbio desigual baseado em valores iguais” (apud FRANK, 1980, p.105).

Tais mudanças compreendem os resultados da transformação do capital *monopolista-imperialista* da economia metropolitana e da crescente efetivação do comércio mundial pelo investimento estrangeiro apoiado no investimento de capitais, no “desenvolvimento de suas colônias de povoamento de além-mar e na transformação dos modos de produção – o modo de produzir subdesenvolvimento – na Ásia, África e América Latina”, permitindo o desenvolvimento do capitalismo mundial. E sem esse

desenvolvimento capitalista mundial não teria sido como foi (apud FRANK, 1980, p.105).

Na acepção de Rosa Luxemburgo o imperialismo constitui exatamente o período da evolução do capitalismo, caracterizado por uma forma específica de acumulação do capital, cujos principais traços sintetizados por ela são:

O período imperialista apresenta os seguintes sintomas: competição entre os Estados capitalistas, visando à apropriação de colônias e ao domínio de certas áreas de interesse, encontro de novas opções para a aplicação do capital europeu, sistemas de empréstimos internacionais, militarismo, medidas protecionistas alfandegárias, supervalorização do papel desempenhado pelo capital bancário e pelos cartéis na política mundial, sinais que hoje são perfeitamente conhecidos como manifestações típicas do período em consideração. As conexões que esses sintomas apresentam com a fase final de desenvolvimento e a importância que eles têm para a acumulação do capital são tão aparentes que tanto os defensores do imperialismo como inimigos claramente os reconhecem e aceitam como tais (LUXEMBURGO, 1985, p.336).

Do ponto de vista das relações que o capitalismo deveria ter que manter com áreas não capitalistas para sobreviver, Rosa de Luxemburgo conseguiu captar uma realidade que, historicamente, em grande parte se realizou. O desenvolvimento efetivo do capitalismo deu-se, de fato, através de relações com áreas não capitalistas. Isso não foi uma condição para a possibilidade da acumulação, mas a forma efetiva que ela se deu. O estudo de Rosa, entre outras coisas, serviu para chamar a atenção para esse tipo de situação e suas implicações. O desdobramento lógico do processo seria a paulatina assimilação pelo capital das áreas do mundo em que predominassem formas não capitalistas de produção, até que todo globo estivesse dominado pelas relações capitalistas e toda a humanidade dividida em detentores do capital e proletários assalariados. O limite histórico à continuidade do capitalismo seria a revolução social.

Anos mais tarde, após o término da Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos começavam a se despontar como potência econômica imperialista. Pois, além de fornecedor de bens de consumo e equipamentos militares, também abriu linhas de crédito para empréstimos a seus aliados, no *front* europeu. Em 1925, num discurso pronunciado na Comissão de Planejamento do Estado (Gosplan), o dirigente da antiga União Soviética, Leon Trótski, mencionou a força crescente do imperialismo norte-americano, destacou a posição econômica assumida pelos Estados Unidos no pós-guerra, como aquela da Alemanha antes do conflito. Trótski tratou a expansão do poderio americano com preocupação, “A guerra imperialista destruiu a Europa em benefício da América”. O dirigente bolchevique já identificava na década de 1920 a ascensão de uma nova potência

capitalista em Nova York e Washington como sede do seu poder político. Para ele, o destino da Europa e do proletariado mundial naquele momento passava, inevitavelmente, pela importância que os Estados Unidos vinham adquirindo no cenário mundial: “Entramos na época do despertar agressivo do imperialismo americano. Os estados Unidos são o único país com tarefas internacionais ativas; seus planos abarcam toda a Terra e só a Terra porque os demais planetas não podem ser alcançados no momento” (apud PINHEIRO, 1992, p.153-154).

O Brasil, assim como toda América Latina, constituiu-se numa das bases de atuação do capital imperialista que não se restringiu somente a aquisição de artigos manufaturados, mas também ao de capitais, principalmente no setor comercial e agrícola. À medida que se implantavam as novas bases para o capitalismo moderno, a dinâmica que se viu foi a de expansão do comércio, da agricultura, da produção e do incremento industrial. Entre 1880 e 1914, consideramos um período chave para compreensão dessa nova fase, marcada pela expansão e influência das grandes potências econômicas europeias na apropriação de lucros provenientes das relações econômicas desiguais e, portanto, dependentes.

As transformações a partir do exterior para dentro trouxeram consequências de grande alcance para a economia brasileira, tendo em vista a adoção de um novo padrão de exploração articulado pelas potências econômicas que provocará o deslocamento das fronteiras econômicas e culturais. Esse fenômeno constatado na economia mundial situou a organização das economias periféricas e seus padrões de desenvolvimento na “órbita de uma revolução econômica”, estabelecendo o modo e as circunstâncias das práticas do capitalismo competitivo na periferia do sistema. Nesta nova conjuntura instituída pelo capital monopolista que ditou novas regras para o sistema econômico global, no Brasil, guardadas as devidas proporções, tivemos, conforme Florestan,

Os efeitos construtivos do mercado capitalista moderno são comparáveis ao que ocorreu nas economias centrais. O capitalismo comercial aparece primeiro e atinge, com o tempo, um nível de concentração que o converte em patamar para o aparecimento do capitalismo industrial. [...] Forma-se e difunde-se, aos poucos, uma nova mentalidade econômica, social e política, que serve de pião à irrupção do Povo na cena histórica. De modo tímido, modesto e incerto: primeiro lutando contra os excessos dos senhores e pela Abolição; em seguida, lançando-se às greves e saindo às ruas para exercer pressão política contra os excessos da dominação oligárquica e pelo advento da “democracia burguesa”. (FERNANDES, 1975, p.238-239).

É nesse quadro amplo, que se estende à crise de 1929 e à “Revolução de 1930”. Do ponto de vista da divisão internacional do trabalho, o intenso incremento da economia cafeeira jamais teria sido possível sem os capitais e créditos concedidos pelas potências

econômicas estrangeiras. Cabe salientar que boa parte dos fundos indispensáveis ao estabelecimento do cultivo agrícola e do pagamento da produção provinham diretamente ou indiretamente das agências exportadoras do produto ou de seus intermediários, cuja grande maioria eram empresas estrangeiras ou financiadas pelo capital internacional.

Como já é de pleno conhecimento da literatura econômica, o Brasil se converterá, neste momento, num dos grandes produtores mundiais de matérias-primas e de gêneros exclusivamente tropicais. Apesar dessa tendência gerar divisas, a produção de gêneros de consumo interno irá sofrer as consequências de uma política de Estado voltada para a exportação, cada vez mais insuficiente para suprir as necessidades do país. Em consequência desse quadro deficiente no abastecimento interno de gêneros de primeira necessidade, o governo se viu forçado a importar do estrangeiro a “maior parte até dos mais vulgares artigos de alimentação”. Esses gêneros alimentícios corresponderão na importação a porcentagens consideráveis, Caio Prado Jr. afirma que ultrapassavam a casa dos trinta por cento, criando uma situação incompatível com um país “exclusivamente agrário” (PRADO JÚNIOR, 1953, p.216).¹⁴

Entretanto, embalado pelas exportações em larga escala de bens agrícolas, a política de importação que era praticada pelo estado brasileiro, até então, visava a obtenção de ‘confortáveis’ saldos na balança comercial¹⁵; o que, pela lógica da produção agrário-mercantil, era tido como vantajoso. Por outro lado, compensava importar arroz, feijão, trigo, entre outros gêneros, desde que os saldos obtidos com as exportações superassem as importações.

Ocorre que, diferentemente das regiões centrais do capitalismo, onde o progresso técnico era incorporado através do desenvolvimento das forças produtivas, na nas economias periféricas a exemplo do Brasil, esse processo ocorreu via transformação do padrão sofisticado de consumo da burguesia. A partir da conversão das rendas geradas nos setores agroexportadores e incorporadas para suprir padrões de consumo típico das classes mais abastadas de países europeus. É plausível pensar que esse “mecanismo da

¹⁴ Ainda na década de 1900, São Paulo importava enormes quantidades de gêneros alimentícios – respondendo em 1901-1905 por 26,4% das importações brasileiras de arroz, 9,5% de feijão e 9% de milho. Todavia, com o rápido crescimento de vilas e cidades paulistas e de outras regiões brasileiras, a produção de arroz, feijão e milho cresceu rapidamente. Esse fenômeno, na ocasião da Primeira Guerra Mundial, projetou São Paulo como autossuficiente e grande exportador desses gêneros (FONT, 1985). Ver também: WIRTH, 1982).

¹⁵ Caio Prado mostra que as exportações maciças de café, borracha e cacau geraram, no primeiro decênio do século XX, uma média anual de 273 mil contos (15.700.000 convertidos em libras). Segundo ele, os saldos da balança “permitirão fazer frente aos grandes compromissos externos em ascensão contínua” (PRADO JR., 1953).

imitação” exigirá cada vez mais recursos da sociedade, já que tornava a economia mais vulnerável no plano externo (CURI, 2015, 56)¹⁶.

1.2. Economia Dependente: Livre-Comércio ou Trocas Desiguais?

Na seção a seguir, procuramos abordar a divisão internacional do trabalho capitalista como expediente adotado pelo capitalismo europeu que visava atrelar as nações de economias agrário-mercantis à política de livre-comércio. Esta foi exportada pela Grã-Bretanha no sentido de condicionar a participação das economias dependentes a uma só modalidade de integração: comercializar artigos tropicais. Nossa intenção aqui é ressaltar o *modus operandi* de integração das economias latino-americanas como uma reserva de acumulação do capitalismo global e suas práticas de monopólio e de inversões de crédito, características dos estados rentistas.

Na dinâmica capitalista de controle sobre o comércio mundial, os ingleses exportaram o livre-comércio principalmente para os países subdesenvolvidos e carentes de manufaturas. Porém, destituído de poupança interna ou com margem de lucros insuficientes para realizar importações de bens de capital, tinham que submeter-se às regras do mercado mundial definidas pelas potências capitalistas em sua fase imperialista. As normas de financiamentos de lavouras ou de empréstimos para importações oferecidas pelas potências do livre-comércio não se constituíam como meros empréstimos, sintetizava um eficiente exercício espoliador de benefícios junto aos países dependentes no desigual processo da divisão internacional do trabalho.

Mas a integração das economias agroexportadoras ao mercado de livre-comércio, embora muito desigual, gerava uma dependência *consentida* a partir de mecanismos de poder fixados pelo controle das atividades dos produtores agrícolas, tendo ao seu lado uma elite de comerciantes e financistas que controlava os canais de estímulo das atividades agrícolas e / ou extrativas no mercado mundial. Para a classe dominante que surge na América Latina com os processos de independência, a dominação dos países mais adiantados significava o elo que os ligava com a *civilização* da qual acreditavam ser os únicos e autênticos representantes, sobretudo o exemplo da Inglaterra. Essa nova burguesia dependente almejava o ‘progresso’ de seus países, no entanto, cabe frisar que

¹⁶ Ver, também: (FURTADO, 1972).

sua ideia de desenvolvimento ainda não tinha sido inventada, e só podiam concebê-la como constante expansão das atividades agroexportadoras¹⁷.

É por isso que a situação que se criou com a independência e que praticamente foi até 1914, é caracterizada pelo economista Paul Singer como “*dependência consentida*”. Em essência, segundo ele, “ela se caracterizava pela ausência de qualquer dinâmica interna capaz de impulsionar o desenvolvimento”, tendo em vista que a maior parte das populações dos países dependentes se encontrava numa condição de subsistência econômica. Territórios vastos como Brasil, Argentina ou Colômbia, obrigavam a uma política de integração nacional mediante a construção de ferrovias, hidrovias e navegação por cabotagem. Outro aspecto do progresso respondia pela instalação de linhas de telégrafos e depois telefônicas. Para isso, se tornou imprescindível a aquisição de equipamentos importados, tal como o seu *know how* e componentes sobressalentes (SINGER, 1998, 120).

Para se ter uma ideia da lógica interna que orienta as práticas do capitalismo dos países avançados aos demais atrasados, nos termos de trocas desiguais em vários momentos das relações comerciais com o Brasil, Eric Hobsbawn afirmou que mesmo que houvesse uma piora nos termos de troca da Inglaterra com as economias agroexportadoras, a dependência das importações inglesas de uma quantidade “bastante elástica de alimentos e de matérias-primas”, o suficiente para manter sua população alimentada e suas fábricas funcionando, mesmo com a deterioração dos termos de trocas, “talvez o país não importasse menos”. Pois todas as sociedades não capitalistas devem adquirir as mercadorias produzidas pelo capital monopolista e vender-lhes seus próprios produtos. A solução, quando os termos de troca pioram, para os ingleses, era aumentar a proporção exportada de sua produção industrial. Uma vez que, submetidos a lógica de vantagens que as economias centrais desfrutavam, do ponto de vista do poder industrial inglês, convinha ao país comprar caro e não barato (HOBSBAWN, 1978, p. 131-132). Pois, em essência, a transferência dos excedentes de capitais oriundo de países agrícolas

¹⁷ A influência do grande capital, por exemplo, nas políticas de valorização do café é notória para Perissinotto, havia uma preocupação comum de sustentar o seu preço cujo *modus operandi* dos esquemas de valorização não refletiam exatamente os interesses da lavoura. O jogo especulativo patrocinado pelas casas exportadoras previa, através do Plano Siciliano, que o monopólio seria exercido por uma agência de capitalistas, em sua maioria firmas estrangeiras, que, por meio de contrato de seis anos com o Estado de São Paulo, centralizariam todas as compras e comercialização do café, visando a elevar seu preço (PERISSINOTTO, 1994).

continuava assegurada pelo domínio das grandes potências sobre os capitalismo dependentes.¹⁸

Entre o último quartel do século XIX e a Primeira Grande Guerra, período central para esta descrição, o mercado mundial se transfigura por completo. Ele passa a centralizar, gradualmente, operações comerciais e financeiras que antes eram inimagináveis, concentrando os capitais resultantes de tais operações; por outro lado, ele passa a ligar e a integrar, gradualmente, localidades e regiões descontínuas e muito distantes entre si, conferindo às relações capitalistas de produção uma função unificadora nacional, de que ele fora, anteriormente alijado.

Daí a divisão internacional do trabalho se projetar enquanto mecanismo de controle condicionador da participação de cada economia no mercado mundial. Longe de se configurar apenas como um fator histórico, trata-se de uma maneira de integrar as economias latino-americanas como “uma reserva primitiva do capitalismo global”, na medida em que o subdesenvolvimento foi alçado à condição, em termos categóricos, de “uma formação capitalista” e não simplesmente uma “formação histórica” (OLIVEIRA, 2013, p.33). Em 1893, de acordo com as conclusões tiradas por Hobson, o capital britânico investido no exterior girava em torno de 15% de toda a riqueza da Grã-Bretanha. Pouco tempo depois, já em 1915, “esse capital tinha aumentado aproximadamente duas vezes e meia” (apud LENIN, 2012, p.138).

As tendências manifestas em um novo centro dinâmico do capitalismo, durante a década de 1920, produziram um interessante aporte de investimentos na América Latina, investimentos que haviam começado desde o início do século XIX. Em 1897 se estimava em 320 milhões de dólares, no ano de 1914 as cifras de empréstimos atingiam a casa de 1. 600 (um bilhão e seiscentos milhões de dólares) e, em fins de 1930, portanto um ano após a grave crise de 1929, chegava a cinco bilhões. Cabe destacar que a expansão mais

¹⁸ Na análise que Rosa Luxemburgo desenvolveu sobre o imperialismo, para mostrar os efeitos do capitalismo sobre as economias naturais de outros povos, ressaltou que embora o camponês tivesse que recolher tributos em espécie para o império Grão-Mongol, ele podia viver como desejasse, junto a seu povo e cultivar arroz como seus antepassados o faziam. Mas “logo após chegaram os ingleses e com eles o sopro pestífero da civilização capitalista. Em pouco tempo, destruíram o que mesmo com o domínio dos mongóis havia sido preservado: toda organização social do povo”. E o mais fundamental da cultura capitalista britânica ante o domínio de outros povos, “era adquirir a base da própria subsistência da comunidade indígena: a propriedade da terra”, nesse caso, à Índia. Os franceses, assim como os anglo-saxões, também submetem a destruição sistemática consciente da propriedade comum, e sua partilha foi a condição imutável sobre a qual girou a política colonial francesa na Argélia. Logo, “percebia-se que todas as revoluções francesas do século XIX visavam ao mesmo interesse fundamental: o domínio da burguesia capitalista e sua forma de propriedade”. O produto dessa política imperialista foi uma especulação desenfreada de terras, lucro e a ruína econômica das comunidades da terra (LUXEMBURGO, 1983).

importante dentro desse aumento se vincula aos empréstimos e bônus governamentais, que tiveram um crescimento de mais de 350 milhões para um bilhão e seiscentos milhões de dólares entre 1914 e 1930. O capital estrangeiro também cresceu muito na agricultura, aumentando de 239 milhões em 1914 para 788 milhões em 1930 (ROWE, 1965, p.80).

A crescente demanda por produtos primários reclamados pelos grandes centros urbanos das economias industriais delineou os vínculos da crescente relação de dependência da América Latina à Europa e aos Estados Unidos. Além do comércio, a modalidade do crédito passou a figurar como necessidade externa dos países dependentes do punhado de credores internacionais.

A política econômica adotada pelos capitalismo centrais da Europa e dos Estados Unidos, nas primeiras décadas do século XX, como modelo a ser seguido forçou a elaboração de novos conceitos na esfera da economia para entender esse novo fenômeno que transcendia as relações do livre-comércio mundial, a noção de *Estado rentista*. O mundo da economia e das relações internacionais passaram a conviver ante a divisão de um punhado de Estados rentistas e numa maioria gigantesca de outros Estados devedores. A Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica e Suíça constituíam um seletivo clube de países credores. Mas cabe lembrar que embora a Holanda possuísse forte presença na distribuição de créditos, não gozava do mesmo *status quo* de potência industrial como aquelas do grupo acima. E, por último, apesar de começar a convergir efetivamente às práticas de nação credora, os Estados Unidos, conforme LENIN (2012, p.139) operavam apenas em relação à América Latina.

A conclusão que foi extraída deste novo modelo de expropriação das riquezas alheias pela via da concessão de crédito pelos Estados rentistas foi chamada pelo economista inglês, J. A. Hobson, de “capitalismo parasitário”. Pois, como defendeu, todo monopólio gera inevitavelmente “tendências para estagnação e decomposição”. Pois a fixação de preços pelas corporações monopolistas, ainda que temporariamente, estimulam tendências para o atraso do progresso técnico e, de certa forma, ao próprio progresso. Sobre a nova conjuntura aberta com a política imperialista, principalmente com o papel do capitalismo financeiro inglês na Guerra Anglo-Bôer,¹⁹ Hobinson acrescentou,

¹⁹ A Guerra Anglo-Bôer se deu na África do Sul, entre os ingleses e os colonos de origem holandesa. A motivação foi a descoberta de minas de ouro e diamantes nas terras dos Zulus e dos Xosas, o que motivou a posse do exército inglês desses territórios. A primeira guerra aconteceu entre 1880-1881, e a segunda de 1899-1902. Embora os britânicos houvessem firmado um tratado que dava autonomia aos bôeres em 1881,

Os orientadores dessa política nitidamente parasitária são capitalistas; mas os mesmos motivos agem também sobre categorias especiais de operários. Em muitas cidades, os ramos mais importantes da indústria dependem de encomendas e contratos do governo; o imperialismo dos centros da indústria metalúrgica e da construção naval depende em grande parte deste fato (HOBINSON, apud LENIN, 2012, p.141).

Além de Estado industrial a Inglaterra se converte efetivamente em Estado credor. Mesmo com as exportações trabalhando intensamente, cresce a importância relativa do papel das rendas obtidas pelo capital credor inglês para as receitas da economia nacional, com a cobrança de juros e dividendos. Em 1914, o montante real investido pelo capital inglês em países do exterior foi de aproximadamente 4 bilhões de libras esterlinas, enquanto o capital francês comandou empréstimos de quase 2 bilhões e o capital alemão, em 1, 2 bilhão. É evidente que a Primeira Guerra impôs uma nova dinâmica para o fluxo da exportação de capitais, bem como a propriedade destes, como por exemplo a Alemanha, que liquidou a maior parte dos seus valores mobiliários no estrangeiro. Os ingleses reduziram sua atuação fora de suas fronteiras, ocorrência que também se verificou nos investimentos franceses: “Finda a Guerra, esses países já não dispunham de grandes fundos excedentes para aplicar em investimentos no exterior” (HOBINSON, 1985, p. 341).

A guerra influenciou a mudança na condição das grandes potências econômicas. Um dos seus efeitos de maior alcance foi a posição adquirida pelos Estados Unidos que, até o início do século XX, dependiam de empréstimos dos países europeus, principalmente da Inglaterra. Esse quadro sofreu mudanças que trouxeram maior presença do capital americano não só na Europa, mas também em outras regiões como a América Latina. A custosa participação na guerra forçou os países envolvidos a recorrer a pesados adiantamentos, com destaque aos suprimentos e créditos. Assim, sob forma de obrigações, os Estados Unidos geraram um saldo favorável na ordem dos 600 milhões de libras esterlinas. Apoiando-se nas necessidades e exigências desencadeadas pela guerra, foram feitos novos empréstimos de capital, públicos e privados, de grandes somas. As estimativas são de 8 bilhões de dólares, apesar de não estar incluído compromissos de governos estrangeiros, cujo soma se eleva para cerca de 18, 5 bilhões de dólares e que, segundo Hobinson (1985, p. 342), “já constavam no débito desde a Guerra Mundial”. Os

sua presença militar e pressões políticas estimularam novos conflitos, levando à criação, por parte da Grã-Bretanha, da União Sul-Africana como resultado da anexação das Repúblicas Bôeres do Transvaal e do Estado Livre de Orange às colônias britânicas do Cabo e de Natal, ocasião em que passou a controlar a África do Sul (Fonte: www.repositoria.ufsc.br ; acesso: 21/10/2019).

oito bilhões mencionados foram investimentos realizados pelo capital americano no exterior.

Nos anos de 1920, delineou-se uma virada na participação norte-americana no comércio mundial, no entanto, uma nova modalidade será adotada pelo capital americano: a propagação do seu sistema bancário, contribuindo para financiar negócios e desenvolver recursos de países novos ou atrasados. Convém ressaltar que a maioria dos bancos americanos até então estavam mais voltados para o financiamento de suas grandes indústrias em processo de desenvolvimento, mas seu sistema bancário será estendido para outros países, como já acontecia com Inglaterra, Alemanha e Holanda, o *National City Bank* abriu filiais no Brasil, Argentina, Uruguai e Cuba (HOBINSON, 1985, p. 342-343).

1.3. Teoria da Dependência e Crítica do ‘Dualismo’

No tópico a seguir, procuramos mostrar as relações de dependência entre os países ‘subdesenvolvidos’ e a lógica de dominação econômica-cultural protagonizada pelas potências hegemônicas do capitalismo, contrastando o pensamento cepalino de que o atraso histórico da América Latina poderia ser resolvido sob intenso processo de industrialização por substituição de importações, apoiando-se na estrutura tecnológica já existente nas potências econômicas centrais do capitalismo. Contudo, a lógica de dominação exercida nas relações do imperialismo com as economias dependentes criou, na visão da Cepal, dualismos tidos como superáveis: atraso-moderno, poupar- investir, os quais mostraram-se anacrônicos diante da realidade. A crítica dessa visão corresponde a um dos objetivos do debate a seguir.

Em alguns países latino-americanos, como por exemplo, Argentina, México, Brasil e Chile, já havia sido dado o pontapé inicial de uma industrialização por substituição de importações. Por ter tido um caráter limitado, desenvolvendo-se apenas ramos nos quais o país dependente possuía vantagens comparativas, não podendo contar com o indispensável protecionismo aduaneiro, já que as tarifas sobre importações tinham por finalidade gerar receitas fiscais para o país. Por sua vez, a indústria que aqui se desenvolveu assumiu um papel complementar ao setor agroexportador. No Brasil, a defesa da ideologia industrialista teve que conviver com críticas contundentes dos ideólogos do agrarismo.

Tendo como finalidade principal auxiliar o diagnóstico dos principais problemas relativos ao atraso econômico da América Latina, a Cepal surge como organismo criado

pela Organização das Nações Unidas, no final dos anos de 1940 e início da década de 1950. Coincide com a mesma época de criação do Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Uma das teses da escola cepalina buscou explicar a conjuntura que delimitava o grau de envolvimento dos países latino-americanos em assimilar estruturalmente o processo de industrialização por substituição de importação, nos marcos da própria dependência, e teve como seu principal expoente Raúl Prebisch.

Como expressão de uma suposta “reciprocidade” nos termos de trocas das relações econômicas entre os países imperialistas com os da periferia do capitalismo, embora entendesse seus distintos interesses, defendia que havia um intercâmbio recíproco de relações mútuas que trazia vantagens para ambos os lados. Como política de desenvolvimento, a substituição de importações revelou-se problemática, para dizer o mínimo, pois o processo de análise do desenvolvimento levado pela CEPAL ignorou os fatores principais para o equilíbrio dessas relações econômicas, isto é, o *imperialismo e a estrutura de classe*. A própria CEPAL, mais tarde, reconheceu o declínio do modo substitutivo de importação²⁰. Ficava evidente, portanto, que essa escolha não correspondia em termos reais à política defendida por governos e “industriais progressistas”; mas longe disso, se apresentou como uma reação dos interesses das burguesias locais ou ‘nacionais’. Gunder Frank, ao tratar da dependência, enfatiza que inclusive parte dessa burguesia anteriormente dependente das exportações de matérias-primas revelou “a sua incapacidade em continuar a produzir, investir, e lucrar durante a guerra e a crise da depressão do capitalismo internacional” (FRANK, 1980, p.163).

Os limites estabelecidos pela política imperialista ajustaram o modelo agroexportador às suas próprias demandas internas por produtos primários. Quanto ao desenvolvimento industrial dos países localizados na periferia do capitalismo, a industrialização se processava nas franjas do sistema agroexportador, circunscrito às limitações estruturais impostas pelo capitalismo monopolista. Em termos teóricos, quando o fortalecimento da indústria se acentua e precede o período de cartelização, seu poder pode ser suficientemente grande para impor o interesse industrial por preços baixos dos gêneros de primeira necessidade. Em tese, o desenvolvimento industrial pode representar um perigo para os interesses do latifúndio. Esse perigo pode se tornar ainda maior porque o desenvolvimento industrial europeu, desencadeia na América a

²⁰ Conforme Gunder Frank, houve a publicação de um importante artigo de Maria da Conceição Tavares, no *Boletim Econômico para a América Latina*, que reconhecia o ‘fracasso’ do processo de desenvolvimento econômico através da substituição de importações.

concorrência agrícola que ameaça a agricultura europeia com uma queda vertiginosa dos preços dos cereais, do rendimento e do preço da terra.

Contudo, com a perspectiva de evolução do capital financeiro, a queda de braço da indústria em face do poder agromercantil sofre uma mudança funcional, patrocinada pela evolução do capital financeiro, nela é criada uma “nova comunidade de interesses do latifúndio e das indústrias pesadas cartelizadas”. Agora, o nível de preços desejado pela agricultura fica assegurado, enquanto o desenvolvimento subsequente da indústria tende a aumentar esse nível de preços (HILFERDING, 1983, p. 319). Aspecto que não inviabilizava a aquisição de produtos por parte das grandes potências industriais.

A Cepal explicava a realidade do atraso dos países latino-americanos a partir do conceito de *desenvolvimento desigual*, resultado de uma relação diferente entre países denominados centro, detentores de tecnologia em todos os setores de forma homogênea e diversificada, e os da periferia do capitalismo, com concentração do avanço em um determinado setor produtivo em contraste com os demais setores, conservando um caráter homogêneo e especializado. De acordo com o pensamento cepalino, os países periféricos traziam uma desvantagem considerável nas relações econômicas internacionais com o centro, isso devido à deterioração dos termos de troca de seus produtos. Estes sempre estavam em desvantagem com os artigos industrializados vindo das potências econômicas centrais, devido ao baixo valor tecnológico agregado. Esse esquema revela uma deterioração dos termos de trocas e esse elemento irá figurar como o principal condicionante da desigualdade entre os países com diferentes processos de desenvolvimento econômico. Na acepção de Rui Mauro Marini (2011, apresentação), condição de dependência que gerava “uma subordinação e um atraso para a periferia”, que deveriam ser superadas para que os países atrasados pudessem alcançar níveis mais compatíveis com a conjuntura histórica de “reprodução ampliada do capital em sua fase de maior inovação tecnológica”.

A tese defendida pela Cepal via no processo de industrialização substitutiva de importação a principal solução dos termos de trocas desiguais entre centro e periferia. Para chegar a essa resolução, partia das condições dadas pelo atraso histórico da América Latina em relação às economias centrais do capitalismo. Os ideólogos da Cepal não estavam preocupados em solucionar os problemas do capitalismo, como a exploração acentuada do trabalho ou a apropriação privada da riqueza e da renda a partir da concentração e centralização do capital, ou seja, em confrontar a efetiva exploração do capital imperialista. Adaptada ao próprio esquema de funcionamento das instituições

formuladoras de políticas econômicas no plano formal do capitalismo, a Cepal pretendia colocar os países da América Latina “nos supostos rumo certos” do desenvolvimento capitalista menos desigual (MARINI, 2011, p. 24).

No plano interno dos países dependentes, os interesses dos representantes do capital industrial se traduzem em unidade de classe, que sempre postergava a concessão de reivindicações operárias, daí “tornar-se agora a sua preocupação política mais imperiosa”. O que leva a um acirrado antagonismo diante as aspirações desse mesmo operariado industrial que, através da mobilização e lutas defensivas, aspira por melhoras em sua condição de vida. Em suma, a manutenção de uma vida melhor acaba por dificultar a retenção da mão de obra agrícola no campo, provocando êxodo para as cidades com parques industriais já consolidados ou em desenvolvimento, como São Paulo nas primeiras décadas do século XX. Por outro lado, a hostilidade comum das diversas facções da burguesia contra os movimentos dos trabalhadores fortaleceu alianças de classe ²¹.

O vínculo econômico, político e social estabelecido a partir da dominação do capital internacional na América Latina, funcionava mais como um modelo pré-definido e executado segundo as regras do domínio imperialista em impor *o subdesenvolvimento como projeto*. Mas, a despeito das regras regulatórias criadas pelos agentes econômicos dos países centrais, no sentido de limitar a participação das economias periféricas no mercado mundial do comércio como meros exportadores agrários, houve estímulos moderados ao processo de industrialização, no final do século XIX e início do XX. Tratava-se, evidentemente, de políticas parciais industrialistas limitadas pela natureza estrutural do modelo de crescimento externo, que fixava como elemento central dessa política econômica favorecer a atividade agroexportadora, conferindo benefícios aos grupos oligárquicos dominantes. O Brasil é uma das bases de atuação desse novo momento que envolve não só a aquisição de artigos manufaturados²², como também de capitais principalmente no setor comercial e agrícola. À medida que se implantavam as

²¹ Para o capital o trabalhador não é uma condição, já dizia Marx, “só o trabalho o é. Se este puder ser executado por máquinas ou, mesmo, pela água ou ar, muito melhor”. O capital se apropria não do trabalhador, mas de seu trabalho, e não diretamente, mas por meio de troca (MARX, 1991).

²² Nesta fase a disputa entre industriais-comerciantes e grandes importadores, que figurava até o boicote, já que a prevalência sobre o mercado interno estava sob controle quase total dos grandes importadores. A expansão do domínio dos importadores e os desajustes gerados pela exportação e o crescimento da demanda interna, incentivando atividades industriais, ficou evidente que esta última só seria viável dependente ao comércio exportador. Assim, de acordo com José de Souza Martins, “a industrialização fez-se atividade precipuamente mercantil e com largas características monopolistas” (MARTINS, 1973).

novas bases para o capitalismo moderno, não só expandiam o comércio, a agricultura, mas a produção e o incremento de manufaturas (SILVEIRA, 2016, p. 94).

Representantes da teoria da dependência do Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica e Social (ILAPE) perceberam essa contradição, isto é, da dinâmica econômica dos países majoritariamente agrário-mercantis, apesar dos limites estruturais determinados pelos órgãos de poderes regulatório das grandes potências capitalistas, conforme o ILAPE,

Sin embargo, importa destacar que no se trata em realidad de un transtrocamiento fundamental de la estructura del sistema, sino de un cambio en el mecanismo de crecimiento, que sin embargo sigue apoyado sobre el sector exportador; en efecto, tanto el proceso de crecimiento hacia afuera como la industrialización por sustitución de importaciones se dan dentro del marco estructural de la economía dependiente primário-exportadora. El proceso de crecimiento hacia afuera es la expresión óptima de esse marco estructural, mientras que el sustitución de importaciones corresponde a su fase de crisis. En la etapa de auge, el papel dinámico lo desempeña el sector exportador, pero, em la medida que éste deja de cumplir esa función, fuerzas económicas, sociales y políticas internas impulsan al Estado a adoptar políticas que activen el crecimiento mediante la industrialización (SUNKEL; PAZ, 1991, p. 355-356).

Pode-se dizer que até 1929 o aumento da capacidade produtiva, a produção e as exportações de bens primários pela América Latina, e o forte aumento dos investimentos norte-americanos durante a década são fenômenos que se encontram estreitamente ligados entre si. Decorreram das tendências expansionistas da economia norte-americana (em plena ascensão) que representava a causa e o efeito do aumento dos seus investimentos nos setores exportadores latino-americanos, direta ou indiretamente. Assim como os empréstimos feitos aos governos da América Latina para obras de infraestrutura, transportes, comunicações e energia necessárias para ampliação das atividades exportadoras. Por sua vez, o comércio exterior não somente poderia elevar a taxa de lucro, por tornar mais barato os meios de subsistência do proletariado industrial dos países centrais²³, como também baratear, como afirmou DOBB (1978, p. 169), “os elementos do capital constante”, quer dizer, a parte do capital que se converte em meios de produção: matérias primas, auxiliares (instrumentos de produção) e os meios de trabalho.

²³ Essa tendência foi sugerida por David Ricardo, mas desenvolvida por Marx: a questão mais importante desta tendência era o aumento da ‘mais-valia relativa’. Ou seja, “quando o aumento da produtividade do trabalho, tendo sido estendido à produção de meios de subsistência, resulta em uma redução do valor da força de trabalho e no valor das mercadorias em geral. O resultado é um aumento da taxa de mais-valia, devido ao fato de que se requer uma proporção menor da força de trabalho social para produzir a subsistência dos trabalhadores”. O que requer uma porção menor da jornada de trabalho operária para repor o valor de sua própria existência, enquanto o patrão fica com a parte maior dessa jornada de trabalho para produzir a mais-valia (DOBB, 1978).

Apesar da grande crise mundial que expunha os limites de expansão do próprio sistema capitalista, existia uma tendência a acumulação de excedentes de produção nos setores da burguesia que atuava na exportação e em um volume considerável de investimentos estrangeiros, que significava um disciplinado compromisso de remessas de ganhos, lucros e amortizações de dívidas junto ao balanço de pagamentos dos países agroexportadores. Sobre os países imperialistas, Prebisch assinalou que, “Estes exportam manufaturas cuja procura tende a crescer intensivamente, com o aumento da renda periférica”. Os países alinhados na periferia do sistema que faziam da exportação seu pilar de sustento econômico, tendiam a crescer devagar com a renda provinda dos centros dinâmicos do capitalismo. Contudo, o mais embaraçoso nesta tese diz respeito ao caráter complacente da CEPAL quanto ao predomínio do capital monopolista na relação centro-periferia, ao afirmar sob o manto da naturalidade que, “em consequência, os centros, por outras razões, justificáveis ou não, substituem importações provenientes dos países periféricos, e tendem a corrigir a disparidade para tornar possível o desenvolvimento” (PREBISCH, 1968, p. 92).

Os acontecimentos do último quartel do século XIX parecem demonstrar que o surgimento do capital monopolista foi resultado do aumento de desenvolvimento da indústria pesada e sua tecnologia correspondente, enquanto a economia se orientava para uma maior concentração das unidades produtivas (manufaturas), proporcionando o surgimento dos monopólios. Esses aspectos somados a acumulação de capitais efetuada em fases anteriores, aceleraram este processo forçando o capital a buscar outros campos de expansão além de suas fronteiras, conforme já apontado, para empréstimos públicos e privados, financiamentos de lavouras, inversões diretas e indiretas etc. Porém, quando o capital estrangeiro entra nas regiões periféricas, nesse caso a América Latina, busca extorquir abertamente uma parcela significativa da *mais-valia* gerada no interior dessas economias agroexportadoras, traduzindo-se no aumento da concentração de capitais pelas potências hegemônicas, e, inexoravelmente, promovendo o processo expansionista das potências econômicas de caráter imperialista (MARINI, 1970, p. 5).

Em confronto com a posição de Marini, ao admitir o desenvolvimento sob a égide do domínio imperialista e do livre-comércio, Raul Prebisch ignora, em nome do ‘desenvolvimento’ nacional, as formas de exploração e as regras segundo as quais se processa um domínio absurdamente lesivo aos países em desenvolvimento em face das práticas inescrupulosas que definem o jugo imperialista, ou melhor dizendo, das leis da dependência fixadas pelas potências do capital internacional. Cabe salientar que o

principal objetivo das potências hegemônicas não cabia apenas em baratear seus custos de produção internos com importações de alimentos e de matérias-primas, mas também atrelar os agentes econômicos locais (burguesia) à sua política de dependência pela prática do *livre-comércio*.²⁴

De caráter dualista, o discurso cepalino se prendeu às discussões em torno da relação *produto-capital*, quer dizer, tendência para “poupar ou investir”, eficiência marginal do capitalismo, tamanho do mercado, projetando, nas palavras de Francisco de Oliveira, “o estranho mundo da dualidade e a desembocar, a contragosto, na ideologia do círculo vicioso da pobreza” (OLIVEIRA, 2013, p. 31). Na concepção de Prebisch, os mecanismos do comércio internacional que resultam na deterioração dos termos do intercâmbio econômico em prejuízo dos países da América Latina residiam na base para uma reelaboração da teoria do imperialismo. O autor enaltece as possibilidades de um ‘desenvolvimento’ consentido e benéfico às partes envolvidas ocultando a lógica perversa que atrela ao garrote do imperialismo as economias subdesenvolvidas, causando todo tipo de infortúnio nas condições de vida das massas trabalhadoras latino-americanas com a exploração da *mais-valia* e transferência de grandes excedentes produtivos para o exterior, fortalecendo seus vínculos de dominação.

Portanto, o conceito de dependência formulado pelo núcleo cepalino é de viés reformista e esteve inteiramente integrado aos critérios constituídos pelo exercício dominante dos centros hegemônico do capital em vista dos países dependentes; sem, no entanto, vislumbrar qualquer possibilidade de inversão da lógica de exploração do capital monopolista sobre as nações latino-americanas. Prebisch acreditava que os países representantes do capitalismo monopolista regenerariam o seu comportamento, pagando melhor preço pelos produtos agropecuários exportados pela América Latina. E mais, não bastando, estava convencido que a lógica de dominação das potências capitalistas podia ser mais ‘ética’, rebaixando o preço de bens com alto valor agregado (tecnologia), digo,

²⁴ No seu ‘Discurso sobre o Livre-Comércio’, Marx alegou, em 1848, que: “Dizem-nos por exemplo, que o livre-comércio dará origem a uma divisão internacional do trabalho que atribuirá a cada país uma produção que está em harmonia com suas vantagens naturais. [...] é verdadeiramente ridículo ver os adeptos do livre-comércio fazerem com que algumas especialidades em cada ramo industrial sobressaiam para colocá-las no balanço com os bens de uso comum que são produzidos mais economicamente nos países onde a indústria está mais desenvolvida. Se os adeptos do livre-comércio não podem entender como um país pode enriquecer às custas de outro, não nos surpreenderíamos, pois esses mesmos senhores também não querem entender que no interior de um país uma classe pode enriquecer às custas de outra (“A Miséria da Filosofia” (apud FRANK, 1980).

industrializados, vindos da Europa e Estados Unidos, principalmente (PREBISCH, 1969, p. 93).

Na visão cepalina o subdesenvolvimento foi concebido como forma própria de ser das economias pré-industriais reguladas pelo capitalismo para as formas mais avançadas e enraizadas deste. Contudo, cabe lembrar que o projeto de ‘subdesenvolvimento’ é precisamente produto do expansionismo do capitalismo monopolista, e não o contrário. Ao estudar as interferências provocadas pelas inovações tecnológicas, Celso Furtado (1964, p. 29), assinalou que elas constituem a essência do desenvolvimento econômico, não só provocam modificações na estrutura do sistema de produção, como também “põe em movimento [...] uma cadeia de reações decorrentes da interdependência que existe entre os elementos básicos de toda a cultura”.

Subverter essa regra tão cara ao capital seria romper com as formas de exploração fundamentais da dependência das economias do capitalismo periférico em relação às potências imperialistas. Nas chamadas economias ‘subdesenvolvidas’, o processo de ajustamento histórico das estruturas sociais dependentes, provoca variadas transformações que derivam da assimilação de uma nova tecnologia, revelando um conjunto de particularidades sociais que, por apresentar características históricas próprias, se diferencia do modelo capitalista europeu e americano de desenvolvimento.

Para uma melhor definição do caráter das economias dependentes, a visão dialética desse esquema de subordinação econômica concebida por Francisco de Oliveira consegue ir à raiz do problema, quando sugere que as economias pré-industriais da América Latina foram criadas pela expansão do capitalismo mundial, como uma “reserva de acumulação primitiva do sistema global”. Em suma, procurou insistentemente mostrar que o “subdesenvolvimento é uma formação capitalista e não simplesmente histórica” (OLIVEIRA, 2013, p. 33). Se pensarmos na perspectiva histórica defendida por Caio Prado, a economia (colonial) brasileira encontrava-se integrada ao sistema mundial capitalista desde o século XVI. Portanto, o processo de acumulação originária do capital das economias centrais se forjou apoiado em mecanismos de exploração bem definidos economicamente, desde as formas mercantilistas do Antigo Sistema Colonial até formas mais acabadas do capitalismo moderno, no entanto, sempre condicionadas às especificidades próprias dos países dependentes.

Consequentemente, ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, com maior ou menor grau de dependência, ao longo do século XIX e primeiras décadas do século XX, a economia na qual os países latino-americanos estavam inseridos

era especializada na produção de bens primários voltados essencialmente para exportação. Deriva desse fato que uma parte considerável gerada pela *mais-valia* é transferida para fora do país, seja a partir das referências dos preços vigentes no mercado internacional, seja por práticas financeiras impostas pelas potências ou através da ação direta de investidores e agentes financeiros estrangeiros. Esse círculo vicioso comandou (direta ou indiretamente) a produção e comercialização de setores da economia brasileira, a empresa da cafeicultura funcionava com forte presença de capitais estrangeiros.²⁵

1.4. Subserviência da Burguesia Local e Atraso Sociocultural

Por sua vez, buscando ressarcir-se da parte que coube ao “leão”, as classes dominantes locais procuram aumentar a *mais-valia* gerada pelos trabalhadores agrícolas (colonos) em termos absolutos, submetendo-os, conforme Rui Mauro Marini (1970, 8) “a um processo de superexploração”. Para ele, a superexploração opera como princípio fundamental das economias periféricas do capitalismo, com tudo que implica em matéria de baixos salários e longas jornadas de trabalho. O que gera desemprego, analfabetismo, desnutrição, precárias condições sanitárias e repressão policial.²⁶ Semelhante constatação

²⁵ A produção cafeeira obedecia às regras bem definidas pelos agentes que intermediavam a exportação do café e a importação de outros bens manufaturados ou não, constituindo-se em práticas de monopólio comercial. No estudo realizado por José de Souza Martins, sobre o Conde Matarazzo, o sociólogo assinalou que: “Os comissários eram virtualmente banqueiros e, como tais, desfrutavam das possibilidades oferecidas com a detenção do capital de terceiros. A concentração de decisões de consumo nas mãos de poucas pessoas, [...] suscitou, por seu lado, o funcionamento de grandes casas importadoras no Rio e em Santos, que dispunham, assim, de um forte controle do mercado consumidor, inclusive dos varejistas que foram surgindo a despeito da rigidez na circulação de mercadorias”. Martins identificou não só a proeminência do capital estrangeiro na produção e transações do café, mas também na própria circulação de mercadorias importadas. Já que, “Como o fazendeiro só podia vender o seu café ao comissário, para ‘interiorizar’ a sua atividade empresarial na produção, essas casas importadoras adquiriram um acentuado domínio do consumo, preservando o círculo: fazendeiro-comissário-exportador/ importador-comissário-fazendeiro”. Essa lógica de funcionamento irá mudar depois de 1896, com o surgimento dos institutos de crédito organizados pelos próprios fazendeiros e comerciantes ligados ao complexo do café. Contudo, ainda segundo ele, “o acontecimento mais importante está no controle direto adquirido pelos importadores sobre os consumidores, através de uma rede poderosa de estabelecimentos e serviços” (grifos nossos). (MARTINS, José de Souza. *Op.cit.*, pp.80-81).

²⁶ O quadro da dependência econômica estrutural dos países latino-americanos, ainda hoje, impossibilita a solução de questões básicas na vida do proletariado urbano e rural que, impelidas a uma difícil condição de vida nas periferias das grandes metrópoles latino-americanas, representam a parcela populacional que está mais exposta a uma curta expectativa de vida. Em recente matéria exibida na televisão aberta sobre o problema da rede sanitária, o Jornal Bandeirantes noticiou que, 48% dos municípios brasileiros não possuem rede de saneamento básico de coleta de esgoto. A mesma questão foi discutida pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), em audiência pública no Senado Federal, pedindo atenção do Senado e do governo “para mudar essa realidade”, através da “universalização do saneamento básico no Brasil”. (Fonte: www12.senado.leg.br – acesso em 29/10/2019).

inferimos nas relações entre capital e trabalho no meio fabril, sobretudo nas primeiras décadas do século XX, num quadro nada alentador da industrialização brasileira.

A indústria têxtil paulista na concorrência com tecidos importados sofreu dificuldades de comercialização da produção em virtude da concorrência em tecidos importados, levando o acúmulo de estoques nas tecelagens. A redução da produção proposta pelo Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo – CIFTSP buscou solucionar esse problema. A proposta era reduzir a produção por meio da diminuição dos dias trabalhados, aproveitando as vultosas reservas acumuladas durante anos, principalmente no período correspondente à Primeira Guerra Mundial. Ocasão em que a indústria estava em excelente situação e os lucros médios anuais dos empresários do setor ultrapassava os 50% conforme consta no relatório do secretário comercial da embaixada inglesa (A Manhã, RJ. 6/7/1926; apud RIBEIRO, 1988, p. 73).

Essa desvantagem se renova, conforme Florestan Fernandes (1968, p. 168), gradativamente de acordo com as condições forçadas pelo esquema de dominação imperialista, que se dão nos países localizados na periferia do *'processo civilizatório'*, que sofre duplamente ao absorver o padrão capitalista de exploração compartilham: a) em virtude da não realização de todos os requisitos estruturais e dinâmicos necessários para “o desenvolvimento estável civilizatório”, na medida que não possuem meios efetivos para colher benefícios, vantagens e compensações mais duradouras; b) como consequência da adaptação dependente, ao se associarem às nações que comandam o “processo civilizatório”, essas sociedades permanecem subordinadas a um crescimento sociocultural controlado de fora para dentro em proveito de interesses externos, muitas vezes avessos aos seus próprios interesses nacionais. Observação que continua atual nesta fase neoliberal do capitalismo, iniciada pelos governos Ronald Reagan (1981-1989) e Margareth Thatcher (1979-1990). Na América Latina, sob o regime de Pinochet, as diretrizes econômicas do neoliberalismo foram implantadas com grande prejuízo aos trabalhadores e suas aposentadorias²⁷.

²⁷ O Chile foi sacudido por uma onda de manifestações desde entre 2019 e 2022. Essa onda culminou num processo político amplo de Constituinte, onde mudanças na política para educação, previdência social e outros direitos deram a tônica para mudanças. Resultou desse processo a derrota da direita chilena e a consequente eleição de um candidato identificado com políticas defendidas nos protestos, trata-se de Gabriel Boric (ex. líder estudantil) que derrotou o candidato de direita José Antonio Kast, da Frente Social Cristã. A posse de Boric foi em março de 2022, com forte expectativa de adoção ou não das propostas de mudanças na Constituição do Chile. Conforme referendo popular realizado em setembro de 2022, a proposta de mudança constitucional foi rejeitada por ampla margem, isto é, 62% a 32%. Com isso, *continua válida a Carta* em vigor desde a época da ditadura de Augusto Pinochet, que durou de 1973 a 1980. Grifos nossos. Ver: (g1.globo.com – acesso em 25/11/2022).

Em síntese, as classes dominantes locais de sociedades em desenvolvimento cumprem suas funções históricas com papéis invertidos. Pois, ao invés de empenhar-se por uma postura autônoma de suas sociedades nacionais, agindo como promotores de cultura e de novas modalidades sociais, na prática, “operam como agentes e principais responsáveis de uma especialização que converte aquelas sociedades consumidoras retardatárias e frustrada do progresso sociocultural alheio” (FERNANDES, 1968, p. 170). A frustração a qual Florestan aborda produziu a mistificação do “complexo do vira-latas”, imagem depreciativa que nós, brasileiros, fazemos de nós mesmos.²⁸ Quer dizer, certo complexo de inferioridade incorporado pela sociedade brasileira quando sempre se vê em desvantagem sociocultural em relação ao mundo anglo-saxão americano ou europeu.

Para Aníbal Quijano (1970, p. 138), pensador econômico e social peruano, que atuou na CEPAL em 1966, no Chile, a cultura dependente resulta da pressão combinada de mecanismos externos e internos de influência sobre as populações em sociedades, principalmente dos centros urbanos em desenvolvimento. Passam a ignorar sua própria cultura e interiorizar, em certa medida, o que é produzido e vendido no complexo de produção do mercado industrial, induzindo a processos de alienação cultural por meio dos quais os monopólios internacionais se alimentam com requintes mercantis, desvirtuando, em certa medida, a capacidade de discernimento sociocultural de um povo. Mas a questão principal aqui é o lugar que as classes dominantes locais ocupam nesse intrincado mecanismo de alienação cultural. Embora não seja a nossa intenção aprofundá-lo ou mesmo confrontá-lo com outros autores do assunto, nosso único objetivo é mostrar, pontualmente, a abrangência da dominação que as potências capitalistas avançadas exercem sobre sociedades em desenvolvimento ou atrasadas como a nossa.

O papel subserviente das burguesias ditas ‘nacionais’ no tocante aos detentores do capital estrangeiro, no sentido pleno do termo, de acordo com Quijano, foi em virtude da nossa alienação societária que perdemos a nossa autonomia de gerar o desenvolvimento *a fortiori*, digo, por causa de uma razão própria mais forte. Ao submeter-se ao esquema

²⁸ A imagem do ‘mazombo’ (antigo português) ilustra bem o caráter da elite econômica e política brasileira, termo oriundo do quimbundo angolano, diz muito: “grosseiro, atrasado, bruto, iletrado” se encaixa bem no retrato da elite brasileira. Sentindo-se estranho em sua própria terra, olhos sonhadores e voltados para o estrangeiro. Criando um traço bem particular que é a ausência do senso de pertencimento. Alheio a qualquer propósito coletivo e acostumado ao lucro fácil e rápido se vê num profundo estranhamento com o meio social o qual está inserido. Para a elite tupiniquim, o *outro* é sempre mais interessante. (GIANNETTI, 2018).

de dependência *consentida* (Brasil independente) e *tolerada* (Brasil República) pelas classes dominantes locais,²⁹ o autor enfatiza que:

A alienação societária consiste na predominância de formas sociais de dominação política, econômica e estatutária, baseada na oligopolização do poder, que, por sua vez, conduz a uma relação disfuncional entre massa e elite. Ela leva a privatização do *status quo* e é incompatível com qualquer processo efetivo de desenvolvimento socioeconômico. Além do mais, as massas começam inevitavelmente a luta pela igualdade e participação nos benefícios sociais. As elites, em seguida, baseadas na oligopolização do poder, tornam-se dependentes do apoio estrangeiro a fim de controlar suas próprias massas. São levadas, portanto, a comerciar a independência e a autonomia nacionais em troca de ajuda externa (QUIJANO, 1970, p. 72-73).

Ao relevar a questão da dependência, queremos ressaltar que as potências de caráter imperialista empreendem seu domínio por caminhos que variam das costumeiras pressões diplomáticas e econômicas ao emprego da sujeição comercial e financeira, e, não raro, se preciso, a força da violência militar. Assim, a lógica que orienta todo propósito de dominação das potências econômicas situadas no elo forte do capitalismo avançado consiste em impor o subdesenvolvimento como projeto de alinhamento estrutural capitalista. Desta forma, a anacrônica relação centro-periferia, que a literatura cepalina abordava como “modo de produção subdesenvolvido”, não se dera conta dos aspectos internos que acionam as estruturas de dominação que satisfazem os mecanismos de acumulação próprias de nações como o Brasil.³⁰

A perspectiva adotada pelo pensamento cepalino para explicar o desenvolvimento latino-americano sempre privilegiou uma visão a partir das ‘relações externas’, colocando o problema sob o foco da ‘oposição entre as nações’. Todavia, essa questão é interpretada por Chico de Oliveira pelos termos dos conflitos políticos de classes, em que “o desenvolvimento ou crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre classes sociais internas” (OLIVEIRA, 2013, p. 33)³¹. Em 2001, num interessante livro de ensaios

²⁹ Conceitos empregados por (SINGER, 1998).

³⁰ Na reflexão das trocas desiguais entre centro-periferia, Francisco de Oliveira mostrou a pertinência teórica do modelo crítico do desenvolvimentismo, expôs novamente as ameaças que as novas condições globalizantes haviam se transformado em anacronismos às especificidades históricas do país. E para além de todos os desastres causados pelas relações de subordinação que não deixaram espaço para iniciativas próprias, impediu os governantes de governarem, transformando-os, mesmo se não fossem as intenções, “em verdadeiros algozes de seus próprios povos”, pois, ainda presos à lógica de subordinação aos senhores do capital, a obediência intrínseca desses governos se convertera no seu *modus operandi* para desobstruir os caminhos para a livre iniciativa do capital (OLIVEIRA, 2001).

³¹ O aparato conceitual de Florestan Fernandes serviu como modelo para Chico de Oliveira para explicar as contradições do nosso subdesenvolvimento. Florestan entendia que, “O regime de classes objetiva-se historicamente, nessas nações, de modo insuficiente e incompleto, o que impede ou bloqueia a formação e o desenvolvimento de controles sociais democráticos”. Via a riqueza, o prestígio social e o poder como

em homenagem a Celso Furtado, Francisco de Oliveira estava convencido que era bom aprender de novo essa lição, já sob o impacto da nova globalização do século XXI, afirmava que as escolhas que negam “a especificidade do subdesenvolvimento” conduziram a políticas já fadadas ao fracasso na medida em que se mostraram irremediavelmente *a-históricas*, “como se o subdesenvolvimento fosse um elo na cadeia que leva ao desenvolvimento” (OLIVEIRA; BRESSER-PEREIRA, REGO (Orgs.), 2001, p. 219).

Todavia não se enquadra nestes termos a teoria do desenvolvimento nacional defendida por Raul Prebisch e a CEPAL; defensor do mecanismo de ‘reciprocidade’ nas relações econômicas internacionais, o núcleo teórico cepalino defendia ser “indispensável realizar inversões de capital nas atividades substitutivas e exportadoras” (PREBISCH, 1969, p.102). O problema são as regras invariavelmente alienadas que o capital internacional adota para responder às demandas internas das nações periféricas do capitalismo, seja por bens de capital, seja para empréstimos estatais. Outro elemento da maior importância que foi tratado por Celso Furtado e de alcance social são os impactos que as novas tecnologias importadas causam na vida econômica local, isto é, naquelas economias que absorvem uma tecnologia quase que totalmente por empréstimo, cuja adaptação das estruturas sociais se transforma num problema de maior complexidade, como explicou nesta passagem,

A penetração da nova tecnologia no sistema produtivo, ao desorganizar uma faixa da economia artesanal preexistente, cria de imediato um problema de excedente de mão de obra sem viabilidade de absorção. Esse excedente reflui para formas artesanais de economia de subsistência, criando uma dualidade dentro do sistema econômico que condicionará todo processo social subsequente (FURTADO, 1964, p. 28-29)³²

Desse modo, a herança econômica colonial latino-americana foi reforçada pelas condições locais, e, em particular, pelas pressões das economias centrais do capitalismo,

elementos que ficam concentrados em alguns círculos sociais, que utilizam suas posições na superestrutura política para neutralizar as demais forças sociais. Principalmente no que concerne ao “uso do conflito e do planejamento como recursos de mudança sociocultural” (FERNANDES,1975).

³² Antonio Candido ao analisar o processo de adaptação do caipira paulista ante o fenômeno da urbanização, mostrou a transformação dos seus meios de vida na passagem à vida urbana. Um dos aspectos desta transformação, provocada pela difusão das relações capitalistas nas formas de subsistência do caipira foi que, segundo ele, “A indústria doméstica se atrofia – mas o poder aquisitivo não comporta a sua substituição satisfatória pelos produtos manufaturados. Os velhos utensílios e instrumentos são desprezados – mas os novos não se tornam acessíveis”. E o aspecto mais dramático dessa mudança se inscreve nas dificuldades de se adaptar à nova realidade: “os grupos e os indivíduos vão-se desprendendo da absorção do meio imediato – mas não têm elementos para promover de maneira adequada o reajuste a novos meios” (CANDIDO, 1964).

principalmente a Grã-Bretanha. Em toda a América Latina, os comerciantes de origem inglesa se posicionaram estrategicamente: em Buenos Aires, Rio de Janeiro, Santiago, Veracruz, Cartagena e Lima. A Grã-Bretanha, promotora da Revolução Industrial, e desenvolvida no campo técnico-industrial, consolidou-se como potência hegemônica nas relações econômicas com o continente. Por conseguinte, a América Latina prosseguia com às suas tradicionais atividades agroexportadoras, adotando o fator produtivo mais barato e abundante, a terra, e uma força de trabalho superexplorada. Neste contexto dependente, a terra no México, Brasil e Argentina emerge como fonte de segurança, renda e prestígio (STEIN, 1977, p. 105). Assegurando todas as condições para o surgimento de uma burguesia agrária apoiada na exploração da terra como atividade geradora de lucro e poder e intrinsecamente vinculada aos agentes do capital estrangeiro. Não podemos esquecer que mesmo a indústria, que aqui se desenvolveu na segunda metade do século XIX, possuía um papel complementar ao setor agrário-mercantil.

No plano conceitual, as ideias do núcleo cepalino sobre o subdesenvolvimento se baseavam na ilusão de que as possibilidades de ajuda para preencher carências de um modelo criado pelas próprias relações de dominação capitalista podiam levar os países subdesenvolvidos ao irremediável progresso desenvolvimentista. Essas relações decorriam de uma formação histórico-econômica particular, em que dois “polos contrários e contraditórios” se afirmavam numa relação em que o “atrasado” e o “moderno” não se sustentavam como termos explicativos. Uma vez que, colocados pela mesma posição dualista, aquela em que o desenvolvimento precisa ser difundido do setor capitalista avançado para o setor tradicional ‘atrasado’, onde o último devia ser progressivamente ‘modernizado’ e integrado ao campo econômico mais poderoso da economia mundial. Tais concepções, segundo André Gunder Frank (1980, p. 142), “estão implícitas em, virtualmente, toda a política, teoria e ideologia burguesas, reformistas e ‘progressistas’ internacionalmente entre os países industrializados e o Terceiro Mundo”. Pela chave cepalina, o desenvolvimento econômico de uma nação dependente pode ser possível através do processo de diversificação a partir de uma base exportadora e pela substituição de importação.

Não obstante, Francisco de Oliveira argumenta que esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. E também é um dos temas teóricos que mais trouxeram consistência ao debate em torno da questão do desenvolvimento do capitalismo periférico, realizado por alguns autores a partir do conceito dialético de ‘moderno’ e ‘arcaico’ como sentença de uma mesma

contradição, ou até de um mesmo destino. Alguns expoentes que procuraram mostrar a interação desses dois termos na formação histórica do Brasil: Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Rui Mauro Marini, José de Souza Martins, Jacob Gorender, Francisco de Oliveira. Em suma, como bem anotou Chico de Oliveira (2013, p. 32) “o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade dos contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”.

O modelo de capitalismo que despontou e vingou na América Latina e reproduziu as formas de apropriação e de expropriação particulares ao capitalismo moderno, no tocante aos níveis de circulação das mercadorias e da própria organização da produção fabril, constituiu-se como projeto dependente inserido nas relações do livre-mercado e subordinado às potências hegemônicas do capitalismo monopolista. Além do mais, possuía um importante componente adicional que guardava suas especificidades: a acumulação de capital se institui efetivamente para promover a expansão dos núcleos externos e internos, isto é, às burguesias imperialistas e seus agentes socioeconômicos dependentes internos. Esses retêm a parte minoritária do excedente gerado pelas economias dependentes de base agrícola. O que faz com que essas burguesias cumpram um papel subserviente nos arranjos frente ao capital internacional, e atuem como uma espécie de sócias menores do capital imperialista, embolsando esse pequeno excedente e destinando a parte substancial ao capital estrangeiro.

Porém, na realidade a questão de maior relevância deixada de lado pelos cânones da Cepal é que a exploração concentrada de riquezas se processa à custa dos setores assalariados e carentes dos trabalhadores, que são submetidos a procedimentos permanentes de “sobre apropriação e sobre expropriação capitalistas”. Da ideologia da ‘inovação’ se fez a regra: ‘a nova mentalidade industrial’, ‘as novas estruturas econômicas’, ‘a política para o desenvolvimento’ etc. Esses símbolos foram parte do esforço ideológico dos capitalistas na defesa de valores que figurassem como justificativas às possibilidades de desenvolvimento econômico e social no curso histórico das nações dependentes. Entretanto, o caráter das transformações defendidas pelas posições reformistas da CEPAL, tiveram alcance superficial e incompleto, na medida que a degradação material e também moral do trabalho persistiu nas relações de classes. Daí a preocupação de alguns autores, já trabalhados aqui, em situar a luta de classes como elemento fundamental na perpetuação das relações do capitalismo dependente ao imperialismo, todavia, não como produto histórico, mas como projeto de *subdesenvolvimento* na cadeia de expansão do capital monopolista.

Como resultado do processo de espoliação a que estão submetidas as economias periféricas ‘subdesenvolvidas’, o capitalismo dependente incorpora, conforme a posição de Florestan Fernandes, “o subdesenvolvimento social, cultural e político”³³. Em ambos os casos, “ele une o arcaico ao moderno e suscita a arcaização do moderno e a modernização do arcaico”. Esta distinção estrutural na história do Brasil consiste, até os dias atuais, no *leitmotiv* dos impasses de uma transformação radical da sociedade brasileira, na medida em que o subdesenvolvimento não só arrasta as estruturas econômicas para perpetuações arcaicas, mas acaba por estimular uma ‘modernização’ autoritária e limitada em todos os níveis socioculturais e econômicos, em outras palavras, “o subdesenvolvimento opera paralelamente em todas as esferas da vida”³⁴.

Em suma, o aspecto mais dramático das relações de dependência, ainda vigentes atualmente, apontam para a impossibilidade de defesa de uma ordem social que nunca atinge os níveis de eficácia que são definidos institucionalmente, segundo padrões inatingíveis. Enquanto no outro extremo dessa mesma questão a viabilidade da ordem social burguesa dependeria, neste plano hipotético, da negação do subdesenvolvimento nos planos econômico, político, social e cultural. Todavia, as regras impostas pelos mecanismos de controle social e econômico que se expressam nas disputas de classes, sob o capitalismo dependente, “não se organizam para dar viabilidade aos requisitos ideais de sua ordem social” (OLIVEIRA, 2013, p. 64), gerando, assim, um dilema que só pode ser partido através da ruptura radical³⁵ dos termos de exploração e domínio

³³ Na reflexão sobre aspectos da dominação concebida pelo imperialismo cultural, Michel Löwy afirma que ainda hoje, sob o capitalismo neoliberal, “o fetichismo da mercadoria é um aspecto central da cultura imperial: ele é uma espécie de pseudo-religião, que transforma a mercadoria – assim como o mercado e o dinheiro – em fetiches, em ídolos que exigem sacrifícios humanos. [...] visam à redução de cada ação humana, de cada sentimento humano – cultural, social, religioso, erótico ou artístico – em mercadoria a ser comprada ou vendida segundo seu valor mercantil” (MARTINS; BRUCKMANN, (Orgs). SANTOS, (Coord.), 2008). (Cf. Marx, 2009), (BENJAMIN: *o Capitalismo Como Religião*).

³⁴ A vitória de Jair Bolsonaro nas eleições 2018 é a expressão mais acabada do “subdesenvolvimento como projeto”, cujo velho carcomido exerce seu arcaísmo em todas as esferas do poder de Estado: política-institucional, socioeconômica e cultural, se torna numa espécie de ‘Frankenstein social’. ensejado pelo autocratismo das classes dominantes, como expusemos aqui, o campo conceitual desse fenômeno provocado pelas relações de dependência. A inoperância criminoso do Governo Bolsonaro em relação a pandemia da Covid-19, que assolou o mundo, deixa evidente o caráter subordinado dos homens públicos a interesses prejudiciais ao país. O próprio imunizante contra a Covid-19 pleiteado mundialmente nunca figurou como prioridade do governo; resultado: 685 mil mortos em dados de 15/9/2022. Uma catástrofe humanitária!

³⁵ Na história mais recente do país, essa ruptura se mostrou inexistente, sobrando, portanto, apenas a energia das classes exploradas para tal feito. Por estar na condição de sócia menor do capital internacional, as burguesias locais agem no sentido contrarrevolucionário. Assim, qualquer transformação que se queira na ordem social vigente, não virá dos capitalistas locais, mas sim da massa explorada e despojada de direitos mínimos.

exercidos pelo capital hegemônico na figura das grandes potências. O que dificilmente se tornaria realidade sem, antes, a derrota da racionalidade do capitalismo dependente expresso de modo a privilegiar e aprofundar a acumulação dobrada do excedente gerado pela economia nacional.

A continuidade e a constante preservação dos vínculos de subordinação ao capital internacional na condição de satélite dos dinamismos econômicos, socioculturais e políticos revela dois aspectos dessa articulação que são o imperialismo econômico e o capitalismo dependente.³⁶ Esses dois elementos se inscrevem como produtos diretos e mais importantes do capitalismo evoluído em escala internacional (OLIVEIRA, 2013, p. 59).

Por sua vez, o incipiente setor industrial dedicado ao mercado interno proporcionou uma base objetiva para a mudança das atividades econômicas na medida que se insistia as crises do mercado mundial. É por isso que, diante de restrições ou dificuldades de importações, abriam-se novas possibilidades de crescimento direcionadas ao abastecimento do mercado interno. Assim, como já foi dito por outros autores, o setor industrial brasileiro irá se beneficiar com o excedente econômico produzido nas atividades agromercantis, mediante a diminuição das oportunidades de investimento que aí se verifica e a tendência desse excedente fluir através do sistema bancário até à indústria (MARINI, 1970, p. 12)³⁷. Em termos concretos, o capitalismo brasileiro orientou-se no sentido de um desenvolvimento deformado, pois com o início da etapa imperialista das relações capitalistas internacionais, não se deu nenhuma mudança substancial na economia nacional e, pior, submergiu a uma situação de dependência crescente diante do capital imperialista internacional. Com destaque para a atuação econômica dos Estados

³⁶ José Carlos Mariategui ao tratar da história do Peru, reafirmou a condição em que se encontravam os países latino-americanos nas demandas junto ao capital internacional, ele enfatizou que a organização financeira das culturas agrárias, cujo desenvolvimento e utilidades são dirigidos pelo mercado mundial, não são resultados da previsão nem da cooperação dos “latifundiários”. Conforme Mariategui, “A única coisa que a propriedade fez foi adaptar-se ao impulso que lhe veio de fora”. E na medida em que o capital internacional aciona a sua intermitente procura por terras, braços e mercados, buscou financiar e dirigir o trabalho dos proprietários rurais, concedendo dinheiro em forma de empréstimos; exigindo-lhes como garantias seus produtos e suas terras. Mariategui salienta que essa lógica de atuação do capitalismo monopolista se deu em toda a América latina com pequenas variações particulares às características de cada país (MARIATEGUI, 1975).

³⁷ O papel do capital bancário no processo de industrialização brasileiro é citado, embora sem a profundidade merecida, por uma ampla gama de autores: Sérgio Silva, José de Souza Martins, Wilson Cano, Warren Dean, Stanley Stein, Ladislau Dowbor, dentre outros. Em 1920, havia algo em torno de 16 instituições bancárias na capital paulista, em sua grande maioria de origem estrangeira. Para se aprofundar, há o ensaio de Flavio Saes e Tamás Szemrecsányi: “O Papel dos Bancos Estrangeiros na Industrialização de São Paulo”. Originalmente publicado no México (no espanhol) numa coletânea de ensaios na área de História Econômica, o traduzi em 2020, mas ainda sem publicação.

Unidos que, desde a década de 1920, se direcionou estrategicamente para o continente latino-americano, abrindo firmas e investindo capitais em forma de crédito.

As implicações imediatas e às de longa duração cobraram um alto preço às classes trabalhadoras, conforme Rui Mauro Marini,

A consequência mais importante deste fato é que, ao contrário do que acontece com as economias capitalistas centrais, o subimperialismo brasileiro não pode converter a espoliação, que pretende realizar no exterior, em fator de elevação do nível de vida interno, capaz de amortecer o ímpeto da luta de classes; tem, ao contrário, pela necessidade que experimenta de proporcionar um sobre-lucro a seu sócio maior norte-americano, que agrava violentamente a exploração do trabalho no marco da economia nacional, no esforço para reduzir seus custos de produção (MARINI, 2000, p. 98-99).

Em conformidade com a teoria de Marini, na condição de economia subordinada ao sistema imperialista, as classes dominantes brasileiras mostraram-se inteiramente incapazes de atender às aspirações do progresso material e de democracia política no Brasil. Ao contrário, tenderam a acentuar os seus elementos mais irracionais, mandando quantidades crescentes do excedente econômico para os países que operam políticas econômicas de cunho monopolista nos centros do capitalismo³⁸.

1.5. As Antinomias do Capitalismo Dependente Brasileiro

Nesta seção procuramos situar as condições históricas em que o capitalismo brasileiro se deu. A nossa análise repousa nas elaborações teóricas de Florestan Fernandes, que interpretou a implantação da ordem capitalista como expressão da Revolução Burguesa no Brasil, revelando suas limitações estruturais. O padrão dependente de desenvolvimento do capitalismo brasileiro submetido aos centros hegemônicos do imperialismo constitui o nosso principal foco.

Podemos definir essa nova fase do capitalismo no Brasil pelos investimentos e construção das estradas de ferro, instalação de serviços bancários, empréstimos ao governo, setor comercial, industrial³⁹ e a cafeicultura. No final do regime monárquico

³⁸ No final da década de 1960, a participação dos grupos bilionários e multibilionários não só exerceram uma indiscutível liderança nos setores econômicos em que atuavam, mas principalmente, como capitais atuantes onde a tendência à monopolização ou oligopolização estava colocada na ordem do dia. Logo, para corroborar essa tendência, 58,6% dos grupos estrangeiros que operavam no Brasil à época, 84,6% eram de origem americana e 37,5% de outros; com participação predominante no mercado. Desses, dez grupos ocupam uma posição destacada de liderança (oito americanos e dois não americanos), sendo os maiores produtores nos mercados em que atuavam (CARDOSO; FURTADO (Org.), 1979).

³⁹ O historiador brasilianista Stanley Stein, em sua memorável obra sobre a indústria têxtil brasileira, escreveu que no ano de 1913, “a concorrência entre fábricas brasileiras havia se intensificado, isso em

brasileiro, 1889, o Brasil já possuía uma dívida de cerca de 30 milhões de libras à Inglaterra, pelas quais se haviam empenhado as rendas aduaneiras da quase totalidade dos portos brasileiros. Apesar de mostrar-se contrário a novos empréstimos internacionais, argumentando que “O lema da República deve ser: fugir dos empréstimos e organizar a amortização, não contrair novas dívidas e reservar, ainda que com sacrifícios, no seu orçamento, quinhão sério ao resgate”, o então Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, teve que aceitar mais um novo empréstimo de £ 3.170.000, solicitado por Floriano Peixoto, em 1893, para pagar armamentos adquiridos na Revolta da Armada (BASBAUM, 1981, p. 134).

Não fora diferente com o novo Presidente da República, o paulista Prudente de Moraes que, como representante direto dos interesses dos cafeicultores, contraiu, em 1895, um novo empréstimo dos Rothschilds de £ 7.442.000. Contudo, em face da crise que o setor cafeeiro vivia e das dificuldades que o país atravessava, os efeitos do empréstimo foram praticamente nulos. Obedecendo a lógica da dependência, três anos mais tarde o país encontrava-se novamente em apuros. Não será diferente na presidência de Campos Sales (1898-1902) que antes de tomar posse se reúne com os credores do Brasil em Londres com a finalidade de conseguir uma moratória da dívida externa brasileira, a qual atingia a casa de £ 84.000.000, além de propor o *fuding loan* com os Rothschilds⁴⁰, comprometendo-se com os banqueiros ingleses a “não contrair novos empréstimos externos enquanto vigorasse acordo”. Porém, a dinâmica de empréstimos externos contraídos pelo governo brasileiro persistiu, em resumo: entre 1893 e 1927, foram tomados junto aos bancos ingleses cerca £ 103.137.433, e no decorrer de seis anos o Brasil contraiu uma dívida de U\$ 176.500.000 dos Estados Unidos somados aos 405.000.000 francos emprestados da França (BASBAUM, 1981, p. 135).

decorrência do desequilíbrio financeiro. Assim, o “volumoso influxo de capital estrangeiro entre 1908 e 1913, destinado não só aos governos estaduais e ao federal como às empresas privadas, diminuiu abruptamente ao se iniciar a guerra nos Balcãs”. A esse contexto de empréstimos adquiridos no exterior, somava-se “a precária situação da balança comercial brasileira em decorrência do grande volume de compras realizadas no exterior e do colapso dos preços do café e da borracha no mercado internacional em 1913. Stein nos informa, em 1912, que o Brasil havia recebido uma quantidade líquida de ouro de \$17.000.000 contos de réis; mas que no ano seguinte, o quadro do fluxo se invertera, “registrando uma sangria de \$23.000.000” de contos de réis (STEIN S, 1979).

⁴⁰ Medidas econômicas adotadas pelo então ministro da economia do governo Campos Sales, Joaquim Murtinho, consistia em dar garantias, por meio das receitas do serviço de abastecimento de água do Rio de Janeiro e da Estrada de Ferro Central do Brasil, ao empréstimo de 10 milhões de libras junto aos bancos ingleses dos Rothschilds.

Por sua vez, o capital inglês entrava nas primeiras décadas do século XX em uma disputa cada vez mais acirrada pelos mercados externos, com a consolidação do sistema imperialista que indicava as tendências de inserção das economias de tipo colonial ao sistema capitalista internacional, levando a uma disputa crescente entre as potências da época que resultou na Primeira Guerra Mundial. Sobretudo a disputa da Inglaterra com a Alemanha pelo espólio do Império Turco-Otomano, que vinha se desintegrando. As campanhas militares lideradas pelo lendário personagem inglês, Lawrence da Arábia⁴¹, sob os auspícios do Império Britânico, ilustram bem esse quadro de acirramento interimperialista no pré-guerra.

Os saldos expressivos conseguidos pelo comércio agroexportador obtidos pela economia brasileira permitiram acertos com certa regularidade aos grandes compromissos externos, que vinham aumentando concomitante ao crescimento econômico do país, quer dizer, serviços da dívida pública, pagamentos de dividendos e lucros comerciais das empresas estrangeiras que operavam no Brasil. Além disso, mais um fenômeno quase ignorado no passado que começava a ganhar certa importância nas finanças brasileiras: remessas de fundos realizadas pelos imigrantes a seus países de origem.

Para se ter uma noção desses compromissos, as inversões de capitais externos eram admitidas para reforçar os saldos comerciais da balança, principalmente os empréstimos feitos pelo poder público. Com as possibilidades de empréstimos abertas sob o regime republicano, não só o governo central podia se beneficiar deles, mas também os Estados que, tornados autônomos pela República, passam a desfrutá-los com toda pompa; direito que as municipalidades não desdenharam, já que solicitar empréstimos no exterior havia se convertido num bom expediente para sanar despesas rotativas e honrar juros rolados de dívidas infinitas. Para se ter uma ideia, a dívida externa brasileira cresceu de pouco menos de 30 milhões de libras em 1889, para quase 90 milhões em 1910. Não contentes com o endividamento externo, o Estado brasileiro às portas da Grande

⁴¹ Lawrence da Arábia foi arqueólogo, militar e agente do serviço secreto inglês. Quando eclodiu a Primeira Guerra Mundial, em agosto de 1914, uma boa parte do Oriente Médio achava-se sob controle do Império Turco Otomano. No continente africano o grande vale do rio Nilo, que abrangia os territórios do Egito e Sudão, pertencia ao Império Britânico. Assim, separados apenas pela península desértica do Sinai e do Mar Vermelho, o embate entre os dois impérios era inevitável. Cabe lembrar que já havia um acordo secreto entre o governo imperial turco com às potências centrais da Europa: Alemanha e o Império Austro-húngaro. A política dos ingleses foi apoiar as revoltas árabes contra os turcos, como em junho de 1916, quando o líder da cidade sagrada de Meca, Hussein Ibn Ali, iniciou uma revolta com o intuito de pôr fim a séculos de dominação otomana. Em suma, Lawrence *mutatis mutandis*, em nome da coroa britânica.

Depressão Mundial de 1929, exibia os números da dívida externa que chegava à casa dos 250 milhões de libras esterlinas. Isso sem computar aquelas dívidas contraídas pela iniciativa privada. Em conformidade com a análise feita por Caio Prado Júnior (1953, p. 217-218), foi graças a esse expediente que as finanças externas do Brasil conseguiram um relativo equilíbrio, “saldando-se normalmente durante certo prazo a sua balança de contas com o estrangeiro”.

Apesar disso, a concentração cada vez maior das atividades produtivas de um punhado de gêneros para exportação, a consequente estruturação de toda vida econômica do país sobre bases frágeis e dependentes das reações dos distantes mercados exteriores fora de sua influência, tornava esse sistema baseado na exportação de produtos agrícolas uma presa das suas próprias contradições, na expressão de Caio Prado, “essencialmente frágil e vulnerável” (PRADO JUNIOR, 1953, p. 218). Aspecto que só reforçava o grau de dependência tendo em vista que existia o propósito de ampliar os vínculos de mercado, sob estreitos critérios definidos pelas potências econômicas na divisão internacional capitalista do trabalho. Nesta divisão mundial, o Brasil assim como toda a América Latina, são inseridos como fornecedores de artigos agrícolas, principalmente tropicais. As consequências das contradições sentidas pela economia brasileira não tardarão a afetar o Brasil, vulnerável às crises que se alternavam numa dinâmica econômica marcada pelo excesso produtivo, irão comprometer a saúde econômica futura do país. No caso do café, já havia sido notada perturbações desde o início do século XX, com quedas de preços e dificuldade de escoamento da produção. A borracha figurava como produto em fase de profunda crise, por conta da concorrência inglesa na Ásia que conseguiu excluir a borracha brasileira dos mercados internacionais, após contrabandear mudas de seringueiras da região amazônica para a Ásia.

O Estado, neste mesmo período, realizou uma série de obras importantes para modernizar os portos, como o de Santos, Rio de Janeiro e do Recife. A Lei nº 957, de 30 de dezembro de 1902, autorizava o governo a requerer empréstimos externos para financiar tais obras. Assim, o Estado se endividava no exterior para financiar a projeção de economias destinadas ao setor de exportação. Foi assim em 1903, 1909, 1911 e 1913 com repetidos empréstimos que visavam o incremento de negócios dos principais produtos destinados ao exterior: café, açúcar, mate, tabaco, borracha, cacau, couros e peles. Contudo, o peso político exercido pelo setor agroexportador sobre o aparelho de Estado era favorecido, segundo Ladislau Dawbor (1982, p. 110-112), “para além do próprio peso econômico do setor”. Na verdade, isso era resultado, segundo ele, da própria

concentração geográfica que o plantio do café apresentava, com os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, formando um arco de poder político e econômico extremamente influente no poder de decisões governamentais da Primeira República. Entretanto, de acordo com os marcos do sistema de dependência da economia brasileira, na expressão de Florestan Fernandes, aos ‘centros hegemônicos de dominação imperialista’, nos faz pensar esta questão embasada na acepção conceitual de Marcos Kaplan, quando ele sugere que, “este Estado serve os interesses da classe dependente local, no quadro de um sistema definido pelos interesses do capitalismo dominante” (KAPLAN, 1969, p.72).

Por outro lado, abriam-se possibilidades em face de um maior domínio da vida econômica em que o país entrava, isto é, renovar os métodos agrícolas de produzir para exportação e não para o consumo interno, que culminou na tese do “crescimento econômico dependente” defendida por vários autores da historiografia econômica⁴². Assim, ao se especializar economicamente na produção de bens agrícolas, obtendo os excedentes necessários para o capital reproduzir-se com as exportações para o mercado externo, revelavam-se as fragilidades do mercado interno.

A situação do mercado que se configura a partir das relações econômicas desse período e de suas conexões com o exterior, levou Florestan a pensar em três aspectos para entendê-lo. Primeiro, o predomínio da exportação; segundo, a importação como forma de mecanismo que pudesse corrigir a especialização da produção agrícola; e terceiro, a dependência em relação ao exterior no sentido de formar e aplicar o excedente econômico em instituições financeiras. A condição do mercado que se desenhava no plano da economia a partir dos três aspectos mencionados acima, cumpriram, segundo ele, o papel de dinamizar a vida econômica num contexto específico que necessitava de “um forte impulso inicial no desenvolvimento interno do capitalismo” (FERNANDES, 1975, p. 87).

Ao buscar entender a dialética de quando e como se deu a revolução burguesa no Brasil, Florestan Fernandes procurou situar as especificidades do padrão de desenvolvimento do capitalismo que se realizou no Brasil, visto como um fenômeno de alcance limitado. Por ser um modo de produção integrado à economia mundial, o capitalismo que se implantou no Brasil já nascia dependente. Ora, diante disso, ele é

⁴² Em conformidade com a concepção de F.H. Cardoso e Enzo Faletto, Francisco de Oliveira observou que, “a ‘dependência’ articula os interesses de determinadas classes e grupos sociais da América Latina com os interesses de determinadas classes e grupos sociais fora da América Latina. A hegemonia aparece como resultado da linha comum de interesses determinada pela divisão internacional do trabalho” (OLIVEIRA, 2013).

enfático em afirmar que nenhum ‘projeto nacionalista’ poderia demover o Brasil dessa condição estrutural, já que tal possibilidade só se efetivaria com o rompimento da estrutura agrária, predominante na base das relações de poder. A situação de dependência gerava limitações à constituição de um capitalismo nacional que, aliás, por si só, já é bem contraditório (Apud REIS, 1999, p. 213-214).

Por ter se defrontado com estruturas econômicas, sociais e políticas lentamente elaboradas sob o condicionamento do regime colonial, o capitalismo brasileiro fora introduzido antes da organização das bases que dão a liga para a expansão e reprodução da *ordem social competitiva*. Essa nova ordem organizaria institucionalmente o *padrão de dominação* que permitiria certo equilíbrio que se encontra ligado ao funcionamento capitalista, adaptando-o aos potenciais processos econômicos e socioculturais locais existentes, e dos limites estruturais que limitaram as possibilidades do desenvolvimento e da modernização do país, bem como dos seus agentes econômicos (FERNANDES, 1975, p.149).

De acordo com José de Souza Martins, no contexto histórico do final dos anos 1960, no qual essa reflexão foi concebida, quer dizer, no cenário do *nacionalismo desenvolvimentista*, Florestan defendia transformações no âmbito social dialogando com a superação do “*atraso*” na formação social brasileira:

Nas ‘sociedades nacionais’ dependentes, de origem colonial, o capitalismo é introduzido antes da constituição da ordem social competitiva. Ele se defronta com estruturas econômicas, sociais e políticas elaboradas sobre o regime colonial, apenas parcial e superficialmente ajustada aos padrões capitalistas de vida econômica. [...] A rigor, tais estruturas produziram um resultado útil apenas porque preencheram – onde tal coisa chegou a ocorrer numa escala eficaz – a função histórica de preservar o controle político de decisões econômicas vitais em mãos nacionais. [...] O Brasil corresponde normalmente a essa regra. Nele, as estruturas econômicas, sociais e políticas da sociedade nacional subsequente determinaram, a curto e a longo prazos, as proporções e o alcance dos dinamismos econômicos absorvidos do mercado mundial (FERNANDES, 1975, p. 150).

Na perspectiva de entendimentos do processo histórico brasileiro a partir da sua contradição sistêmica, as burguesias dos países da periferia do capitalismo são entendidas como portadoras de traços negativos, desde a “falsa consciência burguesa” ou da defesa de “interesses particularistas e egoístas”, daí resulta a tendência de separar o desenvolvimento capitalista e a democracia, para uma forte associação racional entre “desenvolvimento capitalista e autocracia”, potencializando seus vícios estruturais (FERNANDES, D’INCAO (Org.), apud ALMEIDA, 1987, p. 217).

Esse desvio na gênese da formação da burguesia brasileira é tributário de vários fatores diante da comparação, em termos gerais, com as burguesias do centro do capitalismo europeu, que portavam a semente da revolução contra as aristocracias agrárias, seus condicionamentos sociais e econômicos. Florestan interroga a história social do Brasil a partir do reconhecimento da incapacidade de realização, de modo pleno e significativo, das virtudes da revolução burguesa. Sendo assim, traduz “uma história que ao realizar o modelo de revolução burguesa realiza-o numa orientação oposta à do modelo europeu e nos lança no mundo capitalista de modo singular e problemático” (FERNANDES; MARTINS, Introdução, 2011, p. 19).

Admitindo em parte a tese de Caio Prado Júnior, quando mostra a proeminência da economia colonial brasileira como suporte do capitalismo comercial europeu, integrada aos grandes fluxos comerciais entre os séculos XVI e começo do século XIX, Florestan ressalta a grande contradição que se converteu em um estigma deste à fundação do Estado Nacional:

Nas ‘sociedades nacionais’ dependentes, de origem colonial, o capitalismo é introduzido antes da constituição da ordem social competitiva. Ele se defronta com estruturas econômicas, sociais e políticas elaboradas sobre o regime colonial, apenas parcial e superficialmente ajustada aos padrões capitalistas de vida econômica. [...] A rigor, tais estruturas produziram um resultado útil apenas porque preencheram – onde tal coisa chegou a ocorrer numa escala eficaz – a função histórica de preservar o controle político de decisões econômicas vitais em mãos nacionais. [...] O Brasil corresponde normalmente a essa regra. Nele, as estruturas econômicas, sociais e políticas da sociedade nacional subsequente determinaram, a curto e a longo prazos, as proporções e o alcance dos dinamismos econômicos absorvidos do mercado mundial (FERNANDES, 1975, p.150).

Essas estruturas apontadas por Florestan se mostraram um tanto flexíveis no contexto da chamada reorganização do mercado colonial, ajustando-se rapidamente ao jogo de tensões do comércio envolvendo as exportações e importações, que se encontrava dominado hegemonicamente a partir de fora, mas comandado politicamente pelas elites internas. Por sua vez, essas mesmas estruturas, quando testadas no processo de expansão do capitalismo, mostraram-se pouco flexíveis e até rígidas demais na “absorção” de mecanismos cruciais para a difusão da ordem social competitiva.

Cumprir enfatizar que a questão da escravidão representou, durante certo período, um foco de polarização entre ingleses e brasileiros por causa do tráfico de escravos. A resistência do Brasil em retardar ao máximo o fim do tráfico levou a Inglaterra a assumir

posturas políticas agressivas em resposta ao tráfico de escravos da costa da África para o Brasil, o que gerou conflitos e diligências diplomáticas de ambos os lados, e resultou em sua proibição pelo governo imperial do Brasil em 1850, com a adoção da Lei Eusébio de Queirós.

Daí decorre uma de suas conclusões: ele constata que a ordem social apoiada na exploração da mão de obra escrava dificultou ao máximo os requisitos de natureza econômica, sociocultural e jurídico-política, indispensáveis para o desenvolvimento da ordem social capitalista. E mais, independentemente da incorporação de algum desses fundamentos, segundo Florestan, eles estavam irremediavelmente condenados a todo grau de ineficácia, ou a “um atendimento parcial e flutuante”, conforme os interesses econômicos dos grandes proprietários de terras, ainda sob o efeito de uma ordem econômica, política e social fortemente condicionada pela herança das práticas coloniais (FERNANDES, 1975, p.151).

O ponto culminante que integra a dominação patrimonialista estamental ao conjunto da sociedade, e que estabelece a transmissão da autoridade dessa dominação para o poder exclusivamente político, carregara consigo o que tinha de mais atrasado nas relações sociais. José de Souza Martins cunhou de “o poder do atraso”, ou da história daquilo que permanece, isto é, “a história da constituição de mecanismos de poder e da constituição de instituições em que o público e o privado se confundem” (MARTINS, 1994, p.24). Temporalidades diferentes entranhadas num mesmo presente que se constitui forjando simbioses do velho com o novo, estorvo de um passado que se move sempre que é invocado pelo presente, ameaçando conquistas civilizatórias da sociedade como um todo. A força dessa análise se mostra muito atual com o processo que culminou com a vitória de Jair Bolsonaro ao poder de Estado no Brasil, em 2018. E dos retrocessos político, econômico e social que se seguiram, liderando um governo orientado para o passado neocolonial.

Em suma, o capitalismo no Brasil surgia articulado com a fase monopolista do capital, configurando uma ordem neocolonial. Neste caso, o que caracteriza o capitalismo dependente é a reprodução e reciclagem das estruturas coloniais, herdadas do passado escravista, preservando a exclusão e exploração da grande massa que constitui os contingentes inferiores da vida social.

Excluídos de qualquer participação política e sob a ordem ‘autocrática’ burguesa imperante na Primeira República, o proletariado urbano só conseguiu ser ouvido nas suas demandas sociais nos eventos decorrentes da poderosa Greve Geral de 1917. Essa mobilização operária teve início em São Paulo e rapidamente se alastrou para outras regiões do país. Ocasão em que o protagonismo operário transpôs os muros das fábricas e irrompeu nos espaços públicos, convertendo-se numa questão social. Embora o proletariado fabril viva em crise permanente, a vontade coletiva a partir da mobilização pode transformá-lo num poderoso agente das transformações sociais.

Por outro lado, a ideia de uma “burguesia nacional” capaz de se equiparar as tarefas que as burguesias dos países centrais abraçaram, em hipótese nenhuma se sustentou como possibilidade. O caráter tardio do desenvolvimento capitalista brasileiro passou pelas vias ‘não clássicas’ da revolução burguesa, pois as particularidades da nossa resultariam especialmente do fato de que ela se processou num país dependente, primeiro do colonialismo e, depois, daquilo que Florestan Fernandes chamou de “imperialismo total”. Fazendo a burguesia brasileira preferir se aliar às velhas classes dominantes e ao imperialismo, em que assume uma política de contrarrevolução prolongada, utilizando politicamente formas mais ou menos explícitas de poder “autocrático”, a exemplo do regime militar de 1964 a 1985 (apud COUTINHO, 2000, p. 254-255).

1.6. Café e Indústria na Economia de São Paulo

Na seção a seguir, que ainda está em construção, procuramos levantar alguns elementos que integram a dinâmica do processo de industrialização de São Paulo. Destacando a proeminência da circulação de capitais oriundo da cafeicultura no incremento da atividade industrial, assim como no fomento de outras atividades correlatas à indústria.

A partir de 1906 o governo brasileiro decidiu financiar a estocagem do café no sentido de compensar as flutuações do mercado. Em 1905 os estoques de café encalhados atingiram 11 milhões de sacas de 60kg cada. Isso representava 70% do consumo internacional de um ano. O Convênio de Taubaté, acordo sacramentado entre plantadores mineiros, paulistas e fluminenses, estabelecia uma convenção que deu lugar ao primeiro plano de valorização do café. Além de criar uma caixa de convenção com objetivo principal de dar guarida aos cafeicultores quando expostos às flutuações das taxas de câmbio.

O apoio subvencionado do Estado ao setor do café configurou-se numa prática constante, que na opinião de alguns especialistas da área econômica se constituiu no fato histórico mais importante da linha adotada pelo Estado na política econômica até 1914, ou seja, do início da Primeira Guerra Mundial. Essa tendência representava a institucionalização de um artifício adotado pelos governos que dominaria a política brasileira por longos anos: a defesa do café.

Todavia, como era de se esperar, essa política gerava distorções internas na medida em que a valorização artificial do café desorganizava "o mecanismo do mercado como instrumento de orientação de investimentos". Permitindo que a capacidade produtiva do café extrapolasse em muito às necessidades. É evidente que esses fatores estão ligados às forças de pressões internas e externas que, ao que parece, determinavam tais intervenções (DAWBOR, 1982, p.112).

Entre 1890 e 1930, a economia do café se convertera em um dos principais fatores do crescimento industrial, isso devido à sua grande importância na formação de uma economia monetária no país, e, por outro lado, lançando as bases ou pré-requisitos para a constituição de um sistema de produção industrial, principalmente em São Paulo. Antes de 1872, segundo Warren Dean (1979, p. 176), havia apenas dois bancos em São Paulo, ambos eram filiais de matrizes sediadas no Rio de Janeiro. Em momentos de balança comercial favorável e a consecutiva entrada de pagamentos em dinheiro com a venda de café, os lavradores se beneficiaram e o volume de dinheiro cresceu, possibilitando a circulação do crédito bancário.

O entendimento acerca do processo de industrialização brasileiro, e em particular de São Paulo, encontrou na economia do café um inegável impulso, embora não tenha sido condicionada apenas por ela. Wilson Cano defende que "a atividade núcleo exigia enorme suporte de infraestrutura, de comércio e financiamento, o *capital cafeeiro* foi-se desdobrando, gerando ferrovias, porto, comércio, bancos, indústria e agricultura *não* [voltada para o] *café*, a qual, a partir de 1910, conduziria a substituição de importações de alimentos *simples*" (CANO, (LORENZO, COSTA (Orgs.), 1998, p. 239).

A partir da segunda metade do século XIX, muitos desses acionistas converteram-se em diretores de empresas, sobretudo bancos e ferrovias, e em consequência, envolveram-se no processo tipicamente burguês de tomada de decisões à frente de seus negócios (MARTINS, 2004, p.111).

Considerando essa visão de pensamento, surge uma camada de fazendeiros ligados à economia cafeeira, que efetiva melhoramentos em suas terras, incorporam

algumas atividades análogas aos dos empresários, associando-se a empresas industriais, investindo capitais na abertura de novas ferrovias e também se voltando para a organização de atividades bancárias no meio urbano, não levando a constituir-se, todavia, como um fenômeno, apesar de alguns autores quererem tomá-los de exemplo para identificá-los como sendo o surgimento modelar de um moderno e empreendedor burguês industrial, tornando a exceção uma regra ⁴³.

Em face do surgimento de novas relações econômicas agrárias e urbanas como parte da nova realidade engendrada pelo capitalismo monopolista que estimulou à formação da burguesia industrial brasileira dada pelas circunstâncias afirmativas do modo de produção capitalista, a agricultura de exploração forneceu inicialmente ao desenvolvimento industrial de São Paulo uma “acumulação originária” de capitais e a efetiva criação de um mercado regional com potencial superior àqueles registrados em outras regiões do país. Mas de acordo com a visão de Jacob Gorender, o caráter da produção cafeeira não figurava propriamente numa modalidade capitalista, e os fazendeiros muito menos se converteram em uma burguesia. Embora tenha prosperado na fase que se iniciava o desenvolvimento capitalista no Brasil, cumpre ressaltar um aspecto decisivo, segundo ele: “as fazendas de café eram propriedades de residentes no Brasil e não do capital estrangeiro, a exemplo do que sucedia com as plantagens de produtos tropicais em muitos países da América Latina, Ásia e África” (GORENDER, 1981, p. 33).

O autor está se referindo principalmente ao poderoso complexo cafeeiro que se formara no circuito de desbravamento de terras no Oeste paulista⁴⁴. Alerta que apesar dos

⁴³ O caso de Antonio A. Penteado ilustra *pontualmente* esse polêmico fenômeno, pois, utilizando capitais provenientes de suas fazendas na região de Casa Branca, A. Penteado pretendia inicialmente fundar uma fábrica de papel. Mas seus vínculos com a atividade cafeeira e os benefícios de medidas governamentais que proporcionaram reduções no direito de importação sobre fios de juta e aumento das tarifas sobre sacarias importadas, em 1889, levaram-no a fundar uma fábrica de tecelagem de juta. Chegou a obter a concessão de privilégio para a fabricação de artefatos de juta no Brasil por um período de 15 anos, medida essa anulada pelo governo republicano. Contando com 50 teares, quando inaugurada, em 1899, a fábrica viu-se ampliada para 600 teares, empregando a mão de obra de 1.300 operários. Tinha capacidade para o fabrico de 60 mil metros/dia, enquanto somava uma produção anual de 14 milhões de metros de tecidos, atendendo 90% da demanda de sacaria para café no estado de São Paulo. Em 1907, já figurava como a terceira maior indústria do país, tendo como base o valor da produção (MATOS, 1996).

⁴⁴ Com o advento da expansão dos cafezais na direção do Oeste paulista, o fazendeiro, além de produzir café, adota uma nova modalidade extremamente lucrativa, *produzir fazendas* com a mão de obra imigrante, constituindo-se num formador de novos cafezais nas frentes pioneiras. Com isso, além de produzir café, também produzia novas fazendas de café, multiplicando os capitais empregados. Haverá, conseqüentemente, uma procura incessante por terras férteis nas desabitadas áreas do interior de São Paulo por parte dos fazendeiros; integrando-as, efetivamente, à economia de exportação, e convertendo-as, então, em *renda territorial capitalizada* na medida em que incorporava o empreendimento econômico e rentável do café (MARTINS, 2004).

fatores positivos integrados à economia do café, havia outros correlatos: “grande disponibilidade de mão de obra imigrante, desenvolvimento da rede ferroviária⁴⁵, o porto de Santos, localização geográfica central, etc.”. Para vaticinar categoricamente que “a correlação entre cafeicultura e indústria não deve ser considerada *simétrica*”, conforme tese defendida pelo economista Wilson Cano (1998, p. 34).

De acordo com a historiadora Emília Viotti, o conjunto de transformações urbanas resultantes da atuação da elite paulista ao fixar moradia nos grandes centros, em relação ao caráter “modernizante” da elite agrária de São Paulo, argumenta que, em virtude da instalação de equipamentos modernos, como o telefone (1872) e o trem (1867), proporcionou o surgimento das linhas férreas que se espalhavam pelo Oeste paulista, trazendo facilidades nas comunicações e incentivando o crescimento do comércio, além de oferecer a esses fazendeiros oportunidades de mudanças de suas residências para centros urbanos que vinham ganhando relevância, reduzindo a importância dos núcleos interioranos e reforçando a concentração nas grandes cidades. Pois bem, é nesse sentido que a autora identificou na presença dos fazendeiros, nos grandes centros urbanos, uma crescente “tendência em promover melhoramentos urbanos” (COSTA, 1998, p.258-267).

Essa nova prática experimentada pelos senhores do café na cidade, segundo ela, aumentou o interesse pelo lazer público: “construção de hotéis, jardins e passeios públicos, teatros e cafés. Melhorou o sistema de calçamento, iluminação e abastecimento de água”, isto é, a “modernização” dos grandes centros urbanos, com a anuência dos interesses do capital estrangeiro em tais projetos urbanos. No entanto, a autora chama a atenção para um aspecto fundamental dessas transformações em curso; salienta que essa modernização que chegava a partir desses novos hábitos, aliados à urbanização, “se fez apenas de fachada, dentro dos limites das cidades mais importantes. Frequentemente, não a muitos quilômetros de distância, o caboclo vegetava, à margem do progresso” (COSTA, 1998, p. 258-267).

Na década de 1920, o complexo cafeeiro registrou entre 1919 e 1929 um enorme crescimento da sua atividade. A produção média cresce 14,1 milhões de sacas entre 1914-1915 e 1918-1919, para 18,2 milhões, entre 1924-1925 e 1928-1929. E no final dessa década salta para a impressionante superprodução de 24,2 milhões de sacas, entre 1929-

⁴⁵ No acelerado processo de urbanização vivido pelo estado de São Paulo, principalmente de sua capital, as linhas férreas integravam as principais cidades do interior, transformando-as em polos econômicos dinâmicos, como por exemplo, Ribeirão Preto, Campinas e Limeira. Em 1880 havia 1.176 km, em 1900 cerca de 3.373, e atingia a marca de 6.277, em 1915. Em 1919, apuramos que o estado possuía 6.615 km de estradas de ferro (SÃO PAULO, 1920).

1930 e 1933-1934. Com uma receita média de 527 mil contos de réis, entre 1910 e 1918, para 2 milhões de contos entre 1919 e 1929 (AURELIANO, 1981, p.15-16)⁴⁶.

Era de se esperar que a política adotada pelo Estado trouxesse resultados que contribuíssem para estancar as desvalorizações a que estavam sujeitos os preços e as exportações do café. De qualquer forma, essas desvalorizações cambiais⁴⁷ produziram efeitos animadores sobre a economia cafeeira, segundo Celso Furtado,

O processo de correção do desequilíbrio externo significava, em última instância, uma transferência de renda daqueles que pagavam importações para aqueles que vendiam as exportações. Como as importações eram pagas pela coletividade em seu conjunto, os empresários exportadores estavam, na realidade, logrando socializar as perdas que os mecanismos econômicos tendiam a concentrar em seus lucros. É verdade que parte desta transferência de renda se fazia dentro da própria classe empresarial, na sua qualidade dupla de exportadora e consumidora de artigos importados (FURTADO, 1987, p.165).

A evolução altamente favorável dos preços internacionais do café explica-se pelo vigor da demanda externa, que decorre do momento de prosperidade das economias importadoras durante a década de 1920, sobretudo a economia norte-americana, maior compradora de bens de consumo de São Paulo, que havia experimentado um rápido crescimento fornecendo armamentos e produtos agrícolas para os países aliados envolvidos na Primeira Guerra Mundial. Durante a segunda metade da década de 1920, a participação dos Estados Unidos no comércio internacional cresceu significativamente, acumulando *superávits* no balanço de pagamentos até às portas do ciclo recessivo iniciado em 1929, com o “*crack*” da bolsa de Nova York.

Segundo Liana Aureliano (1981, p. 21), “a participação da América Latina no volume de importações americanas, representava cerca de 7% do início da década de 1920, saltando para 15% ao seu final”. Por sua vez, a participação das exportações de café

⁴⁶ Apud PALAEZ, Carlos M. “*Análise Econômica do Programa de Sustentação do Café*”. RBE, v. 25, n°4, p.209; para a receitas de exportações, consultar os dados do DNC, publicados no Diário de São Paulo, 30/6/1936.

⁴⁷ Num interessante trabalho sobre a política financeira do então Presidente Washington Luís (1926-1930), uma destacada liderança do setor comercial paulista, José Carlos de Macedo o critica sem meias palavras devido à sua política financeira que repetia práticas governamentais anteriores, dizia que “O fato moral da intervenção de um paulista no problema da valorização do meio circulante e fixação dos câmbios no Brasil, não é dos que se possam menosprezar na definição de uma política. Longe de admitirmos que o preconceito nacional, aliás falso, do interesse do café na baixa do câmbio, possa entorpecer a ação consciente de um homem de governo (...) habilitado com os elementos técnicos para a solução de um grande problema da economia de todo país. O que desejamos, preliminarmente, é estabelecer que essa circunstância moral encerrou o ciclo dos fatores psicológicos que dominam habitualmente a solução dos problemas financeiros e bancários de crédito e câmbio, e que o êxito do programa financeiro do Sr. Washington Luís ia colocar-se na dependência direta e formal da orientação política do seu governo”. A política financeira de W. Luís, dentre outras coisas, atrelava a nossa moeda a conversão em ouro. (SOARES, 1928).

brasileiro para o mercado estadunidense se avolumou, de forma que a participação dos Estados Unidos subiu de pouco menos de 47% em 1920, para mais de 60% em 1929 (Ibidem, 21). Contudo, conforme a autora, “Nem só ao vigor da demanda externa deve ser atribuída a evolução favorável dos preços externos e internos” do café. Um dos aspectos de maior importância na economia do café foi a Política Econômica do Estado, tanto nas Políticas de Valorização, quanto àquelas cambiais e monetárias adotadas pelo Estado oligárquico brasileiro. Logo, para manter os preços estáveis o governo retirava o café excedente do mercado (AURELIANO, 1981, p. 21-22).

O crescimento excepcional da receita em divisas, que pula de 25 milhões de libras entre 1914-1918, para 66 milhões em 1919, elevou a taxa de câmbio de modo que os preços internos não cresceram com essa mesma intensidade. Em 1921, houve uma brusca queda verificada nos preços externos, em decorrência da crise da economia americana. O gatilho da *Valorização* é novamente acionado. Com a taxa de câmbio desvalorizada, os preços internos do café sofrem um aumento de 1921 a 1923. Mas na segunda metade dessa década, tanto os preços internacionais quanto nacionais mantiveram-se num patamar alto, sustentados pela *Política de Defesa Permanente*. Isto é, a Política de valorização muda de caráter, na medida que busca não mais impedir uma queda maior dos preços no mercado internacional, mas sim a manutenção de um preço alto (AURELIANO, 1981, p. 22).

Com efeito, conclui-se que a acumulação de capitais com origem no complexo cafeeiro na década de 1920 foi resultado de imensas margens de lucro, o que explica o contínuo crescimento do plantio e a grande facilidade em financiá-lo. Com isso, a superacumulação de largas proporções, quando a capacidade produtiva na segunda metade da década começasse a entrar em cena, lançaria no mercado safras colossais de café entre 1928-29 e 1933-34, períodos que foram colhidas três safras superiores a 28 milhões de sacas. Esse aspecto da valorização do produto no mercado internacional contou com o pleno apoio estatal, diga-se de passagem, em muito dependeu dele para manter o café valorizado. No entanto:

Deve ficar claro que a crise não resulta da mera transferência a uma economia reflexo da Grande Depressão que atingiu as economias líderes. Ao contrário, as vicissitudes do complexo cafeeiro explicam-se, antes de mais nada, pelas contradições do processo de acumulação do capital cafeeiro, suavizadas e, simultaneamente, aprofundadas pela Política Econômica do Estado (MELLO, 1981, p.84).

Por que a crise do capitalismo de 1929 não se configurou apenas na interrupção de uma fase de expansão exportadora capitalista do café que anos mais se recuperaria? Tudo indica que a conformação do capitalismo brasileiro já permitia que a reprodução do capital industrial pudesse se fazer com certa autonomia em relação ao capital agroexportador, apesar dos notórios benefícios deste à economia industrial. O desenvolvimento e a diversificação da indústria de bens de produção marcam a crise estrutural da economia exportadora, ainda que tivéssemos atravessado um formidável período de expansão da economia do café anos anteriores.

A integração da economia brasileira com o mercado internacional remetia a comportamentos internos da economia que, de certa forma, fugiam da lógica geral que norteava as relações econômicas. Pois em determinados momentos, o café poderia estar mal e a indústria numa boa situação, como entre 1906 e 1910, quando a indústria avançou e o plantio de café estagnou, submetendo-se aos baixos preços internos e externos. A recíproca também é verdadeira, o café poderia ir bem e a indústria se encontrar numa fase ruim, como por exemplo no período de 1924 a 1926, difícil momento vivido pela indústria em decorrência da deterioração das taxas tarifárias e da política adotada pelo governo Artur Bernardes de valorização cambial, que em muito prejudicou os negócios da indústria. E por último, houve momento em que estes dois setores atravessaram situações bem favoráveis economicamente, como entre 1890 e 1894 ou entre 1927 e 1928, se desconsiderarmos a crise no setor têxtil algodoeiro desses últimos anos. E, por fim, ambos poderiam mostrar desempenho insatisfatório, como no período que foi de 1895 a 1897 ou no início da grave crise de 1929 (CANO, 1998, p.143).

Cabe frisar que a economia do café em São Paulo forjou as condições para o importante processo de acumulação de capitais antes da crise de 1930. Isso ocorreu, em grande medida, não só pelo alto nível de renda gerada, mas principalmente por figurar como elemento de estímulo da dinâmica de acumulação de outras atividades ligadas ao complexo cafeeiro, motivando, com efeito, grande parte da capacidade de importação da economia brasileira neste período. O que não significa dizer que essa relação tenha sido “simétrica”, como já foi mencionado acima na conclusão do historiador Jacob Gorender.

Ao abrir possibilidades para a importação com as divisas geradas, o café solucionava o seu principal problema, o da subsistência de sua própria força de trabalho, também atendia às exigências de consumo de seus investidores, às necessidades de insumos e bem de capitais para expansão da economia como um todo. Além de indicar

os limites do endividamento externo que o Estado brasileiro podia suportar. Quando o preço do café estava valorizado no mercado internacional a remessa de lucros era maior, já que a situação cambial e a capacidade de importar não eram afetadas, experimentando uma espécie de normalidade. O que permitia um “vazamento” desses lucros no incremento de outras atividades econômicas urbanas, possibilitando o aumento do excedente produzido pelo sistema. Contudo, esse aspecto não resolve o problema da industrialização, cuja necessidade de proteção era constantemente debatida e reivindicada pelos industriais⁴⁸. Assim, para que os investimentos voltados à indústria adquirissem importância maior, era necessário a defesa do protecionismo tarifário como condição essencial para o desenvolvimento da cadeia industrial, criando condições para a concorrência dos produtos similares importados, sobretudo naquelas indústrias pouco competitivas.

É que a estrutura agroexportadora não só criara estímulos internos para a produção da crescente produção têxtil, alimentos, vestuário etc., como também beneficiava capitais para inversões, ainda que fossem de pequena relevância, em setores não cafeeiros. Conforme Wilson Cano, o capital industrial por estar efetivamente vinculado ao capital cafeeiro, surge entre 1886-1897 ocasião do primeiro *boom* da economia do café. Para ele, é neste momento que emerge apenas um determinado ramo da indústria, a de bens de consumo assalariado.

A subordinação verificada na expansão da atividade industrial ao capital cafeeiro, além de estar expresso na capacidade de importação, seja de alimentos, matérias primas ou mesmo bens de capital para o setor industrial, reaparece também na questão do mercado, do abastecimento de força de trabalho e, por fim, dos níveis salariais. Desse modo, a questão do mercado se vinculou à expansão da agricultura⁴⁹ produtora de alimentos e de matérias primas, pois além de criar um mercado suplementar aos produtos

⁴⁸ Além de lutar por tarifas que permitissem melhor posição dos produtos manufaturados no incipiente mercado nacional, conforme Stanley Stein, “sobre a pressão tanto dos industriais como dos comerciantes, o governo lançou mão das emissões de papel-moeda”. Em agosto de 1914, ou seja, no início da Primeira Guerra Mundial, o governo autorizou a emissão de 250 milhões de mil-réis, subindo para 350 milhões, em 1915. Sendo que, “O papel-moeda e o crédito fácil financiaram, durante a guerra, as operações dos fabricantes de tecidos que, obtendo ‘grandes lucros’, procuravam agora preencher o vazio deixado pela interrupção das importações” (STEIN, 1979).

⁴⁹ O abastecimento da cidade se conjuga em dois processos simultâneos vividos pela capital paulista: urbanização e industrialização. Marx caracterizava o homem do campo como ‘burro de carga’ da civilização urbana. Pode-se sugerir que a vida urbana nos anos 1920 só foi possível a partir do momento em que o campo começou a produzir além das suas necessidades imediatas, “fazendo do excedente de alimentos o tributo pago pela população rural pelos serviços proporcionados pela cidade” (RATTNER, 1972).

da indústria, ajudou a solucionar os problemas alimentares da força de trabalho industrial. Além de exercer importante função no abastecimento de matérias primas para a indústria, como por exemplo, o açúcar, fibras, couros, etc., estabelecendo “uma certa folga para a indústria, no que se refere às possíveis limitações na capacidade de importar bens de produção industriais” (CANO, 1990, p.137-143).

A importância que os capitais originários do complexo cafeeiro exerceram na promoção da primeira expansão da indústria paulista foi crucial, pois a expansão dos negócios vinculados a ele ganhava visibilidade, já que abria novas possibilidades para o ganho de fomento às atividades econômicas complementares às demandas geradas pelos negócios do café. Wilson Cano (1998, p.137) ressaltou que, quando os lucros provenientes do complexo cafeeiro transitavam pelo sistema bancário, ou por outra forma qualquer de intermediação financeira e de capital, de uma forma direta ou indireta, a indústria se beneficiava com isso (CANO, 1990, p.148). Aliás, o poderoso incremento da lavoura cafeeira não teria sido possível, conforme Caio Prado Jr, sem os capitais e créditos concedidos pelos bancos estrangeiros⁵⁰ (PRADO, 1963, p. 216). Fato relevante que só ampliou o papel do crédito bancário na cadeia produtiva de São Paulo. Os comerciantes, bancos, capital imigrante, importadores e outros agentes do complexo cafeeiro que fundaram ou adquiriram algum empreendimento industrial, foram cúmplices da dinâmica verificada junto às atividades industriais, além da já citada importância do café, como aponta os trabalhos de Bandeira Jr., Warren Dean, Caio Prado Jr., e Sérgio Silva, Joseph Love ou José de Souza Martins. No entanto, a singularidade mostrada por esses autores na efetiva promoção do capital cafeeiro no processo de expansão da indústria paulista, tanto de forma direta quanto indireta (como já mencionado), de modo algum invalida contribuições que se expressaram por outras vias.

Por outro lado, não significa afirmar que houve uma correspondência dominante entre o desenvolvimento da cafeicultura e o da indústria, já que o número de fazendeiros

⁵⁰ Em São Paulo, vários bancos atendiam às novas exigências do complexo cafeeiro. Em 31/1/1920, o Boletim da Diretoria de Indústria e Comércio, informava a existência de 16 instituições financeiras só na capital paulista, com valor total de ações e capitais estimado em 3.240.886:701\$051 (três milhões duzentos e quarenta mil contos): Banco Francês e Italiano para América do Sul, Banco Italiano de Desconto, Banco do Commercio de São Paulo, Banco do Crédito Hypotecário e Agrícola do Estado de São Paulo, Banco de São Paulo, Banco do Commercio e Indústria de São Paulo, Banco Hollandez da América do Sul, Banco Nacional da Cidade de Nova York, Banco Nacional Ultramarino, Banco Português do Brasil, Banco Francês para o Brasil, Banco Ítalo-Belga, Brasianische Bank für Deutschd, Banco Britânico da América do Sul Ltd, London and Brazilian Bank Ltd, London and River Plate Bank Ltd. (Boletim da Diretoria de Indústria e Comércio de São Paulo de 1919-1920).

que vieram operar no ramo industrial como empresários, foi ínfimo, “parece que, num número reduzido de casos, os fazendeiros acumularam uma experiência de liderança nos negócios seguindo essa sequência: fazendeiro, comerciante, banqueiro, industrial”, como já observamos acima (MARTINS, 2004, p.112).

O único caso em que o modelo é seguido, pelo menos o único invocado para sustentar e legitimar o modelo, é o de Antonio da Silva Prado, o neto, o qual de fato, nega totalmente a suposição aí contida. Alguns autores às vezes esperam que a sua biografia comprove acima de qualquer dúvida o que teria acontecido na economia do café para transformar o senhor de escravos num moderno burguês industrial. Prado parece reunir todas as condições para ser considerado como um tipo ideal do empresário brasileiro dessa fase: ele foi grande proprietário e produtor de café, ele próprio se dedicou à exportação de café, foi diretor de banco, foi diretor de ferrovia e organizou e dirigiu diversas fábricas, entre as quais a vidraria Santa Marina (MARTINS, 2004, p.112). O adensamento urbano de São Paulo abriu as portas para o consumo da era industrial ⁵¹.

Em suma, o convívio do capital cafeeiro e o crescimento e ampliação do capital industrial não ocorriam apenas em uma direção. Havia uma diferenciação crescente do capital agrário, realizada na progressão da divisão do trabalho em termos sociais, dos setores de produção bem como das empresas. Desta forma, existia a constituição de uma sociedade de classes sociais com base na atividade industrial, sobretudo em centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro, que em épocas de crise geravam tensões e estimulavam os choques entre as classes sociais que vinham se constituindo sob a égide da industrialização.

⁵¹ O mercado urbano atraía o comércio de produtos importados, novidades tidas por alguns autores como genuínos símbolos da “modernização” proporcionados pela sociedade industrial. Novas tecnologias estimulavam novos hábitos na provinciana capital paulista, “Não foram só os salões, clubes e bailes que vieram mudar a cena. Por trás deles estava a universalização da indústria fonográfica, com grande destaque das distribuidoras americanas. O ano de 1919 assinalou justamente a transição tecnológica no mercado do obtuso gramofone para a moderna vitrola: mais versátil, mais potente e sobretudo mais acessível”. A propaganda em jornais de circulação regular clamava os consumidores com anúncios da Victor Talking Machine Co. para anunciar a nova sensação, “todos podem e devem possuir uma vitrola [...] aceitamos seu gramofone de qualquer marca como parte do pagamento” (SEVECENKO, 1992).

2. OS INDUSTRIAIS E A ASSOCIAÇÃO DE CLASSE: PROTAGONISMO POLÍTICO

O propósito deste capítulo é analisar as características gerais da trajetória associativa dos industriais paulistas. O marco temporal se ocupa de 1917 a 1927, década crucial na tomada de consciência e superação das deficiências organizativas da fração industrial da burguesia no tocante ao seu movimento associativo. Essa nova postura dos industriais está vinculada ao recrudescimento dos conflitos entre os representantes do capital e o trabalho, sobretudo entre 1917 e 1920, anos de maior exposição dos enfrentamentos de classe em São Paulo em sucessivas greves gerais. O número de operários fabris beirava os 100 mil, divididos em pequenas oficinas, empresas médias e grandes tecelagens de algodão. Aqui, queremos mostrar que a burguesia industrial em formação sofreu enorme pressão da luta de classes para desenvolver-se associativamente, rompendo com sua inércia anterior. A nossa ênfase de análise atenta para duas importantes experiências protagonizadas pelos industriais de São Paulo: a Associação Comercial de São Paulo (ACSP) e o Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem de São Paulo (CIFT-SP). Devido à ascensão das lutas operárias, intensificadas após à Greve Geral de 1917, os industriais se moveram para fortalecer seus laços de classe via movimento associativo. Embora um importante setor da fração industrial estivesse agrupado na ACSP, entidade de representação de classe que abrigava outras frações do capital, ter um órgão de classe próprio e exclusivo na defesa dos interesses dos industriais prevaleceu a partir de 1928, quando é formado o centro das Indústrias do estado de São Paulo (CIESP)⁵².

Foi no calor das greves gerais de 1919 que o Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem de São Paulo foi criado. A entidade era constituída pelos principais capitalistas das grandes tecelagens de algodão do Estado de São Paulo, estabelecimentos que contavam com grande concentração de trabalhadores. Por outro lado, a organização operária era vista pelos industriais como ameaça ao processo de acumulação capitalista, e converter-se-ia numa questão decisiva para tomada de consciência do grande patronato fabril.

⁵² O caráter de classe do CIESP e da sua importância na consecução de um projeto exclusivo do setor industrial se ocupará do capítulo 4 deste trabalho.

No período de crescimento econômico e diversificação das atividades ligadas à indústria do pós-Guerra, a questão social operária mudou de *status*, forçando o poder público a reconhecer as demandas sociais do proletariado fabril. Contudo, embora tenha se movido para regulamentar algumas medidas de proteção social durante a década de 1920, o peso econômico, político e social da burguesia industrial obliterou tais iniciativas. O reconhecimento do operariado fabril, como força social, adquire importância na conjuntura política aberta a partir de 1917. Enquanto isso, o patronato das indústrias corria para construir entidades patronais que aprimorassem sua atuação nos enfrentamentos de classe que se intensificaram no pós-guerra; e viabilizado maior centralidade política nas tomadas de decisões através de circulares enviadas aos associados. As associações empresariais, além de cumprir funções econômicas e sindicais, com efeito, também funcionaram como instrumento político de classe: troca de telegramas, memorandos, emissão de circulares, uso do telefone⁵³ foram imprescindíveis para unificar as ações coletivas dos industriais frente o protagonismo operário sindical. Compatibilizou, até onde fosse possível, o *interesse comum* dos associados; um empresariado economicamente dependente de favores do Estado.

Foi na década de 1920 que a fração de classe da burguesia industrial avançou efetivamente em termos político-organizativo, fator que estava em plena conformidade com a fase de crescimento da indústria paulista. O avanço associativo do patronato das indústrias paulistas tornou-se a pedra angular para sua coesão de classe, que culminou na constituição de uma burguesia industrial que via em seus sonhos um projeto de poder hegemônico social. Embora muito distante disso, a base desse incipiente projeto de classe começa a ser gestado na década de 1920, mas só prosperou a partir de 1930, quando o peso econômico da indústria cresceu. Logo, abordar a trajetória associativa da burguesia industrial sob a ótica da luta de classes abre um campo de análise pouco explorado pela historiografia. Estudar os elementos constitutivos dessa experiência, assim como suas contradições é o nosso objetivo neste capítulo.

⁵³ Novas aquisições tecnológicas eram adquiridas com o crescimento urbano da capital, mas ainda restrita a uma pequena parcela da população do município. Em 1º de janeiro de 1917, já estavam funcionando 7.341 aparelhos de telefones; somados os instalados durante o ano e os retirados, esse número subia para 9.347 aparelhos. Em 1919, saltou para 14.774 aparelhos, sendo 11.801 aparelhos instalados (SILVEIRA, 2016). A população da Capital, entre 1917 e 1919, girava em torno de 500.000 habitantes. A *Revista do Comércio e Indústria de São Paulo de setembro de 1916* (p.86), informava que a população da capital era de 472.728 habitantes. Em 1920, como é de amplo conhecimento, ela havia atingido, conforme o Censo desse mesmo ano, cerca de 579.033 pessoas. Em 1924, ano fatídico para a Cidade de São Paulo devido à revolta tenentista, a população havia atingido 700.000 habitantes, crescimento de 21% em relação a 1920.

2.1. A Organização Associativa dos Industriais: em defesa do interesse comum

Os antecedentes da organização do empresariado industrial no Brasil datam de cinco anos após o movimento de independência e foram marcados por desníveis regionais como condicionante desigual do processo de industrialização de cada estado, divergente no desenvolvimento atingido por cada setor industrial, além da desigualdade econômica, social e cultural presente entre os próprios empresários. Apesar das diferenças e dos obstáculos iniciais, a trajetória associativa se realiza com a formação de entidades de classe que se constituem em porta-vozes reconhecidos dos industriais⁵⁴.

Em 1827, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional foi fundada para promover os interesses da agricultura, do comércio e da indústria, nesta ordem. A Sociedade funcionou como órgão consultivo do Estado, estando oficialmente vinculada ao Ministério do Império, de 1833 a 1850, e ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas desde 1861. Suas funções consistiam no assessoramento ao governo no tocante à concessão de privilégios à importação de bens de capital para a agricultura ou a indústria, e no licenciamento de novas firmas.

A Lei de Patentes de 1830 foi formulada com a ativa participação da Sociedade. De acordo com essa lei, o governo imperial era autorizado a conceder privilégios monopolistas sobre invenções, licenciar o estabelecimento de novas firmas e atribuir isenções de tarifas de importação. De 1850 a 1880, cabia exclusivamente à Sociedade julgar requerimentos de patentes. Devido a conflitos entre interesses agrícolas e industriais, as decisões da Sociedade foram tornando-se objeto de controvérsias cada vez mais sérias. A segunda Lei de Patentes, de 1882, transferia ao governo a competência exclusiva para concessão de direitos sobre patentes⁵⁵. O declínio institucional da

⁵⁴ A defesa do industrialismo deixava de ser uma proposta circunscrita aos pequenos círculos esclarecidos da esfera econômica, a exemplo de Serzedelo Correa, Amaro Cavalcanti ou do líder paulista no Congresso Nacional, João Luís Alves. Mas, agora, passava a contar com órgãos de defesa próprios, como o Centro Industrial do Brasil, Associação Comercial de São Paulo e Centro das Industriais de Fiação e Tecelagem de São Paulo e do Rio de Janeiro etc. (cf. CARONE, 1978; LEME, 1978).

⁵⁵ A Lei 3.129, de 14 de outubro de 1882, trazia no seu primeiro artigo o seguinte: o Artigo 1º da lei garantia a concessão de uma patente ao autor de “qualquer invenção ou descoberta a sua propriedade e uso exclusivo. § 1º Constituem invenção ou descoberta para efeitos desta lei: 1º a invenção de novos produtos industriais; 2º A invenção de novos meios ou aplicação nova de meios conhecidos para se obter um produto ou resultado industrial; 3º O melhoramento de invenção já privilegiada, se tornar mais fácil o fabrico do produto ou uso do invento privilegiado, ou aumentar a utilidade. A lei esclarecia que: Entende-se por novos produtos, meios, aplicações e melhoramentos industriais que até ao pedido da patente não tiverem sido, dentro ou fora do Império, empregados ou usados, nem se acharem descritos ou publicados de modo que possam ser empregados ou usados. § 2º Não podem ser objetos de patentes as invenções: 1º Contrárias à lei ou à moral; 2ª Ofensivas da segurança pública; 3º Nocivas à saúde pública; 4º As que não oferecem resultado prático

Sociedade sobreveio rapidamente, como comprova a organização, em 1881, da Associação Industrial do Rio de Janeiro e, em 1894, da Associação Comercial de São Paulo. Essa tendência foi seguida pela Sociedade Nacional da Agricultura, fundada em 1897.

No rastro do crescimento e diversificação da atividade industrial, na segunda metade da década de 1920, novas entidades empresariais regionais são criadas: o Centro Industrial de Juiz de Fora (1926), o Centro das Industrial do Estado de São Paulo (1928) e o Centro Fabril do Rio Grande do Sul em 1930. Juntamente com associações setoriais de caráter mais efêmero, essas organizações formariam uma incipiente, mas sólida estrutura de representação dos interesses da fração de classe do capital industrial (LEME, 1978, p.18).

Cabe enfatizar que embora o peso econômico dos industriais na economia fosse bem inferior ao setor agroexportador⁵⁶, possuía, no entanto, uma dimensão que lhe garantia defender seus interesses na esfera governamental. A relação de forças objetiva, aquela que se estabelece no nível das forças produtivas e sobre a qual se seguem os grupos sociais, permitia ao empresariado industrial ser ouvido. Nesse sentido, se convertem numa força que objetivamente marca sua presença no debate político econômico da conjuntura nacional⁵⁷.

A especialização organizacional indicava que os conflitos regionais e entre produtores rurais e comerciantes intensificara-se. Conforme a atividade industrial crescia, os interesses industriais também iam formando suas próprias organizações. Sucedendo à Associação Industrial do Rio de Janeiro, o Centro Industrial do Rio de Janeiro, de curta duração (1890-1892), porém de ativa existência, incluía as reivindicações industriais na

industrial. § A patente será concedida pelo Poder Executivo, depois de preenchidas as formalidades prescritas nesta lei e eUNIORm seus regulamentos. § 4º O privilégio exclusivo da invenção principal só vigorará até 15 anos, e o do melhoramento da invenção concedido ao autor, terminará ao mesmo tempo que aquele. Se durante o privilégio, a utilidade pública exigir a vulgarização da invenção, ou o seu uso exclusivo pelo Estado, poderá ser desapropriada a patente, mediante formalidades legais (BRASIL, 1882).

⁵⁶ Além disso, o crescimento industrial brasileiro permaneceu vinculado às condições impostas pelo jogo de dependência de suas exportações controladas pelo capital internacional, pois “a sua sorte estará indissoluvelmente ligada e estreitamente subordinada às vicissitudes de um fator inteiramente estranho a ela e sobre que não tem a mais remota ação: o comércio exterior e a balança de contas internacionais do país” (PRADO JUNIOR, 1963).

⁵⁷ De acordo com Marx, “a burguesia, por ser já uma classe e não mais um estamento, é obrigada a organizar-se nacionalmente, e não mais localmente, a dar forma geral a seu interesse médio” (MARX; ENGELS, 1989).

agenda pública⁵⁸, em confronto com os interesses da agricultura e do comércio de importação: proteção tarifária e créditos subsidiados. Todos os principais interesses econômicos do período giravam em torno da política tarifária, além de uma parcela de tributos cobrados pelo governo. Na compreensão de Maria Antonieta Leopoldi, essa questão é colocada da seguinte maneira:

[...] os industriais que têm seus produtos protegidos contra concorrência dos manufaturados importados; o Estado que auferia rendas do imposto aduaneiro sobre as importações, e os comerciantes importadores que em períodos de baixos índices tarifários podem colocar produtos estrangeiros no mercado mais facilmente. A tarifa também traz lucros aos produtores de manufaturados estrangeiros, que podem exportá-los para um país sem barreiras tarifárias. Os cafeicultores – e os exportadores agrícolas em geral – são afetados por elas, pois podem sofrer represarias comerciais dos países compradores de café, insatisfeitos com as tarifas brasileiras. (LEOPOLDI, 2000, p.93)

Na medida em que se contrapunham, era natural que cada segmento da burguesia, em defesa de interesses específicos, formasse organizações especializadas para defendê-los. A integração associativa do mais importante setor industrial do Rio de Janeiro, a indústria têxtil, derivou de uma motivação complexa. Quando foi fundado, em 1902, o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem (CIFTA) tinha um duplo propósito: de um lado, combater a política governamental de estabilização então vigente, favorável aos importadores e fazendeiros; de outro, opor-se à organização dos trabalhadores e resistir às frequentes greves do período.

Com o agravamento da crise econômica no início do século XX, todos os setores industriais foram afetados pelas políticas governamentais e pela mobilização sindical⁵⁹. Em virtude desse fato, o CIFTA fundiu-se à velha Sociedade Auxiliadora, em 1904,

⁵⁸ Ver Carone (1978).

⁵⁹ A grave situação financeira, que vinha desde os tempos da Monarquia, tornou-se dramática. O governo republicano herdara do Império uma dívida externa que consumia anualmente uma parcela considerável do saldo da balança comercial. O apelo ao crédito externo se tornou expediente frequente, e a dívida externa cresceu em cerca de 30% entre 1890 e 1897, gerando novos compromissos de pagamento. Um outro aspecto que deve ser ressaltado, tem a ver com a intensificação do plantio do café e a ampliação da oferta do produto no mercado internacional provocando abrupta queda de preços e uma conseqüente redução da entrada de divisas em libras esterlinas. Como conseqüência da crise, aumentou a concorrência entre as indústrias brasileiras intensificou-se. A vultosa afluência de capital estrangeiro entre 1908 e 1912, destinado não só aos governos estaduais como também o federal e empresas privadas, diminuiu fortemente ao se iniciar a Primeira Guerra Mundial. Em 1912, o Brasil recebeu uma quantia líquida de ouro equivalente ao valor de 17,5 milhões de Contos; no ano seguinte, a situação inverteu-se, registrando uma saída líquida de 23 milhões de Contos. A redução brusca do crédito provocou sérias complicações nas operações fabris, dos atacadistas e comerciantes em geral. Ver: Stein (1979), Fishlow (1977), Suzigan (2000), Fausto (1995) e Lênin (2012).

fazendo surgir o Centro Industrial do Brasil (CIB)⁶⁰. Desde então, desenvolveram-se dois sistemas organizacionais paralelos: um abrangendo o setor industrial como um todo, do qual o Centro Industrial é um exemplo; e outro representando ramos particulares. Se as organizações globais foram importantes na competição dos industriais com os importadores e fazendeiros, as associações especializadas foram cruciais para contrabalançar o movimento operário e de suas formas de organização.

A organização dos industriais possuía duas motivações que a movia. De um lado, a luta como fração dentro do estado burguês (disputas econômicas etc.), mas, do outro, a luta de classes contra o movimento operário. Essa distinção é relevante porque ajuda a mensurar a reação dos industriais junto a setores do próprio empresariado que se mostraram mais reticentes quanto a predisposição de se filiarem à uma organização centralizada, em que pese as vantagens dispensadas ao conjunto dos associados:

Numa petição enviada ao Presidente da República, em 1918, o Centro Industrial do Comércio de Couro e Calçados recapitula os problemas causados ao setor pela Liga dos Sapateiros. Segundo a petição, a Liga, pressionando pela jornada de trabalho de oito horas e descumprindo acordo previamente aceito, empreendeu plano de provocar confrontos em uma firma de cada vez. Se o proprietário se recusasse a ceder às reivindicações dos trabalhadores, a fábrica pararia indefinidamente, com os grevistas sendo sustentados por um fundo de trabalhadores de outras firmas. (GOMES, 1979, p.130)

A estratégia dos trabalhadores, evidentemente, só poderia ter sucesso enquanto a reação dos representantes das indústrias permanecesse descoordenada. De outra parte, seria do interesse de cada capitalista negociar separadamente com seus operários, para que sua fábrica continuasse a funcionar, assumindo, assim, uma maior fatia do mercado. E, inicialmente, foi isso que aconteceu, quando os interesses dos capitais particulares estiveram acima dos *interesses comuns*, segundo o relatório:

em fábricas não filiadas ao Centro Industrial, cujos proprietários, sem orientação, negociaram com os representantes dos trabalhadores. Daí, então; os demais fabricantes de calçados pressionaram o Centro Industrial para uma reação coletiva, única medida capaz de defender os interesses dos capitalistas e, ao mesmo tempo, deter a onda de greves. (GOMES, 1979, p.130)

A dinâmica de crescimento quantitativo da organização dos industriais de modo a enfrentar o movimento operário, desenvolvia-se em São Paulo naquele mesmo período. Até 1919, os operários paulistas mostraram-se mais organizados que os empresários. No ano de 1920, cresceu consideravelmente o número de organizações privadas, geralmente

⁶⁰ Reunindo empresários de São Paulo, Rio de Janeiro e Juiz de Fora o CIB nasceu em meio a uma campanha pela aprovação no Congresso de um código tarifário benéfico à indústria, assim como em uma turbulenta conjuntura de greves operárias (Cf. CARONE, 1977; LEOPOLDI, 2000).

destinadas a promover os interesses econômicos ligados às indústrias. Os industriais perceberam, porém, que os interesses de cada capitalista não poderiam ser defendidos isoladamente ante a organização dos trabalhadores⁶¹. Essa compreensão da estrutura do conflito *inter*, e não *intra*classes constituía a motivação fundamental para o estabelecimento de numerosas associações patronais (LEME, 1978, p.10). Mas esse sentimento carecia de efetividade, pois ainda se encontrava no horizonte das possibilidades, e como tal, deveria ser formado pela atuação organizada dos patrões da indústria atraídos pelas vantagens das práticas associativas.

Sendo assim, a Associação Comercial de São Paulo, embora representasse setores importantes do empresariado industrial, atuou na manutenção do equilíbrio entre as diversas frações de classe da burguesia que representava. Mas, em algumas ocasiões, a incompatibilidade de interesses do capital comercial importador e os industriais gerou atritos de interesses no interior da ACSP, e o limite foi 1928⁶², ocasião em que os representantes do capital industrial deixam a ACSP. Além desse fato, as entidades especializadas que vinham construindo polos de ações coletivas mais centralizadas, identificavam o Centro das Industriais de Fiação e Tecelagem de São Paulo (CIFT-SP) como uma forte aliada na defesa do industrialismo. O avanço adquirido pelas organizações empresariais ligadas à indústria representou a consolidação de estruturas organizativas de classe que respondessem aos novos desafios do pós-guerra. A fundação, em 1928, do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) é parte desse processo.⁶³

⁶¹ A luta pelo interesse geral da classe industrial esbarrava em contradições na própria dinâmica da representação associativa, uma vez que, “As associações de classe que possuímos”, alegava o Conde Siciliano, “são boas, mas os seus objetivos são mais ou menos contraditórios. Os projetos que apresentam em sua defesa muitas vezes não coincidem com o interesse geral”. Mas no tocante aos seus propósitos em relação à luta operária essas contradições desapareciam, e o “interesse geral de classe” ganhava outro significado (Diário de São Paulo, 11/4/1931). Impedir a organização dos trabalhadores em tempos de alta tensão da luta de classes era levado a sério pelos patrões e o Estado: “Os operários, impedidos de se reunir para deliberar, na sede social, tiveram de fazer num mato, para escapar à perseguição da polícia”. Essa passagem é parte de uma carta dos grevistas de 1919 enviada ao redator de O Estado de S. Paulo, que denunciava as atrocidades cometidas pela polícia acerca da Estamparia Matarazzo, no Belenzinho (O ESTADO DE S. PAULO, 09/5/1919).

⁶² A Associação Comercial de São Paulo era uma entidade que não expressava por inteiro os interesses específicos dos industriais, especialmente nas questões de ordem trabalhistas, que no momento em questão se tornara o ponto chave das preocupações do patronato de São Paulo. Os representantes do ramo têxtil saíram na frente, fundando uma entidade que defendesse os interesses específicos do capital dos grandes empresários das tecelagens de algodão, após a greve de 1917 (SILVEIRA, 2016).

⁶³ A atuação dos industriais na trama pela defesa dos seus interesses imediatos pode ser vista em: Jacob Gorender (1981), Renato M. Peressinotto (1994), Maria Antonieta Leopoldi (2000), Luís Felipe Bruzzi Curi (2015), Eujacio R. Silveira (2016) e Juliana Laporini (2018).

2.2. A Defesa do Industrialismo: uma meta ideológica

A defesa da ideologia do industrialismo associada às necessidades de reprodução do capital, que passava pelo controle da força de trabalho dentro e fora das fábricas, serviu de catalizador do processo de “fazer-se”⁶⁴ da fração industrial da burguesia de São Paulo. Todavia, estamos tratando de uma experiência associativa que se manifestava em termos nacionais, isto é, nos estados em que havia núcleos urbanos mais adensados e industrializados como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco (Cf. GOMES, 1979, p.119). A pesquisa em fontes documentais aponta para iniciativas conjuntas em defesa dos interesses econômicos das chamadas *classes conservadoras* no transcorrer dos anos de 1920. As formas de contato se davam através do envio e resposta de telegramas, reuniões locais e encontros que abrangiam representações patronais de outros estados, resultado do avanço associativo dos representantes do capital industrial e comercial.

A influência das ações grevistas operárias sobre o processo da luta de classes funcionou como estímulo organizativo do patronato industrial, experiência determinante para uma visão mais global da problemática inserida ao desejo político de fazer da indústria o centro de um projeto de desenvolvimento e modernização do país. Isso sem invalidar, evidentemente, a importância econômica que representava as divisas provenientes do café para o equilíbrio das contas do país com o exterior, na medida em que a economia brasileira dependia do potencial exportador para ampliação dos fluxos de importação⁶⁵. Por sua vez, por mais que a industrialização estivesse em plena constituição, o “complexo cafeeiro” havia transbordado o potencial de sua acumulação, cuja relação entre o capital cafeeiro e a expansão industrial deve ser lembrada (SAES, 2010, p.227).

As demandas gerais da indústria obtiveram importantes conquistas junto ao governo sob a liderança do Centro Industrial do Brasil, que manteve diálogo com

⁶⁴ O conceito de “fazer-se” da burguesia (GRAMSCI, 2004) é aqui empregado no sentido do aprendizado político da fração industrial vinha acumulando no processo da luta de classes, no sentido de uma “consciência” associativa que se expressou fortemente depois de 1919.

⁶⁵ O Brasil dependia de crédito para rolar suas dívidas com bancos da Inglaterra, estados Unidos, França e Alemanha. Em dezembro de 1928, os seguintes bancos estrangeiros operavam em São Paulo: Banque Française et Italienne pour l’Amérique du Sud; Bank of London and South America; Banco Alemão Transatlântico; British Bank South of America; Banco Germânico da América do Sul; First National City Bank of New York; Brasilianische Bank für Deutschland; The Royal Bank of Canada; Banco Português do Brasil; Banco Ítalo Belga; Banco Holandês da América do Sul (Cf. SAES, SZMERECSÁNYI, 1995).

associações de São Paulo, em algumas ocasiões através do CIFTA-RJ. A luta contra a lei de férias – decreto nº 17.496 de 30 de outubro de 1926 – e o Código do Menor (1927), mobilizaram forças do CIB, CIFTA pelo Rio de Janeiro e o CIFTSP, a ACSP e o CIESP por São Paulo⁶⁶.

O Centro Industrial do Brasil (CIB), a Associação Comercial de São Paulo e o Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo (CIFTSP) foram associações decisivas para resguardar os interesses de classe dos industriais paulistas. Embora o alcance da influência do CIB em São Paulo fosse mais limitado, devido ao peso social e econômico do grande empresariado industrial, as iniciativas conjuntas em defesa dos interesses da indústria eram bem-vindas, pois representavam um passo à frente na consecução de um projeto maior, a fundação da Confederação Industrial do Brasil, criada em 1933, quando entrou em vigor a nova legislação referente aos sindicatos patronais, através da Lei 19.770⁶⁷.

A confrontação moderada com o governo federal, por causa de medidas que afetavam o lucro das empresas industriais ou do comércio, ajudou em alianças pontuais no campo associativo das ações coletivas, apesar das diferenças dessas duas frações da burguesia no interior da ACSP. As divergências em torno das rivalidades econômicas entre as diversas frações da burguesia, como disputa de mercados, variações tributárias cobradas de um estado para o outro⁶⁸, taxas de câmbio, protecionismo alfandegário, defesa de subsídios financeiros governamentais para esse ou aquele setor da indústria,

⁶⁶ O repúdio do Centro Industrial do Brasil ao Código de Menores contou com um cerrado apoio do CIFTSP e CIESP. A Circular do CIFTSP nº 954 de 20 de 1930 comunica o seguinte: “Ao que estamos informados, os nossos distintos colegas do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão (RJ) tiveram a honra de apresentar a V.Exa. os nossos trabalhos, feitos em colaboração, e que abrangem não só a precipitada lei social, mas ainda o Código de Menores”. Os indícios são evidentes de estreita colaboração entre os representantes industriais de São Paulo e do Rio de Janeiro. Mas na campanha de redução do imposto sobre selagem e a renda das empresas, as articulações lideradas pela Associação Comercial de São Paulo contemplaram associações de vários estados da União, como mostramos no tópico 2. deste capítulo. Assim, há fortes indícios que, já na década de 1920, os industriais defendiam iniciativas política- associativas de caráter nacional, mas sempre lembrando que nos núcleos urbanizados com presença comercial e industrial.

⁶⁷ Com a criação do Ministério do Trabalho sob o governo Vargas, a lei permitirá o surgimento das Federações Empresariais, patamar superior do caráter organizativo dos industriais brasileiros. Em São Paulo é fundada a FIESP, e no Rio de Janeiro o CIB se converte na Federação dos Industriais do Rio de Janeiro. Uma das primeiras medidas da Confederação Industrial do Brasil foi estimular a eleição dos representantes das indústrias à Assembleia Nacional Constituinte, convocada pelo Governo Provisório em 1933.

⁶⁸ Figuravam como reivindicações do empresariado industrial, além do protecionismo alfandegário, costumeiramente defendido, a abolição das alfândegas interestaduais, então existentes, pela racionalização da produção e por uma política que integrasse fundamentalmente as economias industrial e agropastoril. (SIMONSEN, 1931).

eram fatores que geravam atritos dificultando esforços político-associativo patronal. Apesar das efetivas disputas e divergências entre os diferentes grupos econômicos do capital, há evidências do protagonismo associativo empresarial de fortalecimento dos laços de unidade com iniciativas de classe em nível nacional. Isto é, a delimitação dos parâmetros econômicos, político-social de uma burguesia industrial⁶⁹.

Num trabalho de revisão histórica realizado por Boris Fausto, no final da década de 1980, o autor foi taxativo em afirmar que as aspirações da fração industrial tão somente estavam subordinadas à hegemonia da burguesia cafeeira, mas, na medida que as pesquisas sobre o tema avançaram, mostrando novos elementos, Fausto renovou sua tese inicial a partir da contribuição de outros autores. Assim, embasado nas pesquisas de Eli Diniz e Renato Boschi (1978) e Maria Antonieta P. Leopoldi (2001), Fausto avaliou que “a articulação dos empresários, pelo menos a partir da década de 1920, no terreno da organização do trabalho no interior das fábricas e na defesa de seus interesses específicos (proteção tarifária, taxa cambial etc.) tinha alcance maior do que supunha” (FAUSTO, 1988, p.11-12, apud BIANCHI, 2001, p.36).

Assim, Fausto, sob enfoques e ênfases, às vezes bastante diversos, aponta que esses trabalhos têm em comum uma linha em que se enfatiza “a capacidade organizatória, a intervenção ativa no mundo da política e mesmo o importante papel dos empresários, sem descartar o do Estado, na formulação dos projetos desenvolvimentistas” – essa observação se aplica com maior rigor ao desempenho da fração industrial na década de 1930 (FAUSTO, 1988, p.12).

Durante toda Primeira República, os industriais de São Paulo se mantiveram aliado à política hegemônica do situacionista Partido Republicano Paulista, o PRP. Apesar de divergências existentes devido à adoção, por parte do governo federal, de políticas públicas favoráveis ao café, a luta dos industriais por uma tarifa protecionista indicava focos de atritos com a burguesia agroexportadora, sem, no entanto, exprimir qualquer elemento de ruptura estrutural⁷⁰. O problema estava no controle do Estado e na

⁶⁹ Os limites do capital industrial de forjar um sentimento associativo de alcance nacional esbarrou no jogo político de alianças mantidos pelos industriais com suas respectivas burguesias regionais, mandatárias nos poderes de Estado locais representadas pelo capital agrário exportador. O historiador Jacob Gorender (1981) chamou a atenção para esse fenômeno na Primeira República.

⁷⁰ A ideia segundo a qual a burguesia industrial era fraca e não possuía projeto político de poder não explica por inteiro as razões da sua unidade de classe junto ao bloco de poder agrário. Sendo assim, “resulta despropositado e abstrato reclamar da burguesia um projeto revolucionário antiagrário, negando-lhe, por

orientação de sua política econômica, não parecendo faltar experiência e intuição aos industriais quanto a isso. Todavia, por maiores que fossem as contradições políticas da fração industrial da burguesia com o bloco de poder hegemônico de Estado, exercido por representantes da burguesia agroexportadora, podemos facilmente admitir que os industriais se beneficiavam da estabilidade social mantida pela força política agroexportadora. Além disso, os industriais também se encontravam articulados politicamente para barganhar através de suas entidades de classe. As ações do Estado ajudaram consolidar o poder de controle que a fração industrial exercia sobre a força de trabalho fabril; com emprego do aparato policial-jurídico buscou destruir a problemática organização do movimento operário⁷¹.

O objetivo maior dos representantes do capital industrial de proteger sua taxa de lucro no processo fabril de produção. Apesar das contradições existentes no seio da burguesia entre suas diferentes facções, havia, indiscutivelmente, alinhamentos de posições de classe sob a hegemonia da burguesia cafeicultora e de seus agentes financeiros. Desse ponto de vista, dificilmente se concretizaria qualquer tipo de transgressão do empresariado industrial contra o bloco de poder dominante da burguesia agrária. Vianna (1989, p.73), com toda razão, afirma que “o rompimento com uma classe tão poderosa, que não poderia ocorrer sem riscos, reclamava razões imperativas que ainda não haviam amadurecido, se é que algum dia amadureceriam”. Longe de se constituir uma fração rebelde ante o capital agroexportador, os industriais também faziam parte de uma minoria dominante. Entretanto, as condições da industrialização brasileira impediram, sob o ponto de vista de Boris Fausto (1974, p.230-231), “a formação de uma burguesia industrial, com suficiente peso social, cujos interesses econômicos fundamentais se chocassem com o grupo cafeeiro”.

essa inexistência, consciência de classe, quando a ordem agrária a recebia calidamente e sem constrangimento. Não se trata de negar a contradição entre indústria e os agrários, mas de demonstrar que, em termos de concepção de ordem do Estado, tal contradição não se realizava antagonicamente” (VIANNA, 1989)

⁷¹ O Estado burguês se constituiu, efetivamente, como elemento ordenador da exploração capitalista sobre a classe trabalhadora, e aqui a nossa maior preocupação é a de deixar claro que a exploração da força de trabalho, sob o modo de produção capitalista, inexistiria sem os aparelhos coercitivos do Estado, inclusive aquela que se dá na sua forma liberal mais pura. (GORENDER, LAPA, 1980, p.50). Por sua vez, no contexto de dominação burguesa, o arcabouço institucional da superestrutura jurídica que dá forma ao Estado burguês conseguiu exercer o poder político de fato sobre os demais agrupamentos sociais. Em face disso, a instituição do Estado, na acepção de Karl Marx, acima de todas as outras, têm como função primordial “assegurar e conservar a dominação e a exploração de classe”, diferente da posição de Hegel que concebia o Estado como a materialização do interesse geral da sociedade (BOTTOMORE, 1988) .apud (SILVEIRA, 2016).

A hegemonia econômica, política e social exercida pela burguesia agroexportadora paulista, associada aos proprietários de terras de Minas Gerais, e o sistema de dominação político oligárquico que surgira no Brasil, resultante das mudanças motivadas pela aceleração do desenvolvimento dos mecanismos correspondentes ao capitalismo agrário, mostraram-se mais complexos e mais acabados no jogo político das classes dominantes; pois se forjou na articulação política de dominação do segmento de classe dos grandes fazendeiros sobre outras classes e demais grupos sociais (SAES, 1985, p.32).

Para construir o *interesse comum* no projeto associativo dos industriais, a adesão dos empresários “resistentes” requeria a existência de uma ação coletiva organizada que oferecesse vantagens aos setores refratários do patronato da indústria. Porém, a mera existência de uma organização não garantia que esses fossem subjugados ou mesmo eliminados, dependia do grau de resistência ao *interesse comum* defendido pelo órgão de classe. A vontade geral organizada deveria mostrar suficiente poder de sanção, com o auxílio de ameaças convincentes, de sorte a obter a cooperação de membros resistentes e desobedientes. Caso contrário, mesmo que a ação coletiva fosse formalmente organizada, surgiriam dilemas a serem resolvidos. Escolhemos dois exemplos que representam bem esse antagonismo, o primeiro no Rio de Janeiro, o segundo de São Paulo, ambos datados de 1919.

A conjuntura política do pós-guerra, marcadamente influenciada pelos acontecimentos provocados pela Revolução Russa de 1917, levou os vencedores da guerra a organizar a Conferência de Paz⁷², realizada na cidade de Paris em 1919, onde foi deliberado os acordos que definiram o fim da Primeira Guerra Mundial e criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), órgão responsável pela formulação e aplicação das normas internacionais do trabalho (convenções e recomendações). As

⁷² Uma nova conferência de paz se deu entre os meses de outubro e novembro de 1919, foi realizada na Cidade de Washington. Nesta conferência, instituiu-se os trabalhos da Organização Internacional do Trabalho, que aprovou uma série de convenções trabalhistas das quais o Brasil se tornou signatário. Dos termos tratados, figurava a instituição da jornada de oito horas de trabalho, com um descanso semanal obrigatório, da proibição do trabalho noturno da mulher e do menor de dezoito anos. Além disso, proibia o emprego da mulher antes e depois do parto, tratando da questão de remuneração dos períodos de ausência necessários. A Conferência de Washington representou um avanço em relação à Conferência de Paz, os princípios da carta aprovada ultrapassaram o nível das simples recomendações para se tornarem dispositivos obrigatórios; cabendo sanções previstas aos infratores (Jornal do Commercio, 08/6/1919 apud LEME, 1978).

Convenções, uma vez ratificadas por decisão soberana de um país, passam a fazer parte do seu ordenamento jurídico (O Estado de S.Paulo, 10/6/1919)⁷³.

Os industriais do Rio de Janeiro aceitaram o princípio da jornada de oito horas, um aumento salarial de 50% para homens e mulheres, além do compromisso de não empregar crianças menores de 14 anos de idade. O acordo foi ajustado, primeiramente, entre Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão (CIFTA-RJ) e a União dos Operários Têxteis (UOT), sendo seguido por outras entidades patronais e sindicatos trabalhistas. A verdade é que as decisões anunciadas pelo Tratado de Versalhes e pela Conferência de Washington, fixando como padrão universal a jornada/dia de oito horas de trabalho, tornaram-se desde então referência obrigatória para os países signatários. Mas não pode ser tomado como único, tendo em vista que a pressão dos movimentos grevistas internos, e o impacto exercido pela Revolução Russa (1917-1921), se inscreveram como fatores determinantes para tomada de posição das autoridades públicas frente às pressões operárias por uma legislação social. Os empresários industriais, como produto de tais pressões, aceitaram a duração de 8 horas da jornada de trabalho na indústria brasileira (SILVA, 1996, p.167).

A destacada resistência de um bloco considerável dos deputados federais entre 1917 e 1918, que impediu a Câmara de aprovar uma legislação de oito horas de trabalho, destoa fortemente com a relativa facilidade encontrada para aprovação da medida na Câmara dos Deputados, em 1923, sob o governo Artur Bernardes⁷⁴. A própria Comissão de Legislação Social de Bernardes, sob os auspícios do deputado Maurício de Lacerda, apresentou o projeto nº 265, nos Anais da Câmara Federal (sessão de 09/10/1923), que

⁷³ A criação da OIT expressava uma reação defensiva das burguesias, um dos principais objetivos dessa reação foi reduzir e esvaziar as mobilizações operárias, ao mesmo tempo que media a força da Revolução Russa de 1917. Ou seja, que tipo de influência ela poderia exercer nas relações sociais e políticas de poder na luta de classes?

⁷⁴ O industrial Jorge Street, empresário ligado às associações dos industriais fabris, se mostrava contrário à redução da jornada de trabalho de 8 horas/dia. Em entrevista ao *Jornal do Commercio* de 10 de setembro de 1917, declarou o seguinte: “Com a diminuição do número de horas de trabalho, evidentemente esta situação ainda se agravaria, porque para se produzir a mesma quantidade de artigos seria necessário aumentar-se o número de maquinismos e dos respectivos operários na mesma proporção das horas diminuídas. A nossa produção seria, além disso, enormemente encarecida, em vez de seu barateamento que deve ser a tendência de todos nós”. Com argumentos básicos pela manutenção da jornada de trabalho de 10 horas/dia, Street argumenta que os “operários não poderiam produzir em oito horas o mesmo que produzem em dez”. Isso porque, segundo ele, os operários ganhavam por hora, e se o salário viesse a ser pago por dia ou por mês, os operários reclamariam um aumento proporcional de cerca de 25%. E concluía, “O conflito aí estava inevitável; os legisladores, certamente, meditarão sobre isso” (MORAES FILHO, 1980).

justificava o projeto como uma forma de “dar cumprimento à palavra do Brasil, em solenes compromissos internacionais” (SILVA, 1996, p.167).

No imediato pós-guerra, os industriais mostraram-se mais sensíveis às demandas trabalhistas, como ficou evidenciado nas posições do moderado Jorge Street, uma vez que o “velho mundo já passou pelas fases de resistência e teve de ceder”. Para isso, vindo a questão pelo lado da indústria, Jorge Street via com bons olhos o reconhecimento por parte dos industriais brasileiros das associações operárias, cita como exemplo a União dos Operários de Tecidos (UOT). Entendia que as resoluções que diziam respeito a disputas entre os representantes do capital e os trabalhadores “longe de continuarem a ser fatores de perturbações de ordem, virão, pelo contrário, com o tempo, constituir elementos de ordem e grandes fatores de apaziguamento” (O PAIZ, 12/06/1919 apud GOMES, 2018, p.156).

As posições de Jorge Street apontavam para a necessidade de construir mecanismos permanentes de acordo entre as partes conflitantes. Isso nos leva a crer que ele era um dos poucos empresários da indústria que enxergava o pacto social como estratégia de acumulação do capital e não o controle através do conflito. A jornada de 8 horas de trabalho do operário precisava fazer jus ao salário que o patrão lhe pagava, para satisfação das suas necessidades, permitindo, segundo Street, ao mesmo tempo, “ao industrial tirar desse trabalho também uma remuneração razoável para o seu esforço e seu capital”, considerava isso “o lado econômico da questão” (apud MORAES FILHO, 1980, p. 373).

Entretanto, no conjunto do empresariado paulista, as intervenções no Congresso Nacional que propunham medidas sociais favoráveis ao operariado fabril, apesar das pressões externas e internas, não eram bem-vistas. Embora tenha sido grande a resistência parlamentar, as movimentações políticas no Congresso Nacional da bancada paulista pela regulamentação de leis favoráveis aos trabalhadores alarmaram os industriais de São Paulo. Na concepção dos industriais, os representantes do Estado, na Câmara, estavam “impressionados excessivamente com a propaganda dos pseudo-amigos do operariado e que pleiteavam talvez a adoção de medidas legislativas que constituiriam verdadeira ameaça aos legítimos interesses dos patrões”. O líder da bancada paulista, Álvaro de Carvalho, diante das pressões exercidas por eles, tratou de explicar e tranquilizá-los, deixando claro que asseguraria com imparcialidade e alto senso de justiça, “os interesses de uns e de outros. Para fazer obra fecunda e proveitosa em cujas disposições haja o

remédio prevendo dessas terríveis crises que ainda recentemente se produziram na capital como também em outras cidades de São Paulo” (Jornal do Commercio, 12/10/1917).

Em reunião na Associação Comercial de São Paulo, em maio de 1919, os industriais paulistas sob pressão política do movimento grevista que acabara de eclodir, acenam positivamente para as recomendações de regulamentação social proposta pela Conferência de Paris. A agenda dos direitos sociais das classes trabalhadores passava a figurar como resguardo de estabilidade das relações entre o capital e trabalho, cujas ameaças de tensões sociais e corrosão do tecido social geravam preocupações nas esferas dos poderes institucionais de Estado, segunda a imprensa:

[...] os industriais presentes comunicam e afirmam a todos os seus operários que de bom grado aceitam os princípios da Conferência de Paris e que constitui uma bela e justa conquista do mundo do trabalho internacional. Especificamente aceitam o dia de 8 horas de trabalho com descanso semanal obrigatório e o mesmo salário do trabalho atual: aceitam a proibição do trabalho dos menores de 14 anos e do trabalho noturno da mulher que deve ser protegida e ter o mesmo salário do homem. (O Estado de S. Paulo, 08/5/1919)

Essa linha de pensamento, da qual Street se filiava, refletia o posicionamento de uma corrente de perfil liberal que sugeria que, se as representações em conformidade com os interesses do capital, de um lado, e as do trabalho, do outro, fossem mais organizadas, haveria um grande avanço para a modernização das relações entre ambos os lados. A imprensa liberal distinguia as organizações de classe como a chave do equilíbrio nas relações de trabalho, evitando extrapolar os muros das fábricas que pudesse provocar instabilidade social; a exemplo da greve de 1917. As dificuldades impostas pelos patrões ao diálogo faziam parte de uma estratégia de negação ideológica da exploração da força de trabalho operária⁷⁵, e não apenas “inexperiência” ou inabilidade com “as técnicas de conflito”, como defendeu Boris Fausto (1977, p. 198), entretanto, conforme os defensores da modernização das relações entre o capital e o trabalho:

Se os operários e patrões estivessem respectivamente agremiados em associações representativas dos seus interesses, cremos firmemente que na recente parede teria sido possível chegarem a um acordo sem escalas pela exaltação e consequentes excessos. Os operários improvisaram um comitê e em dado momento não tiveram com quem se entender. A ação dos mediadores foi extraordinariamente dificultada, pois não encontraram nem de um lado nem do outro, delegações devidamente autorizadas para tomarem deliberações definitivas [...] para um melhor entendimento entre patrões e operários,

⁷⁵ O empresariado industrial paulista alimentou a velha crença de que “a riqueza, no sentido do capital acumulado, torna-se aceitável e legítima porque é produto do trabalho e como o trabalho e porque o trabalho é concebido como uma virtude universal”. A capacidade de gerar riqueza pelo trabalho é instrumentalizada como uma virtude socializada, sem distinção de classes. Não é visto e muito menos concebido como trabalho de outros, quer dizer, como síntese do trabalho operário destituído de meios de produção, do confronto e do antagonismo entre o capital e trabalho (Cf. MARTINS, 1998).

diminuindo, portanto, as probabilidades de reclamações violentas. (Jornal do Commercio, 27/7/1917).

Mas apesar de haver tais preocupações da parte de um setor divergente do empresariado, os industriais do Rio de Janeiro passaram a sabotar o acordo, motivados pelo pretexto de que as diferenças regionais de custos de produção tornariam as firmas fluminenses vulneráveis à concorrência descontrolada de outros estados. Ao mesmo tempo, o Centro Industrial do Comércio de Couro e Calçados, que havia demandado a regulamentação legal da jornada de trabalho, anunciava o abandono de sua posição inicial, enquanto todas as fábricas do Rio não aceitavam a medida (Jornal do Commercio, 15/7/ 1919).

Em São Paulo, a firma de Pinotti Gamba⁷⁶, inicialmente favorável ao aumento salarial, declarou publicamente que não renunciaria a seu direito de restabelecer os antigos níveis salariais, de vez que a disparidade de custos de produção poderia tornar seus produtos não-competitivos nas disputas de mercado. Os empresários fabris, enquanto detentores do capital, perseguindo seus próprios interesses, não produziram uma integração espontânea do sistema, mas sim contradições sistêmicas e crises; sob tal condição, buscaram legitimar formas de organização para evitar esse tipo de situação. Em termos históricos, essa coordenação do patronato como classe produtora advém do surgimento da sua formação social capitalista, assumindo a forma de *associações* para coordenar seus interesses *comuns* no mercado. Desse ponto de vista, as relações que o próprio patronato industrial estabelece entre si no ato da concorrência impulsionam a coordenação de seus interesses enquanto capitalistas, seja em condições individuais ou setoriais com objetivo de restringir certas práticas que poderiam comprometer a viabilidade do sistema como o todo (BIANCHI, 2010, p.37).

Em 1919, um grupo de industriais têxteis cariocas discordou da direção do Centro Industrial do Brasil (CIB) e criou uma nova entidade regional e setorial: o CIFTA-RJ. O pretexto foi o apoio concedido por Jorge Street, presidente do CIB, às reivindicações dos trabalhadores por aumentos salariais, jornada de oito horas etc., o motivo real, entretanto,

⁷⁶ Pinotti Gamba, era italiano nascido Revere na província de Mantova em 29 de março de 1872, chegou no Brasil com apenas 10 anos de idade. Seus primeiros passos foram no comércio local que no final do século XIX ainda era embrionário. Em 1910, entra para o ramo de moagem de trigo construindo um dos maiores moinhos de São Paulo, localizado no bairro da Mooca. Além do moinho de trigo, Gamba também atuou nas áreas de óleo vegetal refinado para mesa, produção de sabão para emprego das lavanderias. Até 1934, “as instalações industriais pertenceram à firma Grandes moinhos Gamba. A partir desta data, passam a denominar-se Grandes Indústrias Minetti-Gamba, com a ampliação e modernização das instalações já existentes” (PORTAL DA MOOCA).

era o empréstimo que o governo concedia a firmas em situação crítica. Na defesa do interesse comum empresarial, Street opunha-se aos empréstimos, mas, já que eles existiam, sua posição era de que deveriam ser repartidos de forma igual entre todas as firmas em crise do País. Consistia, fundamentalmente, a postura que os industriais do Rio de Janeiro se opunham. Sendo mais empresas, com maior capacidade de articulação e pressão política, sabiam que poderiam obter os empréstimos sem ter de colaborar com as outras associações regionais. Foi precisamente o que aconteceu quando, utilizando o ex-ministro da Fazenda, Leopoldo de Bulhões, como seu advogado, procurador e lobista, receberam eles todos os créditos, generosamente distribuídos entre os participantes desse *lobby* carioca, para descontento de Jorge Street no comando do CIB (LEME, 1978, p.10-11).

2.3. Proteção à Indústria: combater o livre mercado

A indústria nacional reclamava com o governo melhores taxas alfandegárias e proteção do mercado interno. Ademais, argumentava o Centro Industrial do Brasil, se sempre são tomadas medidas de emergência para garantir a estabilidade dos preços do café nos momentos de crise, por que não socorrer igualmente a indústria⁷⁷? Para acabar com a disparidade existente entre valores oficiais para a aplicação das taxas alfandegárias e preços reais dos produtos, o CIB passa a defender, já em 1926, a adoção de uma futura reforma global da tarifa móvel, em que as taxas são frequentemente renovadas, devido aos preços reais e flutuações cambiais. A adoção de uma tarifa móvel permitiria neutralizar a ação da inflação e das oscilações cambiais sobre o “trabalho nacional” (Jornal do Commercio, 01/9/1926).

Contudo, a medida prática adotada pelo governo Artur Bernardes ficou restrita à indústria de linhas, que sofria, em 1926, forte ação de *dumping* da indústria inglesa.

⁷⁷ Epiácio Pessoa, que presidiu o Brasil entre março de 1919 e novembro de 1922, já tinha um juízo das solicitações socorro emitido pelos industriais, o setor estava em crise desde 1920 devido a nova reordenação dos mercados no imediato pós-guerra. Argumentava que “os nossos principais produtos foram atingidos gravemente por ela”, entretanto, “a situação privilegiada do café permitiu que o governo intervisse no mercado e conseguisse elevar o preço do produto e evitar maiores prejuízos aos nossos agricultores” (PESSOA, 1956). Por sua vez, em relação a outras mercadorias “em que nossa produção representa proporção diminuta da produção estrangeira, qualquer medida idêntica seria de resultado negativo. Não foi possível, por isto, ao Governo acudir “aos instantes solicitações que nesse sentido recebeu” (PESSOA, 1956). O preço do café sofreu uma valorização de mais 100% em 1921, feito que atenuou a queda das exportações. Fica evidente que o setor econômico mais beneficiado foi o poderoso setor agrário ligado à produção e exportação de café, hegemônico no núcleo de poder político no aparato de Estado até 1930.

Tratava-se do truste liderado pela *Machine Cottons*, que oferecia vantagens excepcionais aos comerciantes que não adquirissem produtos nacionais, vendendo à “queima-roupa”, subornando funcionários da alfândega, e assim arruinaram as indústrias brasileiras que, desprovidas de segurança financeira, terminavam por ser adquiridas pelo capital estrangeiro, que passava a cobrar preços impraticáveis aos seus produtos. O resultado da proteção desse ramo da indústria pelo governo foi limitado, pois a aquisição das companhias nacionais pela *Machine Cotton* já havia se consumado, agindo como monopólio no controle do mercado interno de linhas de coser, e enviando para matriz na Inglaterra os recursos aqui obtidos. Enquanto a revisão tarifária não vinha, a Associação Comercial de São Paulo, o Centro de Fiação e Tecelagem de Algodão (RJ) e o Centro Industrial do Brasil, articulam uma coesão dos industriais contra o projeto que tramitava no Congresso Nacional de cunho livre-cambista.

O combatido projeto Homero Batista⁷⁸ afetava duplamente a indústria com cobrança suplementar sobre a matéria prima de uso industrial e manufaturas já existentes no país. Segundo o porta-voz dos industriais Jorge Street, o erro fundamental do projeto consiste que,

A nossa tarifa é baseada nos valores médios das mercadorias postas nos portos nacionais. Sobre esses valores aplicam-se taxas, cujas percentualidades variam conforme o intuito do legislador, amparar razoavelmente a nossa produção, ou de aplicar taxas de efeitos puramente fiscais [...] Diante da dificuldade de fixar às mercadorias, a comissão do Tesouro tomou um muito original resolução. Adotou, de fato, o alvitre de tomar para esses valores, sempre que fosse possível, valores médios do último quinquênio que precedeu a guerra; naturalmente, com valores assim ostensivamente falsos, são também falsas as taxas e as razões a eles aplicadas (O Estado de S. Paulo, 17/12/1920).

A crise do setor industrial têxtil se agrava em 1925, e se prolonga até 1926. Ao contrário das reivindicações do setor industrial, a proteção às fiações e tecelagens de algodão e lã tornaram-se prioritárias.

Para reunir os setores descontentes com a proposta defendida pelo Ministro da Fazenda Homero Batista, em 1919, forjou-se uma importante unidade do CIB, o CIFTA do Rio de Janeiro, o CIFT de São Paulo e as Associações Comerciais do Rio de Janeiro e

⁷⁸ Homero Batista esteve à frente do Ministério da Fazenda do Governo Epiácio Pessoa (1919-19220). O seu projeto propunha uma revisão tarifária geral sem consulta prévia aos grupos interessados. O projeto tinha um caráter livre cambista, e fora elaborado por uma comissão de conferentes da Alfândega, diretamente ligada ao Ministério da Fazenda. As associações industriais gritaram argumentando que a aprovação do projeto afetava a produção nacional, diminuía as rendas fiscais, pois reduzia-se as taxas cobradas sobre gêneros alimentícios e as manufaturas sem similar nacional. Para os industriais, os únicos que se beneficiavam com as mudanças era o comércio importador, que, aliás, aplaudiu o projeto com seu apoio irrestrito (cf. LEME, 1979).

São Paulo. O empenho dos industriais paulistas do setor têxtil contra os aumentos tarifários propostos em 1919-1920, mostrou-se efetivo quando a bancada paulista no Congresso votou em peso contra o projeto de reforma. Apesar do empenho do Ministro da Fazenda, “o *lobby* dos industriais paulistas, cariocas e mineiros impediu a aprovação do projeto tarifário”; contudo, apesar da pressão da indústria, a tendência livre-cambista na política tarifária reapareceu na década de 1920, produzindo uma redução dos efeitos protecionistas tão caros ao setor industrial sob o Governo de Artur Bernardes (LEOPOLDI, 2000, p.107). A proposta do governo beneficiava a presença do capital internacional no arranjo das disputas de mercado, desfavorecendo os mecanismos de defesa reivindicado pelos industriais.

A conjuntura do pós-guerra reorientava a disputa do mercado brasileiro pelas nações capitalistas em luta pela hegemonia, ou por autonomia, redefiniam as bases capitalistas de relação com os países situados na periferia do sistema. O objetivo era ir mais longe, implantando, pelo menos na parte mais rica e avançada da periferia, controles econômicos que reunissem a capacidade de funcionar através do desenvolvimento institucional da *livre empresa*, em todos os níveis do comércio e, progressivamente, do movimento bancário e da produção “que o fluxo comercial-financeiro exigisse”. Para isso a defesa da liberdade de mercado, do trabalho e da indústria constituem um dos esquemas chave de controle imperialista sobre economias em desenvolvimento (FERNANDES, 1975, p.232-233).

Embora atuando em outro setor da economia, o de geração e distribuição de energia elétrica, a Light & Power Company Ltda., formada em 1899 por capitais canadenses para oferecer serviços de transporte e energia elétrica de São Paulo, mas em pouco tempo, expandiu seu mercado obtendo concessão para operar no Rio de Janeiro em 1913, simbolizou um típico caso de monopólio no setor de abastecimento de energia elétrica em São Paulo e Rio de Janeiro⁷⁹. Ao lado das descobertas da indústria química e

⁷⁹ A tendência de concentração de capitais de grandes empresários em empresas de serviços públicos abriu os caminhos para ascensão de grupos internacionais com amplos poderes econômicos. Segundo Tamás Szmrecsányi, a consolidação desse poder só foi graças à intervenção do poder público, “Só a intervenção estatal seria capaz de criar, pela via institucional, as condições necessárias para garantir a prosperidade dos grandes grupos econômicos e financeiros”. Essas condições políticas se refletiam na realidade em benefícios alfandegários, na regulamentação do comércio exterior, na instituição de suicídios aos custos de transporte e na abertura de zonas de influências. Como já defendemos no tópico 1.3. da Tese, as intervenções políticas dos países centrais se transformavam diretamente em mecanismos de participação econômica. Destaque para o caráter dependente dessas relações, onde as determinações e influências políticas para expansão das empresas “multinacionais” não foi uma virtude casual dos países centrais, mas

siderúrgica, a eletricidade seria mais um elemento determinante no crescimento industrial internacional na passagem para o século XX, fase conhecida como Segunda Revolução Industrial. Esse processo impulsionou a industrialização de muitos países em nível mundial e a indústria que, de maneira geral, tendia à crescente oligopolização e internacionalização. A combinação da disputa por novos mercados e o crescimento das políticas protecionistas das nações centrais do capitalismo, nesse período, marcariam a passagem do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista. Surgindo no período da grande depressão (1873-1896), o capitalismo monopolista foi resultado do acirramento da concorrência entre as potências econômicas da época, com a tendência à concentração de capitais, e por parte dos países, da adoção protecionista e da busca de influência e exploração de novas fronteiras na periferia do capitalismo (SAES, 2010, p.68-84) ⁸⁰.

Em 1915, o então poderoso presidente da Light no Brasil, Alexander Mackenzie⁸¹, alarmado, informou que o governo brasileiro estava prestes a aumentar o imposto de 2,5% (que era cobrado sobre os dividendos corporativos, fossem nacionais ou internacionais) para 5% e estendia seus termos para incluir o pagamento de juros das debêntures e títulos da dívida. Apesar dos relatórios anuais da empresa terem relatado o mais cordial convívio nas relações com o governo brasileiro, a possibilidade do aumento tributário sobre os lucros da empresa azedou tremendamente essas relações. Enquanto não era votado o orçamento que continha medidas tributárias no Congresso, a direção da Light agiu e conseguiu uma emenda na legislação tributária, limitando o imposto sobre ações e títulos da dívida pública do Brasil.

É interessante notar que, durante a guerra (1914-1918), a isenção foi mantida, mas em 1919 houve uma tentativa no Congresso para anular a isenção. Essa atitude das autoridades legislativas brasileiras enfureceu Alexander Mackenzie, que logo conseguiu articular apoio do embaixador inglês, *sir* Ralph Paget, e de embaixadores dos Estados Unidos, França e Itália para protestar contra a polêmica tributação dos 5%. Como já era

existiu com a convivência das classes dominantes dos países periféricos (Cf. SZMRECÁNYI, 2002, apud SAES, 2010).

⁸⁰ Além do capítulo 1 desta tese, que aborda o tema, ver: Oliveira (2003).

⁸¹ A aceitação de Mackenzie nos círculos brasileiros não era pequena. Em 1916, por exemplo, um grupo de influentes negociantes brasileiros o procurou para representar seus interesses diante do Ministério das Relações Exteriores britânico em disputa comercial com uma empresa de importação inglesa. Além disso, o homem forte da Light and Power ajudou o governo brasileiro em sua tentativa de obter grande empréstimo no pós-guerra, no mercado de Nova York. Entre 1920 e 1921, ele trabalhou em conjunto com Willian A. Read and Co. em Nova York para fazer do Brasil um devedor confiável aos olhos de credores norte-americanos (cf. MCDOWALL, 2008).

de se esperar, influenciaram o Ministro da Relações Exteriores e o próprio presidente Epitácio Pessoa. O comunicado ao legislativo era claro: qualquer tipo de imposto sobre o capital estrangeiro investido no Brasil traria consequências desfavoráveis ao país “causaria má impressão nos estados Unidos, cujo capital estava agora sendo direcionado para o Brasil” (apud MCDOWALL, 2008, p.288-289).

Desta vez, não houve jeito. Apesar das poderosas pressões sobre o Congresso, a comissão de finanças estabelecida para estudar o caso decidiu que a continuidade da isenção prejudicaria drasticamente as receitas governamentais e o aumento de 5% sobre os dividendos prevaleceu tornando-se lei⁸². Assim, tanto o capital nacional quanto o internacional recorriam ao Estado para ver seus dividendos protegidos e, preferencialmente, com baixos tributos. A presença do capital internacional no Brasil cresceu exponencialmente na década de 1920, já que as disputas por novos mercados atraíram os Estados Unidos, nova potência ascendente⁸³.

2.4. São Paulo na da década de 1920: desembarque do capital norte-americano

Neste tópico, procuramos levantar um conjunto de informações que trouxesse elementos sobre a inserção do capital americano em São Paulo no imediato pós-guerra – período de transição que eleva os Estados Unidos como grande potência econômica nas relações com a América Latina. Nosso objetivo se restringe, unicamente, a apontar a importância americana nas relações econômicas com São Paulo nos primeiros anos da década de 1920.

Em 1919, a ACSP travou uma luta contrária ao desejo do governo federal de equilibrar o orçamento, criando sobretaxas de produtos importados. Medidas que acabavam por dificultar a aquisição de produtos importados pelos consumidores brasileiros, através do comércio e indústria. A pressão da ACSP em defesa da modificação das taxas aduaneiras fez com que o governo federal recuasse. O Presidente Epitácio

⁸² A Light obteve lucros astronômicos no Brasil, com suas atividades de fornecimento de energia elétrica, bonde elétrico, serviços de telefonia e água. A expansão desses serviços coincide com o grande adensamento urbano de cidades em que operava: São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Alexander Mackenzie declarou, em 1918, que “nossas companhias têm apresentado grandes lucros, maiores do que em qualquer outra época de sua história” (MCDOWALL, 2008).

⁸³ Em 1914, a dívida pública externa do Brasil atingiu 717 milhões de dólares, na posição de credores a Inglaterra somava 598 milhões, a França aparecia em segundo com créditos de 110 milhões de dólares, seguida de longe pelos Estados Unidos, para quem o governo devia 5 milhões de dólares. Ainda restava um montante de 4 milhões divididos entre outros países (GASPARIAN, 1973).

Pessoa, que havia assumido o mandato em julho de 1919, analisou a conjuntura cambial da seguinte forma:

A primeira acusação com que tentam fulminar-me é a baixa do câmbio. Começam os sensores afastando-se da verdade. Dizem que encontrei o câmbio a 18 Ora, quando assumi a administração, a taxa cambial era de 14 ½. Depois de algumas oscilações, foi-se elevando e atingiu, e dezembro, aquela cifra. Para serem coerentes, deviam atribuir-me também essa ascensão; mas a verdade é que nem a alta nem a baixa ulterior podem com razão ser levadas à conta do Governo. A baixa do câmbio tem como causa primordial o desequilíbrio da nossa balança de comércio. É consequência fatal desse desequilíbrio, ao qual não pode o governo acudir com medidas de efeito imediato, e sim, como tem feito, providências de caráter permanente, que aumentem a nossa produção e facilitem a sua saída para o estrangeiro. O Brasil guarda ainda a lembrança da cifra desprezível a que desceu a renda das suas alfândegas⁸⁴ (PESSOA, 1956, p. 213).

O governo estava preocupado com a nova realidade econômica que se abria com o término da Primeira Guerra Mundial, cujos países envolvidos no conflito voltariam a reorganizar sua vida econômica, começando a retornar pouco a pouco a normalidade. Dessa forma, Epiácio buscava manter os índices positivos da balança comercial, quer dizer, “abundantes recursos ouro”, objetivo que figurava como meta governamental. O saldo médio das exportações brasileiras em libras esterlinas, entre 1915 e 1918, tinha sido de £ 16.707.000 ou 322.000:000\$ (mil réis). Em 1919, o saldo da balança subiu espetacularmente para £ 51.908.000 ou 845.000:000\$; contudo, em 1920, fechou em déficit de £ 16.823.000 ou 325.000:000\$; o que indica um forte movimento de importações (PESSOA, p. 214). Por exemplo, há evidências que as importações e produção de máquinas para a indústria acelerou-se na década de 1920, ajudando a promover uma maior diversificação da atividade industrial de São Paulo⁸⁵.

Setores da historiografia não identificam protagonismo político dos industriais antes de 1930, principalmente no tocante à construção de uma “consciência nacional”,

⁸⁴ O presidente Epiácio Pessoa está se referindo aos 51 meses de Guerra Mundial, ocasião em que as importações diminuíram em ‘fortes proporções’. Mas em contraposição a essa baixa considerável, as exportações brasileiras elevaram-se consideravelmente a alturas nunca antes atingidas com estímulos governamentais. Assim, produtos como “cereais, banha, carnes congeladas além de outros artigos – passaram a figurar nas pautas de exportação com grandes resultados”. A consequência foi que a balança mercantil se inclinou para o nosso lado e o câmbio se conservou em taxas vantajosas” (PESSOA, 1956).

⁸⁵ A compra e o comércio de equipamentos cresceram no início dos anos 1920. Em março de 1919, O italiano Carlos Tonanni e Guido Bacarro, registraram contrato comercial na Junta Comercial de São Paulo da firma Carlos Tonanni & Comp. para o comércio de representações e vendas da máquina o beneficiamento de arroz e a compra de acessórios e materiais para a indústria. Conforme dados econômicos referentes às importações de máquinas pelo Estado de São Paulo, no período de 1911 a 1920, em mil-réis, tivemos em 1911 (39.199:846\$); 1913 (49.701:450\$); 1915 (9.457:157\$); 1916 (12.947:641\$); 1918 (18.183:260\$); 1919 (31.528:891\$) e 1920 (62.724:509\$). Mas em termos de porcentagem das importações totais realizadas, 1911 representava 12%; 1913 (12%); 1915 (4%); 1916 (5%); 1918 (6%); 1919 (8%) e 1920 saltou para 10% das importações totais (MARSON, 2012, p.62-64).

que se apoiava na fragilidade política da fração industrial da burguesia, o que resultou, segundo essa visão, dentre outros fatores, no atraso organizativo e subordinação ao poderoso núcleo de poder dominado pelo setor agroexportador⁸⁶. Entretanto, beneficiando-se indiretamente das políticas econômicas favoráveis a burguesia agrário-comercial⁸⁷, as operações de compra e venda do café se transformarão na principal atividade financeira do Estado, cujo crédito externo esteve amplamente subordinado aos interesses do café⁸⁸. Entre 1923 e 1926, a moeda brasileira, o mil-réis, se valorizou devido ao incremento das exportações do *coffea arabica* e de uma rígida política monetária adotada por Artur Bernardes, o que gerou barateamento dos produtos importados, causando desconforto sobretudo na indústria têxtil em relação aos artigos ingleses de melhor qualidade e mais baratos (FISHLOW, 1977, p.25)⁸⁹.

Cabe enfatizar que a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a recuperação da economia mundial na década de 1920, exerceram efeitos muito prejudiciais sobre as exportações da Inglaterra. Houve a substituição de importações na Índia, na América Latina e na Ásia, além da introdução de fibras sintéticas⁹⁰ e combustíveis derivados do

⁸⁶ Ver: Gorender (1981), Caio Prado (1963), Dean (1971).

⁸⁷ Referindo-se a Minas Gerais e São Paulo, Astrojildo Pereira, crítico das oligarquias brasileiras, sobretudo do monopólio do poder de paulistas e mineiros, informa que o senador paraense Justo Chermont, relator do orçamento da Agricultura, alegava, analisando as despesas fixadas para o ano de 1919 no orçamento: “a verdade...é que são os grandes Estados, isto é, os mais ricos e prósperos, que recebem maiores auxílios. Os pequenos Estados, os Estados pobres recebem diminutas subvenções dos cofres federais” (apud PEREIRA, 1980).

⁸⁸ Durante a década de 1920, a participação do setor cafeeiro na economia brasileira foi muito elevada. A participação das exportações de café no total exportado cresceu rapidamente de 56% em 1919 para 75,4% em 1924, permaneceu em torno de 70% até o final da década. No início dos anos 1920, as receitas com exportação de café como fração do PNB aumentaram de 5,7% em 1920 para 12,5% em 1924, sofrendo queda, a partir daí, até um mínimo de 9,6% em 1929 (SILBER, 1977).

⁸⁹ A despeito das políticas de alocação demasiada de recursos destinados a valorização do café, impedindo investimentos em outros setores da economia, como por exemplo, na industrialização, que avançava e se esforçava para se legitimar como *força social*, uma vez que: “o desenvolvimento econômico e social está vinculado a ação do homem e das condições que ele atua socialmente” (FERNANDES, 2008).

⁹⁰ Em 1923 já era mencionado a possibilidade de se montar uma fábrica uma fábrica fios de seda artificial, já que havia suficientes recursos financeiros. Conforme consta, “A tentativa talvez consiga resultados mais seguros do que os oferecidos até hoje pela criação de bichos da seda. Porque, agindo por processos químicos, essa indústria, muito prospera na Alemanha, Suíça e Estados Unidos, não depende de variações atmosféricas, pestes e outros inconvenientes com que lutam os criadores de sirgos” (BOLETIM OFFICIAL DA ASSOCIAÇÃO COMMERCIAL DE SÃO PAULO, 1928, p.105). A importação de fios de seda artificial, empregada largamente na manufatura de meias, em 1923, não foi além de 38.670 kilos valendo 1.455:117\$000, contra 21.106 kilos no valor de 1.255:506\$000 em 1922 (BOLETIM DA DIRETORIA DE INDÚSTRIA E COMMÉRCIO, 1924). A primeira fábrica de rayon – seda artificial – a Visco Seda Matarazzo, é de 1926; fazia parte do grupo das Indústrias Reunidas Matarazzo. Seu capital era de 3.200:550\$000 (três mil e duzentos mil contos e quinhentos e cinquenta mil réis). Em 1928 possuía cerca de 850 operários, mas, em 1929, devido à crise no setor, esse número caiu para 749 trabalhadores. Duas

petróleo, a perda de competitividade decorrente de uma estrutura de produção desatualizada em termos tecnológicos e ineficiente, devido a custos elevados, métodos de fabricação ultrapassados, escalas inadequadas etc. A todos esses problemas enfrentados pela indústria inglesa, somava-se a concentração de suas exportações em mercados periféricos com baixo grau de expansão, elementos que atingiram em cheio as exportações inglesas no pós-guerra (MAZZUCCELLI, p.2009, 114).

Os tecidos provenientes das manufaturas inglesas voltaram ao mercado brasileiro com muita força, disputando o mercado nacional com ligeira vantagem. Entretanto, “o baixo dinamismo dos países periférico importadores; a difusão mundial de produtos substitutos de nova geração; o protecionismo e o acirramento da concorrência internacional [...] a valorização da libra, interagiram de modo negativo sobre a ‘velha’ indústria inglesa”. Esses fatores agravaram a tendência de declínio estrutural das bases econômicas inglesas, “responsável pelo atraso que a Inglaterra iria assistir em relação aos países de industrialização mais recente já na aurora do século XX” (MUZZUCCELLI, 2009, p.116). Destaque para a ascendente economia dos Estados Unidos na década de 1920 e sua relação com os mercados da América Latina. Em 1º de agosto de 1914 a dívida nacional da Inglaterra era de 700 milhões de libras esterlinas; mas em junho de 1921 atingia 7.700 milhões de libras, um aumento de 11. Enquanto seu orçamento aumentou três vezes (TRÓTSKI, 2008, p. 27). A tendência de hegemonia econômica dos Estados Unidos ante à Inglaterra se consolidou no decorrer da década de 1920.

Para se ter uma ideia da presença dos Estados Unidos na economia brasileira no pós-guerra, pegamos o Estado de São Paulo como parâmetro por ter a economia mais dinâmica desse período. As exportações pelo Porto de Santos a países estrangeiros, durante o ano de 1923, havia atingido a marca de 746.519 toneladas de produtos exportados, contra 602.219, em 1922. O valor subiu a 1.640.347:787\$000, contra 1.150.575:281\$000, em 1922. Em valores, um aumento de quase 43% em 12 meses:

Tabela 1 – Exportações do Porto de Santos

novas empresas foram construídas em 1929, a usina de fios de seda para tecelagem a Companhia Brasileira de Seda Rhodiaseta, em São Bernardo do Campo, com capital francês de 4.000:000\$000 – que previa contratar 100 operários, isso porque ainda estava em construção. E a Fábrica Glanzstoff-Enka, da Firma Algemeene Kunstzyde Uniel N.V. Arnhem, na Vila Americana, com capital alemão de 500:000\$000 (quinhentos mil réis), com 30 operários. A Rhodia, do grupo francês Rhône-Paulenc, inaugurou seus negócios no Brasil em 1919, operando no ramo químico (SÃO PAULO, 1924).

PRODUTO	VALOR
Café	1.489.951:300\$000
Carnes congeladas, resfriadas e conservadas	56.951:896\$000 ⁹¹
Algodão em rama	30.985:959\$000
Frutas de mesa	10.154:945\$000
Banha	7.424:747\$000
Couros vacuns verdes e salgados	6.251:073\$000
Tecidos de algodão	6.157:383\$000
Total	1.640.347:787\$000
Total em Libras Esterlinas	36.442.257

Fonte: Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo (1924, pp.74-75).

Através da análise dos dados da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, é possível constatar que o café concorreu com 91% das exportações de São Paulo para o estrangeiro, só os Estados Unidos importaram quase 19 milhões de sacas de café⁹² entre 1921 e 1922, exatas: 18.63.925. Enquanto a França, logo atrás, registrou 5.478.928 de sacas (60 kg. cada). A Inglaterra parecia ter pouco afeto pelo

⁹¹ A indústria de carnes frigoríficas adquiriu grande atividade em 1923, não só porque entrou a funcionar o estabelecimento da Cia. Armour, mas pelo fato do fechamento de frigoríficos argentinos durante algum tempo favorecendo as exportações brasileiras. Funcionaram em 1923 os seguintes frigoríficos: Frigorífico de Barretos (com capital de 10 mil contos de réis e 203 operários); frigorífico de Osasco, da Continental Products Company, com 600 operários e capital de 12 mil contos; frigorífico de Santos, com 107 operários e capital de 2 mil contos; Frigorífico Armour, da Cia. Armour do Brasil, no bairro da Lapa, com o capital de 40 mil contos e 650 operários, tendo capacidade para abater 2.000 novilhos e 3.000 porcos/dia. Os valores da produção de carne de animal processada saltaram de 42.144:174\$380, em 1921, para 90.799:410\$400 em 1923; representando um aumento espetacular de 115% (SÃO PAULO, 1924).

⁹² O rápido desenvolvimento capitalista dos Estados Unidos e seu intenso processo de industrialização no início do século XX, foram determinantes para o aumento do consumo do café brasileiro. O historiador alemão Wolfgang Schivelbusch foi pioneiro nos estudos que relacionam capitalismo e uso de estimulantes. A difusão entre o operariado do hábito de consumir café era incentivado em empresas dos Estados Unidos (Cf. SCHIVELBUSCH, 1995).

consumo de café, importou, no mesmo período, cerca de 515.326 sacas (SÃO PAULO, 1923, p.39). Sendo assim, é possível mensurar com esses dados, o extraordinário consumo de café pela sociedade americana nas primeiras décadas do século XX.

Por sua vez, a indústria de carne processada industrialmente começava a figurar como um interessante setor da economia de São Paulo, devido a uma combinação de fatores (ver nota:119). Outro dado é o da exportação de tecido de algodão (embora baixa), voltada para o mercado latino-americano. As grandes manufaturas de tecelagens de algodão, sediadas no Estado de São Paulo, destinavam quase a totalidade da produção no abastecimento do mercado interno. O resultado geral do comércio de exportação paulista por países de destino para o ano de 1923, foi o seguinte:

Tabela 2 – Exportação paulista (1923)

PAÍS	VALOR
Estados Unidos	904.822:905\$000
França	229.896:679\$000
Holanda	117.108:382\$000
Itália	100.053:933\$000
Alemanha	55.519:882\$000

Fonte: Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo (1924, pp.74-75).

Quanto ao comércio de importação deste mesmo ano, ou seja, 1923, o volume bruto das mercadorias importadas foi de 985.182 toneladas, contra 702.787, em 1922. Os valores subiram a 763.549:729\$000, contra 471.141:991\$000 em 1922. Diferentemente das relações econômicas do Brasil com à Inglaterra antes de 1914, onde prevaleceram a hegemonia dos capitais ingleses sobre a economia Brasileira, particularmente rentista e o industrial. Mas no início da década de 1920 há uma nova configuração dos mercados mundiais delimita um novo contorno histórico:

A guerra foi um verdadeiro terremoto econômico para este continente, o qual não tinha o mínimo grau de preparo para enfrentar a paralisação repentina e simultânea do seu comércio marítimo, investimento, comércio e imigração, e

financiamento de crédito. A rotina de vida foi alterada. Os investidores de capitais e os clientes de seus produtos haviam desaparecido. Os representantes das firmas alemãs deixaram de obter novas encomendas; os artigos de luxo franceses, tão procurados, não existiam mais no mercado; os estoques das casas inglesas estavam exaustos; a América do Sul tinha sido abandonada pelos seus velhos amigos. [...] Diante desta confusão, os Estados Unidos fizeram sua investida. Foi sua entrada triunfal (NORMANO, 1944; apud GARCIA, 2002, p.4).

Quando analisada a extensão da presença estrangeira na economia brasileira, os Estados Unidos foram de longe os grandes beneficiários das transformações engendradas pela hecatombe de 1914-1918. Antes da guerra, algumas companhias norte-americanas já se encontravam instaladas no Brasil, mas foi durante o conflito que o ritmo de abertura de novos empreendimentos ganhou impulso. Um caso típico foi o da indústria de carnes congeladas, com o estabelecimento ou a compra de frigoríficos no Brasil por companhias como Continental, Wilson, Armour e Swift, que objetivavam processar aqui a matéria-prima para exportação (GARCIA, 2002, p.3-4)

Na relação dos países que mais venderam para São Paulo, o polo mais dinâmico do crescimento industrial brasileiro nos anos 1920, os Estados Unidos aparecem logo atrás da Inglaterra, mas não demoraria para ultrapassá-la na hegemonia econômica dos mercados latino-americanos, principalmente no fornecimento de produtos industrializados:

Tabela 3 – Países que mais venderam para São Paulo (década de 1920)

PAÍS	VALOR
Inglaterra	174.237:723\$000
Estados Unidos	160.843:862\$000
Argentina	98.420:434\$000
Alemanha	78.265:425\$000
Itália	66.597.056\$000

Fonte: Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo (1924, p.74).

O aumento das importações de automóveis representou uma poderosa mudança no comportamento diário das pessoas que frequentavam áreas movimentadas da região

central de São Paulo⁹³. Além disso, o petróleo, máquinas e implementos, bens de consumo duráveis, produtos farmacêuticos, máquinas de costura, máquinas para usinas geradoras de energia elétrica, para mineração, companhias de seguros e outros que serviam indiretamente para reproduzir o *American way of life*, como empresas de comunicações, jornais, cinema e a indústria de entretenimento.

A imagem da máquina, fruto da expressão do mundo moderno industrializado e transformador, despontou nas páginas do protagonismo literário da Semana de Arte de 1922, de forma alegórica e trágica. Em *Macunaíma*, quando o herói chega a São Paulo, “os tamanduás os boitatás as inajás de curuatás de fumo, em vez eram bondes auto bondes anúncios luminosos relógios faróis rádios motocicletas telefones gorjetas postes chaminés... Eram máquinas e tudo na cidade era só máquina!”. O herói experimentava a vida na cidade, aprendia calado, mas logo estremecia. A máquina tão pouco era deus e não possuía as singularidades femininas de que tanto o herói gostava; era feita pelos homens: “se mexia com eletricidade com fogo com água com vento com fumo os homens aproveitando as forças da natureza [...] A Máquina era que matava os homens, porém os homens é que mandavam na Máquina”. O nosso herói ao deixar as profundezas do Brasil rústico em busca de sua amada, se depara com o outro, a máquina, a vida urbana: “os homens é que eram máquinas e as máquinas é que eram homens”. Aproveitou e “virou Jiguê na máquina telefone, ligou pros cabarés encomendando lagostas e francesas” para se divertir (ANDRADE, 1959, p.53-55).

Os bondes da Light & Power Ltda. que rodavam na capital fizeram uma vítima nas páginas da também moderna “Novelas Paulistas (1927): Brás, Bexiga e Barra-

⁹³ Um dos ícones mais emblemáticos da cultura americana, além do cinema, foi o automóvel movido à gasolina. Assim, com o aumento da importação de veículos cresceu no mesmo ritmo a demanda por bens e serviços ligados ao setor automobilístico, incluindo peças, acessórios, pneus, combustíveis e facilidades de manutenção. A brusca queda com o comércio europeu jogou o forte setor automobilístico americano nos braços do ascendente mercado de consumo brasileiro. Os automóveis vindos da América do Norte caíram no gosto dos consumidores rurais (fazendeiros) e dos núcleos urbanos citadinos em desenvolvimento. As empresas norte-americanas se viram estimuladas a realizar investimentos diretos aqui. A Ford Motor Company tomou a iniciativa e encetou planos para a instalação de uma fábrica no Brasil, que produziria carros com peças e componentes importados. Em 1921, a Ford inaugurava sua primeira linha de montagem na rua Solon, no bairro industrial do Bom Retiro. Quatro anos depois, a montadora já produzia quase 25 mil unidades por ano. Na mesma época, a General Motors Export Corporation também se interessou pelo mercado brasileiro. A empresa registrou sua razão social brasileira como General Motors of Brazil S.A. e iniciou, em 1925, a montagem de automóveis em instalações no Ipiranga, em São Paulo. Em 1928, a General Motors inaugurou sua nova fábrica em São Caetano do Sul, com vistas à produção em larga escala. Nos anos 1920, ocorreu um boom na aquisição de carros e caminhões no Brasil, em grande parte estimulado pela presença da Ford e da GM. Cabe lembrar que, só no Estado de São Paulo, o número de veículos havia crescido de 2.661, em 1917, para 59.213, em 1928 (DOWNES, 1986, apud GARCIA, 2002).

Funda”. Trata-se de Gaetaninho, que fora atropelado pelo bonde da Cia. Canadense brincando de futebol, “Beppino deu dois passos e meteu o pé na bola. Com todo muque. [...] Gaetaninho saiu correndo. Antes de alcançar a bola um bonde o pegou. Pegou e matou. A gurizada assustada espalhou a notícia na noite. Sabe o Gaetaninho? Amassou o bonde!” (MACHADO, 1961, p.61-62). A máquina também matava, não apenas nas ruas com seus bondes e automóveis, mas nas fábricas que cresceram e diversificaram a produção de bens de consumo na singular industrialização de São Paulo ao longo dos anos de 1920.

As transformações urbanas que modificavam o modo de vida das pessoas, com a incorporação dos países situados na periferia do capitalismo ao raio de exploração das grandes potências econômicas, e agora, os Estados Unidos, que, se valendo da posição de potência ascendente, chegava com tudo, principalmente com máquinas para vender, além do moderno entretenimento urbano, o cinematógrafo.

Conforme os valores apresentados abaixo, os artigos mais importados pelo Estado de São Paulo, o item de importação de maquinários para indústrias já se destacava na relação de artigos de origem americana. Os dados oficiais obtidos em relatórios governamentais apontam os setores que vinham registrando maiores avanços no incipiente processo de modernização que a cidade de São Paulo experimentava. O volume tanto importação como de exportações para o Brasil, e em particular São Paulo, vinha crescendo ininterruptamente, e dava indícios da enorme influência que o capital estadunidense representaria nas relações econômicas com o Brasil. O quadro abaixo mostra em valores o crescimento da importação dos Estados Unidos de equipamentos, máquinas e acessórios:

Tabela 4 – Crescimento da importação dos Estados Unidos em São Paulo

PRODUTO	VALOR
Cereais, farinhas e grãos alimentícios	91.500:723\$000
Máquinas, aparelhos e acessórios	90.074:662\$000
Ferro e aço	55.954:006\$000
Automóveis	44.300:000\$000

Juta	42.204:507\$000
Carvão de pedra	32.664:951\$000
Algodão (fio para tecer, costura etc.)	21.494:296\$000
Seda (casulos, fios para bordar, tecer etc.)	20.582:864\$000
Produtos químicos e farmacêuticos	20.186:793\$000
Vinhos	17.784:224\$000
Papel e suas aplicações	15.163:603\$000
Gasolina	14.871:795\$000
Cimento	9.986:524\$000

Fonte: Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo (1924, pp. 39-45).

O crescimento urbano de São Paulo potencializou um tipo de consumo que estava intimamente ligado à expansão econômica do Estado. Assim, itens como automóveis, produtos químicos e fármacos, gasolina, cimento e vinho refletem alguns aspectos das transformações que a cidade vinha experimentando, ganhando ares de “cidade moderna” em face de um padrão de consumo urbano bem definido, que ia desde o automóvel, o trem, o telefone, a vitrola, o rádio⁹⁴ até o cinematógrafo⁹⁵. Cabe lembrar que a população

⁹⁴ Em fins de 1923, foi construída a Rádio Educadora Paulista, a primeira em todo o Estado de São Paulo. Fundada por Frederico Vergueiro Steidel. O site da Assembleia Legislativa diz que, “As primeiras experiências com o rádio no Brasil foram realizadas em 7 de setembro de 1922, durante a exposição do Centenário da Independência no Rio de Janeiro. Para estas festividades, foram trazidas dos Estados Unidos duas pequenas emissoras usadas somente para teste. Nesse dia, o presidente Epitácio Pessoa discursou do recinto da exposição e, à noite, foi ao ar, diretamente do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, a ópera o Guarani de Carlos Gomes”. No dia seguinte a imprensa carioca noticiou o ocorrido, o rádio se aproximava do Brasil (cf. RIBEIRO, 2003).

⁹⁵ A influência cultural americana no Brasil encontrou terreno fértil para se expandir. Em 1926, 95% de todos os filmes exibidos no Brasil eram norte-americanos. No caso do telégrafo, depois de romper, em 1917, com o monopólio britânico de serviços prestados no Brasil pela *Western Telegraph Company*, os Estados Unidos logo ampliaram sua participação no total de cabos submarinos instalados em águas brasileiras. Em 1920, a Central and South American Telegraph Company, pertencente à All America Cables Inc., instalava-se no Brasil. Agências de notícias norte-americanas, como a United Press International (1918) e a Associated Press (1919), passaram a fornecer seus serviços para jornais brasileiros, que antes dependiam para o noticiário internacional quase que exclusivamente do material divulgado pela agência francesa Havas (ROSENBERG, 1978, pp.146-148; TULCHIN, 1971, p.208 apud GARCIA, 2002, p.5).

do município, em 1924, já estava chegando aos 700 mil habitantes (694.948, conforme dados oficiais) (SÃO PAULO, 1924, pp.2-4). A produção industrial de São Paulo de 1923 foi superior a toda exportação de café neste mesmo ano, isto é, 1.611.633:000\$000 contra 1.489.951:300\$000. No final da década (1928), atingirá a sua melhor marca, chegando a 2.441.436:000\$000, mas com a crise mundial devido à quebra da Bolsa de Nova York, os valores de produção sofrem uma queda na ordem de 28% e fecha 1930 com 1.897.188:000\$000 (SÃO PAULO, 1924, p.74-75).

Todavia, uma parcela significativa do complexo econômico brasileiro dependia da atividade cafeicultora: o comércio, o transporte, o sistema bancário etc. Podemos, então, a partir dessa premissa, inferir daí que o fator básico e condicionante das atividades econômicas internas se ancorava, de um ponto de vista mais geral, da acumulação cafeeira. Por outro lado, cabe lembrar que, apesar da importância atribuída à economia do café no processo de industrialização, “é preciso salientar fortemente que a correlação entre cafeicultura e indústria não deve ser considerada *simétrica*” (GORENDER, 1981, p.33)⁹⁶.

A partir de 1918, a produção de café na região Sudeste do país cresceu exponencialmente, aproveitando a alta na demanda causada pelo fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Não era difícil prever que, ao menor sinal de crise no setor, o governo federal aprovaria novas medidas⁹⁷. Além disso, entre 1921 e 1923, justamente o período de campanha e início do governo Bernardes, houve um significativo aumento na taxa de inflação, o que resultou na descontrolada emissão de papel-moeda⁹⁸. Essa medida

⁹⁶ O historiador Jacob Gorender está dialogando principalmente com os trabalhos de Wilson Cano e Sérgio Silva, que apontam para uma relação indissociável do processo de industrialização e cafeicultura. Para Gorender, “o grosso dos excedentes líquidos gerados pela cafeicultura e concentrados pelos bancos ou pelos comerciantes foi reaplicado na expansão da própria cafeicultura”, contudo, o que não significa dizer que não houve fazendeiros que aplicaram parte dos seus excedentes líquidos em atividades fabris. Mas, segundo esse autor, na maioria dos casos estudados, os investimentos iniciais são oriundos do comércio (GORENDER, 1981, pp.33-34).

⁹⁷ Na década de 1920, o complexo cafeeiro registrou entre 1919 e 1929 um enorme crescimento da sua atividade. A produção média cresce 14,1 milhões de sacas entre 1914-1915 e 1918-1919, para 18,2 milhões, entre 1924-1925 e 1928-1929. E no final dessa década salta para a impressionante superprodução de 24,2 milhões de sacas, entre 1929-1930 e 1933-1934. Com uma receita média de 527 mil contos de réis, entre 1910 e 1918, para 2 milhões de contos entre 1919 e 1929 (PELÁEZ, 1971). Para a receitas de exportações, consultar os dados do DNC, publicados no Diário de São Paulo de 30/6/1936.

⁹⁸ O Decreto nº 4.635-A, de 8 de janeiro de 1923 autorizou o Governo a liquidar e estabilizar por etapas a dívida flutuante do Tesouro Nacional, calculada até 31/12/1922. No Art. 1º o Governo podia realizar ou contratar operações de crédito, internas ou externas para consolidar a dívida, podendo para isso, estipular prazos, juros, garantias gerais e cláusulas necessárias. Ficava autorizado a contratar as conversões da dívida do Tesouro Nacional, desde que vantajosas para Fazenda Nacional; transferindo para o Banco do Brasil

assumida pelo então presidente Epitácio Pessoa, procurava beneficiar o setor agroexportador, assegurando a moeda nacional artificialmente valorizada num cenário de crescimento dos valores da produção fabril⁹⁹ e do comércio interno. As medidas adotadas por Artur Bernardes representavam a continuidade da política de valorização do café, que continuou a beneficiar grupos ligados às atividades comerciais e voltados para o exterior. Contudo, a incapacidade do regime de incorporar novas camadas sociais urbanas ao processo político nacional, transformou-se em fator de crescente perturbação do funcionamento do governo oligárquico, marcado pela alternância de poder das oligarquias paulista e mineira, representadas pelos PRP e PRM.

O crescente investimento econômico dos Estados Unidos no Brasil já vinha se desenhado com a perda da hegemonia inglesa, embora tenha mantido sua posição como fornecedora de maquinário têxtil, contudo, os Estados Unidos e a Alemanha tornar-se-iam os principais fornecedores de máquinas de geração de energia, motores elétricos e máquinas para outros gêneros da indústria de transformação, e a França continuou ocupando posição secundária no jogo de interesses políticos e econômicos entre as nações industriais na disputa pelo mercado brasileiro (SUZIGAN, 2000, p.386).

Além de outros ramos industriais com presença do capital estrangeiro, o ramo metalmeccânico também foi alvo. Foram instaladas no Brasil subsidiárias de empresas norte-americanas: a General Electric S.A, a Internacional Harvester Máquinas, a S.A Write Martins e Estamparia Caravelas e a Equipamentos Wayne do Brasil, esta última produzia equipamentos para postos de gasolina, algo só pensável com o aumento da circulação de

dez milhões de libras esterlinas do estoque ouro do fundo de garantia do papel-moeda pela soma de 300.000:000\$ (trezentos mil contos de réis) por conta da dívida. Desde que o Banco do Brasil assumisse a responsabilidade de resgatar todo papel moeda em circulação, emitido pelo Tesouro Nacional até a data da promulgação da lei (<https://www2.camara.leg.br>).

⁹⁹ A substituição de importação alavancou a produção industrial de São Paulo, representando um decisivo aporte econômico para o setor no estado. Em 1914, o valor de produção da indústria paulista era de 212.231:000\$ (mil contos de réis); em 1918, término da Guerra, chegou aos 556.801:000\$; em 1921, 804.378:000\$; 1926, 1.371.205:800\$ (um milhão contos de réis). Os números de 1929, cerca de 2.368.774:180\$000 (dois milhões de contos de réis), indicam que a indústria paulista operava com leve baixa em relação a 1928 (2.441.436:585\$), mas os efeitos da crise (“crack” da Bolsa de N.York) começavam a prejudicar seu desempenho. No ano seguinte (1930), o valor de produção caía para 1.897.188:000\$. No entanto, o início da recuperação veio no biênio de 1932-1933, com 1.944.987:535\$ e 2.060.363:470\$ respectivamente. Em 1934, a indústria consolidava sua recuperação: 2.346.699:224\$000, ou seja, tinha crescido cerca de 11 vezes em relação a 1914 (Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, 1914 a 1937).

automóveis em São Paulo que, em 1928, se aproximava dos 30 mil automóveis¹⁰⁰. O vínculo da dependência econômica estabelecido pelos países imperialistas, depois de 1914, tinha como uma de suas principais características: uma indústria mais integrada ao capital industrial internacional. Cabe reforçar que alguns oligopólios internacionais tinham iniciado a investir em alguns setores industriais no Brasil, mesmo antes da Primeira Guerra, me refiro a indústria de carnes¹⁰¹. Porém, os investimentos estrangeiros aumentaram consideravelmente nas décadas de 1920 e 1930. O capital estrangeiro teve alguma participação no investimento em muitos ramos da indústria que prosperaram nesse período, e em alguns casos era considerável, tais como cimento, ferro e aço, artigos de borracha, produtos químicos e fármacos, têxteis de raíom e carnes processadas industrialmente (SUZIGAN, 2000, p.264).

Quando, em 1914, foram reduzidas as exportações de mercadorias de países europeus para a América Latina, os produtores norte-americanos imediatamente substituíram o vazio deixado pelos europeus. O poderio econômico adquirido pelos Estados Unidos, após 1914, foi reforçado ao longo da década de 1920: i) ficou evidente a dificuldade de concorrer com as redes de propaganda e distribuição que os norte-americanos estabeleceram durante a Primeira Guerra Mundial. Além de estreitar e superar a Inglaterra no comércio com o Brasil depois da guerra, a participação dos Estados Unidos também cresceu nas relações comerciais com a Argentina, por exemplo, a participação

¹⁰⁰ Os automóveis e caminhões que chegavam ao Brasil eram importados em partes e montados no país por três subsidiárias de grandes empresas automobilísticas dos Estados Unidos: a General Motors, a Ford e Chrysler. Todas passaram a operar no Brasil a partir da década de 1920, sendo igualmente responsáveis pelo lobby automobilístico no país. Entre 1926 e 1930, o então presidente Washinton Luís adotara um ambicioso programa de construção de rodovias no país (SUZIGAN, 2000; GASPARIAN, 1979; MCDOWALL, 2008).

¹⁰¹ No setor de processamento de carne houve uma grande concentração de capitais internacionais, principalmente norte-americanos: a Cia. Armour do Brasil, a Cia. Swift do Brasil, The Continental Productos Co. (esta última controlada pela Wilson & Co.), com capital estimado, entre 1913 e 1924, de 84.000.000\$ (contos de réis). Empregavam algo em torno de 3.500 operários, sendo 2.000 em São Paulo e mais ou menos 1.500 no Rio Grande do Sul. Os frigoríficos de capital norte-americanos operavam nestes dois estados brasileiros. Os dois frigoríficos formados com capital inglês faziam parte do mesmo grupo: Anglo Brazilian Meat Co., com capital de apenas 4.000.000\$. Os frigoríficos de origem nacional, seis ao todo, inclusive o Frigorífico Matarazzo, no Paraná, somados os capitais, ficaram em torno de 20.000.000\$. contos de réis. Aproveitando a escassez de carne na Europa durante a guerra, o governo brasileiro resolveu estimular o desenvolvimento da indústria, concedendo, através do Decreto nº 3.347, de 3 de outubro de 1917, isenções de todos os direitos e taxas alfandegárias pelo período de cinco anos, a contar de 30 de junho de 1917, para materiais, maquinária, e utensílios, ainda não produzidos no Brasil. Assim, as exportações de maquinaria dos Estados Unidos para o Brasil dispararam, na média anual de 1911 a 1913, foram U\$ 33.793; 1914 disparou para U\$255.785; 1916 houve uma queda brutal nas importações: U\$ 5.565; mas nos anos subsequentes as importações voltaram a crescer: 1917 U\$ 88.104; 1919 U\$ 251.725, e em 1923 média voltou a cair fechando com U\$ 23.359. Os incentivos governamentais findaram em 1918 (Cf. SUZIGAN, 2000).

dos Estados Unidos nas importações com o país vizinho cresceram de 15% em 1913 para 25% em 1927. Por sua vez, a da Inglaterra retrocedeu de 31% para 19%; ii) Com o fim do conflito na Europa, as dívidas de reparações de guerra dificultaram ainda mais a posição dos países europeus. Assim, entre 1926 e 1931 as potências vitoriosas algo em torno de U\$ 2 bilhões em indenizações da Alemanha. Parte deste montante cerca de 1 bilhão, foi repassado, sob forma de pagamento de dívidas contraídas durante a guerra, aos Estados Unidos (EICHENGREEN, 2000, p.103-104).

O Brasil, à medida que progredia economicamente, integrava-se cada vez mais à economia mundial e entrava na esfera de atração imperialista. Os Estados Unidos se tornariam também os maiores fornecedores de mercadorias, sobretudo automóveis e máquinas e equipamentos, que ocuparam o primeiro lugar em termos de valor, superando a Inglaterra e a Alemanha¹⁰². Daí por diante, os Estados Unidos consolidaram o seu papel de maior “parceiro comercial” do Brasil e se mantiveram como os maiores compradores de café, cacau e borracha, os três artigos com maior peso nas exportações brasileiras desse período. Além da exportação de mercadorias para a América Latina, originou-se uma fase de consistentes investimentos produtivos na economia brasileira, substancialmente em atividades complementares à economia agroexportadora¹⁰³. Entretanto, como bem apontou Pedro Fassoni Arruda, essa mudança foi insuficiente para “representar uma redefinição da economia brasileira na divisão internacional do trabalho”. Mas que, em essência, esse fenômeno era o ápice do “próprio sistema imperialista”, que exportava mais capital do que mercadorias, essa política ficou conhecida como rentismo, ver 1º capítulo, desta tese (ARRUDA, 2012, p.138-141).

Nos países diretamente subordinados ao imperialismo, a burguesia nacional, ao aparecer no cenário histórico, se portava como uma “sócia menor” dos representantes do

¹⁰² Com as hostilidades da Alemanha no Atlântico que afetaram o Brasil, o governo, em 1917, revoga a neutralidade na guerra, e o comércio com os alemães foi interrompido beneficiando o capital norte-americano (Cf. SILVEIRA, 2016).

¹⁰³ Muitos dos investimentos estrangeiros na indústria de transformação brasileira, a exemplo do setor alimentício, calçadista, artigos de vestuário, cimento, entre outros, foram realizados visando fugir de barreiras alfandegárias cobradas. Os investimentos em setores da indústria faziam parte de uma estratégia de mercado pela ação monopolista das empresas, que dessa forma começavam a operar no Brasil se valendo das baixas tarifas locais, fator que lhes facultavam o exercício do monopólio de fato. Por outro, a outra vantagem, era se antecipar à concorrência de outros trustes. Além do mais, “a manufatura era encarada como boa oportunidade, mas para os que tomavam decisões na metrópole, a tendência era no sentido de vender ao Brasil bens do centro, enquanto fosse possível, pudesse ou não a manufatura no Brasil produzir maiores lucros” (QUEIROZ; EVANS, 1971, p.10; cf. ARRUDA, 2012; MELO, 1991; SUZIGAN, 2000; MARTINS, 1986).

capital internacional. As dívidas contraídas forçavam balanços de pagamentos sempre deficitários, impelindo o Estado a obter novos recursos emprestando dinheiro em Londres e Nova York. A necessidade de recorrer sempre ao crédito para cobrir a dívida anterior – processo clássico da acumulação imperialista – teve, como consequência inerente, o aumento progressivo dos impostos e a exploração concentrada das classes subalternas urbanas e rurais (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p.80).

Segundo o Jornal do Commercio (RJ), a estimativa do capital estrangeiro empregado no Brasil, em 1929, indica que a Inglaterra e os Estados Unidos figuravam como os maiores investidores no Brasil:

Tabela 5 – Capital estrangeiro empregado no Brasil (1929)

PAÍS	INDÚSTRIAS	EMPRÉSTIMOS	TOTAL
Inglaterra	£ 122.000.000	£ 180.436.000	£ 302.436.000
França	Fr 1.500.000.000	Fr 717.000.000	Fr 2.217.000.000
EUA	US\$ 125.000.000	US\$ 355.000.000	US\$ 480.200.000
Outros ¹⁰⁴	—	—	US\$ 350.000.000

Fonte: Abramo; Karepovs (1987, p.73).

Em 1928, a colheita de uma grande safra de café obrigou à aquisição pelo governo de Washington Luís de 16.000.000 de sacas, para tanto, precisou obter um novo financiamento de US\$ 100.000.000 com banqueiros de Londres e Nova York, ainda dentro do programa de valorização do café, em que a compra de estoques havia se convertido em operação contínua (DEAN, 1971, p.141).

No fim da Primeira Guerra Mundial, haviam sido criadas as bases de uma economia industrial, o café dominava a economia, porém o investimento do capital estrangeiro na indústria indicava maior confiança e essa opção começava a parecer menos arriscada. Como mostram os dados acima, aumentava o ritmo do ingresso de capitais vindos de fora. A ênfase em questão é a participação dos Estados Unidos em investimentos no Brasil ao longo da década de 1920, ponto de inflexão das relações

¹⁰⁴ Capital alemão, italiano, português e holandês.

econômicas entre os dois países. A Ford Company (1919) e a General Motors do Brasil (1925) seguiam a trilha de outras companhias que começam a se instalar no Brasil, sobretudo no estado de São Paulo¹⁰⁵.

Além disso, O fluxo de capital para as indústrias teria ocorrido por meio de importações financiadas por bancos comerciais. Assim, pequenos industriais de São Paulo adquiriam maquinaria pelas casas de importações, e os recursos dessas casas de importações vinham de crédito de bancos comerciais locais e subsidiários de bancos estrangeiros (DEAN, 2006 p.301).

O aumento da capacidade de consumo nas áreas de adensamento urbano representará a abertura de um importante mercado para as atividades industriais. Contudo, os empresários brasileiros continuavam se batendo por tarifas protecionistas, o empresário Alexandre Siciliano Jr., ao defender a industrialização e a importância da renda gerada pela indústria ante os fazendeiros paulistas, insistiu que a taxa brasileira ainda não era “genuinamente protecionista”. Uma tarifa capaz de estimular a manufatura incluiria, na visão de Siciliano Jr., era “uma obrigação moral e formal do governo”: ele entendia que o aumento da renda proporcionada pela indústria acresceria o consumo de produtos agrícolas (apud DEAN, 1971, p.156).

Para Suzigan (2000), a proteção tarifária e a estabilização cambial, acrescentaria os baixos salários pagos na indústria paulista, garantiam altos lucros à indústria. Defender relações livres entre patrões e empregados foi uma questão prioritária na política industrial defendida por suas associações de classe. Mas quanto ao livre comércio, para Alexandre Siciliano Jr., tratava-se de uma teoria só adaptável a países que estão economicamente na ofensiva, neste caso, à Inglaterra por ser ela líder industrial do mundo (DEAN, 1971, p.157). Mas os Estados Unidos, certamente, já incomodavam a posição mundial que o Reino Unido tinha adquirido como grande potência que inovou a técnica de fabricação fabril, fazendo da livre iniciativa um dos seus estandartes da difusão do sistema capitalista de produção.

¹⁰⁵ A instalação de subsidiárias dos grandes grupos industriais da Europa e Estados Unidos encontrou um promissor campo de lucros no Brasil na década de 1920: Dupont e Rhodia (França), a Imperial Chemical industries (Inglaterra), a Remington e Firestone (EUA), a Philips (Holanda) e a Pirelli (Itália).

2.5. “Liberdade ao Trabalho, Liberdade à Indústria”: a defesa da livre Iniciativa

O pensamento liberal, com valorização da livre iniciativa que defende a concorrência, da oferta e da procura, forneceu ao empresariado industrial os argumentos para posições contrárias a qualquer interferência do Estado na regulamentação das condições de trabalho. Para os empresários, o suposto direito sindical do operariado se confrontava com o princípio do individualismo, pois, segundo sua lógica, contrata-se o trabalhador como indivíduo isolado, e não como categoria social. Tendo em vista a conjuntura de mobilização operária em 1906, com picos em 1917 e 1919¹⁰⁶, a postura de luta dos sindicatos e organizações operárias causando abalo nas tessituras sociais, pressiona o Estado a interferir nas relações de trabalho, propondo mudanças. Mesmo sindicatos anarquistas que antes se restringiam à intervenção sob a forma da *ação direta*, passaram a se interessar pela aprovação e cumprimento de leis trabalhistas. Essa mudança de visão se expressou, em 1927, na formação de comitês pró-lei de férias, que pressionava o governo federal a imediata aplicação da lei e punição aos patrões que a infringiam. Portanto, conforme encontro de inúmeras entidades classistas, “constituído o Comitê Central pró lei de férias, fazendo dele parte de um membro de cada diretoria das associações presentes nesta assembleia”. As deliberações da assembleia deixavam claro que, caso não fosse respeitada, as providências seriam: pressão junto ao Conselho Nacional do Trabalho, ao Ministério da Agricultura e contratação de advogados para fazer valer a lei¹⁰⁷ (O Estado de S.Paulo, 07/4/1927).

¹⁰⁶ A ascensão das lutas operárias em São Paulo teve o seu primeiro pico na poderosa greve geral de 1906, sobretudo na paralização da Cia. Paulista de Estradas de Ferro. Em 1917 e depois em 1919 houve uma nova onda de greves gerais que alterou, momentaneamente, a correlação de forças entre patrões e operários. Período em que o grau de organização do operariado paulista foi bem superior: sindicatos, ligas operárias e ligas de bairros funcionam como escolas para classe operária. Apesar de não ter obtido vitórias expressivas nestes processos grevistas, já que o custo de vida corroía seus ganhos rapidamente, o reconhecimento social das causas operárias foi gigantesco para os padrões de exclusão vigentes na Primeira República. Em 1920, havia em todo o Brasil 275.512 trabalhadores industriais urbanos. Em São Paulo, havia um forte peso do anarquismo, isso devido, entre outros fatores, à grande presença de estrangeiros. No Rio, a presença de operários que trabalhavam para o Estado: estrada de ferro, marinha mercante. Os operários do porto eram organizados e “mantinham posição de independência”, conforme anotou José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 2018).

¹⁰⁷ Além das medidas sugeridas pelos dirigentes presentes na assembleia, ainda foi sugerida uma moção de repúdio à Associação Comercial de São Paulo, que “tem demonstrado má vontade para com a execução cabal da lei”. Não só o setor industrial resistiu a lei de férias, os empregadores do comércio também resistiram através do seu órgão de classe, neste caso, a ACSP. Iniciaram esse movimento a Associação dos empregados no Comércio, União dos Chapeleiros, União dos Artífices em Calçados, União dos trabalhadores Gráficos, União Católica dos Operários, Associação dos Ferroviários de São Paulo, entre outros (O Estado de S.Paulo, 07/4/1927).

O empresariado industrial tinha uma outra interpretação dos fatos, se opondo veemente a qualquer interferência do Estado nas relações do capital e trabalho. Ao criticar a lei, o empresário Horácio Lafer, em palestra no Rotary Club, adota um tom lacônico: “essa lei, meus senhores, assume proporções de uma verdadeira calamidade social”. A condenação antecipada dos operários por desfrutarem de 15 dias de férias por ano, trazia um poderoso componente ideológico de reprovação moral, já que os desfrutes obtidos pelo direito de férias, “desprovidos de meios para vilegiaturas em praias e campos, se entregarão ao jogo e ao álcool”; traria somente “calamidade para o industrial que vê sua fábrica desorganizada”. O trabalho não pode parar! (O Estado de S. Paulo, 27/12/1927)¹⁰⁸.

De forma geral, ficava evidente que a atitude contrária dos empregadores à concessão de direitos aos trabalhadores assalariados tinha por finalidade se defender de qualquer obrigação trabalhista, ainda que fosse na forma de lei. Logo, a relutância dos patrões da indústria paulista obedecia às regras gerais das relações de capital e trabalho, segundo as quais, quanto menores fossem os salários e direitos concedidos ao operariado, maior seria a apropriação da mais-valia¹⁰⁹ da força de trabalho; e graças a esse mecanismo, a concentração de riquezas é transferida há um reduzidíssimo grupo de capitalistas do setor fabril (MARX; ENGELS, 1991, p.60).

A interferência do poder público na esfera do trabalho não era bem-vista pelo empresariado, pois, segundo esse, o governo desconsiderava a realidade da indústria. Afinados no mesmo diapasão de outros líderes da indústria, Matarazzo alegava que os operários estavam acostumados a um trabalho árduo e incessante, portanto não saberiam o que fazer com a disponibilidade de tempo proporcionado pela jornada mais curta ou pelo direito de férias anuais. E mais, não sabendo o que fazer com esse tempo

¹⁰⁸ No meio industrial havia opiniões favoráveis à adoção de leis que protegessem os trabalhadores, no entanto, “é absolutamente necessário que não haja exageros ou demasias perniciosas. É preciso que não sejam votadas leis, da importância dessa, unicamente sob influência dos acontecimentos recentes, filhos, em grande parte, do extraordinário momento histórico, porque passa o mundo” (O Commercio, 10/9/1917). A lucidez do dirigente industrial, Jorge Street, contracenava com o acirramento da luta de classes no Brasil e em particular São Paulo, que já se encaminhava para o maior centro industrial do Brasil três anos depois. Street, depois da greve geral de 1917, tinha plena consciência do impacto social exercido pela Revolução Russa sobre o ímpeto de luta do movimento operário no Brasil. Além das novas orientações entre o capital e trabalho propostas pelas Conferências de Paris e Washington, no fim da Primeira Guerra Mundial.

¹⁰⁹ Para Marx, a remuneração do capitalista, consequência de uma espoliação dos trabalhadores assalariados, que, em troca de sua força de trabalho, recebem apenas o valor das mercadorias e serviços indispensáveis à sua subsistência. Ou seja, a diferença entre o valor dos bens produzidos pelo trabalho e os salários recebidos pelo trabalhador constitui a “mais-valia”, de que se apropriam os capitalistas. Logo, a mais-valia é constituída pela diferença entre o preço que o patrão compra a força de trabalho e o valor pelo qual ele vende o resultado. Então, quanto menor o valor pago ao trabalhador e quanto maior a duração da jornada de trabalho, maior será o lucro do patrão.

remanescente, Matarazzo, como a nata empresarial do início da década de 1920, sem exceção, afirma que os operários desperdiçariam esse tempo livre da pior forma possível: “para entrar em contato com vícios, para visitar os botequins que, além de lhes arrasar a bolsa, arrasa-lhes a saúde e a moral” (Jornal O Progresso, 1929, apud SILVA, 1996, 208). O tempo livre concedido aos trabalhadores através de poucos dias de férias anuais, representava, na aceção patronal, um delito moral a ser combatido. Contudo, nas entrelinhas desse discurso se escondia a verdadeira razão: o controle do processo de trabalho sem interferências institucionais do poder de Estado.

Na concepção do trabalho defendido pelos dirigentes empresariais, havia a preocupação de conferir-lhe distinção pedagógica, formadora de uma ética e valores morais absolutamente condizentes com a legitimação da propriedade privada¹¹⁰ e a acumulação capitalista dos meios de produção. Portanto, o padrão a ser seguido pela força de trabalho deveria estar encaixada no dispositivo de controle defendido pelos líderes que falavam em nome de suas associações de classe: onde só existia legitimação social para quem estivesse no “batente”. A ociosidade, amiga íntima da vadiagem, despertara a ira da lei nº 3.688, de 1941¹¹¹, a “Lei das Contravenções Penais” que, no art.59, alegava: “Vadiagem: entrega-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência mediante ocupação ilícita”. A pena podia variar de quinze a três meses, no entanto, “a aquisição superveniente de renda, que assegure ao condenado meios de bastantes de subsistência, extingue a pena” (apud BRUNACCI. 2003, p.38). Para o trabalhador fabril, restava lutar por melhores condições de existência¹¹², tornar o trabalho uma atividade positiva e se proteger

¹¹⁰ Na aceção de Marx, a propriedade não é considerada tão somente uma possibilidade daquele que a possui no exercício do seu direito como proprietário, ou mesmo como objeto dessa atividade, mas, essencialmente, como uma relação que cumpre “um papel fundamental no complexo sistema de classes sociais. Dentro deste sistema de categorias, a propriedade dos meios de produção tem importância destacada”. De acordo com o economista polonês Oskar Lange, apoiado na teoria marxista, a propriedade dos meios de produção constitui “o princípio orgânico que determina tanto as relações de produção como as relações de distribuição” (BOTTOMORE, 1988, p.304).

¹¹¹ Embora adotada na Era Vargas, a lei nº 3.688 correspondia aos mecanismos ideológicos largamente defendidos na década de 1920, pelo patronato da indústria e suas associações de classe, reforçando dispositivos jurídicos de coação que submetia sob rígido controle ditatorial o proletariado urbano e sua força de trabalho ociosa.

¹¹² Ao pesquisar sobre as condições de vida operária na Primeira República, podemos concluir que a maior parcela do operariado se sustentava com muita dificuldade. A sobrevivência era uma norma insuportável no difícil horizonte de vida: baixos salários, custo de vida elevado, desabastecimento alimentar figuram como elementos deste ‘reino de necessidades’. Os trabalhos de Maria Auxiliadora Guzzo Decca (1987) e Esmeralda Blanco B. Moura (1982) são pioneiros e têm como objeto de análise o universo da classe operária. Mais recentemente, um novo trabalho foi publicado por Gláucia Fraccaro (2018).

organizadamente do poder da patronal e das regras de controle estabelecidas pelo Estado. No processo de acumulação privada do chamado “processo de *modernização*”, que aprofundou a concentração de riqueza e renda já existente desde a primeira fase da industrialização brasileira.

Diante desse quadro social de extrema exploração na cadeia de produção fabril, composta por diversos ramos produtivos¹¹³, o trabalhador fabril se vê numa luta permanente por melhores salários¹¹⁴, transformando-se no principal oponente da fração industrial da burguesia, devido aos confrontos de classe pelo método da ação direta, defendida pelos anarquistas como prática transformadora da condição de vida operária. A resposta dos industriais se concentrou na intensificação da ação coletiva dirigida pelos seus órgãos de classe, aperfeiçoando seus métodos de organização. Nos espaços formais da política institucional, adota uma atitude de pressão sobre as lideranças partidárias no Congresso Nacional. A intermediação do governo de São Paulo nas causas de interesse do capital industrial revela o grau de aproximação que havia entre os industriais e o Partido Republicano Paulista (PRP). A conquista da jornada de 8 horas de trabalho, regulamentação do trabalho do menor e da mulher, já constavam no Código Sanitário do Estado de São Paulo: “Tudo isso é lei, sem dúvida,mas somente no papel”, argumentava a linha editorial do jornal *O Combate* (28/1/1920), da família Rangel Pestana¹¹⁵, ao criticar Washington Luís, o então governador de São Paulo.

¹¹³ Dentre os ramos da indústria paulista no final dos anos de 1910, destacam-se os setores de: tecelagem de algodão 34 fabricas; fitas e rendas 5; chapéus 249; calçados 21; meias 13; bebidas 31; refino de açúcar 271; farinha e polvilho 5; massas alimentícias; cervejas 11; móveis e decorações 129; malas e bolsas 38; cortumes 9; papel e papelão 2; artigos de metal 1; máquinas 50; serrarias e carpintarias 41; máquinas 50; carros e carroças 104; sabão 25; produtos químicos 11; fumo 31; tintas 6; óleos e resinas 23 etc. Na década seguinte, houve uma formidável ampliação e diversificação da atividade industrial paulista, novos ramos foram incorporados à sua dinâmica de crescimento: cimento, siderurgia, metalurgia, montagem de automóveis e caminhões, entre outros (BRUNATTI, 2003).

¹¹⁴ O desafio do proletariado urbano de se manter com o alto índice do custo de vida consagrava-se como grande problema a ser vencido. Em 1914 foi de 100; 1915 = 109; 1916 = 117; 1917 = 128; 1918 = 144; 1920 = 149; 1921 = 168; 1922 = 184; 1923 = 203; 1925 = 253; 1926 = 260; 1927 = 267; 1928 = 263; 1929 = 261; 1930 = 237; 1931 = 229; 1932 = 230 (RIBEIRO, 1988, p.75). No início da década de 1920, a migração inter-regional intensificou-se em decorrência das grandes secas nordestinas, sobretudo na segunda metade dos anos vinte. Os maiores beneficiários foram os estados sulinos mais industrializados, com destaque para São Paulo. A abundante oferta de mão de obra ajudou na manutenção dos salários baixos pagos pela indústria paulista, apesar de apresentar, conforme Wilson Cano, “as maiores taxas de crescimento industrial, não era a que pagava os maiores salários” (CANO, 1998).

¹¹⁵ O Jornal *O Combate* fazia oposição cerrada contra o governo paulista identificado como um dos pilares da dominação oligárquica. Sua linha editorial foi marcada por severas críticas aos governos de Altino Arantes e de seu sucessor, Washington Luís. O jornal era dirigido por Nereu Rangel Pestana, jornalista simpatizante da causa operária. Também editou *O Jornal do Subiroff* de cunho satírico. O próprio Nereu publicou um livro intitulado *A Oligarchia Paulista*, assinado como Ivan Subiroff, delegado da República

O recuo político de destacados membros do PRP, fazia parte das pressões exercidas pelas representações patronais, contudo, não era possível determinar o desenlace final do conflito sem correr o risco de naturalizar o processo social. Onde as formas históricas que esse processo assume, sua flexibilidade e variações indicam a necessidade de pensar as formas concretas do procedimento no movimento da definição de interesses, isto é, construção de projetos, trajetória associativa e atuação política da fração industrial como resultado de forças sociais em disputa. Mas o exíguo ganho do trabalhador no setor fabril colaborou para eclosão de diversos movimentos grevistas¹¹⁶, constituíra-se como uma das principais causas dos conflitos de classe em São Paulo¹¹⁷.

Além do mais, greves de solidariedade, cobrança sindical no interior das fábricas, ou por conta de redução de salários também estiveram no horizonte de resistência do operariado fabril, como mostra a greve nas oficinas de Artes Gráficas Alphonse Kaarr, que reduziu os salários sem comunicação prévia: “Devido às circunstâncias atuais vejo-me obrigado”, argumentava o sr. Kaarr, “a diminuir todos os ordenados em 20% sem exceção alguma” (Jornal do Commercio, 02/4/1919). Vale lembrar que, numa estrutura econômico-social baseada no direito de propriedade, a própria pessoa do trabalhador sofria em virtude do inteiro arbítrio do patrão em determinar o regulamento interno e suas respectivas sanções (SIMÃO, 1966, p. 62).

A partir do conflito de classes, as entidades patronais procuraram aperfeiçoar mecanismos de controle condizentes com o tipo de situação encontrada em cada estabelecimento. A forte campanha de adesão dirigida ao patronato da indústria, com a extensão de apoio a atividade fabril e segurança jurídica nas disputas conflitantes com os

dos Soviets Russos em São Paulo, em 1919. O livro, por ser uma peça antigoverno, teve que ser submetido à autorização do então Secretário de Justiça, Eloy Chaves, chamado ironicamente por Nereu de “Santo Ofício”. Conforme o art. 22 do Código Penal da República, assumia inteiramente a responsabilidade pela publicação, como anunciado na contracapa.

¹¹⁶ De acordo com Azis Simão, entre 1901 e 1929, houve 254 greves nas indústrias e oficinas da capital paulista, enquanto no interior, neste mesmo período, foi contabilizado cerca de 41 paralizações, em termos absolutos. O total de paralizações arrolava, por diversas razões, perto de 300 movimentos grevistas em São Paulo (SIMÃO, 1966).

¹¹⁷ O custo de vida afetava em cheio os trabalhadores urbanos. Apesar da produção de alimentos no Estado de São Paulo ser relativamente grande, o apelo para exportação obedecia às regras do liberalismo econômico em voga nesta época. Assim, o desabastecimento de gêneros de primeira necessidade figurava como elemento desestabilizador social. Para se defender, os trabalhadores se organizaram em comitês contra a fome, cujo objetivo principal era pressionar as autoridades públicas pela reposição de alimentos. O próprio Washington Luís, quando prefeito da Cidade de São Paulo, de 1914 e 1919, adotou várias medidas políticas visando melhorar o abastecimento do proletariado urbano. Permitiu feiras-livres, mercados municipais e estimulou a criação de cooperativas pelos sindicatos operários com o objetivo de adquirirem produtos direto dos produtores, sem passar, no entanto, pelos atravessadores.

trabalhadores, e apoio em questões circunscritas ao poder público. Essa tendência convertera-se numa prática não só de aproximação da base de pequenos e médios capitalistas que compunham a representação do grosso das indústrias e oficinas de São Paulo, se legitima principalmente através da centralização das decisões que envolviam os confrontos de capital e trabalho. As atuações do CIFT-SP nas duas greves gerais de 1919 e a postura enérgica do Centro dos Industriais Metalúrgicos na greve geral de 1920, foram indícios importantes da influência associativa que começava vigorar sobre um importante parcela do patronato fabril. É inegável que, a partir dos processos grevistas de 1919 e 1920, o patronato da indústria já possuía maior adesão de classe e relativa capacidade de organizá-la, mas, de certa forma, extrapolava os limites do quadro associativo.

Mas, por outro lado, a dinâmica principal que movia as associações industriais era garantir a máxima limitação de concessões no plano trabalhista às entidades de classe do operariado. Em primeiro lugar, questionando sua legitimidade e, por exemplo, impedir que os órgãos operários fizessem reuniões com os seus representantes de comissões tiradas nas fábricas e oficinas. Contudo, o impedimento do direito de sindicatos operários cobrarem mensalidades dos sindicalizados nos locais de trabalho, fiscalizar o cumprimento de normas de segurança, cumprimento da jornada de 8 horas de trabalho/dia e melhores salários se constituíram no “calcanhar de Aquiles” das conflituosas relações entre patrões e operários. Elas exerceram forte pressão no processo organizativo dos industriais. Em face disso, a partir de ações coletivas encabeçadas por essas associações, que vinham se construindo nos embates da luta de classes, aprimorando e combinando formas de resistência gestadas no interior de suas entidades, inclusive medidas de natureza repressiva. Seu objetivo principal foi impedir os avanços protagonizados pelos sindicatos e associações operárias já consolidados antes de 1919.

A emissão de listas de operários indesejáveis, demissões injustificadas, invasões de sedes, empastelamento de jornais operários, espancamentos ou prisões de lideranças por parte da polícia, figuravam como padrão de controle da força de trabalho operária fora das fábricas. E dentro delas, os detestados regulamentos cumpriam a função de coagir os trabalhadores à obediência, impondo-lhes multas salariais, advertências e punições de toda ordem, gerando protestos e, não raro, greves¹¹⁸. Enquanto a patronal, no exercício

¹¹⁸O proletariado urbano e rural ficava circunscrito à margem do sistema político oligárquico, e, portanto, sem o reconhecimento efetivo da cidadania e confinado a uma condição de vida extremamente difícil, cabendo-lhe apenas um caminho, o da revolta. Essa exclusão social que o situava para além dos limites do

da força sobre o operário, o impelia aos baixos salários sob um controle sistemático nas fábricas e, por vezes, recorria aos *lockouts*, sinal de fraqueza?

2.6. Os *lockouts* nas Indústrias: a dupla tática patronal

Com ameaças de *lockout* dos patrões da indústria, no forte movimento grevista de 1920, a Associação Paulista das Indústrias Mecânicas e Metalúrgicas, recém-formada, já nascia acompanhada de uma linha de atuação ofensiva contra às greves no setor metalúrgico. Em assembleia geral extraordinária com os seus membros, cobrava que o prazo para a abertura dos estabelecimentos metalúrgicos paralisados pela greve estava terminando, a Associação passou a exigir que, “fíndo este prazo, a Associação determinará o fechamento de todas as oficinas, por tempo indeterminado, uma vez que os seus operários não compareçam ao trabalho” (O Combate, 30/3/1920). A adoção tática do *lockout* pelos industriais firmava-se como dispositivo de pressão e justificativa para o não pagamento dos dias não trabalhados, aqueles em que a empresa estivera fechada¹¹⁹.

O jornalista e operário gráfico espanhol Everardo Dias, uma testemunha viva do avanço associativo dos industriais, enfatizou que era indispensável uma revisão completa dos métodos de luta empregados pelas direções do movimento operário para enfrentar essa nova realidade. Havia uma clara preocupação de certas lideranças da necessidade de mudar o modo de agir para enfrentar com êxito os dois poderes coligados protagonizavam o exercício da violência: o Estado e o capitalismo¹²⁰. Portanto, “O que se conquistava

sistema político oligárquico resultava das práticas coercitivas empregadas no mundo do trabalho, tanto no meio rural como também nas zonas urbanas de concentração fabril (SAES, 1985; apud SILVEIRA, 2016).

¹¹⁹ Uma nova greve geral havia sido convocada no fim do mês de março de 1920: “Em virtude da deliberação tomada pelos sindicatos operários, em numerosa assembleia das respectivas classes, no sentido de paralisar o trabalho como ato de solidariedade aos operários tecelões, a Federação Operária programa solenemente a greve geral de todas as classes operárias, apresentando ao mesmo tempo um memorial com reclamações de caráter geral para o melhoramento de todo proletariado” (O Combate, 29/3/1920). Dias antes, a greve geral havia sido decretada no Rio de Janeiro, forçando o Presidente da República (Epitácio Pessoa) descer de Petrópolis para acompanhar de perto os desdobramentos da greve. Pretendia-se emprestar, segundo a imprensa, “um caráter subversivo ao movimento, onde os cárceres se achavam abarrotados” (O Combate, 26/3/1920).

¹²⁰ Everardo Dias cita uma greve operária em fábricas de cigarros, onde a maioria da força de trabalho era de operárias. A sede da Federação Operária, por ser solidária à greve, teve às suas dependências invadidas pela polícia quando se realizava uma assembleia, portanto cheia de trabalhadores de ambos os sexos: espancamentos, coronhadas e agressões produziram inúmeros feridos, alguns mais graves. Na sequência, arremessam para fora os móveis da F.O e ateia-lhes fogo. Não contentes: “com o mesmo espírito brutal, dirige-se a autoridade às oficinas da Hora Social (jornal operário), manda fazer descargas de fuzil para dentro, obrigando os operários gráficos alarmados a fugir pelos fundos dos prédios vizinhos e em seguida, a marreta, quebra maquinismos e destrói as caixas de tipos, transformando tudo num montão de ruínas” (DIAS, 1977).

hoje, com árdua luta, perdia-se logo depois, a qualquer pretexto, principalmente pelos *lockouts* provocados pelo industrialismo organizado, para se livrar de estoques armazenados”, além das ameaças de braços disponíveis devido à imigração da Europa, quer dizer, de recorrer ao exército de reserva de mão de obra de trabalho para substituir grevistas (DIAS, 1977, p.102).

Em campanha pela Presidência de São Paulo pelo PRP, o então candidato Washington Luís¹²¹ fazia seu juízo sobre a questão operária: “A agitação operária, entre nós, é uma questão que interessa mais a ordem pública do que a ordem social; representa ela o estado de espírito de alguns operários, mas não o estado de uma sociedade”. Culpava toda agitação operária como sendo obra dos “exploradores estrangeiros” (O Combate, 28/1/1920). Anos depois, em 1926, adequava o discurso às exigências do momento como candidato à Presidência da República: “as paredes operárias se fazem todo o dia; não há como negar a sua existência. Se elas existem, deve o Estado cumprir o dever de regulá-las nas suas causas, nos seus efeitos” (Jornal do Commercio, 29/12/1925).

As hostilidades vivenciadas entre o patronato da indústria e o operariado causava incômodo na representação parlamentar burguesa que, em grande medida, vinha através de pronunciamentos público de membros do PRP ou ligados a ele. Carvalho Netto, conhecido homem público ligado à burguesia paulista, diante da conjuntura incerta e conflituosa, defendia a parceria entre o capital e trabalho com a adoção de leis protetoras à família proletária “*de lar honesto e efetivo*”¹²² (grifos nosso). Esse juízo fazia parte da pregação ideológica em virtude da ausência de um *pacto social* que sublinhasse de forma clara os contornos de um acordo entre patrões e empregados, vejamos:

Não quer isso dizer que as lições tumultuosas das revoluções alheias não sirvam ao encaminhamento seguro da nossa evolução, na qual o trabalho e o

¹²¹ Trata-se da candidatura para Presidência do Estado de São Paulo para sucessão de Altino Arantes, aliás, vitorioso no processo eleitoral. Toma posse em 01/5/1920 e governa São Paulo até 01/5/1924.

¹²² No seu estudo sobre o “Americanismo e Fordismo”, Antonio Gramsci destacou a relevância com que os industriais se interessavam pelo modo de vida dos seus operários, além das acomodações das famílias proletárias, visando um controle mais sistemático do trabalhador. Segundo ele, “não deve levar a avaliações erradas; a verdade é que não é possível desenvolver o novo tipo de homem solicitado pela racionalização da produção e do trabalho, enquanto o instinto sexual não for absolutamente regulamentado, não for ele também racionalizado”. Em São Paulo, a construção de Vilas Operárias e a defesa de uma vida ‘estoica’ para os operários, figuravam como instrumentos de controle do tempo do operário fora da fábrica. Portanto, negar o tempo livre do operariado em forma de férias com argumento do mau proveito desse tempo se constituiu num dos pilares ideológicos dos industriais contra os instintos mundanos do operário, impondo hábitos e normas de ordem, exatidão e precisão como condição de uma vida urbano-industrial (GRAMSCI, 1978).

capital têm de ser defendidos, visto que, se o capital não vive sem o trabalho, o trabalho não prospera sem o capital. Só no consórcio humano e inteligente dos dois, as crises atuais encontrarão remédio e solução. Basta ver que algumas das aspirações operárias alhures são realidades entre nós. A jornada de oito horas, praticamente em execução por todos; a regulamentação do trabalho da mulher e do menor, nos Códigos Sanitários, já é observada. A observância, porém, de tais preceitos devem ser imposta por lei da República para que, por bem agir, não se coloque um Estado em inferioridade econômica aos outros da produção nacional (MORAES FILHO, 1978, pp.210-211).

Durante a década de 1920, sobressaiu o caráter elitista da política defendida pelos grupos oligárquicos reunidos nos Partidos Republicanos, principalmente de São Paulo e Minas Gerais; sob crescente sentimento de exclusão social do operariado, classes médias, profissionais liberais, setores do exército e grupos políticos de menor expressão.

O proletariado urbano assalariado sofria com as consequências diretas do crescente processo inflacionário. No início dos anos de 1920, estimava-se que o aluguel de uma casa de três cômodos girava em torno de 60\$000 a 80\$000 (réis). Um quilo de carne bovina custava, a preço de câmbio, 1\$000, e o de carneiro 2\$000 (O Combate, 20/1/1920), enquanto a média/dia do ganho operários era de 6\$000. Conforme o presidente da União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT), os operários necessitariam de dispender no mínimo 200\$000 por mês para atender às necessidades básicas da família (Voz do Povo, 04/3/1920).

Dentro das fábricas os atritos entre trabalhadores e industriais eram constantes, terminavam quase sempre em paralizações do trabalho. Entre os primeiros dias de janeiro e meados de março, quando os tecelões entraram em greve, a grande imprensa noticiava quase que diariamente, greves parciais, por empresa, em diferentes categorias exigindo basicamente aumento salarial, regularidade nos pagamentos, e, contra a aplicação indiscriminada das odiosas multas (O Combate, 24/1/1920; 16/2/1920; 04/3/1920).

Nas últimas duas décadas do final do século XIX, a ideia de fábrica já aparecia como espaço normalizador, a principal premissa do grupo da Associação Industrial de 1881 tinha no controle operário o principal argumento para ordem social, vejamos: “povoai as fábricas e oficinas e despovoareis as prisões”. E, mais adiante, “Nas fábricas, que são em miniatura a representação dos Estados, o operário está sujeito a uma disciplina rigorosa, que vais inoculando em seu espírito ideias de ordem e o hábito da obediência e respeito aos superiores” (SANTOS, 1881, p.65 apud GODOY, 2012, p.140). O discurso das práticas de controle sobre a mão de obra fabril, cujo princípio está fundado na utilidade disciplinar da atividade industrial. A norma disciplinar serviu de modelo de

sujeição no interior das fábricas, agindo como instrumento coercitivo de classe dos industriais sobre seus trabalhadores nas décadas seguintes.

Muitas vezes, a busca de uma remuneração mais digna levava operários, individualmente, a se transferirem, não só para outro estabelecimento, mas também a outro setor econômico. Essa mobilidade profissional, motivada pela busca de melhores condições de trabalho mais vantajosas, ou apenas em busca de alguma coisa para fazer na perseguição a um ganho. As dificuldades postas nas primeiras décadas da industrialização do século XX, assumiu tais proporções que chamou a atenção da imprensa local. O operário “mudava de profissão sendo sucessivamente pedreiro, carpinteiro, mecânico etc.” (Correio Paulistano, 24/1/1919 apud SIMÃO, 1966, p.100).

Na concepção de Simonsen, a baixa renda do trabalhador provinha da “má distribuição dos proventos do trabalho”, e a pobreza daí decorrente se explicava pela “insuficiência da produção, do atraso e da instabilidade do meio”. Sem qualquer referência à natureza da concentração de renda no setor industrial, o dirigente empresarial procura igualar todas as classes na equação de distribuição de riquezas, alegando que “o nosso grande mal, atingindo todas as classes, principalmente a dos trabalhadores, é a insuficiência de ganho”. Embora em termos retóricos defendesse “uma justa remuneração do trabalho, para que todos possam viver uma vida digna a que se refere o Papa Leão XIII em sua imorredoura *Rerum Novarum*” (SIMONSEN, 1943, p.166).

Não foi incomum os empresários reconhecerem que pagavam baixos salários em seus estabelecimentos fabris, cuja ausência de um projeto que evitasse o conflito de classe devia mover-se pela hegemonia das associações patronais sobre a totalidade dos industriais; já que “caberia aos empresários modificar suas relações com os trabalhadores de modo a promover a conciliação entre os interesses das classes dominantes e a dos trabalhadores”. Evitando, portanto, que se formasse uma “massa hostil dos seus colaboradores” (SIMONSEN, 1919, p.48-49).

Ou seja, inspirado na premissa de conciliação através de um pacto social que reduzisse as tensões entre o capital e trabalho. O núcleo dirigente do empresariado de São Paulo defendia um arranjo de classe que consubstanciasse, pelo crivo de suas entidades associativas, uma outra hegemonia, só que essa sobre o trabalhador operário urbano. Procurando desacreditar a luta travada pelos trabalhadores e seus sindicatos e garantindo total autonomia no controle das relações de trabalho conforme preceitos do liberalismo: “liberdade ao trabalho, liberdade à indústria”. Um *lockout*, que para o grevista significava

não receber o salário e não ter acesso ao armazém da fábrica, representava um desastre para o magro orçamento da família operária. Na greve da Light Company, no final de 1919, os operários industriais decretaram greve em solidariedade. O movimento se alastra levando o todo poderoso Rodolfo Crespi propor aos seus pares de classe a adoção do *lockout* como estratégia para estrangular o movimento. A euforia dos industriais só foi quebrada com a posição negativa do mais rico industrial da época, Francisco Matarazzo, que argumenta: “é descabido. Só se fôssemos malucos”. Crespi e o então líder do grupo Votorantim, Pereira Inácio, ficaram pasmos. Matarazzo vê que a melhor solução é convidar os operários de volta ao trabalho sem represálias, punições ou ameaças. Então informa que a greve da Light tinha acabado naquele exato momento. Esse episódio narrado pelo biógrafo de Matarazzo revela até onde os empresários industriais eram capazes de chegar para derrotar movimentos grevistas (COUTO, 2004, p.114).

3. O CARÁTER ASSOCIATIVO DOS INDUSTRIAIS PAULISTAS

O “fazer-se” da fração industrial da burguesia também se deu na esfera do parlamento através de ações políticas junto à bancada paulista do PRP, principalmente depois de 1917, marco histórico de adequação de uma nova conjuntura social marcada por conflitos sociais e acirramento da luta de classes. Esta ocasião corresponde ao ponto de inflexão que forçou os industriais a se mobilizarem por um movimento associativo mais efetivo que contribuísse com o sentimento de classe entre os empresários fabris.

O perfil político-organizativo assumido pela fração burguesa do capital industrial é atribuído, aqui, à sua capacidade de articulação através da ACSP e do CIFT-SP, seja com congêneres de outros estados, seja com o Estado. Nossa hipótese é que nos anos de 1920, devido às exigências crescentes da indústria, da difícil conjuntura marcada por instabilidade político-social, as políticas de valorização do café, a crescente exigência de ações coletivas afirmativas em defesa do protecionismo alfandegário e, acima de tudo, o combate à legislação social trabalhista, foram determinantes para que o empresariado paulista assumisse uma postura política que expressasse a renovação do associativismo empresarial na dinâmica social dos conflitos provenientes do processo de industrialização e de afirmação da própria condição de classe da fração industrial da burguesia.

Respaldados pela experiência associativa adquirida na década de 1920, de acordo com os princípios do liberalismo econômico nas relações de trabalho, o patronato fabril mostrou-se eficiente na defesa do *interesse comum* como estratégia de aglutinar o maior número possível de novos sócios. Com isso, lança as bases de uma política voltada para fortalecer a representatividade dos seus órgãos de classe na ausência de um pacto social sob valia do Estado¹²³. Atrair os pequenos e médios empresários para adesão à política defendida pelos grandes representantes da indústria, se constitui como um dos principais mecanismo de fortalecimento organizativo dos industriais nos confrontos de classes, cuja estratégia era derrotar os movimentos grevistas¹²⁴.

O avanço associativo da fração industrial da burguesia se qualificou ao defender atuações unificadas em defesa dos interesses da indústria. Qual era a motivação básica capaz de unificar os diferentes capitais particulares, bem como suas respectivas frações, e conduzi-los a formas institucionalizadas de ação coletiva? Os pressupostos básicos da lei da concorrência indicam que os capitalistas não são idênticos entre si. Na medida que os capitais particulares diferem das mais variadas formas – função, ramo de atividade, tamanho, localização etc. – ocupando lugares e momentos diferentes no processo de reprodução do capital social. São esses diferentes lugares ocupados pelos capitais particulares que permitem falar das frações deste, conjuntos de capitais particulares que partilham condições comuns de realização e que, portanto, compartilham interesses. “Por um lado, essas diferentes frações são parte constitutiva do capital em geral, realizando nele sua unidade. Por outro, são partes diferenciadas e independentes, dotadas de

¹²³ Uma das questões de maior relevância na década de 1930 diz respeito à preocupação do governo Vargas de conceber um pacto social entre o capital e trabalho, visando reestruturar a acumulação do capital no Brasil. Assim, durante a Primeira República, a mediação dos conflitos de classe representou um sério problema para ordem social vigente. Estava condicionada ao peso do liberalismo econômico nas relações de capital e trabalho. A evolução organizativa da fração industrial da burguesia paulista criou, ou melhor dizendo, superou as dificuldades no campo das negociações trabalhistas. Esse primeiro passo foi fundamental para o controle da força de trabalho operária, já que abria um canal de diálogo direto sem a mediação do Estado.

¹²⁴ Ao enfrentar o movimento grevista de março/abril de 1920, a Associação Paulista das Indústrias Mecânicas e Metalúrgicas, de forma centralizada, respondeu com um novo código de conduta no interior das fábricas: “os industriais metalúrgicos, aproveitando-se da situação anormal, afixaram nas oficinas um novo regulamento que vem ferir os direitos dos operários”, denunciava a União dos Metalúrgicos, em carta dirigida ao sr. George Craig da Associação das Indústrias Metalúrgicas (O Combate, 07/4/1920). A solicitação pedia tempo necessário para estudar o novo regulamento. Como podemos conferir, a ação coletiva dos industriais do setor metalúrgico se dava numa nova conjuntura organizativa que se abriu partir de 1919, onde os industriais estreitaram seus laços através da criação de novas associações de classe. O CIFT-SP (têxteis), o Centro das Indústrias Metalúrgicas e Gráficas fizeram parte desse processo. Além do próprio Centro do Comércio e Indústrias que se fundiu numa única entidade com a Associação Comercial de São Paulo – ACSP, em 1917 (ACSP, 1994, p.30).

movimento próprio”. Daí conclui-se que o estudo da “ação coletiva do capital” deve levar em conta essa unidade contraditória no movimento geral do capital, dos diferentes capitais particulares e das frações de classe por eles formadas (BIANCHI, 2010, p.32).

Em *Miséria da Filosofia*, Marx já apontava que a existência de capitais particulares se projeta como a base dos antagonismos intercapitalistas, conforme ele: “se todos os membros da burguesia moderna têm o mesmo interesse, enquanto formam uma classe frente a outra classe, eles têm interesses opostos, antagônicos, enquanto se defrontam entre si” (MARX, 2009, p.139). Tal oposição de interesses provém das condições econômicas que dão sentido à sua vida burguesa. A existência desses capitais particulares não apenas condiciona os antagonismos internos ao capital em geral, como também aqueles que se estabelecem entre capital e trabalho.

Do ponto de vista da exploração da mão de obra, o *monopólio do trabalho*, no caso, responde à necessidade de tendência do capitalismo a formar um “exército de reserva” de força de trabalho¹²⁵, que os capitalistas da indústria podiam empregar quando os negócios estivessem indo bem, e demitir em momentos ruins. Para que isso aconteça, conforme Engels, a força de opressão não é mais que um meio adotado para conquistar vantagens econômicas (ENGELS, apud COLE, 1958, p.288).

Em de São Paulo, o grau de opressão exercido pela força do capital no processo de acumulação industrial obedecia às regras gerais do capitalismo¹²⁶ em sua fase

¹²⁵ Ao analisar o processo de trabalho na dinâmica do capitalismo industrial, Marx via o trabalho como elemento subordinado ao modo de produção capitalista. O trabalhador, segundo ele, “trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida de que o trabalho se realize em ordem e os meios de produção sejam empregados conforme seus fins, conquanto que não seja desperdiçada matéria-prima e que o instrumento de trabalho seja preservado, isto é, só seja destruído na medida em que seu uso no trabalho exija”. Por sua vez, o produto desse trabalho é propriedade do capitalista, ficando o trabalhador apenas com uma parca remuneração diária ou semanal pelo trabalho realizado (MARX, 1988, p.147). Na greve geral de 1920, um dos pontos reivindicados no memorial enviado ao empresariado fabril de São Paulo foi “a supressão absoluta da obrigação dos trabalhadores fornecerem as ferramentas usadas no serviço” (O Combate, 29/3/1920). Esse aspecto mostra o quanto a incipiente industrialização em São Paulo guardava certas semelhanças ao processo de trabalho do século XIX na Europa.

¹²⁶ Em sociedades nacionais de tipo dependentes de origem colonial, como a brasileira, “o capitalismo é introduzido, segundo Florestan Fernandes, antes da constituição da ordem social competitiva”. Para ele, essas sociedades se defrontam com estruturas econômicas, sociais e políticas elaboradas sob o regime colonial. Sendo assim, foram ajustadas parcial ou superficialmente aos padrões capitalistas de vida econômica (cf. FERNANDES, 1975, p.). Ficando em dívida com as condições culturais e socioeconômicas internas, pois não possuía elementos que viabilizassem “a transplantação das técnicas, instituições e valores, pertinentes aos modelos ideias de organização e de exploração econômicas da empresa industrial. Eles foram reproduzidos, mas na escala em que permitia a situação histórico-social brasileira”. Isto é, pobreza de organização das instituições, redução profunda dos padrões morais que exercem influência sobre os valores sociais, nos diferentes níveis da empresa industrial. Por representar a fase do capitalismo moderno, a industrialização, argumenta Florestan, que essas ausências geram um hiato entre a “emergência da

monopolista¹²⁷, extorquir mais-valia da força de trabalho operária de forma organizada e sistemática, e combater toda forma de resistência operária que ameaçasse o domínio do capital.

O primeiro sistema de fábrica, nas primeiras décadas do século XX, converteu em todas as partes o operário num acessório da máquina movida pela força mecânica, e remunerado insuficientemente para suprir suas necessidades básicas. Essa práxis se converteu no *modus operandi* do patronato fabril de São Paulo, acrescido ao histórico autoritário nas relações de trabalho¹²⁸ – característica principal que projetou as relações entre o capital e trabalho no processo de industrialização em São Paulo, marcados por um histórico de violência nos estabelecimentos fabris e fora deles. Por outro lado, o operariado manteve-se relativamente organizado para se defender das péssimas condições de trabalho, mas também despertou no patronato a motivação de se organizar associativamente, porque a acumulação capitalista na indústria exigia o controle sobre a força de trabalho. Desse ponto de vista, as associações patronais se converteram num poderoso instrumento para manter os baixos custos da força de trabalho em São Paulo.

Desde que adquiriu densidade de grupo e consistência organizativa como fração de classe, a fração industrial da burguesia identificou a si mesma como uma das classes conservadoras. E tinha inúmeras razões para se vê assim. Uma vez que, com a implantação e difusão da ordem social competitiva após a abolição da escravatura e suas consequências sociais e econômicas daí provenientes, os industriais, além de estarem se gestando enquanto segmento de classe, não tinham motivos nem estatura para revolucionar a ordem social estabelecida, não havia antagonismo de sua parte contra a grande propriedade agrária, como defendeu Werneck Sodré (1967). Se a classe dos industriais em algumas ocasiões se confrontou com a política econômica da burguesia agrária exportadora, hegemônica no bloco de poder do Estado durante toda a Primeira

indústria e a sua transformação em fator social construtivo”. Assim, tomando a cidade de São Paulo como referência, ele dirá que “há um lapso de quase meio século entre as primeiras manifestações da industrialização e a atuação dela como uma força social propriamente dita”, isto é, entre 1850 e 1900. Na primeira década do século XX, a industrialização se inclui no repertório de interesses de círculos ativos das camadas dominantes e do crescente proletariado em gestação passando a alimentar uma ideologia, que se fortaleceu rapidamente e se difunde pela sociedade brasileira, e São Paulo se converte no mito do progresso, na imagem da riqueza e da evidência histórica que o Brasil podia vir a ser um ‘país civilizado’ (cf. FERNANDES, 2008).

¹²⁷ Tema desenvolvido no primeiro capítulo desta tese.

¹²⁸ O patronato de São Paulo não diferia dos demais, tinha uma postura claramente conservadora e reacionária. Sobre o tema, ver Leme (1978), Martins (1998), Carmo (1998), Fraccaro (2018), Fernandes (2008) e Carvalho (2018).

República, nenhuma razão a dispunha para se confrontar com a grande propriedade fundiária. Em essência, inúmeros industriais adquiriram terras e, por conseguinte, deviam considerar juridicamente intocável a propriedade privada da terra¹²⁹.

Não havia, efetivamente, diferenças na postura autoritária e conservadora da fração industrial da burguesia¹³⁰, fossem eles paulistas, cariocas ou gaúchos, ou ainda mineiros e pernambucanos. Apesar de todo seu esforço de construir posições unificadas de classe, “de modo geral, durante a Primeira República e ainda depois, os industriais se vinculavam mais estreitamente com as oligarquias estaduais do que com os industriais de outras regiões”, dificultando, conforme a tese defendida pelo historiador Jacob Gorender, a constituição de uma consciência de classe em nível nacional (GORENDER, 1981, p.47).

No final da década de 1920, a fração industrial já havia dado um importante passo para se capacitar como interlocutor direto dos novos desafios políticos e econômicos, premissa que até então não fora manifestada plenamente. Tanto o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de São Paulo – CIFT-SP como à Associação Comercial de São Paulo, foram entidades fundamentais na qualificação da experiência político-organizativo

¹²⁹ Cabe lembrar que muitos industriais também possuíam terras, o próprio Francisco Matarazzo, que, além de atuar em atividades fabris e comerciais, também plantava cana-de-açúcar e criava gado de corte em fazendas no interior do Estado. Não seria difícil classificá-lo socialmente como proeminente latifundiário estrangeiro em terras brasileiras. Em seu estudo sobre a burguesia brasileira, Jacob Gorender afirma que “Não poucos industriais encontraram na especulação com terrenos urbanos excelente negócio para a formação de novos capitais”. Conclui que a urbanização de vários bairros de São Paulo obedeceu a um padrão diversificado de obtenção de lucro de empresários ligados à indústria; lembrou que “A urbanização dos bairros da Água Branca, da vila Mariana e do Brooklin Paulista, na capital de São Paulo, beneficiou, respectivamente, os Matarazzo, Klabin e Pereira Ignacio (cf. GORENDER, 1981). As relações do capital industrial com a atuação na agropecuária no Brasil não é um fenômeno incomum. Em 1974, com o aval da Sudam, a Volkswagen deu início ao projeto para transformar o espaço de 140 mil hectares no sul do Pará numa fazenda-modelo. Os planos da Volkswagen eram ambiciosos: “a iniciativa mostraria que, com o uso de novas tecnologias, seria possível ter uma pecuária tão eficiente e lucrativa numa região de clima tropical como em climas temperados”, para criação do “gado do futuro”. O representante do grupo alemão no Brasil Wolfgang Sauer, presidente da Volks de 1973 a 1989, dizia que “a fazenda forneceria proteína para nutrir a população dos países pobres, ou seja, tinha “intenções sociais”. Porém, logo após as primeiras queimadas, ambientalistas começaram a denunciar a devastação promovida pela empresa e os impactos incalculáveis que o desmatamento poderia causar no clima global. As denúncias chegaram até a Alemanha gerando pressões contra a empresa que, além disso, também fora acusada de empregar 400 trabalhadores em condições análogas à escravidão (CARTA CAPITAL, 27/06/2017). A própria Ford do Brasil, em 1928, adquiriu uma área de 14. 568 Km², no Município de Aveiro, no Pará, às margens do Rio Tapajós. Henry Ford sonhava com um projeto agroindustrial na Amazônia, a Fordlândia, mas foi abandonado.

¹³⁰ A postura social da maioria dos industriais era de manutenção da ordem, dos valores de hierárquicos de autoridade. Esse modo de pensar estava presente nas relações com os trabalhadores dentro das fábricas. Os regulamentos internos fixavam uma série de preceitos repressivos de punições, cobrança de multas, coação etc. Relação pouco diferente daquela apresentada pelos fazendeiros cafeicultores de São Paulo, onde a autoridade na fazenda, em diversos casos, se convertia em poder local. O trabalho de Victor Nuno Leal, *Coronelismo, Enxada e Voto*, mostra a dimensão deste fazendeiro e suas ramificações com o poder político. Tanto eles como os homens da indústria paulista estavam lado a lado no PRP, mas não quer dizer que tinham interesses iguais.

adquirida pelos empresários fabris de São Paulo nos últimos onze anos da Primeira República (1919-1930).

3.1. A Organização dos Industriais: a ACSP e o CIFT-SP

Na qualidade de maior entidade de classe do empresariado paulista até 1928, atuando sob o comando dos dirigentes têxteis, o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de São Paulo (CIFT-SP) foi decisivo para constituição de um *modus operandi* das ações coletivas encabeçadas pelos dirigentes das indústrias têxteis. Por se tratar de uma entidade de referência na conjuntura que se abriu no início da década de 1920, o CIFT-SP teve um papel importante na consolidação de uma práxis associativa no meio industrial; empenhando-se na interlocução com outros setores do patronato industrial no sentido de estabelecer alianças de classe. Por sua vez, a Associação Comercial de São Paulo (ACSP), embora representasse outros setores do capital, soube equilibrar e manter-se coesa até 1928, quando os representantes da ala industrial rompem e fundam sua própria associação de classe.

Não é nossa intenção, aqui, analisar as muitas facetas dessas duas entidades associativas, mas apontar aspectos inovadores condizentes às exigências de afirmação político-institucional dos industriais através dos seus órgãos de representação de classe. Experiências associativas provenientes de conflitos de classe e atuações na esfera político-associativa em defesa dos interesses da indústria.

Pretendemos, nesta seção, mostrar o quão importante foi o papel do CIFT-SP e da ACSP para a superação das deficiências organizativas que os industriais apresentaram até 1917 – fase que irá delimitar um campo de atuação organizativo condizente com o desenvolvimento industrial de São Paulo na década de 1920, procurando construir politicamente unidade de classe em ações coletivas ante mobilizações operárias e projetos de leis de proteção social aos trabalhadores. Assim, a defesa incondicional do progresso industrial se transformou no principal fundamento ideológico de negar conceder direitos garantidos por leis.

A capacidade de liderança de um grupo de dirigentes industriais se formou na luta em defesa da industrialização, pois, à medida que se tornava mais difícil a obtenção de lucros, tornava-se necessário analisar despesas com espírito mais crítico, o que levava, inevitavelmente, a uma visão mais precisa da eficiência alheia. Em decorrência disso, os

industriais começaram a pensar em interesses próprios ante aos interesses dos outros: fazendeiros, fração da burguesia importadora e da própria classe média, setor que mantinha uma posição crítica em relação à indústria nacional. Essa tomada de postura ajudou no advento da coesão e da consciência própria. Aliás, crucial na adoção de uma concepção política-associativa que fosse transmitida, por meio das ações coletivas associativas, a base de um projeto modernizador que se orientava pelo incentivo governamental à indústria.

O Secretário-geral do CIFT-SP, Otavio Pupo Nogueira, que começou como gerente da entidade, foi um dos grandes formuladores da linha política conduzida pelo Centro durante a década de 1920. Sua atuação à frente da entidade contribuiu para que a fração industrial do capital desse um salto qualitativo em nível regional e, em certo sentido, também nacional. Estimulando conversações e propondo unidade de ação aos seus congêneres de outros estados, contra qualquer tipo de interferência estatal nas relações entre capital e trabalho. E, no campo da luta de classes, desqualificar qualquer forma de organização operária e sindical, cujo perigo colocava em risco a reprodução do próprio capital.

Assegurar o direito à propriedade era parte da luta contra decisões legislativas em projetos de leis que propunham garantias trabalhistas ao operariado e, por conseguinte, na visão dos industriais, onerava a mão de obra nas indústrias paulistas. Essas decisões, segundo lideranças associativas, afetavam a lei da livre concorrência, prejudicando a indústria paulista à medida que se tornava mais difícil a manutenção dos lucros para a classe dos industriais, sobretudo no transcorrer dos anos 1920, quando o patronato industrial se deparou com maiores dificuldades no campo econômico, o que lhes exigiu maior estreitamento das relações e maior coerência entre si nas tomadas de decisões. Assim, os industriais começaram a pensar, como lembrou Warren Dean, “em função de seus interesses de grupo em oposição aos interesses dos outros – os fazendeiros, importadores e classe média. Isso, por seu turno, propiciou o advento da coesão e a consciência própria [...] na elaboração de uma ideologia explícita do industrialismo” (DEAN, 1979, p.139-140).

Purgar das fábricas de São Paulo o imigrante consciente que mobilizava e liderava a organização operária foi um dos principais pilares da luta associativa dos industriais. As circulares emitidas pelo CIFT-SP mostram que, além da orientação mais imediata das ações patronais, funcionavam como um novo tipo de experiência em curso, onde defendia

uma ideologia de classe aos membros associados. Essa mudança de postura que se deu no início da década de 1920, impulsionou toda ação associativa empresarial na década de 1930, cuja experiência organizativa se aprofundou politicamente. Conhecer o inimigo presume não o subestimá-lo na luta classes. Tendo ciência de que,

O conhecimento íntimo do proletariado nacional é a medida que se impõe e que aproveitará aos próprios operários, aos patrões e à Nação. Já mais alto dissemos os benefícios que dessa medida advirão para os operários e patrões e aqui diremos que os indesejáveis que o crivo da polícia dos nossos portos não consegue reter, representam para a Nação um perigo sério, imbuídos como estão esses adventícios de ideais que repousam sobretudo na destruição radical dos alicerces sobre que assenta a sociedade (CIFT-SP, 04 e 12/4/1921).

Como já apresentamos aqui, além do aspecto retórico e ideológico difundidos pelos líderes de associações industriais, justificando a má remuneração no meio fabril e desqualificando a concessão de direitos sociais, a ação coletiva dos patrões operou em três frentes de atuação: i) controle operário pelo dispositivo de segurança do Estado; ii) disputa na esfera institucional parlamentar contra leis de proteção social e; iii) ações coletivas preventivas direcionadas à desestabilização das entidades de representação operária, não reconhecendo-as.

Embora admitisse a necessidade de haver leis de proteção social ao trabalhador, as associações patronais argumentavam que essa questão cabia tão somente a patrões e empregados, garantindo-lhes a liberdade de negociação sem interferências do Estado. Na ausência desse pressuposto liberal nas relações entre capital e trabalho, os projetos legislativos favoráveis à constituição de leis de proteção social não tinham legitimidade para os representantes da indústria. Assim, “o liberalismo, ao defender o princípio de liberdade individual necessário à constituição do mercado de trabalho, postulava, em contrapartida o princípio de responsabilidade individual dos trabalhadores por seu próprio bem-estar” (GOMES, 1979, p.33). Por outro lado, a supressão de direitos que tornassem a vida do operariado mais digna aos olhos da sociedade se convertera num dos pontos mais conflituosos da ação patronal, abrindo explicitamente a ferida da luta de classes.

O secretário-geral do CIFT-SP deseja, no alto de sua arrogância de classe: “limpar a força de trabalho de elementos indesejáveis, que operam dentro da fábrica, em certas ocasiões, como fermento de indisciplina. Nada impedirá as fábricas, de agora em diante, de purgar do seu pessoal agitadores profissionais” (apud COUTO, 2004, p.115). A postura antioperária de Pupo Nogueira à frente do mais poderoso sindicato patronal revela a determinação do empresariado paulista de enfrentar a luta de classes adotando todos os

meios disponíveis para manter o controle sobre a força de trabalho dentro das grandes fábricas do setor.

3.2. A Mediação da ACSP na greve da Cia. Paulista de Estradas de Ferro de 1906

O perfil industrialista do CIFT-SP contrastou com o contorno moderado e mais institucional da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), entidade que reunia diferentes frações da burguesia, incluindo setores industriais, porém, por defender interesses diversos do capital, muitas vezes divergentes entre si, não esteve à frente do protagonismo de classe face ao movimento operário¹³¹. As fontes documentais produzidas internamente pela ACSP indicam que seu método de atuação se baseava no domínio das técnicas de negociação jurídico-institucionais adquiridas ao longo de sua história como entidade de classe¹³². Como por exemplo, a elaboração de estudos socioeconômicos transmitidos aos associados por meio de boletins informativos, para proporcionar compreensão coletiva de leis tributárias expedidas pelo Estado, estimular e organizar conferências estaduais com suas congêneres e outras entidades empresariais para o estreitamento das posições nos embates com a União, auxiliar, orientar e defender seus associados do capital comercial, industrial e financeiro consistiam nos principais atributos formais da Associação Comercial na década de 1920.

Uma das primeiras lutas da ACSP foi pela implantação de uma alfândega seca em São Paulo, a fim que a liberação de documentos fosse realizada com maior facilidade, feito que se concretizou em 15 de novembro de 1895. Com atuação institucional em assuntos de importância econômica das classes capitalistas que representava, a ACSP contestou políticas públicas, divulgou estudos econômicos e atuou junto a seus associados do comércio e indústria com o apoio da *Revista de Commercio e Indústria* (1915-1921), publicação que foi substituída, a partir de 1921, pela *Revista da Associação Comercial de*

¹³¹ Convém lembrar que, desde 1907, abre-se um período de mobilização do operariado paulista que se estendeu até 1921, com sindicatos livres e autônomos, independentes da interferência estatal. Conforme Angela de Castro Gomes, “tal tipo de observação é igualmente válida para o movimento associativo da burguesia industrial e comercial que também se realiza ‘fora’ da influência estatal e, em grande parte, tendo em vista a própria movimentação do operariado” (GOMES, 1979).

¹³² A fundação da Associação Comercial de São Paulo ocorreu logo após à Proclamação da República, em 07 de outubro de 1894. Seu primeiro presidente e foi Antônio Proost Rodovalho (1838-1913), empresário ligado ao ramo de fabricação de papel. Foi o fundador da Cia. Melhoramentos (1890), no município de Caieiras-SP, e, em 1905, os irmãos de origem alemã Alfried e Otto Weizsflog adquiriram a posição acionária majoritária da Bühneds & Cia, empresa do ramo de papelaria onde ambos trabalhavam.

São Paulo. As condições do mercado de café e as oscilações da taxa de câmbio passaram a ser informadas com rapidez à praça de São Paulo, isso se deveu ao emprego, pela ACSP, dos avanços tecnológicos de maior importância da época (1905), o telefone.

O primeiro grande desafio da Associação Comercial foi tentar mediar a paralização da Cia. Paulista de Estradas de Ferro¹³³ por causa de ameaças de demissão e redução do número de empregados das oficinas, em especial de torneiros, na sua maioria portugueses, espanhóis e italianos que, por receber melhores salários e dispor de experiências trazidas da Europa, reagiram fortemente à notícia do corte de pessoal. A greve foi decretada e se alastrou rapidamente, atingindo a capital, Jundiaí, Campinas, Itu, Rio Claro, Ribeirão Preto, São Carlo, dentre outras cidades que os trilhos da Cia. Paulista e Mogyana cruzavam. Diante do impasse, nas conversações envolvendo a direção da Companhia e a Liga Operária de Jundiaí, por mais que ambas as partes tivessem se esforçado para chegar ao acordo, prevaleceu o impasse de ambos os lados. Os operários reivindicavam a dispensa do engenheiro Francisco Paes Leme de Molenvade do seu cargo de chefe da locomoção, do seu ajudante Henrique Burnier e do chefe da estação de Jundiaí, João Gonçalves Dias. Além disso, a não obrigatoriedade de inscrever-se na Sociedade Beneficente patrocinada pela Companhia, que havia proposto uma nova reestruturação da Companhia prevendo demissões. Na prática, havia 9 mil empregados de braços cruzados (ACSP, 1994, p.26), além disso, a imprensa anunciava a qualquer momento adesão dos operários da Cia. Mogyana: “Para mais uma vez sermos solidários e firmes na nossa justa causa é que nos achamos com solidariedade dos nossos companheiros da Companhia Mogyana que deram o grito de União e Solidariedade em defesa da nossa causa justa”, informava o boletim da Liga Operária de Jundiaí. O tráfego da Mogyana ficou paralisado, não tendo trafegado nenhum trem, não só de passageiro como de carga (O Estado de S.Paulo, 20/5/1906).

¹³³ A primeira "ferrovia do café" foi a *São Paulo Railway Company*, empresa inglesa inaugurada em 1867 que ligava Santos a Jundiaí. Toda produção cafeeira paulista escoava pelos seus trilhos até o Porto de Santos. A desistência da companhia inglesa do seu direito de preferência para construir o prolongamento da linha abriu oportunidade para a participação do capital nacional. Assim, em 1868, os cafeicultores formaram a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, com o propósito de ligar Jundiaí a Rio Claro. O primeiro trecho, até Campinas, começou a operar em 1872, sendo que quatro anos depois a Paulista alcançava Limeira e Rio Claro. Adquiriu em 1892 a Companhia Rio Claro que se estendia desta cidade até Araraquara, passando por São Carlos, Brotas, Dois Córregos e Jaú, todos municípios tributários do café." Em 1900 a Companhia Paulista possuía 863km de trilhos, o que representava um quarto do total do Estado, que então contava com 3468km (cf. SAES, 1981; GRANDI, 2013; LUCA, 1986).

A greve causava enorme dor de cabeça ao comércio e à economia do estado, enquanto a imprensa protestava contra a censura imposta por órgãos policiais, “Em Jundiaí a censura telegráfica desde antes de ontem concentra para que deixássemos de publicar as últimas informações da reportagem do Estado em Jundiaí” (O Estado de S.Paulo, 20/5/1906). Por sua vez, em decorrência da gravidade da situação causada pela ação direta operária, a burguesia paulista apela ao governo federal, que prontamente envia um navio de guerra para o litoral de São Paulo¹³⁴. O movimento já havia atingido a cidade de Santos e clamava pela solidariedade dos trabalhadores das Docas. Uma expressiva quantidade de oficiais militares, batalhões do corpo de cavalaria e infantaria recebiam instruções por telégrafo e telefone para operações antigrevistas ao longo de linhas férreas que cruzavam cidades estratégicas para produção cafeeira no Oeste do estado.

Na capital, logo depois de regressar da estação da Luz, o chefe de polícia, Meirelles Reis, conferenciou em seu gabinete com Antônio Alvares Penteadado, Presidente da Cia. Mogyana, e Antônio de Lacerda Franco, diretor da Cia. Paulista. Mas segundo o delegado geral de polícia, Everardo Bandeira de Mello, em telegramas e pelo telefone, informava que “o movimento grevista da Mogyana, os operários, em atitude de calma, guardavam as estações, armazéns, depósitos e escritórios” (O Estado de S.Paulo, 20/5/1906). Essa atitude vinda de uma autoridade do quilate de Bandeira de Mello, revela, de um lado, o grau de organização dos ferroviários, e do outro, realça as deficiências nas técnicas de negociação patronal, cuja recusa de negociar simbolizava o principal traço da burguesia paulista, o de não admitir qualquer manifestação discordante dos empregados, e muito menos o respeito pelos líderes sindicais.

O patronato de São Paulo, assim como os dos núcleos urbano-industriais brasileiros, frequentemente autoritários em suas condutas não admitiam a organização de operários muito menos legitimar direitos sociais. O comendador Antônio Prado, um dos membros mais destacados da burguesia paulista e Presidente da Cia. Paulista de Estradas

¹³⁴ O noticiário reportou que, “Em resposta a vários telegramas dirigidos pelo sr. Jorge Tibiriçá ao sr. Presidente da República, comunicando o movimento grevista, o sr. Rodrigues Alves, em telegrama, decidiram acompanhar com interesse esse acontecimento, pondo à disposição do governo do Estado auxílio de que necessitasse”. O apoio foi solicitado por Jorge Tibiriçá, o então Presidente do Estado de São Paulo, foi o envio de “um vaso de guerra” que pudesse garantir a segurança do Porto de Santos, pois “corriam boatos referentes à probabilidade de adesão à greve, por parte das Docas” (O Estado de S.Paulo, 20/5/1906). O Cruzador Barroso ficou fora da barra e só ficaria fundeado “quando tiver necessidade de prestar auxílio à polícia”. O dispositivo de segurança se reforçava com o envio de dois batalhões do exército “postos pelo governo da União às ordens da polícia desta cidade”, nesse caso, a cidade de Santos. A mobilização militar dispensada pelo governo federal mostrava o grau de preocupação do Estado em relação aos desdobramentos do conflito entre capital e trabalho (O Estado de S.Paulo, 21/5/1906).

de Ferro, considerou as reivindicações como uma tentativa de *subversão operária*, só podendo ser enfrentada sob exemplar repressão. Antes de seguir para Rio Claro, Antônio Prado conferência com “a comissão da Associação Comercial de São Paulo, que intervirá para solução da greve” (O Estado de S.Paulo, 20/5/1906). Solução que bastasse a transferência do engenheiro Monlevade, que em nada alteraria a política da Companhia, teria sido suficiente para que o impasse grevista terminasse. Entretanto, Conselheiro Antônio Prado jamais cogitou aceitar os operários como interlocutores válidos (LUCA, 1986, p.90-91).

Esse perfil político foi uma das “marcas registrada” da burguesia paulista na Primeira República, ou seja, a de tentar impedir, com todos os meios ao seu dispor, o direito de voz do proletariado urbano. Na greve ferroviária de 1906, ficava visível o atraso organizativo do empresariado do poderoso capital ferroviário de São Paulo, fato que também se repetiu com o dividido empresariado industriais na poderosa Greve Geral de 1917 em São Paulo¹³⁵. A inexistência de qualquer mediação institucional entre o capital e o trabalho tornava ainda mais pesada a exploração econômica do operariado.

Em virtude disso, a Associação Comercial de São Paulo ofereceu seus préstimos para tentar solucionar o impasse, embora não fosse representante de nenhum dos lados em conflito, estava sendo pressionada por outras Associações de cidades do interior paulista, que reclamavam providências dado ao fato de estar prejudicando fortemente o comércio devido o bloqueio do tráfego ferroviário. Para solucionar o impasse trabalhista foi nomeada uma comissão composta por Silva Telles (Presidente da ACSP), Camilo Sampaio, Nicolau Pugliese e L. Gamba (industriais) e João Marques Guerra. Reunida em

¹³⁵ Na greve geral de 1917, por incapacidade funcional do empresariado paulista de sentar-se à mesa de negociação, forçou a interferência de setores da burguesia ligados à imprensa diária estabelecer canais de negociações de ambos os lados do conflito, o chamado Comitê de Imprensa, composto por representantes dos principais jornais da capital. E do Comitê de Defesa do Proletariado, comitê formado do lado dos operários. No fim do conflito, era noticiado o resultado das interferência do Comitê de Imprensa: “Os industriais abaixo assignados, reunidos em assembleia a convite da Comissão de Imprensa que ontem se constituiu nesta capital, atendendo ás ponderações que a mesma comissão lhes fez em relação á urgente necessidade de se normalizar a vida na cidade, perturbada pela greve, resolvem: “a) manter a concessão feita, de vinte por cento sobre os salários em geral; b) afirmar que não será dispensado do serviço nenhum operário que tenha tomado parte na presente greve; c) declarar que respeitarão absolutamente o direito de associação dos seus operários; d) efetuar o pagamento dos salários dentro da primeira quinzena que se seguir ao mês vencido; e) concordar que acompanharão com a máxima boa vontade as iniciativas que forem tomadas no sentido de melhorar as condições morais, materiais e econômicas do operariado de São Paulo. – São Paulo 14 de julho de 1917. – R. Crespi, Jorge Street, Boyes &Comp., E.P Gamba, G.H Ford, S.T Smith, pela São Paulo Alpargatas Co., A. Siciliano, C. Panayotti, & Corp., Ermelino Matarazzo, pela S.A Indústrias Reunidas Matarazzo, Geoge A. Craig, pela viúva Craig & Corp.” (O Estado de S. Paulo, 16/7/1917).

sessão permanente, no dia 19 de maio de 1906, a ACSP propôs aos operários o retorno ao trabalho e o desbloqueio do tráfego: “Depois de vários alvitre apresentados, foi adotado de oferecer a Associação Comercial a sua mediação entre a Paulista e os operários, como júzo arbitral, cuja decisão tenha força obrigatória para ambas as partes [...] e o imediato restabelecimento do tráfego” (O Estado de S. Paulo, 20/5/1906 apud LUCA, 1986, p.90-91).

Contudo, não houve acordo satisfatório para ambos os lados do conflito, a mediação feita pela comissão revelaram-se inúteis as conversações entre a direção da Cia. Paulista e a Liga Operária de Jundiaí¹³⁶. Por mais que ambas as partes argumentassem e, eventualmente cedessem em determinados pontos, prevalecia o impasse quanto à necessidade de dispensar parte dos operários e a demissão do engenheiro Monlevade¹³⁷. O engenheiro havia se tornado símbolo indesejado, mentor das mudanças que a Companhia aspirava implementar, impondo demissões e contrariando seus empregados operários. A greve não defendia vantagens imediatas, mas queria melhores condições de vida para toda classe operária, conforme defendeu Boris Fausto (1977, p.143).

A política de atualização técnica, aliada aos baixos salários e longas jornadas de trabalho, foi responsável pela greve que bloqueou totalmente o tráfego de 15 a 31 de maio de 1906. Nada menos que 3.500 dentre os 3.800 funcionários da companhia deixaram de trabalhar. O movimento espalhou-se por toda a linha e atingiu São Paulo, que viveu a sua primeira greve geral, decretada em solidariedade aos empregados da Cia. Paulista. O desenrolar dos fatos evidenciou que nesse momento as relações entre o capital e o trabalho precisam evoluir. A visão patriarcalista da burguesia contrastava com a entrada em cena de um novo agente social, o operariado urbano suas entidades de classe. Embora buscasse escamotear o conflito de classes que havia entre patrões e operários fabris, a realidade

¹³⁶ Desde o final de 1905 que o movimento operário se mobilizava no sentido de formar associações operárias para lutar por direitos. A Liga Operária de Campinas surgiu em dezembro de 1905, a Liga de Rio Claro em fevereiro de 1906 e a de Jundiaí em março de 1906. Até pelo menos 1920, o movimento operário esteve à frente do patronato em termos associativos, protagonizando lutas que despertaram preocupações na facção da burguesia industrial paulista. Elemento crucial para o entendimento do processo associativo da burguesia paulista, que figura como principal hipótese deste trabalho. Sobre as Ligas Operárias ver: Rodrigues (1979, pp.96-114) e Dias (1977, p.251).

¹³⁷ O presidente da Cia. Paulista, Conselheiro Antônio Prado, recusou o pedido de demissão feito pelas Ligas Operárias, alegou que "estava certo de que passada a agitação de ânimo que atualmente domina o espírito dos operários, que atribuía a influências estranhas, (...) reconheceriam a injustiça que fazem ao superior" (Correio Paulistano, 17/5/1906 apud LUCA, 1986).

mostrou o quanto se fazia necessário enfrentar seus antagonistas de forma organizada e coesa.

Na realidade, os conflitos entre capital e trabalho – na greve da Cia. Paulista figuram como exemplo –, quer por parte dos operários, quer pelos patrões, acabaram por se individualizar e personificar, quando, na verdade, era a forma de exploração capitalista que estava em jogo. E em sua defesa estava a ideologia pacificadora da Igreja, que procurava apaziguar os ânimos dos grevistas. Na publicização da greve por um membro do clero, o padre José Antônio de Almeida e Silva, no grau mais elevado em defesa de valores tradicionais, atribui a responsabilidade do movimento aos trabalhadores: “Não há sociedade possível sem obediência. O Nosso divino Mestre como homem obedeceu até morrer. O Cristão obedece, sofre e cala; aí está a sua força, a sua vitória e o seu mérito”. E para sensibilizar os grevistas, evoca a fé cristã em apelo do retorno ao trabalho, ombreando patrões e operários como iguais, pois “aqui não há vencedores nem vencidos, todos trabalham para o bem comum. Atendei enfim ao vosso interesse e ao pedido das vossas esposas e filhos e Deus abençoará a vossa resolução e o vosso trabalho” (O Estado de S. Paulo, 24/5/1906).

A Igreja Católica e o governo adotaram posições contrárias ao movimento exigindo o seu fim. Com esse propósito, a igreja valeu-se de seu prestígio institucional¹³⁸ para influenciar os grevistas, enquanto o governo adotava práticas coercitivas comandados pelas autoridades policiais, criminalizando o movimento. Por outro lado, a Associação Comercial, longe da imparcialidade na greve, foi mais um instrumento para servir a Cia. Paulista. Já que nos últimos dias de greve, Augusto da Silva Telles, representante da ACSP, teve o desprazer de ver rejeitada, por mais de dois terços dos votos, moção por ele apresentada, o teor da congratulação era elogios à chefia de polícia e ao influente Conselheiro Antônio Prado, por ocasião do restabelecimento do tráfego dos trens de passageiros. Após acalorado debate na sessão, “a proposta foi rejeitada por maioria absoluta dos votos [...] Falaram vários oradores, dizendo ser extemporânea a proposta que aprovada poderia irritar a classe do operariado e demonstraria parcialidade por parte da Associação” (O Estado de S. Paulo, 27/5/1906).

¹³⁸ Anos mais tarde, ao longo da década de 1920, com o objetivo de aperfeiçoar os mecanismos de controle social, Círculos Operários Católicos serão criados pela igreja, mas havia articulações com o empresariado, bem como no engajamento deste, buscando intervir na formulação e implementação da tão sonhada legislação social, integrada a um programa que estivesse apoiada em valores cristãos defendidos pela igreja (CAETANO, 1994).

Longe de finalidades altruístas, a defesa de imparcialidade da ACSP defendida por membros representantes da burguesia comercial importadora e industrial foi de caráter circunstancial. A greve contou com franca solidariedade da população em regiões do interior, com os comerciantes à frente. Os estudantes da Faculdade de Direito apoiaram a greve e organizaram passeatas em apoio aos grevistas na Capital¹³⁹. A reunião dos comerciantes de Rio Claro insistia na medição da ACSP não deixou de revelar para onde pendiam suas simpatias: de um lado estava a Cia. Paulista, “depositária de enormes capitais” e do outro “operários que se conservam em atitude resignada e pacífica até a satisfação de seus pedidos” (O Commercio, 17 e 18/5/1906 apud FAUSTO, 1977, p.89).

O desgaste sofrido por Silva Telles no episódio foi tão grande que serviu para revelar a divisão momentânea no interior da burguesia paulista – Telles era membro de setores ligados à agricultura – enquanto os membros do eminente capital importador, como Nicola Pugliese, Egídio Pinotti Gamba entre outros¹⁴⁰, que atuaram durante a greve na resolução do enfrentamento por ambos os lados, quer dizer, acima dos interesses gerais da classe, atitude que dificilmente viria a se repetir nos conflitos grevistas de 1917 a 1919. A decisão de Telles diante tamanho desgaste foi renunciar ao comando da Associação Comercial de São Paulo. Mas o desgaste gerado pela desastrosa intervenção de Silva Telles não invalida o esforço da ACSP mediar um acordo entre as partes envolvidas no conflito. No entanto, o que pesa em nossa análise é mostrar, através das lentes do conflito de classe, a incapacidade organizativa da fração industrial da burguesia de São Paulo na solução de lutas via negociação. Em grande medida por atitudes hostis de classe a qualquer acordo com grevistas. Diferente do argumento de simplesmente não dominar as ‘técnicas de negociação’, defendido por Boris Fausto no outro grande impasse ocorrido em 1917 (cf. FAUSTO, 1977, p 90.).

¹³⁹ Não se deve pensar no progressismo político dos estudantes da Faculdade de Direito do Largo São Francisco nas lutas operárias, na greve dos condutores de bondes, em 1919, muitos estudantes saíram em defesa da Light and Power, empresa que monopolizava o fornecimento de água, luz e serviços de bonde da Cidade de São Paulo. Inclusive dirigindo bondes e provocando a fúria dos maquinistas que reivindicavam aumento de salários. Além de invadirem, junto com agentes da polícia, a sede do Jornal A Plebe, destruindo máquinas e arremessando mobiliário da sede do jornal pela janela o maquinário de impressão (Cf. SILVEIRA, 2016).

¹⁴⁰ O empresário industrial Egídio Pinotti Gamba, assim como o importador Puglisi, representantes eminentes no círculo dos imigrantes italianos, criticaram a postura da direção da ACSP, presidida por Silva Telles, um representante genuíno da tradicional burguesia paulista (ligada à agroexportação). Gamba foi mais longe nas críticas ao declarar, “são os operários que sustentam o capital, que sem eles não pode viver; aqui não se está acostumado às lutas operariado e por isso não se quer dar-lhes o merecido valor”. De certa forma, um “contrassenso de classe” vindo de um consciente representante da burguesia industrial (O Commercio, 27/5/1906, apud FAUSTO, 1977).

Embora defendesse ser “igual” na construção do processo social do trabalho, na prática, os patrões se identificavam como um pai que proporciona trabalho aos filhos, protegendo-os, associando-os como “companheiros”, protetor, severo e justo. Apesar das tentativas de justificar um universo de bondade patronal, o trabalho era visto, essencialmente, como uma função moralizadora dos hábitos operários e impulsionadora do progresso social (MATOS, 1996, p.107-108) ¹⁴¹. Por outro lado, o trabalhador se via obrigado a não apenas reivindicar melhores salários e outros benefícios, mas dignificar seu próprio labor ao conjunto da sociedade. Para isso, a noção moderna de trabalho tinha que desfazer a imagem aviltante de desvalimento análoga aos tempos do trabalho cativo ainda presente nas relações de trabalho, positivando-o.

O modo de produção capitalista empreende uma extração crescente de mais-valia da força de trabalho operária, reduzindo seus salários e aumentando suas jornadas de trabalho na intensidade e duração. Por sua vez, os trabalhadores esforçam-se para resistir, por meio de seus sindicatos contra essa tendência. Ainda tendo que suportar a ação do Estado, que representa as classes dominantes em diferentes níveis e adota para o controle do trabalho graus desiguais de violência direta ou indireta¹⁴². Mas a luta pelo fortalecimento associativo abria uma janela para melhor compreensão do próprio fenômeno da luta de classes. Depois de 1917, os industriais se arrepiavam com a propagação das ideias comunistas no interior das fábricas. Entre eles, Matarazzo, especialmente preocupado com o seu expressivo contingente de operários de origem italiana, alguns politicamente conscientizados e influentes. Simonsen, igualmente, queria uma sociedade controlada por “uma elite culta”. Para o porta-voz da indústria, os

¹⁴¹ Assim, quanto mais dedicação e empenho no trabalho, maiores serão suas qualidades morais. Essa justificativa ideológica teve um papel fundamental para o projeto de moralizar o indivíduo pelo trabalho. Era preciso inculcar nas pessoas o hábito do trabalho, pois essa era a única forma de regenerar a sociedade, “protegendo-a dos efeitos nocivos trazidos por centenas de milhares de libertos – indivíduos sem nenhum senso de moralidade” (cf. CHALHOUB, 1986; CARVALHO, 2018). O provérbio caipira que diz: “Sanfona não engorda porco” é uma advertência aos que dedicam mais tempo ao divertimento do que ao trabalho, se ajusta bem à moral defendida pelos patrões. Enquanto neste outro provérbio, “A abelha dá mel, mas não quer saber de beijos”, previne contra o entusiasmo indevido em relação a pessoas em situações não bem conhecidas, adequa-se à condição do trabalhador (Revista do Arquivo Municipal de SP, 1971, pp.124-34).

¹⁴² Para aumentar a taxa de lucro, os capitalistas empresariais lançam mão igualmente de variados recursos, empregando trabalhadores mais ‘flexíveis’ à superexploração: crianças, mulheres, trabalhadores oriundos de regiões mais atrasadas do país, pela nacionalidade etc. Todavia, “recordar-se-á que a taxa de mais-valia, em primeira instância, depende do grau de exploração de trabalho”. Seria o salário recebido igual ao valor da força de trabalho? Marx argumenta que a redução forçada do salário abaixo do valor pago, “desempenha, contudo, no movimento prático, papel demasiado importante [...] Essa redução transforma, de fato, dentro de certos limites, o fundo necessário de consumo do trabalhador em um fundo de acumulação do capital” (MARX, 1985).

operários eram “almas simples e boas que precisavam ser contempladas com melhores salários, a fim de evitar a introdução da luta de classes no Brasil”, todavia a realidade era mais dinâmica e marcada por interesses irremediáveis de classe (SIMONSEN, 1943, p.212).

3.3. A mobilização da ACSP em defesa das “classes conservadoras”

A ativa movimentação da ACSP em defesa dos interesses das “classes conservadoras”¹⁴³, se apoiou num intenso gesto de mobilização de caráter nacional nos primeiros anos 1920 da década de 1920. A Associação Comercial ocupada pelo debate de novos impostos e aumento sobre alíquotas do imposto renda sobre as atividades produtivas, principalmente no setor industrial e comercial, incentivaram singular mobilização de Associações Comerciais de diversos estados da Federação. Mas, em São Paulo, o movimento iniciado pela ACSP arrastou para o embate contra o governo inúmeros sindicatos patronais, vale destaque o Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem (CIFT) e à Associação das Empresas Metalúrgicas. Nosso principal objetivo, neste ponto, é mostrar o alcance político da mobilização das “classes conservadoras”, com ênfase na fração do capital industrial.

As fontes dos jornais diários e boletins internos da ACSP evidenciam as movimentações que vinham transcorrendo entre as Associações Comerciais em âmbito nacional. A ACSP, na expectativa de mobilizar suas congêneres de outros estados, busca construir alianças e estimula ações unificadas em conformidade com a pauta de interesse dos setores do capital industrial e comercial associados a ela — vale ressaltar, contra o conjunto de medidas econômicas adotadas pelo governo prejudiciais ao setor produtivo. O objetivo principal da ACSP repousava numa articulação nacional das entidades que, sob pressão dos sócios e das novas exigências do governo, elevam seu poder de mobilização nacional que se converge prepositivamente em ações defensivas dos interesses industriais e comerciais. No tocante aos industriais, organizar a ação coletiva de modo a reduzir ou eliminar os entraves que pesavam no custo final da produção agravados com aumentos de impostos.

¹⁴³ As classes conservadoras, na literatura corrente dos anos 1920, correspondiam às frações de classes da burguesia que figuravam como classes produtoras. Isto é, o setor agrário, comercial e industrial.

Em certa medida, a ACSP achava-se num patamar institucional superior em relação ao do CIFT-SP e dos sindicatos patronais de São Paulo. Em 1926, a ACSP representava cerca de 32 associações comerciais espalhadas pelos municípios paulistas, com intensa mobilização contra impostos de selagens de estoques, imposto sobre consumo de mercadorias e sobre a renda das empresas (O Estado de S. Paulo, 21/12/1923, 21/04/1926).

A partir de 1923, em virtude de novos desafios colocados às chamadas “classes conservadoras”, a Associação Comercial de São Paulo impulsionou a formação de uma Federação Nacional das Associações Comerciais, transcendendo o seu caráter meramente regional. Essa postura ficou evidente nos embates políticos com o governo Artur Bernardes (1922-1926), numa conjuntura de insegurança social e questionamentos da estrutura do poder político oligárquico¹⁴⁴. A situação se agravou com a chegada de Artur Bernardes à Presidência da República, cuja política cambial e monetária alterava a forma pela qual os impostos sobre mercadorias e imposto de renda eram cobrados. Assim, o debate institucional acerca dos impostos era o termômetro da condição política-associativa em que se encontravam os representantes do capital industrial na preparação de estratégias defensivas contra as medidas defendidas pelo governo que julgavam prejudiciais ao desenvolvimento da indústria¹⁴⁵.

¹⁴⁴ A crise política durante toda a década de 1920 protagonizou o surgimento de uma enorme insatisfação social às estruturas de representação do poder oligárquico. Nos primeiros meses de 1921, o eixo São Paulo – Minas lançou como candidato, o governador mineiro Artur Bernardes. Contra essa candidatura, os gaúchos liderados por Borges de Medeiros denunciaram o arranjo político de mineiros e paulistas como estratégia de garantir recursos para o esquema de valorização do café, ocasião que exigia equilíbrio das finanças. Medeiros também temia que se concretizasse uma reforma constitucional – feita por Bernardes em 1926 – que viesse limitar a autonomia do Estado. Nascia a Reação Republicana formada pelo Rio Grande do Sul, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco. O nome de Nilo Peçanha, que já havia assumido por alguns meses (1906) como vice-presidente a chefia do governo, após a morte de Afonso Pena; foi lançado por essa frente de estados. O manifesto oposicionista defendia autonomia dos estados, o prestígio dos militares junto ao governo e uma política econômica racional e equilibrada. Nilo Peçanha criticou em várias ocasiões o que chamava de “imperialismo dos grandes estados”, se referia a Minas e São Paulo. Além disso, a eclosão do movimento tenentista marcado por revoltas militares entre 1922 e 1927, fundação do Partido Comunista (1922), a Revolução de 1924 em São Paulo e as revoltas militares no Rio Grande do Sul, forçaram a unificação desses dois movimentos militares numa só coluna, a Coluna Prestes (gaúcho) – Miguel Costa (paulista), ou simplesmente ‘Coluna Prestes’. Outro elemento que se somaram a estes diz respeito a insatisfação por falta de representação política das classes média em ascensão social. As insatisfações do modelo de poder oligárquico em crise culminaram na Revolução de 1930 (cf. SANT’ANA, 2019; FAUSTO, 1995).

¹⁴⁵ A queda nas exportações brasileiras já era notada em meados de 1920 e piorou nos seis meses seguintes, isso devido à recessão nos Estados Unidos e Inglaterra, maiores importadores do Brasil. As perspectivas para o setor externo da economia não andavam nada bem, uma vez que a safra de 1920 era bem promissora, o que traria consequências ainda piores ao quadro das contas externas brasileiras. A queda no valor da moeda, associada à diminuição das importações, definiam um sério problema para as contas públicas, cuja

O Jornal do Brasil, de 23/03/1926, trazia no seu editorial o tema do congresso nacional chamado pelas associações comerciais dos Estados de Minas Gerais e São Paulo: “Está em andamento a sugestão de um Congresso das Associações Comerciais espalhadas pelo território da República. Entendimentos estão sendo feitos, como mostram os telegramas publicados, inclusive da Associação Comercial de São Paulo”.

Por questões estratégicas, de logística política o Congresso seria realizado no Rio de Janeiro, centro de maior projeção nacional. A evolução do “espírito associativo” foi noticiada pelo JB da seguinte forma:

Da ação regional de começo, passaram a ter uma ação nacional, em conjunto, conforme as circunstâncias. E assim é que elas, presentemente, constituem, também, uma associação única: a Federação das Associações Comerciais do Brasil [...] faz mesmo obra de cimentação nacional, aplicando ao comércio o princípio político da federação [...] O fim é uma “combinada ação conjunta perante as altas autoridades da República no sentido de se conseguirem medidas que removam a gravíssima situação, que ameaça o comércio e a indústria nacionais, diante dos dispositivos da lei da Receita inexecutáveis e perturbadores da atividade daquelas classes”. Entre os dispositivos, são apontados aos relativos à selagem direta dos *stocks*, anexação da fatura comercial à consular etc. (ACSP, 1926, p.77).

As reivindicações do setor industrial e comercial contaram com o esforço da Associação Comercial no sentido de convencer o governo a reestudar o assunto. A solicitação compreendia a alteração dos mecanismos de cobrança sobre a etiquetagem retroativa de estoques, que só admitiam colocar em discussão as novas mercadorias¹⁴⁶.

principal receita do país era da cobrança de impostos sobre importações. O problema é que o mil-réis tinha sido desvalorizado pelo conjunto de fatores apresentados. O próprio balanço de pagamentos estava comprometido em decorrência das compulsórias remessas de capitais, além do mais, a procura cada vez maior por câmbio em razão da queda do mil-réis só ajudou a piorar a situação. E para completar o quadro desalentador deve ser acrescido que o sistema bancário atuava com restrita concessão de créditos, o que agravou ainda mais o quadro recessivo interno, ou seja, o sistema bancário não respondia às necessidades da economia. O governo adotou várias medidas para atenuar o grave momento que as finanças do país passavam: aumento de impostos sobre mercadorias fabricadas e comercializadas (houve forte mobilização de industriais e agentes do comércio), valorização do mil-réis, política deflacionária. Contudo, a defesa da política do café foi mantida sob intensa pressão dos políticos de São Paulo, mas depois de gerar atritos entre a burguesia paulista e membros do governo, o Tesouro comprometeu-se a endossar as letras de câmbio do café, financiando, através do Banco do Brasil, em caso de necessidade. Os industriais solicitaram de Artur Bernardes melhores descontos comerciais e empréstimos pelo Banco do Brasil sobre estoques existentes nos armazéns das fábricas, mas Bernardes fez ouvidos mouco. O auxílio aos industriais só veio, anos mais tarde, no governo de Washington Luís (cf. SARETTA, 1998; DEAN, 1971; ARRUDA 2012; MARGALHO, 2018).

¹⁴⁶ Os impostos sobre mercadorias, antes da proposta do governo, eram cobrados uma única através de guias e não com selagem direta coladas nas roupas como queria a Receita. Além disso, a mudança que propunha o governo também exigia a selagem dos estoques já existentes, medida inaceitável pelo comércio e indústria. Os empresários admitiam pagar em um novo modelo de guia emitido pelo próprio governo, mas etiquetar estava fora de cogitação...a cola estragava o produto etc. As Associações comerciais do país se

Por essa razão, tornava-se inviável a utilização de cola (como queria o governo) para fixar etiquetas nos tecidos, cujas manchas deixadas pelo seu emprego desvalorizariam a mercadoria ocasionando prejuízos. Uma vez que se tratava de milhões de peças grandes e pequenas que requereriam milhões de minutos para a sua selagem, esses “milhões de minutos representam ainda a criação de trabalho novo que mobilizará avultado número de operadores especializados”. O argumento dos industriais buscava mostrar ao governo que traria prejuízos ao setor industrial, que a operação de se colar um selo em cada peça de tecido, especificados na lei, “importará no dispêndio de elevadíssimas somas, que virão encarecer o preço do artefato”. Na perspectiva dos industriais, o maior prejudicado seria o consumidor nacional. Os porta-vozes do CIFT-SP, em telegrama enviado ao ministro da Fazenda, sugeriram que o selo poderia ser fixado nas peças por meio de costura, uma vez que a cola danificava o tecido (ACSP, 1926, p.49).

Só de selos federais sobre os contratos do comércio e indústria, conforme dados obtidos no Boletim Oficial da ACSP para o ano de 1928, a União recebeu as seguintes importâncias:

Tabela 6 – Valores recebidos pela União (1928)

ANO	VALOR
1920	1.053:166\$100
1921	95:879\$400
1922	1.241:841\$618
1923	1.369:804\$800
1924	1.531:751\$700

Fonte: ACSP (1928).

O aumento tarifário por parte do governo sobre a produção de mercadorias, assim como de sua comercialização no mercado interno, se explica pela redução das importações causadas pelo conflito mundial de 1914 a 1918, cuja queda na arrecadação

unificaram com os industriais na luta contra os impostos, principalmente sobre a questão da selagem (ACSP, 1926, p.35).

fiscal governamental, fortemente atrelada aos impostos de importações, o obrigou a tomar novas medidas internas que afetavam a política protecionista usufruída pela indústria. A mudança na arrecadação dos tributos internos foi importante, uma vez que se tornou inviável pensar numa tarifa efetivamente protecionista quando o Estado arrecadava sua receita basicamente dos impostos sobre produtos importados. Assim, para combater a tarifa proposta pelo ministro da Fazenda em 1919¹⁴⁷, constituiu-se uma coalizão de entidades empresariais, principalmente do Rio de Janeiro e de São Paulo, os dois estados mais industrializados da União. Pelo lado carioca o CIB, o CIFTA e à ACRJ; enquanto pelo lado paulista, o CIFT-SP e à ACSP (LEOPOLDI, 2000, p.107).

O avanço do caráter associativo dos industriais paulistas se fundamentou em dois postulados importantes, a luta pelo protecionismo tarifário e o sistemático combate ao movimento operário e suas organizações. As fontes pesquisadas da ACSP, do CIFT-SP e do CIESP apontam, diferentemente das teses defendidas pelos historiadores Jacob Gorender (1981) e Boris Fausto (1977), uma relevante articulação política do empresariado industrial através de suas entidades de classe. A ideia de uma “consciência nacional” ganhara força na mesma proporção que a luta pela industrialização exigia, ordenada pela convergência de interesses comuns dos principais setores da indústria de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.

Com o alinhamento certo desses três centros industriais, que moviam suas entidades de classe para atuações conjuntas, sinaliza um incipiente processo de consciência de classe estimulado pela práxis em defesa do industrialismo como paradigma do desenvolvimento econômico e social. E, para isso, fomentar o sentimento corporativo dos mais variados segmentos que compunham a base da fração industrial da burguesia foi estratégico na luta por uma melhor posição na disputa de mercado. Apesar do alinhamento político dos industriais com suas respectivas frações burguesas hegemônicas ligadas à agroexportação, o sentimento imediato em pró da indústria moveu o setor através das ações coletivas promovidas pela articulação das mais destacadas entidades empresariais de diferentes estados da União.

¹⁴⁷ A questão tarifária mobilizou muita energia dos representantes da indústria contra o livre-cambismo. A viabilidade do processo de industrialização ou como se referiu Nícia Luz, “a luta pela industrialização”, dependia de apoio protecionista do governo. Conforme Maria Antonieta Leopoldi, “Por mais de três décadas, a tarifa de 1900 (com taxas praticamente arrecadadas em ouro) ofereceu alguma proteção às indústrias”, principalmente ao poderoso setor têxtil. Mas além deste, os ramos industriais de chapéu, vestuário, bebidas e alimentos, em certa medida, também foram atendidos (LEOPOLDI, 2000); (LEME, 1978); (LUZ, 1959).

As pressões da “causa industrial” direcionadas ao Executivo e ao Legislativo provinham de disputas com as demais frações da burguesia, sobretudo do capital ligado ao comércio importador e defensor de uma política livre cambista, algo impensável para os empresários do grande capital da indústria. Numa petição dirigida ao presidente da República no dia 26 de março de 1926, o mineiro Artur Bernardes, a ACSP expõe a angustiante situação que as indústrias entrariam caso a lei da selagem não fosse modificada segundo sugestões feitas pelas Associações, ou seja, de não taxar produtos que já haviam sido taxados por um outro imposto, o de consumo:

Senhor presidente – A associação Comercial de São Paulo pede vênua para vir expor a vossa excelência a difícil situação em que se acha o comércio do país, ameaçado de graves transtornos e prejuízos diante da impossibilidade de cumprir uma das exigências fiscais consignadas na lei da Receita vigente: a selagem direta dos ‘stocks’ que já pagam imposto de consumo por meio de guia (ACSP, 1926, p.50).

As entidades que representavam os interesses do capital industrial tinham muito claro a necessidade de movimentar sua classe em nome de interesses concretos. No episódio da luta política contra os termos contidos na lei da selagem, a fração industrial se alia com a fração de classe da burguesa ligada ao comércio. A reivindicação dos industriais era que a cobrança recaísse apenas nos produtos a serem fabricados, e reivindicavam isenção sobre os “*stocks*” existentes cujo imposto de consumo já havia sido pago.

Em 17 de abril de 1926, às 15 horas, realizou-se na sede da ACSP, conforme registros em Ata, uma reunião das corporações representativas do comércio e da indústria do Estado de São Paulo, para tratar da agravação dos impostos federais sobre esses dois setores da economia, a fim de deliberarem sobre a atitude a ser assumida por elas na reunião seguinte, em 22/4/1926, na Capital Federal, para estudo do inconveniente causado pelo aumento de tributos cobrados pela Receita Federal. O comparecimento à reunião dos representantes de corporações capitalistas e de associações de classe chamou a atenção, dado que, além dos vários diretores da ACSP, como Bruno Belli (1º vice-presidente) e Carlos de Souza Nazareth (diretor), outras importantes associações igualmente se engajaram na luta contra novos impostos¹⁴⁸.

¹⁴⁸ Pelo Centro de Comércio e Indústria de Taquaritinga, L. Pastore; José Sciamarelli, pela Associação Comercial de Jundiá; pelo Centro de Comércio de Madeira de São Paulo, José Soares de Almeida e Alexandre Queiróz Longo; pela Associação Comercial de Santos, o dr. Alberto Cintra; pela Associação dos Industriais e Comerciantes de Jóias e Pedras Preciosas, Seção de S. Paulo, Antonio de Azevedo. Também participaram da reunião, a Associação Comercial de Espírito Santo do Pinhal, de Campinas e Santos. Pela

É tornada pública a orientação que as associações comerciais e industriais defenderam em conformidade com o agravamento da cobrança dos impostos federais, formulando-se um programa mínimo através do qual solicitarão ao Governo Federal a adoção das seguintes reivindicações:

- 1- Aplicação do dispositivo legal que isenta de segunda tributação os rendimentos das pessoas físicas, já taxados em poder das pessoas jurídicas.
- 2- Redução, no mínimo de 6% do coeficiente de 20% adotado pela Delegacia Geral do Imposto sobre renda, para o cálculo de lucros tributáveis das firmas comerciais, na base dos volumes das transações.
- 3- Suspensão da execução dos dispositivos da lei da selagem direta e à anexação à fatura comercial consular.
- 4- As reivindicações também solicitavam a nomeação de uma comissão, para, em nome das associações do comércio e indústria do país, transmitir ao presidente da República e ao ministro da Fazenda o descontentamento ora registrado.
- 5- Propunham a convocação, para fins de maio, de uma nova reunião de todas as associações comerciais e industriais do Brasil, a fim de serem estudadas as reivindicações do comércio e indústria, da competência do Poder Legislativo, e ser encaminhado os termos de um entendimento com as comissões das mesas das duas casas do Congresso Nacional, visando maior colaboração com o legislador na elaboração orçamentária de 1926. Evitando com isso, no futuro, a repetição dos fatos que geravam as dificuldades ora enfrentadas (ACSP, 1926, p.43).

O jornal *O Estado de S. Paulo*, em sua edição de 02 de março de 1926, traz em seu editorial um pormenorizado relato da impraticabilidade da selagem direta sobre os artefatos de tecido. Conforme o Estadão, “a selagem de montanhas de lenços, cobertores, toalhas, colchas, rendas, pentes e outros artefatos representa espantosa tarefa, quase, diremos, uma indústria nova a superpor-se à verdadeira, tais as instalações novas e o novo pessoal que exigirá”. A matéria evoca os prejuízos ao comércio e indústria que tal medida governamental suscitaria em São Paulo e no Brasil, que passaria a exigir novos capitais; então, “para o próprio fisco, bem se vê o absurdo da exigência”.

A luta por melhores condições de funcionamento da indústria demonstrou um padrão de mobilização da classe dos industriais que contrasta com a visão “débil”

Câmara Italiana de Comércio, apareceu Ludovico Lazzati e Antonio Velzi. A lista prossegue com representantes da Associação dos Bancos de São Paulo, Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo, Associações Comerciais de Jahú, Botucatu e Sorocaba, a Associação dos Industriais Metalúrgicos, a Câmara de Comércio Norte-Americana, Max Weiszflog, presidente da União das Firms Teuto-Brasileiras; Arthur G. Krug, pela Sociedade Industrial de Automóveis “Bom Retiro”; W.F. Wright, pela Associação dos Industriais Gráficos; R. Williamsom, presidente do Centro do Comércio e Indústria de Itapira. E, por último, duas grandes adesões à reunião: Luiz Mocha, pelo Centro do Comércio e Indústria de Calçados de São Paulo; e, encerrando a lista, o poderoso Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de São Paulo – CIFT-SP, representado pelo seu secretário geral e hábil articulador político, Otavio Pupo Nogueira (ACSP, 1926, p.42).

atribuída pela historiografia dos anos 1960 e 1970¹⁴⁹, quando, na realidade, o grau de coesão política obtido em questões que afetavam diretamente a manutenção das taxas lucro com o desenvolvimento e importância social da industrialização, se transformara no ponto de apoio para o exercício político-associativo conscientes, e não meramente conjuntural.

A impopularidade das medidas que atingiam diretamente o setor comercial e industrial do país foi sistematicamente questionada pelos influentes jornais da imprensa paulista e carioca. *O Jornal do Brasil* declarava, em 18 de abril de 1926, no auge da crise com o governo, que, embora pouco valesse a opinião do diário, não podiam deixar de tratar um assunto que vinha agitando os contribuintes das categorias afetadas pela incidência do imposto. Consideravam radical a reforma adotada e o maior agravante foi o governo não se lembrar que havia afirmado a adoção de medidas “que diminuiriam concomitantemente os impostos indiretos”, mas que tal medida não havia sido cumprida.

A luta política das principais associações comerciais de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro culminou no chamado para a realização de um congresso nacional das associações comerciais. Se não havia uma “consciência nacional” da burguesia industrial enquanto classe, como defendeu Gorender, as articulações que convergiam para unidade política das chamadas “classes conservadoras”, acerca das novas medidas tributárias adotadas pelo governo Bernardes, já indicavam esse caminho. Vale ressaltar que o sentimento de classe da burguesia industrial vinha evoluindo de acordo com a importância social e econômica que o processo de industrialização adquiria. Nesses termos, a luta por melhores posições nas disputas intraburguesas exigia um grau de amadurecimento organizativo de classe infinitamente superior àquele anterior a 1917¹⁵⁰. Mas limitar as

¹⁴⁹ Cf. Fausto (1977), Schwartzman (1975), Martins (1968) e Rodrigues (s/d). Esses autores, de uma forma ou de outra, salientaram em seus trabalhos a passividade dos empresários seja em termos de organização, seja em termos da capacidade de exercer pressões sobre o Estado. O envolvimento com as questões políticas pelos porta-vozes das indústrias foi muito além dessas primeiras apreciações feitas pelos autores citados. Cabe ressaltar que, para Gramsci, as mais diversas formas de organização social tinham um caráter político por definição. As associações patronais se encaixam perfeitamente ao conceito Gramsciano, já que formulavam políticas o tempo todo. Seja em defesa da industrialização ou consolidação da unidade contra o movimento operário e suas organizações. A luta no campo dos negócios por melhores condições econômicas é uma regra da concorrência capitalista, mas em relação aos inimigos de classe a questão era outra: “Dividem-se entre si na busca do lucro, na concorrência econômica e política, mas diante da classe operária formam um bloco de aço” (GRAMSCI, 2021).

¹⁵⁰ Quase uma década depois, em 1926, por ocasião da renúncia do Conde Matarazzo à presidência do CIFT-SP, devido a uma orientação da entidade para que os empresários do setor reduzissem a produção de tecidos, mas Matarazzo se opôs à medida. Argumentando que não cabia ao CIFT interferir nas decisões de funcionamento de cada empresa. Matarazzo chamava a atenção dos membros do CIFT que o papel

ações operárias contra a ordem burguesa se erguia em primeiro plano, nunca é demais lembrar que em São Paulo se pagava baixos salários ao trabalhador fabril.

O chamado era visto como “grande reunião” de todas as associações comerciais do país para organizar uma ação conjunta perante o governo federal, “a fim de remover gravíssima situação criada ao comércio e indústria nacionais com súbita agravação e complicação de impostos”. A ACSP, autora da convocação, julgou imprescindível uma ação coletiva de todas as associações comerciais e industriais do Brasil, “sentindo orientar os poderes públicos sobre medidas que se tornam indispensáveis para remover grandes perigos que ameaçam a vida comercial e industrial do país”. O problema, segundo os representantes das associações, não era suportar o sacrifício necessário para o Estado restaurar suas finanças, mas não deixariam de gritar que medidas que vinham sendo executadas perturbavam profundamente as atividades comerciais e industriais. Isto é, anexação da fatura comercial à fatura consular, a selagem direta, a selagem de “stocks” e a exagerada agravação do imposto de renda (ACSP, 1926, p.75).

Em 14 de abril de 1926, o *Jornal do Commercio* publicava que seria convocada, em breve, “pelo Sr. Ministro da Fazenda, a reunião dos representantes das associações comerciais, centros industriais e organizações congêneres para exame das reclamações contra a aplicação do imposto de renda e outras medidas fiscais”. O governo, pressionado por dois importantes setores da burguesia, o industrial e comercial, procurou ouvir as críticas da situação, para que fossem “formuladas e articuladas as reivindicações dos contribuintes mais diretamente interessados na execução dos aludidos tributos”. Uma semana depois, por ocasião da convocação da Federação das Associações Comerciais e industriais do Brasil, mais de trezentos representantes de associações comerciais do Brasil inteiro se reuniram, no Rio de Janeiro, “para resolver sobre a atitude coletiva a ser adotada por aquelas associações em face dos impostos” (*Jornal do Commercio*, 22/4/1926).

O discurso do presidente honorário do evento, Araújo Franco, não se opunha totalmente à nova lei, mas defendia que o aumento de imposto fosse cobrado em todo Brasil e não apenas nas capitais como era de praxe. Ele alegou que “todos nós e o público sabemos, pela confusão que reina entre os contribuintes, quanto é difícil pôr em prática a

prioritário da entidade consistia em combater seus oponentes de classe, isto é, o operariado e suas organizações. A polemica face às divergências com CIFT, que orientava seus filiados a produzirem menos tecidos devido aos altos estoques, a desfiliar suas empresas e renunciar à presidência da entidade (O Estado de S.Paulo, 24/5/1926).

cobrança de um novo imposto”. Sendo assim, o honorário presidente propunha que fosse mantido o antigo “que já estando aceito, dará melhores resultados” (ACSP, 1926, p.76). A assembleia aprovou a seguinte proposta: a suspensão da execução dos dispositivos do novo imposto sobre renda e da selagem dos “*stocks*” e selagem direta, bem como a anexação das faturas comerciais às consulares. A solução era para o “impertinente” caso do imposto de viação de ½ % sobre todos os produtos em transporte nas estradas e ¼ % sobre amostras e mais do imposto de 5 réis sobre as mercadorias em trânsito.

O Ministério da Fazenda do governo Artur Bernardes, porém, numa espiral deflacionária de valorização da moeda buscava a todo custo reduzir os efeitos na economia causados pelo excesso de crédito e da inflação nos elevados patamares do governo Epitácio Pessoa, quando a desvalorização dos mil réis bateu a casa dos 40%, conforme pronunciamento do industrial Pinotti Gamba na reunião de 22/4/1926. Protestavam: 1) contra alta brusca e desordenada do câmbio, gerando baixa geral dos preços; 2) a paralização dos negócios, devido à instabilidade dos valores, sujeitos a transações de grande risco; e, finalmente, 3) a grande desconfiança generalizada, em consequência dos prejuízos sofridos pelo comércio e indústria, devido à desvalorização dos estoques, tendo como efeito imediato a restrição de crédito. O problema da reforma no câmbio gerou dificuldades nos pagamentos de compradores de cidades do interior do Estado de São Paulo e estados vizinhos, impondo restrições aos negócios (ACSP, 1926, p.263).

O argumento usual era que, segundo a liderança da Associação Comercial, “os governos, em geral apresentam para captarem a boa vontade das classes conservadoras, é o apelo ao seu patriotismo”. O reconhecido dirigente acrescenta: “o patriotismo está precisamente em opor embaraços a esse crescente de impostos, que torna a vida quase impossível, e cerca de modo absoluto o desenvolvimento do país”. A vontade governamental parece ter prevalecido. Araújo Franco indaga: “De que nos valeu isso? De nada ou muito pouco. Somos por acaso responsáveis pela aprovação de todos os desmandos econômicos, de todos os erros que proíbem hoje a nossa marcha mais acelerada para o futuro?” (ACSP, 1926, p.92-93)¹⁵¹.

¹⁵¹ A batalha travada pela pelas frações de classe da burguesia comercial e industrial contra as mudanças nas regras tributárias revela o caráter autoritário dos governos ao longo da Primeira da Primeira República, mas o governo de Artur Bernardes foi aquele que mais aumentou a carga de impostos, e praticamente governou sob Estado de Exceção (mais de três anos). A Associação Comercial de São Paulo divulgou

Contudo, muito além de proceder politicamente buscando um posicionamento de enfretamento contra o governo, que viesse aumentar o tom oposicionista a Bernardes, as frações da burguesia do comércio e indústria, os mais afetados pela reforma de Arthur Bernardes, adotaram um tom de plena conciliação. Não resta dúvida de que a falta de consenso fomentaria resistências na ação coletiva e na coesão de classe, mas não era esse caso, já que “a Associação Comercial de São Paulo deixou bem claro que o seu pensamento é de que presida à reunião com espírito amistoso para com as altas autoridades da República, fazendo os interessados obra de verdadeira colaboração com o governo” (ACSP, 1926, p.83).

Aqui fica clara a posição temerária da ACSP e das “classes conservadoras” em não se indispor contra o governo, principalmente depois da Revolta de 1924 em São Paulo, que, embora não tenham apoiado, sofreu represálias do governo federal contra São Paulo. Ademais, como veremos na próxima seção, o próprio presidente da ACSP, José Carlos Macedo Soares, em 1924, ficou detido por dois meses no Rio de Janeiro, acusado de conveniência com os rebeldes.

O descontentamento de amplos setores da sociedade com o governo de Artur Bernardes refletia sua política econômica deflacionista e autoritária. Houve apreciação cambial e a inflação que estava alta caiu em torno de 10%, em 1926. As medidas assumidas pelo governo afetaram diretamente o ritmo das atividades econômicas, mas apesar disso, os investimentos na indústria cresceram até 1929. Esse crescimento se deve, de acordo com Saretta (1998, p.230), “em boa parte estimulados pela valorização do câmbio decorrente da política deflacionária”. Mas Saretta esqueceu de mencionar o setor têxtil, a valorização cambial favoreceu às importações e, em termos de mercado, beneficiou a entrada significativa dos tecidos ingleses. O descontentamento do poderoso empresariado têxtil se expressou organizadamente através de ações políticas do CIFT-SP, do CIFTA-RJ do CIB e da Federação das Associações Comerciais, em tratativas com a Fazenda e o Executivo na tentativa de reverter o quadro desfavorável à indústria de

evolução dos impostos de consumo geral até 1926 (em mil réis): Mal. Floriano Peixoto = 1. 924; Prudente de Moraes = 17. 466; Campos Salles = 127. 685; Rodrigues Alves = 149.471; Affonso Penna – Nilo Peçanha = 192. 941; Mal. Hermes da Fonseca = 236.282; Wenceslau Braz = 385. 470; Delfim Moreira – Eptácio Pessoa = 655. 575; Artur Bernardes = 1. 207. 293. A quantidade de números de impostos criados de governo a governo: Mal. Floriano Peixoto = 1 imposto; Prudente de Moraes = 3 impostos; Campos Salles = 10 impostos; Rodrigues Alves = 1 imposto; Affonso Penna – Nilo Peçanha = nenhum; Hermes da Fonseca = nenhum; Wenceslau Braz = 7 impostos; D. Moreira- Eptácio Pessoa = 10 impostos; (Artur Bernardes = 15 impostos e mais os desdobramentos dos artefatos de tecidos – selagem). Entre 1922 e 1926, o governo Bernardes arrecadou quase o dobro de impostos em relação ao quadriênio anterior (ACSP, 1926, p.80-81).

tecidos nacionais, no entanto a situação do setor têxtil só melhorou no governo de Washington Luís, sucessor de Arthur Bernardes.

No dia 11 de maio de 1926, o governo, através de seu Ministro da Fazenda, reuniu-se com diversas associações de classe para discutir a execução do imposto sobre a renda, instituído na lei da Receita vigente, a fim de chegar a um termo aceitável sobre os novos tributos. A reunião foi presidida pelo Ministro Annibal Freire, estando presentes os presidentes das Associações Comerciais do Rio de Janeiro e São Paulo, do centro do Comércio e Indústria do Brasil, da Liga do Comércio e Centro de Fiação e Tecelagem (RJ), Centro Industrial do Brasil, Sociedade Nacional de Agricultura, Associação dos Empregados em Comércio, Liga do Comércio entre outras, especialmente convidados para a conferência. A imprensa acompanhou o resultado das pressões e reclamos das associações comerciais às novas medidas do governo, mas se os resultados não foram os esperados, mas revelou um formidável grau organizativo de coesão política de frações da burguesia paulista descontente com o governo Bernardes:

O ministro da Fazenda declarou aos representantes do comércio que, em nome do governo, convocara convocar aquela reunião, especialmente para trocar ideias a respeito das queixas das classes interessadas contra o novo regime instituído para cobrança do imposto sobre a renda. Explicou que as instruções expedidas pela Delegacia Geral do Imposto sobre a Renda foram adotadas com caráter provisório e que o governo deliberar aguardar as críticas e sugestões dos contribuintes para fazer baixar o regulamento definitivo. Nesse regulamento o governo procurará atender a todas as reclamações que lhe parecem justas, estando animado dos mais sinceros propósitos de conciliar todos os interesses, em tudo quanto estiver dentro de sua competência, que não o autoriza a suspender a execução da lei. Esperava, pois, que dá reunião resultasse um perfeito entendimento entre todos, para o que contava com a boa vontade espírito conciliador das classes conservadoras. Resolvido que o governo não sustará a cobrança do imposto sobre a renda, foram discutidos os pontos sobre os quais versam as reclamações do comércio, ficando deliberado o seguinte: a) Será abolida a dupla tributação dos rendimentos, em poder das pessoas jurídicas e em poder das pessoas a que forem distribuídos, da seguinte forma: somente os rendimentos não distribuídos pelas pessoas jurídicas serão taxados em poder destas, depois de feitas as deduções permitidas, sendo taxados em poder das pessoas físicas os que lhes forem distribuídos. b) O coeficiente para o cálculo da renda tributável das sociedades comerciais, na base do volume das vendas ou receitas brutas, será reduzido de 20 para 6%, conforme propôs a Associação Comercial São Paulo. De acordo qual a sugestão da mesma associação, os rendimentos assim calculados ficarão sujeitos a deduções até o máximo de 30%. c) Igualmente foi adotado o alvitre da Associação Comercial de São Paulo de ser permitida a dedução da renda líquida das sociedades anônimas, das quantias levadas a fundos de reserva ou lucros suspensos, até o máximo de 10%. O governo expedirá um novo regulamento, consignando estas alterações, além de outras de menor importância, e prorrogará até primeiro de agosto o prazo para entrega das declarações. [...] os representantes das associações comerciais aludiram aos embaraços com que está lutando o comércio para cumprir as exigências da selagem dos estoques, da selagem direta e da junção da fatura comercial a fatura consular, entendo senhor ministro declarado que as representações

recebidas pelo governo a respeito destas questões estavam sendo devidamente estudadas e que dentro de poucos dias convocaria nova reunião dos presidentes das associações comerciais, a fim de serem solucionadas essas reclamações (O Estado de S. Paulo, 12/5/1926).

A luta política da fração comercial e industrial da burguesia, através de ações coletivas organizadas em oposição às medidas tributárias adotadas pelo governo, revelam um caráter nada passivo. A mobilização nacional das entidades empresariais pode não ter surtido os resultados esperados em 1926, mas mostrou que embora houvesse divergências e disputas de políticas protecionistas que dividiam as frações de classe da burguesia, era possível, em momentos como esse, uma convergência de interesses para um fim conveniente às “classes produtoras” ante políticas de Estado desfavoráveis aos interesses comuns. Para os representantes da indústria, o acúmulo da experiência política obtido até então expôs categoricamente a necessidade de um instrumento próprio de defesa do legado industrial, que só viria mais tarde. Assim, o crescimento e a importância que a indústria paulista vinha adquirindo ao longo dos anos 1920, expressava uma questão material particular à fração industrial da burguesia: lutar por um projeto político com a sua cara.

Para Marisa Saens Leme (1978), a convivência de indústria e comércio numa mesma entidade de classe tornara-se possível devido às particularidades da formação de ambas no Estado de São Paulo, em relação à Capital Federal. A autora justifica sua posição argumentando que o desenvolvimento tanto do comércio como da indústria paulista foi muito mais recente em São Paulo, em comparação ao Rio de Janeiro. Nesse sentido, as imposições de uma ação conjunta para solucionar problemas comuns foram determinantes na superação de divergências e, em certos momentos, antagonismos. O fato de haver uma maioria de comerciantes de origem nacional filiados à ACSP em relação aos estrangeiros, estes agrupados nas Câmaras do Comércio Importador Britânico e francês etc., acabam por revelar a natureza das acusações que a ACSP era alvo, tanto da imprensa ou do comércio importador, “de favorecer os interesses industriais em detrimento dos comerciais” (p.14-15).

Embora Leme defenda a “superioridade” organizativa dos industriais do Rio de Janeiro, a despeito da superioridade da produção industrial paulista após 1920, no tocante aos paulistas, cabe relativizar a “inferioridade” da organização dos industriais, isso devido à presença política que tinham na ACSP e no CIFT-SP. A influência social da ACSP cresce na proporção de sua importância político-institucional na defesa das demandas do

empresariado industrial e comercial, sendo, inclusive, referência a entidades cariocas e de outros estados na luta política contra o fisco federal.

É interessante notar que a expansão alcançada no quadro de filiados da ACSP, entre 1914 e 1926, coincide com o crescimento da produção industrial de São Paulo, mas não significa alegar, no entanto, que a fração industrial fosse hegemônica no interior da ACSP, se assim fosse, não justificaria a criação de uma entidade própria, em 1928. Ou seja, não responde ao fato desta fração de classe se organizar numa entidade regional dos setores fabris de São Paulo, mais tardia àquela que se procedeu no Rio de Janeiro. Enquanto o Centro industrial do Brasil (CIB) surgia em 1904, o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo só viria a ser formado em 1928.

É preciso reafirmar que o caráter organizativo da fração industrial da burguesia de São Paulo dispôs de uma enorme evolução a partir das experiências tiradas na greve geral de 1917. Sua compreensão do peso organizativo identificado nas organizações operárias funcionou como um ‘alerta vermelho’ do quanto estavam defasados no que diz respeito às formas de organização adotadas pelo movimento operário em São Paulo. Representando, assim, um marco político de classe na tomada de consciência dos problemas globais que afetavam sua compreensão da conjuntura aberta no pós-guerra, criando obstáculos nas relações entre capital e trabalho. Por ação de inúmeros movimentos grevistas que marcaram a conjuntura depois de 1917, moldando o novo cenário político que se abria em face do crescimento operário e da importância que adquire no meio social-urbano do Brasil¹⁵².

Tanto a ACSP quanto o CIFT-SP assumiram, até 1928, uma posição política que se refletiu diretamente na forma proceder organizativo da fração industrial. A primeira por abrigar os principais setores da indústria paulista, enquanto o CIFT para se converter num importante instrumento político de luta à serviço do poderoso patronato têxtil de São Paulo das indústrias de tecelagens de algodão, de juta, lã e seda. A Associação Comercial de São Paulo que contava, em 1914, com apenas 152 filiados, no comércio e na indústria, vê seu prestígio crescer nos anos subsequentes à Guerra. Não há como negar o forte crescimento da produção industrial do Estado de São Paulo durante a década de 1920, em que pese momentos de baixa, mas a ampliação do quadro de sócios da ACSP tem a ver com o crescimento econômico de São Paulo como um todo (ACSP, 1928, p.120):

¹⁵² Cf. Dean (1971), Maran (1979), Simão (1977), Foot Hardman (1982), Decca (1981) e Mattos (2019).

Tabela 7 – Crescimento do número de sócios da ACSP (1914-1927)

ANO	SÓCIOS
1914	152
1918	189
1920	329
1922	410
1924	1.118
1926	1.408
1927	1.688

Fonte: ACSP (1928, p.120).

De acordo com os números acima, em dez anos, entre 1914 e 1924, o quadro de associados da Associação sofre um aumento de mais de 600%. Enquanto de 1924 a 1927, seu quadro de sócios teve um crescimento mais lento em relação ao período anterior, cerca de 51%. Mas o fato que convém notar é que entre esses sócios figuravam firmas, não só da capital e do interior de São Paulo, mas da própria capital da República e de outros estados, conforme dados da própria Associação (ACSP, 1928, p.120).

O aumento no quadro associativo da entidade e os novos desafios colocados pela realidade obrigou a ACSP a reformar seus estatutos. Em 1924, sob o comando de José Carlos Macedo Soares, a Associação realiza mudanças em seus estatutos permitindo maior acomodação dos seus diferentes tipos de associados. A reestruturação da entidade é feita em moldes semelhantes à do Centro Industrial do Brasil, uma vez que é adotado o princípio federativo, onde cada fração do capital se organiza conforme sua especialidade. A união dos diferentes setores da burguesia agrupados na entidade se realiza com a subordinação de todos a uma direção eleita, constituída pelo Conselho Deliberativo da Associação Comercial de São Paulo (LEME, 1978, p.16).

Em termos imediatos, as associações são formadas para realizar propósitos que um grupo ou mais de pessoas nutrem em comum. A coabitação numa mesma entidade de diversas frações da burguesia, as crescentes dificuldades e divergências existentes para a aliança das frações dominantes numa mesma associação, e a constante insatisfação das classes subalternas urbanas, ressoaram no interior do próprio aparelho de Estado sob a forma das rebeliões “tenentistas” na década de 1920.

Empossado em 1922, sob forte tensão política, Artur Bernardes reorienta a política econômica, desvinculando-a dos interesses diretos da burguesia cafeeira, mas em virtude da forte oposição que enfrentou já em 1922, adota uma política de fortalecimento e centralização do poder de Estado. Uma das medidas é a restrição da autonomia federativa, mudança que será institucionalizada pela revisão na Constituição que fará proceder em 1926. Nunca é demais afirmar que seu governo ficou marcado pela extrema hostilidade aos setores que lhe opunham politicamente, e por uma acentuada repressão aos movimentos operário e popular.

O famoso advogado Barbosa Lima Sobrinho, contemporâneo dessa época, observou que: “Indicado nos conluíus políticos e vetado pelo Rio Grande do Sul [...] o sr. Arthur Bernardes encontrou resistência popular, quando o apresentaram candidato ao governo da República”. E sob intensa propaganda movida contra ele pela Reação Republicana¹⁵³, se formou por todo o país uma oposição exaltada, “e tanto mais decidida quanto sentia ao seu lado as classes armadas” (apud AURELIANO, 1981, p.88).

A revolta tenentista que eclodiu em São Paulo, em 1924, agravou ainda mais o quadro de problemas enfrentados pelos industriais paulistas: queda na oferta de energia às indústrias, política deflacionária, desvalorização dos estoques, falta de crédito, disputa de mercado com produtos importados etc. A seguir, mostraremos a importância do papel de liderança assumido pela Associação Comercial de São Paulo neste episódio apagado da história oficial paulista.

¹⁵³ A Reação Republicana foi uma coligação política formada por vários partidos regionais com o objetivo de apoiar a candidatura de Nilo Peçanha à presidência da república para o quadriênio de 1922 a 1926 (cf. FAUTO, 1995).

3.4. A ACSP e a Revolta de 1924 em São Paulo

A Revolta de 1924 teve desdobramentos marcantes na vida política de São Paulo. À vigência do estado de sítio, à censura à imprensa, repressão aos movimentos sociais, acrescentava-se ainda o questionável bombardeio aéreo sobre a cidade de São Paulo, visto como uma agressão aos paulistas. Manifesto publicado na imprensa diária qualificava Bernardes como “o Nero ridículo de Viçosa”¹⁵⁴. Se a fração dominante do PRP era aliada do governo federal, o mesmo não se dava com a geração mais jovem que, em certa medida, tinha acordo com as críticas expressas pelo comando dos revoltosos; o que não significava adesão ao movimento, como veremos mais abaixo. Os eventos de 1924 impactaram setores importantes das classes dominantes paulistas.

A Revolta de 1924 se relaciona às próprias fragilidades da burguesia identificada com a política de proteção aos negócios do café. Assim, os obstáculos às articulações políticas em torno da burguesia cafeeira não apenas estão presentes em toda a década como se acentuam gradativamente, atingindo sua inviabilidade em 1929. Cabe ressaltar que havia a recomposição entre as diversas frações burguesas, aprofundam-se as cisões, agora não apenas restritas às relações entre burguesia cafeeira e outras frações de classe, mas atinge o próprio centro da classe hegemônica.

A ruptura entre as burguesias cafeeira paulista e mineira expressa rupturas no seio da própria burguesia paulista. Essas rupturas ganham força quando a crise de 1929 se instala de vez¹⁵⁵. O quadro de instabilidade completa-se com o descontentamento dos trabalhadores e setores médios urbanos à política de Estado, além da rearticulação dos “tenentes”, mas agora sob os desígnios da aliança que promoverá a mudança do sistema político e, portanto, a bandeira da crítica liberal ao sistema vigente.

A Revolta atacou diretamente o sistema que era sustentado pelo PRP, representante direto da fração de classe hegemônica em São Paulo, isto é, o setor agroexportador. As oposições, por sua vez, não se sentiram afetadas já que propunham justamente uma reformulação das práticas políticas aproximando-se, em termos imediatos, dos ideais dos revoltosos armados, contudo, pelo seu caráter moderado e até legalista, se postularam contrários à conspiração. A historiara Ilka Stern Cohen assinalou

¹⁵⁵ Manifesto assinado por Mario Cardoso de Melo, João Guedes Tavares, José Rafael, e Raul Renato Cardoso de Melo. Todos os membros faziam parte das classes dominantes paulista (O Estado de S. Paulo, 19/7/1924). A família Cardoso de Melo ajudou na fundação, anos mais tarde, em 29/2/1926, do Partido Democrático, na pessoa de J.J. Cardoso de Melo (apud COHEN, 2010).

que havia um “consenso entre os memorialistas que a atitude do governo federal resultou em uma furiosa rejeição dos paulistas a Arthur Bernardes, além de propiciar articulação de forças em torno de um projeto de ‘regeneração’ do sistema político”, dominado pelas velhas classes dominantes ligadas ao setor agrário-exportador (2010, p.265).

A importância de tratar da Revolta de 1924 é necessária, neste trabalho, devido as implicações políticas advindos daí ao logo da década de 1920, que o movimento despertou nas relações sociais no Brasil e, em especial no Estado de São Paulo, exatamente pelo fato de São Paulo estar no centro do desenvolvimento econômico e industrial da Federação. Para Boris Fausto, “O confronto do final dos anos 1920 é um confronto intralites, tradicional na história brasileira. O jogo se decide no âmbito das forças dominantes envolvidas e a vitória dos novos grupos não corresponde à pura e simples liquidação dos derrotados e de sua fonte de poder” (1988, p.11). Essa constatação adequa-se a própria dinâmica histórica dos movimentos militares rebeldes entre 1922 e 1930 que, em essência não forma derrotados, em que pese as perseguições sofridas.

O nosso maior objetivo sobre a Revolta de 1924 é dimensionar o impacto que o movimento militar rebelde exerceu sobre o processo de organização das frações de classe da burguesia filiadas à ACSP. Reféns do conflito armado, inclusive com o emprego de aviões, as tropas legalistas deixaram um rastro de pavor e destruição na capital paulista. A atitude dos membros da Associação Comercial de São Paulo, entidade de grande prestígio e representante dos interesses das frações da burguesia comercial, industrial e setores financeiros, pressionada pelos fatos, ofereceu mediação junto ao comando rebelde. A luta armada gerou um ambiente de descontrole e caos: desabastecimento, saques de lojas do comércio, atividade bancária interrompida, êxodo de parte da população para outras cidades, sepultamentos etc.

Por força do conflito, o governo bloqueou as transações econômicas com São Paulo e “um aumento dos encaixes do sistema bancário, bem como do entesouramento”. Essas medidas agravaram os problemas de liquidez delas decorrentes e houve emissão até o limite permitido pelo lastro disponível, que, no entanto, mostrou-se insuficiente. Operações militares são caras e isso onerou as despesas do governo com gastos militares. A saída forçada de Bernardes foi ultrapassar o limite em cem mil contos de réis, uma fortuna na época (SARETTA, 1998, p.229).

Todavia, no transcorrer da campanha eleitoral no Rio de Janeiro, explode o movimento militar do Forte de Copacabana em 5 de julho de 1922, seguido pelo levante

na Vila Militar e na Escola Militar do Realengo. Nesse meio tempo, o presidente em exercício, Epiácio Pessoa, já havia autorizado prender Hermes da Fonseca, que cedera apoio ao movimento. Como medida de retaliação aos levantes, Epiácio Pessoa decreta Estado de Sítio até fim de dezembro de 1922. Dessa forma, pela primeira vez na história republicana, um presidente viria tomar posse em pleno Estado de Sítio.

É neste contexto de agitação político-social que o governo Bernardes se inicia. Desde o início de seu mandato, Artur Bernardes assume uma postura autoritária para conter a oposição. Prisões e transferências de oficiais tornaram-se atos comuns. Uma de suas primeiras medidas como presidente, valendo-se do estado de sítio, foi fechar o jornal *Correio da Manhã* mandando prender seu diretor Edmund Bittencourt. Em seguida, interveio nos Estados “anulando atos da Assembleia do Rio de Janeiro para forçar a vitória de seu candidato à presidência do Estado, e manda tropas para assegurar a derrota de seu inimigo político J.J. Seabra, candidato ao governo baiano” (APM, Mensagens Presidenciais, 1923, p.18; apud BRAGA, 2008, p.58). Seus quatro anos de governo são conturbados e marcados pela censura na imprensa que origina a “Lei Infame”¹⁵⁶. O Governo reage a todas as críticas, lançando mão de seu aparato repressivo e ideológico para se manter de pé.

O clima de acusações e ofensas, falsas ou reais, contra o Exército e a repressão ao Clube Militar atraiu jovens tenentes a rebelar-se. O protesto destinava-se a “salvar a honra do Exército”. O ano de 1923 terminava sob o controle completo de Bernardes. Os acertos estaduais e a calma aparente do país causaram no governo a falsa sensação de tranquilidade e domínio sobre a situação vigente, fazendo-o suspender o estado de sítio em 23 de dezembro. Todavia, militares articulavam-se para um novo levante revolucionário. As medidas tomadas pelo governo de transferir oficiais, que ainda continuava em 1923, e atitudes autoritárias fizeram com que um grupo de oficiais sediados em vários estados se envolvessem em nova conspiração. A principal liderança dos militares rebeldes era o general Isidoro Dias Lopes, que diante dos “erros e crimes” praticados por Bernardes “resolvera agir antes que o país fosse levado a um descalabro maior” (CARONE, 1975, p.48).

¹⁵⁶A lei da imprensa, conhecida como “Lei infame”, é assinada em novembro de 1923 estabelecendo a censura da imprensa. Artigos da lei da imprensa especificam que “não é permitido o anonimato na imprensa; todo o artigo de doutrina, crítica, polêmica ou informação, publicado na seção editorial ou ineditorial de qualquer órgão de imprensa será assinado pelo seu autor” (CARONE, apud BRAGA, 2008).

Houve uma articulação dos militares em torno da figura de Nilo Peçanha, tido entre os militares como possível líder desse novo movimento. Mas ocorreu o que todos menos esperavam: Nilo veio a falecer no início de 1924 e os rumos da conspiração voltaram-se para o nome de Isidoro Lopes que, embora reformado, ainda possuía prestígio nas hostes militares. Oficial de origem gaúcha, Isidoro se colocou como líder ativo da revolta. Entre os oficiais mais presentes, destacaram-se os irmãos Távora (Juarez e Joaquim), Eduardo Gomes, Estillac Leal, João Cabanas e Miguel Costa, este último oficial da Força Pública de São Paulo, proporcionou ao levante rebelde apoio de parte do contingente da milícia estadual (FAUSTO, 1995, p.308-309).

Com o início do movimento, alguns quartéis foram tomados e houve uma batalha pelo controle de São Paulo. Explodiu, assim, o chamado Segundo 5 de julho, em São Paulo. A data coincidia com aquela do primeiro movimento, sendo escolhida exatamente por essa razão, e o local pela proeminência que o Estado de São Paulo havia adquirido. A Revolução de 1924 contou com melhor preparação, tendo como principal objetivo derrubar o governo de Artur Bernardes. Boris Fausto (1995, p.308) esclarece que “Bernardes personificou o ódio que os ‘tenentes’ tinham da oligarquia dominante”.

Na manhã do dia 5 de julho, o oficial do Regimento de Cavalaria da Força Pública João Cabanas era impelido pelo chefe dos rebeldes, major Miguel Costa, a tomar a Estação da Luz e impedir dali qualquer comunicação para o interior do Estado e, sobretudo com a Capital Federal: “Meus primeiros atos foram cortar as linhas de comunicação, impedir o tráfego e colocar uma sentinela de guarda aos cofres da empresa, tudo mediante prévio entendimento com o sr. Whileuter”, o diretor geral da empresa. Impotente diante a ocupação armada, solicita autorização para comunicar o fato ao governo inglês, “pediu-me licença o sr. Whileuter licença para comunicar telegraficamente ao governo inglês e a diretoria da S.P Railway em Londres a situação anormal da cidade e conseqüente paralização do tráfego” (CABANAS, 2014, p.6).

Perto das 8 horas da manhã, a estação da Sorocabana também fora ocupada por soldados do Regimento de Cavalaria, com o principal objetivo de impedir que deliberações partissem da sede oficial do presidente de São Paulo, o palacete dos Campos Elíseos, onde Carlos Campos e seu secretariado buscavam alguma saída para o impasse armado. Mas João Cabanas logo se irritou com a perda da estratégica posição, e, em tom de desaprovação, respondeu: “não sei, se por inépcia, traição ou covardia, a posição da Sorocabana não foi aproveitada como devia” permitiu que o “governo recebesse reforço

e construísse trincheiras em volta do palacete” (CABANAS, 2014, p.6). Os choques entre militares rebeldes e tropas fiéis ao governo foram marcadas por uma grande desinformação de ambos os lados¹⁵⁷. No dia 9 de julho, ocasião em que os revoltosos se preparavam para abandonar a cidade, foram tomados de surpresa pela notícia de que o palacete Campos Elíseos estava vazio. Atendendo a conselho militar, o governador Carlos Campos saíra da cidade, instalando-se em seus arredores.

Com o agravamento dos conflitos entre as tropas legalistas e os rebeldes, o desespero e o pavor contaminaram a população da cidade. O bombardeio indiscriminado pelos obuses oficiais em bairros fabris, como o Brás, Belenzinho e Mooca, fez com que a situação tomasse ares dramáticos. A questão que mais afligia a população carente era o abastecimento de gêneros de primeira necessidade, o próprio João Cabanas se sensibilizou com o desespero dos pobres, ordenando a abertura de armazéns e empórios de venda de alimentos:

As portas dos estabelecimentos estavam fechadas; em volta dele, uma multidão apinhava-se e rugia, reclamando ingresso aos gritos. Imediatamente e com a urgência que o caso requeria, mandei chamar o administrador do mesmo...Este funcionário, indiferente à desgraça do povo e a fome que o abatia já há quatro dias, não quis atender-me, negando-se a comparecer a minha presença...os populares ansiosos esperavam uma resolução. Resolvi tomá-la, ordenando que se arrombassem as portas e os gêneros acumulados fossem distribuídos gratuitamente pelas famílias pobres (CABANAS, apud COHEN, 2007, p.38).

A onda de saques se espalhou pela cidade e despertou a atenção da burguesia e de seus representantes. No centro da cidade, o cenário era de guerra: trincheiras erguidas com sacos de areia e paralelepípedos empilhados. Tiros de metralhadores tipo Gatling cortavam o ar abrindo fendas em casas populares de bairros operários, levando à morte pessoas comuns num ambiente incerto e caótico¹⁵⁸.

O presidente da Associação Comercial de São Paulo à época, José Carlos de Macedo Soares, ficou alarmado com as ocorrências dos últimos dias da revolta. Os saques se espalharam pela Rua 25 de Março, em armazéns no bairro do Ipiranga, além de

¹⁵⁷ Edgar Horta Rodovalho, membro da elite paulista, ajudou, conforme Soares, “em bem servir a população, e tiveram rasgos de tocante generosidade, facilitando o enterramento aos pobres e aos desprevenidos de dinheiro”; mas até aquele momento, não era conhecido o número de mortos provocadas pelos combates (SOARES, 1925).

¹⁵⁸ O Clube Militar lançou protesto contra a utilização, pelo governo, de tropas do Exército para intervir na política local de Pernambuco. Mas a resposta do governo não tardou, repreendeu e a seguir prendeu Hermes da Fonseca e concluiu a obra mandando fechar o Clube Militar. Mas não parou aí, “a afronta era agravada ainda pelo fato de ser invocada, como fundamento legal para o fechamento do clube, a lei de 1921 contra associações nocivas ou contrárias à sociedade”, quer dizer, os sindicatos e ligas operárias (FAUSTO, 1995).

depósitos atacadistas ao longo das vias férreas. No calor da fúria atônita das pessoas em busca de alimento, Macedo Soares adota um tom lacônico em sua descrição dos fatos testemunhados, “presenciamos o saque ao armazém que ali possui a firma Matarazzo. Grande multidão, em alarido e desordem, arrombara as portas do prédio, e lá penetrando, comprimia-se afoita, na conquista dos despojos quer fossem gêneros alimentícios quer fossem objetos inúteis” (SOARES, 1925, p.32). O presidente da ACSP se referia ao armazém dos Matarazzo sediado no Largo do Arouche. Mais tarde, quando já devidamente instalado em sua pomposa residência, Macedo de Soares recebe a notícia que fatos como esse haviam ocorrido no Brás, Mooca e Bom Retiro, em estabelecimentos de importantes membros da burguesia urbana, de propriedade das firmas Puglisi, Scarpa, Riechmann, Gamba e outras.

Era sabido que o governador Carlos Campos, alinhado ao governo de Arthur Bernardes, havia se debandado do palacete de onde governava. A notícia só ajudou a prosperar o estado de abandono das classes subalternas no episódio¹⁵⁹. O Prefeito Firmiano Pinto permaneceu na cidade e recebeu a designação de tentar reorganizar algum serviço de policiamento, mas a preocupação era resguardar os estabelecimentos comerciais de ações desesperadas dos mais necessitados. O presidente da ACSP promovia, a partir de sua própria residência, reuniões com destacados membros da burguesia de São Paulo, de autoridades públicas e representante dos rebeldes em prol de um acordo de sessar fogo imediato. Se pronuncia alegando que “A Associação Comercial, obrigada a defender os haveres de seus sócios, mobilizaria, para isso, sem medir compromissos, todos os seus recursos”. Mas uma menção de Macedo de Soares sobre a onda de saques chamou a atenção, “por certo, da generalizada pilhagem tão característica da irrupção bolchevista na Rússia” (SOARES, 1925, p.33).

Os industriais se arrepiavam com a difusão do ideário comunista nas fábricas. Entre eles Matarazzo e Simonsen, especialmente preocupados que o movimento rebelde transpusesse os muros das fábricas. Reiteramos que a burguesia ainda sofria com o fantasma da Revolução Russa de 1917. A possibilidade de massas operárias receberem

¹⁵⁹ Segundo o sociólogo José de Souza Martins, em artigo sobre o movimento, intitulado “1924, o silêncio”, destacou que: “O abandono da capital pelo governo do Estado deixou a cidade no desamparo. Foi preciso improvisar uma polícia, de quem se encarregou Paulo Duarte, reunindo estudantes, especialmente da Faculdade de Direito. *Mas foi preciso também improvisar governo, embora existisse um prefeito que permanecesse na função. O presidente da Associação Comercial, que naquela época reunia industriais e comerciantes, teve que assumir funções governativas, determinar ordem, comandar decisões, tentar armistício, propor negociações entre as partes, tentar evitar o caos. Seria processado depois disso*” (Folha de São Paulo, 11/7/2004, grifos nossos).

armas dos rebeldes esteve em pauta nas hostes rebeldes, possibilidade que não se concretizou dado o caráter militar exclusivo do levante.

A ACSP é convocada para a reunião chamada pelo prefeito Firmiano Pinto, que iria ocorrer no Instituto Paulista, participariam Altino Arantes, Carlos Guimarães, Alcantara Machado, Raul Ferreira (membro da ACSP), Meirelles Reis, Luiz Tavares entre outros. Na reunião o prefeito expõe aos presentes a situação em que ficara a cidade, “após a ocupação revolucionária”. Os saques à propriedade privada de estabelecimentos comerciais e bancos, de acordo com Firmiano, “iriam sem dúvida, às residências particulares”. No afã de suas preocupações pede aos presentes que se manifestassem a respeito do curso dos fatos (SOARES, 1925, p.34).

Macedo Soares colocou prontamente a entidade a serviço de uma solução. O prefeito devia ou não procurar as lideranças da Revolta? O ex-governador de São Paulo Altino Arantes (1916-1920), membro influente no PRP, defendeu que se fizesse contato com o chefe dos revolucionários, após a sua fala, os demais membros da reunião endossaram quase unanimemente a proposta de Arantes. Dois participantes levantaram objeções à decisão assumida pelos membros presentes: Raul Ferreira e Carlos Guimarães¹⁶⁰. Ferreira lembrou que todos ali haviam assinado “o único boletim pró-legalidade, condenando, em termos vivos, a revolução”. Enquanto Carlos Guimarães qualificou a ida de “imprudente” (SOARES, 1925, p.35).

O QG rebelde ficava no Quartel da Luz. Num automóvel com acomodação para apenas quatro pessoas, estavam o *chauffeur* João da Silva Pinto, o prefeito Firmiano e os representantes da ACSP, Raul Ferreira e o próprio Macedo de Soares: “fomos os primeiros civis a penetrar no Quartel Revolucionário” (SOARES, 1925, p.36). A maior liderança da Revolta¹⁶¹, o general Isidoro Dias Lopes, não se encontrava no QG rebelde,

¹⁶⁰ Carlos Augusto Pereira Guimarães 15/2/1862 – 20/2/1927, era advogado e político. Membro do PRP, foi deputado estadual entre 1898 e 1909. E Vice-Governador do estado de São Paulo na legislatura de 1912 a 1916, quando Rodrigues Alves se elegeu governador do Estado.

¹⁶¹ O general Isidoro Lopes se tornara amigo e colaborado de Macedo de Soares desde a Revolta de 1924, todavia seu engajamento na Revolução de 1930 não foi suficiente para lhe garantir a indicação como interventor em São Paulo. Conforme Renato Jardim, dirigente do PRP ligado a cargos públicos e crítico dos desdobramentos do movimento de 1930 em São Paulo, “O general Isidoro estava igualmente fora de cogitação para investidura de interventor. Era amigo de Macedo de Soares e dos mesmos democráticos”. O tenente João Alberto foi o escolhido de Vargas para governar São Paulo, Jardim não poupou críticas à chegada do interventor ao Planalto Piratininga, em tom ácido escreveu: “Para os propósitos de opressão e achincalhe a São Paulo, a escolha desse oficial para o governo do *estado líder* era mais significativa. Quase os promotores da guerra a São Paulo viria resultar adversa a aliança com o ex-oficial exilado, Miguel Costa tomando a sério em certo momento o seu papel de paulista e de defensor do torrão paulista”. Miguel Costa

assim todos foram levados à presença do major Miguel Costa e de alguns capitães do Exército. Mas a ausência do general Isidoro Lopes, “chefe supremo” dos rebeldes, frustrou os planos da comissão de representantes. Mesmo assim, eles redigem uma petição que fica sob o zelo de Miguel Costa para ser entregue a Isidoro. As autoridades solicitavam que os rebeldes levassem em conta os problemas de abastecimento da população e de segurança da cidade, e evitar “possível anarquia, já manifestada por saques”. Os visitantes deixavam o endereço para contatos à rua Major Quedinho, nº 1, esquina da rua da Consolação. Horas mais tarde, Isidoro vai à casa de Macedo de Soares, expõe os objetivos do movimento e declara “não ter dúvida em acatar a autoridade do Prefeito, em vista da natureza administrativa de suas funções” (SOARES, 1925, p.38). Mas cabia ao general uma declaração formal diante do prefeito, que se encontrava no Instituto São Paulo¹⁶², complexo hospitalar na região da avenida Paulista, que vinha servindo de local de expediente do prefeito Firmiano Pinto.

A Associação Comercial fez publicar, no dia 10 de julho de 1924, logo depois do encontro com Isidoro Lopes, “assentarmos as deliberações definitivas, ouvirmos os elementos mais representativos das diferentes classes sociais”, com vistas à normalização dos serviços públicos, fez distribuir profusamente na cidade, e publicar nos jornais, o seguinte boletim:

Tendo o comandante em chefe das forças revolucionárias respeitado à investidura, no cargo de prefeito da capital, do sr. Firmiano Pinto, a Associação Comercial de São Paulo aconselha às classes conservadoras que prestigiem e facilitem por todas os meios a ação do prefeito da cidade na normalização da vida do município, sobretudo no tocante ao abastecimento de gêneros de alimentos. José Carlos de Macedo Soares, presidente da Associação Comercial (SOARES, 1925, p. 39).

Nesta mesma tarde, quer dizer, do dia 09/7/1924, o intelectual Paulo Duarte conseguiu reunir uma comissão de estudantes, provavelmente da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, para constituir um futuro corpo de guarda municipal, “de cuja classe saíram os elementos mais dedicados e eficazes da benemérita Guarda São Paulo Municipal”. A essa altura as diligências políticas do representante da Associação Comercial São Paulo junto aos rebeldes haviam surtido efeito, mas, como Associação, o principal objetivo era “salvar as propriedades, resguardar os *stocks* dos negociantes e

fora um dos principais líderes da Revolta de 1924 em São Paulo. Com o triunfo dos tenentes em 1930, assume o comando da Força Pública em São Paulo e logo entrou em conflito com João Alberto, forçando a renúncia deste em julho de 1931 (Cf. JARDIM, 1931).

¹⁶² Complexo Hospitalar na região da Av. Paulista, que fora utilizado como uma espécie de QG das autoridades públicas a fim de tentar administrar a difícil situação da cidade.

industriais, amparar a fortuna dos particulares, todo rico patrimônio de uma das mais ricas cidades brasileiras, as caixas dos bancos e do comércio, garantir a orem material nas ruas” (SOARES, 1925, p.40).

Todo esforço tencionado por José Carlos de Macedo Soares consistia em buscar garantias dos rebeldes à propriedade privada burguesa. É evidente que tal questão esbarrava na condição de desespero da população pouco assistida, mas ambas caminhavam juntas. Quanto maior a instabilidade social pior os capítulos da luta de classes. O saque era um apelo adotado sob estado de total desespero das massas populares carentes de abastecimento. Diante do quadro aterrador, a ACSP, na figura de seu presidente Macedo Soares, conclama comerciante e industriais a um mutirão colaborativo no trabalho. Naqueles dias de anormalidade, “se levantaria a estatística dos gêneros existentes, se orçariam os gêneros necessários, se conseguiria obtê-los no interior e se fixariam preços justos” (SOARES, 1925, p.41).

Pela dimensão que a Revolta de 1924 tomou, abrangendo vários estados, no dia 4 de agosto, convencido da vitória, Isidoro Lopes se reúne novamente com membros da classe dominante paulista, convidando-os para assumirem o governo do Estado de São Paulo num triunvirato de que também deveriam fazer parte o Marechal Odílio Bacellar e o Tenente-Coronel Olympio Mesquita de Vasconcellos (SOARES, 1925, p. 142). Mas Isidoro, dirigindo-se aos seus superiores, acreditava contar ainda com a adesão do Conselheiro Antônio Prado, Júlio de Mesquita, João Sampaio, Reynaldo Porchat, dr. Vergueiro Steidel, entre outros.

Foi possível constatar que, ao buscar legitimação ao levante militar, os comandantes se moveram a fim de conciliar com setores da burguesia paulista que o próprio movimento criticava. Assim, é improvável o caráter revolucionário das lideranças dos revoltosos, em essência, parecia mais com o “mudar para ficar tudo como está”, parafraseando *Il Gattopardo*, livro do italiano Tommasi Di Lampedusa. Além do mais, todos os representantes da reunião defendiam a legalidade, ou seja, eram legalistas, e Isidoro Lopes tinha ciência do fato. No velho estilo paulista, todos agradecem a prova de confiança tão espontaneamente manifestada pelo general, porém, acrescentam: “os nossos sentimentos conservadores nos inibiam de aceitar essa investidura das mãos daqueles que se haviam apoderado, pelas armas, da cidade” (SOARES, 1925, p.43).

Em termos brandos e corteses, Macedo de Soares acrescentou que o boletim divulgado publicamente e assinado pela Associação Comercial perante os membros da

burguesia estava em perfeita harmonia “em redor do sr. Presidente Carlos de Campos, com cujo governo aliás éramos pessoalmente solidários”. E, para acabar com qualquer esperança de arrastar importantes representantes das classes dominantes de São Paulo ao projeto tenentista, concluía-se que a defesa dos interesses da burguesia estava acima da vontade rebelde e que “nossa atitude desassombrada em defesa dos interesses das classes conservadoras e da população em geral, depois da retirada do governo, criava, só por si, escrúpulos morais que nos impediam de aceitar das mãos dos revoltosos o governo de São Paulo” (SOARES, p.43-44).

Num confabulo que não carecia sinceridade, Isidoro Lopes externaliza que o objetivo final da revolta não era apoderar-se da cidade, na verdade, a tomada de São Paulo representava um evento *transitório* “e tinha por fim impedir que a rica cidade constituísse um foco de resistência à ação dos revoltosos na Capital da República” (SOARE, 1925, p.44). Aproveitando o caráter judicioso e escabreado de Isidoro Lopes, seus interlocutores, agora cientes de si, aproveitam para solicitar ao chefe dos revoltosos que não permitisse o saque dos bancos, das casas de comércio e da indústria paulistana, ou seja, que não afetassem a ordem privada burguesa. Como num jogo de cartas marcadas...o plácido general respondeu que “assumia perante nós o compromisso de não permitir o saque e que só se utilizaria, em benefício da revolta, de dinheiros pertencentes ao Governo”. Sensibilizados com a generosidade do general Isidoro Lopes, nunca seria demais pedir um favorzinho a mais ao chefe militar: “aproveitamos a maneira atenciosa com que o general ouvia a nossa exposição para pedir-lhe uma entrevista com os diretores da Associação dos Bancos” (SOARE, 1925, p.45). A reunião ficara marcada para a casa do próprio Macedo de Soares para o dia seguinte, às 11 horas da manhã. Da confortável posição dos capitalistas, parecia ser mais conveniente negociar com os rebeldes do que com o autocrático Arthur Bernardes, mas este não esquecerá desse detalhe político.

Findo o desenlace da reunião, os participantes são comunicados que havia mais de uma hora, inúmeras pessoas, no salão de visitas e no hall da entrada, aguardavam a presença dos reunidos. A visita de Isidoro Lopes causou reboição no seio da burguesia cidadina. A presença de poderosos membros do comércio e da indústria tinha um único propósito: a garantia de suas posses. Os eminentes membros da burguesia paulista foram reunidos no salão para ouvirem o fleumático Isidoro Lopes. Estavam presentes: o prefeito Firmiano Pinto, dr. Ernesto de Castro, dr. Alfredo Pujol, dr. Henrique de Souza Queiroz, Conde Matarazzo, Carlos de Paiva Meira, Cássio Muniz de Souza, Álvaro Macedo

Guimarães, dr. Aureliano Leite, entre outros. Isidoro reiterou seu compromisso com os presentes quanto a segurança e proteção ao *capital* ali representado. E no afã de sua boa-fé, permitiu “a formação de uma guarda policial¹⁶³ até de mil homens, que bem poderia constituir um núcleo de reação contra as tropas revolucionárias” (SOARES, 1925, p.47).

No dia seguinte, há uma grande movimentação das tropas legalistas em São Paulo e os bairros operários do Brás, Belenzinho e Mooca são castigados por pesados bombardeios, acompanhado de intensa fuzilaria, sob a qual estremecia de pavor as populações residentes aí. Os combates se intensificam nas ruas em tiroteios mortíferos de carabinas e metralhadoras a trabalhar sem descanso. Os civis foram os mais afetados pelo confronto, que além dos armamentos já mencionados, granadas eram lançadas, obuses de canhão que “varavam às vezes várias casas pobres, numa só enfiada, matando, ferindo, destruindo, apavorando”. Tomados pelo pânico e mortandade impiedosamente crescente, muitos grupos deixam as suas casas levando o que podiam em direção às ruas que conduzem a bairros de Perdizes, Lapa, Barra Funda, Consolação, Jardim América etc. (SOARES, 1925, p. 53).

No dia 11 de julho a Associação Comercial divulga um boletim dirigido aos moradores da capital, e no dia 12 é publicado pela imprensa diária. Intitulado “*Ao Povo*”, o boletim começava se referindo aos disparos de canhões do dia anterior, que alarmou a população da capital, provocando “o êxodo dos moradores dos bairros mais próximos aos setores em atividade, fazendo com que dezenas de milhares de pessoas abandonassem os seus lares”, cerca de um terço da população (SOARES, 1925, p.55). Por volta de 1924, a população da capital, conforme dados da Associação Comercial de São Paulo, já havia atingido 700 mil pessoas. Ou seja, já possuía um significativo adensamento urbano.

A presença de aviões nos céus da cidade intensificou o já combalido desejo de segurança. Primeiro foram aviões rebeldes que sobrevoavam áreas dominadas pelos legalistas, lançando panfletos aos soldados governistas a mudarem de lado. Contudo, a disputa pela hegemonia aérea pressionou o governo a enviar aeronaves para combater os revoltosos. A diferença é que os panfletos legalistas traziam mensagens à população para

¹⁶³ Em 10 de Julho de 1924, através do decreto municipal 1924, é criada a Guarda Municipal da Cidade de São Paulo, sob o comando e poderes necessários o dr. Henrique de Souza Queiroz, para organizá-la e dirigi-la. O dado interessante é que mais de 200 estudantes da Faculdade de Direito já tinham sido recrutados para esse serviço. Nesse mesmo dia, uma turma sob a liderança de Jayr Martins comparecia à estação da Light da Alameda Glette e saía com o primeiro bonde. Havia trincheiras levantadas no bairro dos Campos Elísios. Com a desobstrução das trincheiras erguidas em vários pontos da cidade, outro bonde saía com destino a Vila Mariana (SOARES, 1925).

que se protegessem dos bombardeios em curso, “o povo se espalha pelas ruas [...] Quando os aparelhos surgem no espaço, voando a grande altura, de todos os pontos rompe viva fuzilaria. Esses disparos, a princípio provocavam atropelos, correrias”¹⁶⁴. A cidade estava sob fogo cerrado das tropas governistas, e os bairros mais atingidos eram os bairros fabris: “a fuzilaria contra os aviões foi intensa. Mais tarde começaram a cair em diversos pontos da cidade balas de canhão, de diversos calibres. Caía a tarde quando violento incêndio irrompeu para os lados da Mooca e sobre a cidade caiu uma grande nuvem de fumaça negra” (Jornal do Commercio, 26/7/1924 apud COHEN, 2007, p.82-83).

Sangrentos combates se davam na região operária da Mooca, onde a brigada do general Tertuliano Potyguara atacava os focos de resistência rebelde. Acantonados no antigo Hipódromo do Brás, os legalistas obtiveram sua grande vitória ao desalojar os rebeldes do seu posto no emblemático Cotonifício Crespi, onde começara o poderoso movimento grevista de 1917. O ataque ao Cotonifício e o seu posterior incêndio, foi o lance final do combate na região da Mooca. Um dos mais destacados símbolos do poder industrial paulista ardia em chamas. Muitas outras fábricas na região do Brás e Belenzinho haviam sido bombardeadas. As oficinas gráficas da Companhia Duprat, na rua 25 de março, ficaram completamente destruída, assim como o armazém da São Paulo Railway, na Mooca. O mercado central também foi incendiado. O industrial Conde Matarazzo viu as instalações de seus armazéns virarem ruínas. O próprio Fórum da capital, situado na Pça. João Mendes, ardeu em chamas provocadas pelos bombardeios legalistas. O ataque indiscriminado das forças legalistas tonou-se imediatamente antipático à população.

Uma vez que o destacamento de cavalaria da Força Pública aderira ao movimento, tornava-se uma tarefa difícil identificar com quem se estava lidando. Mas, com a extensão dos combates, moradores próximos das trincheiras começaram a fazer parte do cotidiano. Lembrança registrada por uma testemunha que, décadas depois, foi entrevistada por Eclea Bosi, revela, diante de inusitado caos social, um rasgo distinto de solidariedade humana em pleno conflito: “havia uma trincheira perto da minha casa, na rua Minas Gerais, e

¹⁶⁴ O bombardeio da cidade de São Paulo foi o único acontecimento desse gênero na história da República. A determinação de Arthur Bernardes e do seu Ministério da Guerra na rendição incondicional dos militares rebeldes era inegociável. Não há dúvidas de que havia um perigo real dado a motivação do governo que, se preciso fosse, destruiria a cidade para acabar com a rebelião armada.

minha mãe mandava bolinhos e café para os revolucionários” (BOSI, 1983, p.135 apud COHEN, 2007, p.82).

Mas a ira de Artur Bernardes contra seus opositores, armados ou não, estava a caminho. O decreto nº 16.543 de 07 de agosto de 1924, manda fechar, por seis meses, a Liga Nacionalista de São Paulo (LNSP), de viés político conservador, exaltava o patriotismo civilista dos paulistas. A Liga criticara duramente os bombardeios indiscriminados contra os civis paulistas. Não fora por acaso que tenha entrado para o caderninho das maldades de Bernardes. O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, considerando que, segundo o art. 12 da lei nº 4269, de 17 de janeiro de 1921, “o Governo pode ordenar o fechamento por tempo determinado, de associações, sindicatos e sociedades civis, quando incorram em atos nocivos ao bem público”, resolve mandar fechar a Liga Nacionalista de São Paulo, pelo prazo de seis meses, a contar desta data, e proibir, durante este prazo, o respectivo funcionamento (SOARES, 1925, p.62)

O mandato presidencial de Artur Bernardes enfrentou fortes turbulências políticas, e não foi por menos que governou durante três anos e meio sob estado de sítio, concentrando amplos poderes de “ditador”. Um dos fundadores do PCB, Astrogildo Pereira, costumava se referir a ele como sendo um “poder absoluto” (CARONE, 1989, p.172). A Lei 4.269 tinha um endereço certo: os sindicatos e associações operárias. O ascenso das lutas sociais entre 1917 e 1922 escancarou o reacionarismo dos governos Epitácio Pessoa, Artur Bernardes e Washington Luís¹⁶⁵. O perigo rondava o Palácio do Catete e, para se resguardar de estorvos, emprega-se fundamentos do autoritarismo político-social sem nenhum constrangimento. Aliás, se fixava na agenda política do dia. Lembrando que, a ideologia ao assegurar aqui a inserção prática dos agentes na estrutura social, visava com isso a manutenção, a coesão desse ordenamento, o que quer dizer, antes de tudo, a exploração e a dominação de classe (POULANTIZAS, 1986, p.203).

Desde o ano de 1923 lideranças tenentistas tentaram uma aproximação com representantes da burguesia de São Paulo, como o influente Júlio de Mesquita, então

¹⁶⁵ O presidente W. Luís adotou em 1927 a “Lei Celerada” que amordaçava a liberdade de imprensa no Brasil. O carioca W. Luís também não deu trégua aos implicados nos levantes tenentistas de 1922 a 1927. O código penal brasileiro não teve sossego durante esses três últimos presidentes do último ciclo da Primeira República (1918-1930). Por sua vez, “A contestação operária e a reação governamental não podem ser analisadas, conforme Carone, sem incorporarmos ao panorama as questões que tratam da divisão interna que se processa na oligarquia, com a formação de partidos oposicionistas em São Paulo e Rio Grande do Sul (Partido Democrático, em SP, e Partido Libertador, no RG do Sul); do tenentismo, que passa da fase armada para posicionamentos ideológicos; burguesia industrial, que atravessa grave crise econômica; e, finalmente, pela crise sucessória de 1929-30” (SOARES, 1925).

diretor do prestigiado *O Estado de S. Paulo*. Embora crítico do quadro político do momento, Mesquita não aceitou se envolver com os militares rebeldes, assim como o poderoso Conselheiro Antonio Prado, que reafirmou querer distância de atos conspiratórios. Mas Artur Bernardes tinha razões de sobra para abrir, após debandada dos rebeldes paulistas, sua caixinha de maldades contra membros da burguesia paulista.

O presidente sentiu-se particularmente atingido pelo clima de camaradagem entre o general Isidoro Dias Lopes e alguns dos principais líderes da burguesia, destaque para José Carlos de Macedo Soares, representante direto da burguesia industrial, comercial e, em certa medida, bancária. O estilo bonapartista assumido por Bernardes expressa as relações contraditórias entre forças sociais da classe burguesa, constitutivamente dividida entre frações de classe, “que revelam as tendências ‘cesaristas’ imanentes no tipo capitalista de Estado, bonapartismo como opção da religião burguesa”, assinala Poulantzas (1968, p.295)¹⁶⁶.

O levante militar rebelde era contra o esquema de poder hegemônico constituído pelas frações dominantes no bloco de poder político, representadas pelo PRP e PRM. A “Revolução” atacava diretamente o sistema representado pelas frações dominantes da burguesia, vinculadas à economia agroexportadora. O movimento de 1924 indicava as sérias contradições no interior da burguesia paulista. Todas as divisões internas à classe dominante e os conflitos daí originados, em grande medida, foram abordados sob um termo generalizador que terminava por encobrir as heterogeneidades nas disputas políticas intraburguesa. Renato Peressinotto (1998, p. 41) chamou a atenção para o fato de a literatura mais voltada para a história econômica do café reproduzir esquemas anacrônicos em que, “uma concepção unitária de classe dominante do período, impede-nos de analisar os conflitos e as relações de subordinação entre diversas frações de classe”, falha que em sua visão prejudicou a compreensão dos conflitos políticos durante a Primeira República.

¹⁶⁶ No capítulo 9 da *Origem da família, da propriedade privada e do Estado*, o fiel colaborador de Marx, Frederich Engels, assinalou que, embora o Estado representasse a classe dominante, “excepcionalmente, ocorrem períodos nos quais as classes em luta se equilibram de tal modo que o poder estatal, como mediador ostensivo, adquire, por um momento, uma certa margem de independência em relação a ambas”. Aqui, na luta entre forças rebeldes e tropas regulares do exército, o presidente da República já representava certo bonapartismo, neste caso, isto é, poderes concentrados e centralização política ditatorial através do expediente do Estado de Exceção, dando evidências do seu caráter independente na condução dos negócios de Estado (BOTOMORE, 1988).

O prefeito Firmiano Pinto também entrou na lista do vingativo presidente. Nos conta Ilka Stern Cohen que, seguida a fuga do governador e outras autoridades no dia 8 de julho, “essas lideranças – jornalistas, empresários, industriais e médicos – exerceram papel fundamental na organização da cidade, de modo que indiretamente acabaram dando apoio ao movimento militar, o que lhes custaria caro mais tarde” (COHEN, 2007, p.47).

A censura imposta aos jornais da capital foi implacável, e como diz o ditado popular que “gato escaldado tem medo de água fria”. A rigor, nenhum apoiou a Rebelião de 1924: *Folha da Noite, Diário de São Paulo, O Estado de S. Paulo e Jornal do Commercio, Folha da Manhã*, entre outros, mantiveram-se neutros. Procuraram distanciamento político dos eventos na capital, mantiveram-se neutros ao não comentar manifestos, não criticavam ações governamentais. Mesmo a cidade explodindo em chamas e falta de alimentos, se limitaram a informar, na medida do possível, “sobre locais atingidos pelos bombardeios e as providências tomadas pelos órgãos de emergência: a Cruz Vermelha, os hospitais, a Associação Comercial, a Igreja” (COHEN, 2007, p.48).

Macedo Soares, figura de proa como porta-voz dos interesses de classe de amplos setores da burguesia paulista, foi empresário bem-sucedido, e esteve à frente da direção da Associação Comercial de São Paulo num período muito conturbado. Mas, com a expulsão dos revoltosos e a retomada da normalidade na capital, Macedo Soares, preso em dia 4 de agosto, é conduzido ao Rio de Janeiro para responder a um inquérito aberto contra sua pessoa. Uma das passagens da peça acusatória redigida pela Procuradoria da República, alegava o seguinte:

Os estudos dos inquéritos evidenciam que esse cidadão foi um dos fortes sustentáculos da campanha subversiva levada a efeito nesta capital. Declarada a rebelião, o único telefone de particular que podia em São Paulo falar com qualquer telefone era do sr. José Carlos de Macedo Soares...O seu automóvel tinha livre trânsito para todo e qualquer ponto da cidade e a gasolina que consumia era financiada pelos rebeldes, que sempre despachavam seus pedidos com a nota urgente...O seu prestígio junto aos chefes rebeldes era de tal monta que a liberação dos mais graduados prisioneiros dependia apenas de seu patrocínio...Desse conjunto de fatos, que reputa gravíssimos, conclui a denúncia que o dr. José Carlos de Macedo Soares estava incurso na penalidade do art. 107 do Código Penal. O nobre Procurador Criminal da República, em comissão neste Estado, sr. Carlos Costa, entendeu e sustenta que o acusado, à vista do que expos na denúncia, tentou diretamente por fatos mudar por meios violentos a constituição política da República ou a forma de governo estabelecida (SOARES, 1925, p.321-323).

O presidente da Associação Comercial de São Paulo permaneceu encarcerado no Rio de Janeiro por dois meses. Mas os aromas da “Cidade da Luzes” o chamavam. Em

setembro de 1924 exilou-se em Paris, e lá ficou por três anos¹⁶⁷, foi quando escreveu o livro *Justiça* (1925), em que se defende das acusações de Bernardes, além reunir material produzido pela ACSP durante o levante militar. No dia 28 de julho, Isidoro Lopes e seus comandados conseguiram deixar a Capital paulista de trem, tomando o rumo do interior. No rastro do fracassado da Revolta de 1924 ficou um saldo de mais de 700 mortos.

A coluna, sob o comando de Miguel Costa tomou a direção do oeste de São Paulo, e se juntou, logo em seguida, com a coluna gaúcha comandada pelo capitão Luís Carlos Prestes, formando, na cidade de Foz do Iguaçu (PR), a lendária Coluna Prestes-Miguel Costa. Este ficou no comando, tendo Prestes como chefe do Estado Maior. Por divergências quanto as estratégias a serem tomadas dali para a frente, cada qual seguiu seu caminho. A Coluna Prestes percorreu cerca de 24.000 mil quilômetros Brasil adentro. Artur Bernardes para derrotar os revolucionários, empregou todos os recursos de que dispunha: o Exército, Forças Públicas Estaduais, Lampião, que recebeu o título de capitão do Exército Brasileiro, o padre Aristides na Paraíba, padre Cícero no Ceará e o coronel Horácio de Matos na Bahia, jagunços em Goiás e o caudilho Franklin de Albuquerque em Pernambuco (CARONE, 1975, p.58).

As consequências do movimento foram desastrosas para o setor industrial da capital. São Paulo estava arruinada. Mais de 300 trincheiras haviam sido abertas nas ruas da cidade, mediante descalçamento e amontoados de objetos. Por terem ocorrido bombardeios em bairros fabris, muitas fábricas sofreram com incêndios provocados pelas bombas. Nos bairros pobres casas haviam sido destruídas, famílias estavam dispersas e separadas. O deslocamento das tropas rebeldes evitou o mau maior, a destruição da cidade de São Paulo: o objetivo das forças leais ao governo federal era ir às últimas consequências, de acordo com a manifestação do Ministério da Guerra uma semana depois do início da revolta:

A destruição da cidade, se preciso, para desalojar e derrotar os rebeldes. A riqueza de São Paulo e o povo laborioso se encarregariam de reconstruí-la foi o argumento. Em poucos dias a repressão injusta se abateria sobre a cidade. Seus moradores foram considerados suspeitos de colaboração com o inimigo. Afinal, inimigo de quem? De operários ao presidente da Associação Comercial

¹⁶⁷ De nada adiantaram as dezenas de apelos, moções de industriais a exemplo de Matarazzo, em apoio a Macedo Soares: “apesar dos esforços dos companheiros da diretoria e moções de apoio chegadas de todos os cantos do Brasil, o presidente Bernardes se mantinha intransigente na decisão de punir. Implacável, o político mineiro parecia nem ouvir que a fuga das autoridades estaduais, nos dias de ocupação militar de São Paulo, impôs aos industriais e comerciantes da cidade o dever de desempenhar um papel político” (ACSP,1924, p.48). grifos nossos

de São Paulo, um sem-número de pessoas foi submetido ao inquérito policial militar (JOSÉ de SOUZA MARTINS: Folha de São Paulo, 11/7/ 2004).

A Revolta de 1924 afetou diretamente a produção industrial paulista, que só viria se recuperar em 1926, e gerou perdas nos valores da produção, somadas a crise na demanda de energia elétrica. Além desses fatores, como já mencionamos aqui, a política cambial de Bernardes reduziu taxas alfandegárias de importação num quadro deflacionários e carente de crédito, elevando ainda mais a frustração do empresariado industrial. O aspecto positivo ficou para as facilidades de importação de equipamentos e máquinas numa perspectiva de renovação da tecnologia fabril de produção. Todavia, pode revelar as fragilidades da burguesia de não conseguir sustentar mais uma hegemonia de poder ignorando os demais setores da sociedade. Na unidade contraditória dos capitais particulares e das frações de classes por eles formadas, a fração industrial avançou na política de organização, defendendo ideologicamente “o progresso industrial” como expressão de classe. Para isso, a liberdade nas relações entre capital e trabalho se converteu no elemento de maior importância na consecução do projeto de fortalecer a presença da fração industrial no debate por uma legislação social.

A atividade industrial foi pouco estudada como exercício de uma fração de classe dominante que, pouco a pouco, mas já dentro da Primeira República, tornava-se consciente de seus interesses¹⁶⁸. Como vimos mais acima, engaja-se na luta política e propõe medidas específicas, procura interferir nas relações políticas e elaborar uma ideologia própria. Enfim, como bem expressou Peressinotto (1998, p.42) “não se estuda a burguesia industrial como fração de classe dominante que, apesar dos seus inegáveis vínculos estruturais com a economia agroexportadora, não se reduz a ela”.

No “fazer-se” da fração industrial paulista ao logo dos anos 1920, formou-se uma eficiente rede associativa de sindicatos patronais que foram decisivas na trajetória de afirmação como fração de classe dos industriais. Para W. Dean (1977, p.75), por exemplo, “poder-se-ia dizer, porventura, que eles chegavam a constituir uma burguesia industrial consciente de si mesma?”. A pergunta procede porque como viemos mostrando, a construção de uma coesão e da autopercepção do empresariado industrial lhes conferiram predisposição para ter maior presença na cena política. Sobretudo com a fundação do CIESP em 1928, que é decisiva para a elevação organizativa da fração industrial.

¹⁶⁸ A exagerada visão de “debilidade” da fração industrial da burguesia de São Paulo pode ser encontrada nos trabalhos de Silva (1976), Fausto (1972;1977) e Cardoso de Mello (1986).

4. LUTA DE CLASSES E CONTROLE DE FORÇA DE TRABALHO

O acirramento das lutas sociais a partir da greve geral de 1917 impôs uma nova dinâmica nas relações entre capital e trabalho. A disparada do custo de vida em São Paulo no pós-guerra afetou diretamente as classes subalternas, submetendo-as a uma condição de vida penosa. Os movimentos grevistas e manifestações populares contra a carestia ocuparam a cena social nesse período. A luta por melhores salários, redução dos preços dos aluguéis e maiores opções de consumo de mantimentos de primeira necessidade figuravam como reivindicações apresentadas nas pautas de lutas. A produção industrial paulista havia crescido com o processo da substituição de importações, ampliando os negócios da fração industrial da burguesia. Esse quadro gerou instabilidade social e elevação da temperatura da luta de classes, reflexo da força mobilizadora do movimento operário contra o patronato industrial. Assim, entre 1917 e 1921, aconteceram dezenas de movimentos grevistas, conjuntura que levou o patronato das indústrias buscar uma nova posição organizativa e de controle da força de trabalho operária. Nesta seção, o nosso objetivo é tratar desse processo apoiado nas ações do Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo (CIFT-SP), sinalizando o empenho de Otavio Pupo Nogueira na condução política do Centro.

O corolário das grandes mobilizações operárias na Primeira República se deu entre 1917 e 1921, e contou com a direção da corrente sindical identificada com os métodos de organização e de luta defendidos pelo anarcossindicalismo¹⁶⁹, corrente muito atuante nas demandas sociais reivindicadas pelo jovem operariado fabril de São Paulo. A exemplo de 1917, marco histórico das primeiras greves gerais do país¹⁷⁰ e do relativo reconhecimento por parte do Estado da questão social, ignorada e celebrenemente definida pelos governos oligárquicos como “caso de polícia”, a luta pelo reconhecimento dos

¹⁶⁹ A corrente sindical anarcossindicalistas foi a força política mais influente no movimento operário em São Paulo. Seus representantes constituíram a base da liderança militante, sendo os editores da maioria dos jornais operários e coordenavam as atividades e a organização dos sindicatos. Em linhas gerais, defendiam que a terra pertencia a todos; a socialização da propriedade sem o Estado; que as leis no capitalismo legitimavam a impunidade dos poderosos; e que toda forma de governo sequestra as liberdades humanas. E concluíam que a eliminação do Estado e da propriedade privada tornaria o homem livre da carência e da dominação (cf. MARAM, 1979).

¹⁷⁰ O tipógrafo Everardo Dias, testemunho desta época, escreveu: “Essa greve de 1917, em São Paulo, tinha sido a demonstração evidente da força de coesão do proletariado”. Para ele, foi um ensaio ao que estava por vir, em “novas investidas contra a fortaleza plutocrática”. Era como ele denominava a força de dominação da oligarquia paulista (DIAS, 1977).

sindicatos operários era uma velha aspiração do proletariado urbano de São Paulo. Desde as greves do início do século XX, a luta pelo reconhecimento sindical figurou como uma das reivindicações mais relevantes desse período, sendo defendida na greve dos sapateiros do Rio de Janeiro de 1906 e na onda grevista de 1907 em São Paulo. Nesses movimentos, os trabalhadores defendiam um dos princípios mais elementares das relações modernas de trabalho, o direito de organização e reconhecimento de seus órgãos de classe, sobretudo para melhor orientar os acordos firmados com os patrões das indústrias e como instrumento de mobilização. No que diz respeito às liberdades sindicais e democráticas, já presentes em países cujo processo de revolução burguesa já havia se dado, cumpre destacar que essas liberdades vieram sob a forma de conquista, alcançada pelo movimento operário, e quase nunca decorreram de ações políticas da burguesia.

O processo industrial já se tornara um fato e as lutas geradas pela dinâmica da exploração da força de trabalho já haviam se tornado uma realidade desde o último decênio do século XIX, quando surgiram inúmeras empresas no Brasil. Dos 145 estabelecimentos mencionados no trabalho do jornalista Antonio Francisco Bandeira Jr., em 1901, destacam-se as pequenas firmas de bens de consumo popular¹⁷¹. Apenas no ramo têxtil havia uma indústria no sentido estrito do termo, sendo que o restante dos ramos apresentados, como móveis, vestuário e indústria da alimentação, predominavam pequenas e médias manufaturas, que empregavam um número limitado de empregados. O trabalho de Bandeira Jr. (1901) situava-se como uma peça de propaganda do empreendedorismo industrial da “gente paulista”, tipo de exaltação muito difundida na época e reelaborada com certa frequência por setores da historiografia oficial, de que São Paulo representava uma “locomotiva” que arrastava os demais vagões da federação rumo ao progresso e modernização¹⁷². O jornalista, entusiasta do industrialismo precoce de São Paulo e das virtudes geradas pelas manufaturas, alegava que “a história da iniciativa desse colosso, que ao amanhecer, com o grito das possantes máquinas despertam o operário e chamam-no às oficinas, ficará registrada nestas páginas, para que os vindouros, conheçam e admirem a força da energia e do progresso” (BANDEIRA JÚNIOR, 1901, p.13).

¹⁷¹ Foi só em 1909 que houve o primeiro levantamento estatístico relativamente completo sobre a atividade industrial no Brasil, iniciativa do Centro Industrial do Brasil – CIB.

¹⁷² A mistificação de São Paulo como uma locomotiva arrastando os estados “atrasados” da Federação foi largamente difundida ideologicamente em todo período republicano por autores como Alfredo Ellis, Miriam Ellis, Vivaldo Coaracy e Joseph Love.

A indústria não representava somente o *locus* das relações de produção, mas também o instrumento de contenção dos problemas sociais, na medida em que a moral funcionaria como antídoto de regeneração do povo – tarefa que começaria na infância, pois tem esses *menores* “a vantagem de adquirir hábitos de trabalho, aprendendo ofícios que lhes garante o futuro”, reduzindo sobremaneira “a falange dos menores vagabundos que infestam essa cidade”. A felicidade era ofertada pelo empresariado industrial, setor capaz e agente do progresso e ordem social: “o grande industrial é o agente que mais eficazmente concorre para a tranquilidade social, para o bem-estar dos povos e para riqueza pública”. Disputar a infância, pela importância que tinha nas linhas de produção fabris, contra a sedução das ruas e perigos mundanos, encontrou um forte concorrente: os industriais paulistas. Mas, ao estarem fora do mecanismo de exploração fabril, “as crianças ficarão, pois, ao abandono, entregues a si mesmas, nas ruas, à disposição de todas as seduções e de todos os vícios, indo engrossar ainda mais [...] o número de delinquentes em tenra idade”, era o que pensava o líder dos industriais, Jorge Street (PINHEIRO, HALL, 1981, p.180).

A apologia do progresso industrial descrita por Bandeira Jr. e das virtudes por ele trazidas se convertera em ideologia para uma gama de empreendedores industriais de origem imigrante: Francisco Matarazzo, o português Pereira Inácio, os Crespi, os Siciliano, os irmãos Weizsflog, os Bardella, os Scarpa, os Guinle e muitos outros com visão capitalista do negócio perceberam na industrialização um campo promissor para reprodução de investimentos iniciais de recursos trazidos de fora ou de empréstimos contraídos em casas bancárias locais e estrangeira (Cf. SAES, 1998, p. 204). Já que os fazendeiros tradicionais, voltados para a cafeicultura, não ocupavam o espaço aberto pelo crescente mercado de consumo urbano¹⁷³, para os novos empreendedores imigrantes, a pauta de importações sinalizava grandes oportunidades de ganhos (COUTO, 2004, p.244).

Contudo, apesar das pressões e disposição de lutar por melhores condições salariais e de direitos, em princípio reconhecidas pelos patrões nas duas greves gerais de 1919, o reconhecimento dos sindicatos operários continuava a ser rejeitado pela maioria

¹⁷³ O debate acerca do papel dos investimentos diretos na indústria da parte dos fazendeiros paulistas, aponta para uma pequena parcela que transferiu capitais para a atividade industrial. Não tivemos muitos exemplos, mas vale lembrar dois cafeicultores que fizeram esse caminho: Rodovalho e Antonio Prado (cf. CANO, 1998; FISHLOW, 1977).

dos industriais paulistas¹⁷⁴. Temiam eles que o seu reconhecimento traria prejuízos à liberdade de trabalho, tanto patronal como operária. Os industriais defendiam que a medida tornaria possível uma incessante e indevida intromissão dos dirigentes operários no interior das fábricas, o que causaria a desorganização do ritmo de trabalho e violaria a autoridade soberana do patrão. Como consequência direta, os empregados não responderiam aos seus patrões, mas sim às suas entidades de classe. Além do mais, temiam perder, com o reconhecimento dos sindicatos operários, “a liberdade de dispor do seu trabalho de modo individual, como bem lhe provesse” (LEME, 1978, p.105)¹⁷⁵.

Como Marx já havia constatado, a marcha do desenvolvimento da produção e acumulação capitalista “condiciona processos de trabalho cada vez maior e, com isso, dimensões cada vez maiores, correspondentemente a adiantamentos cada vez maiores de capital para cada estabelecimento industrial” (MARX, 1988, p.147-148). Ter a segurança sobre o processo produtivo capitalista passava francamente pelo controle das ações operárias direta ou indiretamente, isto é, a polícia e o tribunal. Se o Estado assegurasse intervenção pronta e enérgica às greves e garantisse a ordem pública, a produção e as taxas de lucro estariam garantidas, uma vez que dentro das fábricas mandavam eles, patrões.

O brasilianista Sheldon Leslie Maram, no seu original estudo sobre o anarquismo e o movimento operário brasileiro, além de destacar as principais razões que forçaram os

¹⁷⁴ O patronato de São Paulo reproduzia o mesmo *modus operandi* adotado pela burguesia industrial na Europa: impedir a organização de órgãos operários de defesa. Na Itália, em 1906, sob forte mobilização grevista em Turin, Gramsci, então com 25 anos de idade, relata que “a organização operária ainda se encontra no período crítico de crescimento: não é reconhecida pelos patrões. “Os patrões, escreve, tentam matá-la no berço, não a levando em conta. Querem conservar intacto o patrimônio de seus privilégios”. O paralelo com o operariado paulista, composto por muitos italianos, não é uma mera coincidência. Em essência, a luta de classes definiu os parâmetros de organização tanto do operariado quanto da consciência organizativa patronal, ponto crucial para formulação de nossa tese que se baseia na importância do confronto de capital e trabalho no processo associativo empresarial (Cf. GRAMSCI, 2021).

¹⁷⁵ O industrial Jorge Street foi um dos raros empresários a assumir uma postura diferente da maioria de sua classe. Apoiava a organização dos sindicatos operários para uma interlocução que visasse acordos mais efetivos e contratos coletivos mais duradouros ao invés de contratos individuais. A ideologia de convívio harmonioso do capital e do trabalho é evocada, mais uma vez, por Street, em razão das contradições ocasionadas pela “evolução econômica e social” que se desenvolvia pelo mundo. As transformações sociais provocadas pela Revolução Russa e seu alcance mundial causavam apreensão nos membros dirigentes da burguesia industrial. Chamou a atenção para que seus pares enxergassem o operariado como uma realidade social concreta, e defender sua organização e direitos podia abreviar conflitos de classe, argumentou que: “Longe de nos opormos a essa marcha, devemos colaborar e facilitar o seu progresso”. Sua visão das relações trabalhistas considerava, já em 1919, a possibilidade do Estado como mediador dos conflitos do capital e trabalho, institucionalizando o arbítrio como solução dos conflitos: “A própria legislação deve intervir para regular os direitos e deveres dessas associações, assim como os das nossas, instituindo tribunais de arbitragem para dispor de questões que não puderam ser resolvidas por conciliação direta” (JORNAL DO COMMERCIO, 07/06/1919).

operários deflagarem vários movimentos grevistas, percebeu, como poucos, as razões que empurravam tantos operários à paralização do trabalho, impactando, inclusive, sobre outros grupos sociais subalternos numa época marcada por forte exclusão social, ... “*a fome já invadiu os lares dos trabalhadores*”, noticiava o jornal Correio da Manhã de 21/8/1918. Maram enfatiza que, em 1917, “liderados pelos trabalhadores têxteis, os operários de São Paulo paralisaram o centro industrial do Brasil” num movimento que colocou em evidência os trabalhadores e suas demandas sociais e econômicas. Os movimentos grevistas de 1917 e 1919 transpuseram as fronteiras do Estado de São Paulo para diversas regiões do país, como Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul e Pernambuco. No Rio de Janeiro, estimulou a formação de novos sindicatos, como o dos operários têxteis, em 1919 (MARAM, 1979, p.59).

Apesar das manifestações operárias que iam além do nível reivindicatório por melhores condições de trabalho, havia mobilizações grevistas que eram decretadas em nome da solidariedade de classe¹⁷⁶. Essa característica da atuação do operariado paulista nos leva a crer na ocorrência de um avanço significativo na consciência de classe de setores importantes do operariado fabril, reforçando a base de coesão e progresso associativo da própria burguesia industrial de São Paulo às experiências históricas de um influente e majoritário proletariado imigrante. Esse argumento constitui um dos nossos principais elementos de análise para demonstrar que o mecanismo de controle das relações de trabalho, por parte da burguesia industrial, visava o combate sistemático das formas de organização operária em defesa da manutenção de suas taxas de lucro sob intensa exploração da força de trabalho nas manufaturas paulistas.

As greves eram constantes, pois a conjuntura de carestia assolava a vida do jovem proletariado urbano, nesse sentido, não se tratava somente defender aumentos de salários, mas da própria condição da vida. O grau de radicalização dos movimentos grevistas acelerou a experiência de classe da burguesia industrial de São Paulo, “era, pois, um período pré-insurrecional”, definiu Everardo Dias (1977, p. 305). Para ele, a nova tentativa de insurreição viria na esteira de uma greve geral que paralisaria diversos estados – e que deveria irromper simultaneamente no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas, Paraná,

¹⁷⁶ Embora tenha discordância da visão de Hans Füchtner, quando afirma que as associações operárias eram, “sob o ponto de vista organizacional, muito fracas”. É preciso lembrar que a repressão sobre elas foi implacável, denotando um certo ‘heroísmo de classe’ mantê-las funcionando. No entanto, mesmo com a repressão patronal e estatal, o autor acerta ao ressaltar que: “a solidariedade dentro delas era fundamentada nos interesses comuns, nas localidades residenciais comuns, ou quando se tratava de pessoas da mesma origem étnica” (FÜCHTNER, 1980).

Pernambuco e no Rio Grande do Sul, em 1919 (DIAS, 1977, p. 305-306). Essa concepção, no entanto, refletia uma concepção de luta do setor anarquista que atuava no movimento operário de São Paulo. Depositava-se confiança, para fins insurrecionais, em toda mobilização no processo de greve geral. Assim, a partir do ato de ação direta, os operários apoiados em suas organizações sindicais de cunho revolucionário, se transformavam numa arma poderosa nas mãos do proletariado: “ela é ou pode ser um modo e a ocasião de desencadear uma revolução social radical”, entretanto, não foi o que aconteceu nas greves gerais de 1919 (MALATESTA, 1922, apud DIAS, 1977, p. 306).

Contudo, a greve provocara brutal repressão por parte do Estado, com a pronta intervenção policial e seus agentes infiltrados. Apesar disso, na sua segunda onda da greve geral, em outubro de 1919, os trabalhadores da Light & Power,¹⁷⁷ protestando contra os atos praticados pela diretoria da empresa e reivindicando aumento salarial, aderiram ao movimento. Apesar da ação policial que tentou impedir que os operários da secção de força aderissem à greve, todos os bondes pararam. Dois dias depois, solidários com os empregados da Light, os operários metalúrgicos, tecelões, sapateiros, marceneiros e trabalhadores da construção civil aderiram à greve. Nesta ocasião, a violência se estendeu aos bairros operários da Mooca, Brás, Bom Retiro e do Pari com prisões em massa. O movimento alastrou-se para os municípios operários de São Bernardo¹⁷⁸, Santo André, São Caetano e Campinas. No dia 23 de outubro, os trabalhadores da City Improvements,¹⁷⁹ da Docas, da construção civil, transportes e ensacadores de café

¹⁷⁷ No mês de outubro os operários da Light e da Companhia de Gás entraram em greve. A greve da Light, dada a importância do transporte público, “era um assunto que andava de boca em boca”. A direção da empresa acusava desconhecer os reais motivos da paralisação, pois segundo ela “os operários não chegaram a fazer-lhe qualquer reclamação”. Mas a razão foi declarada a imprensa: “acabavam de declarar-se em greve, em sinal de protesto contra a prisão dos redatores d’ A Plebe”. Ao tomarem conhecimento do que se passou, a Light e a polícia adotaram medidas para impedir a ampliação da greve. Várias estações passaram a ser vigiadas pelas forças de infantaria e cavalaria da Força Pública, também adotando outras medidas para garantir a ordem e a liberdade de quem quisesse trabalhar (O Estado de S.Paulo, 24/10/1919). Em solidariedade aos trabalhadores da Light and Power operários da O movimento grevista foi se ampliando para unidades do grupo Matarazzo, Lanificio Kovarick e para as cidades de Jundiaí e Santos. A solidariedade aos grevistas da Light partia do fato de haver forte intransigência da patronal do grupo de capitais canadense-estadunidense (cf. SILVEIRA, 2016).

¹⁷⁸ Em São Caetano a repressão policial ao movimento empregava todo tipo de violência para forçar os trabalhadores voltarem ao serviço. São presos os membros da comissão de greve e conduzidos a São Paulo, “depois de esbofeteados e insultados no posto policial. O delegado diz aos policiais que conduziam os presos: ‘se eles tentarem fugir, atirem, pois, matar um grevista não é crime! São inimigos da ordem” (DIAS, 1977).

¹⁷⁹ A Companhia City, de capital inglês, foi uma empresa fundada em 1912 com o nome de City of São Paulo Improvements and Freehold Land Company LTD, participou ativamente do processo urbanístico da cidade de São Paulo, construindo bairros planejados, a exemplo do bairro de Cidade Jardim e do Pacaembu. Ambos loteados e, após as melhorias urbanísticas, negociados a seguimentos sociais mais abastados, são

deixaram de trabalhar na cidade de Santos. O movimento ganhara contornos de sublevação social, levando o Estado a convocar os fuzileiros navais, que desembarcam em Santos e logo tomam posição ao longo do cais de Santos, acantonados nos armazéns gerais¹⁸⁰.

Como podemos observar, nos confrontos envolvendo o patronato industrial e trabalhadores fabris, seja por demissão injusta de um ou mais operários, prisões arbitrárias ou devido à solidariedade com outros trabalhadores em greve, o dispositivo de segurança do Estado sempre era empregado em nome da ordem. Ocorreu o movimento grevista da Cia. de Indústrias Têxteis e os da Fábrica de Nacional de Tecidos de Juta, ambas na primeira quinzena de junho de 1919. No mês seguinte, em virtude da demissão de um operário, os trabalhadores da Cia. Mecânica e importadora entraram em greve. Os eventos descritos simbolizam uma das armas políticas das lutas operárias em São Paulo, a solidariedade operária: “Declararam-se em greve os operários das fábricas da Barra Funda, pertencentes à Companhia de Indústrias Têxtis, porque o respectivo gerente demitiu do serviço dois trabalhadores”. A direção da empresa responde evocando a ordem e o mando patronal: “Tais medidas foram tomadas única e exclusivamente para boa ordem e disciplina da fábrica e não porque – como agora querem fazer crer os dispensados – os três operários sejam diretores dos movimentos grevistas”. A empresa acusava João Carraza de ter deixado quebrar uma peça da máquina em que operava, mas Antonio Vignatti fora dispensado por ter “desautorizado o chefe da fiação”. O terceiro operário citado, teve sua demissão consumada por apoiar os demitidos (O Estado de S. Paulo, 23/8/1919).

Para preservar a ordem privada nas fábricas, não era poupado nenhum esforço da parte dos patrões e seus órgãos de representação de classe procuravam aperfeiçoar os métodos de controle sempre que as pressões dos conflitos assim exigissem. Além das medidas repressivas e punitivas adotadas pelo poder público, outra forma de enfrentar as ameaças da organização do operariado fabril foi a identificação individual dos operários, sob o pretexto de coibir os furtos no interior das fábricas. O dispositivo jurídico se apoiava

considerados bairros nobres de São Paulo. Também atou na região da Av. Paulista com o mesmo propósito de especulação imobiliária (cf. SEVECENKO, 1992; SILVEIRA, 2016).

¹⁸⁰ Navios de guerra foram mandados para o litoral de São Paulo a pedido do governo do Estado, temendo a ocupação pelos grevistas do Porto de Santos. A autorização, conforme jornais da época, fora concedida pelo Ministro da Guerra.

na informação policial, que já era suficiente para denunciar dirigentes operários como “elementos perigosos à tranquilidade pública” e sua conseqüente expulsão do país.

Ora, vencer seus oponentes nos conflitos grevistas transformava as entidades associativas patronais em genuínos organismos de luta sindical e política de classe. É preciso enfatizar que a luta de classes ao longo da década de 1920 reunia componentes econômicos, sindicais e políticos. Não se pode reduzi-las ao termo de “lutas econômicas” de capital e trabalho¹⁸¹. No exame das circulares emitidas pelo CIFT-SP é visível procedimentos autoritários de caráter antioperário pelos representantes do poderoso setor têxtil de São Paulo

4.1. O CIFT-SP e o controle operário: o comando autoritário de Pupo Nogueira

A criação do CIFT-SP foi consumada sob uma intensa mobilização operária em São Paulo, sob o signo de combate à classe operária, e tendo como principal atribuição garantir os meios através dos quais a unidade de classe avançasse no interior da fração industrial da burguesia, isso sob o comando do grande capital têxtil. Apesar de superar o Distrito Federal na produção industrial já em 1920, os industriais paulistas se encontravam em inferioridade aos seus pares cariocas em termos de organização associativa. A organização dos industriais paulistas numa entidade regional de todos os setores fabris existentes em São Paulo será muito mais tardia do que o Centro Industrial do Brasil, que surge em 1904. Assim, o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) só vai ser fundado em 1928, como veremos no próximo capítulo.

A Associação dos Industriais das Fábricas de Tecido se formou em outubro de 1919 e dela faziam parte as principais empresas do ramo têxtil. Se constituiu, por excelência, no principal porta-voz das grandes empresas. Por volta de 1925, o número de empresas era cerca de 30, empregando um contingente de quase 30.000 operários. Aqui, o número é de empresas e não de estabelecimentos. Desse modo, somente o setor têxtil que empregava fibras de algodão ocupava aproximadamente 38.000 operários (CIFT, 26/1/1925). O CIFT-SP, organizado para a defesa dos interesses imediatos dos

¹⁸¹ Já em 1919, ano de duas greves gerais, na esfera pública, a polícia estadual deu início de forma mais sistemática às questões de ordem pública típicos do meio urbano. É criado o Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS) em 1924, aliás, ano emblemático na história de São Paulo. Combatendo os indesejáveis operários: “No Estado de São Paulo, O DEOPS foi instituído em 1924, mostrando-se fiel defensor dos interesses das elites dirigentes e consolidando uma aliança com s empresários, objetivando controlar o espaço do trabalho (SANTOS, 2008, p.76; cf. FAUSTO, 1977; LOPREATO, 2000; FRENCH, 1995).

empresários industriais do ramo têxtil logo depois das greves gerais de 1917 em 1919, notabilizou-se na função de repressão e controle do operariado fabril. Em grande medida, o sucesso obtido pelas ações coletivas do CIFT coube ao seu gerente e, mais tarde, secretário-geral, Otávio Pupo Nogueira. Idealizador de uma série de políticas orquestradas para deter o avanço organizativo do operariado, como por exemplo, “a lista dos indesejáveis” e da “identificação operária”, através de seus contatos com a polícia conseguiu estender essas medidas para todas as fábricas filiadas ao CIFT, da capital e do interior. Com informações mais detalhadas de cada trabalhador, os industriais passaram a excluir de suas fábricas trabalhadores ativos no movimento operário, quer dizer, a militância que formava a espinha dorsal da resistência ao patronato industrial.

Os resultados das ações do CIFT no campo da luta de classes tiveram resultados eficazes, dado que, após a greve de 1920 – liderada pela União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT), fundada em 1919 –, tendo em vista as medidas repressivas adotadas pelo CIFT no acordo com a polícia, os operários têxteis não conseguiram reerguer a sua entidade. O tratamento despendido à questão operária se estruturou, como viemos analisando, fundamentalmente na articulação de formas de controle e de repressão sobre qualquer tipo de resistência da força de trabalho nas fábricas e nos movimentos grevistas. Foi nesse campo de ação que o empresariado mais importante de São Paulo, através de sua associação de classe teve maior êxito desde sua criação. Além de reunir maiores esforços para realizar uma eficiente depuração dos “maus elementos” de cada empresa.

Pupo Nogueira, cérebro organizativo do CIFT, declarou que “desde o início da nossa gerência, um aspecto da vida industrial entre nós tem sido objeto das nossas contínuas cogitações: é o eterno problema operário, são diversos aspectos da luta entre CAPITAL E TRABALHO, é, a situação dos nossos sócios” (CIFT, 25/7/1921). As preocupações de Pupo Nogueira com o problema operário, em particular com a situação dos sócios do CIFT na resolução desse problema originavam do fato do industrial, ou do capital, ser parte dessa luta como o grupo mais vulnerável. A eficácia do trabalho dentro das fábricas, segundo ele, passou a barrar toda a “ralé da pior espécie rejeitada pelo industrial europeu”. Assim, concluiu que, “na arena onde se desenrolam as diferentes peripécias da pugna sem trégua, o operário combate um adversário mal armado e, por isso mesmo, eminentemente vulnerável” (CIFT, 25/7/1921).

Numa assembleia geral extraordinária, realizada pelo Centro, voltando à questão da identificação científica do operariado exemplificando com os novos moldes de organização do trabalho, o empresário Augusto de Toledo propôs que se fizesse

um apelo aos operários das fábricas, de reconhecida boa vontade, para que eles, voluntariamente, se submetessem à identificação, feita sob os auspícios do Centro. Mais tarde os outros operários seguiriam, por certo, o exemplo dos seus colegas e a identificação se faria sem perigos e oposições (CIFT, 14/8/1921).

Como podemos notar no discurso do empresário, a violência da exploração de classe não se dava sem a pronta resposta e indignação do operariado paulista. A solução defendida por Toledo, neste caso, reintroduz o velho método de “dividir para reinar”. Ao ampliar sua experiência, ação patronal organizada tinha, sob muitos aspectos, nítido caráter preventivo como reação às pressões e à experiência acumulada no embate da luta de classes (HARDMAN; LEONARDI, 1982, p.163-164).

No início dos anos 1920, estruturou-se uma forma de repressão organizada a partir das próprias associações das classes empresariais. Contudo, o elemento mais significativo desse novo momento foi o caráter interestadual das ações associativas, que se ampliou em direção ao segundo centro industrial mais importante do país, através do eficiente intercambio de “listas dos indesejáveis” entre o CIFT-SP e seu congênere carioca, o Centro Industrial de Tecelagem de Algodão (CIFTA), igualmente, como já vimos aqui, fundado em 1919, como dissidência do Centro Industrial do Brasil (CIB), formado em 1904.

O intercâmbio entre os dois Centros industriais fez suas vítimas, o CIFTA registrou uma porção de operários demitidos por conta de suas posições políticas:

18 operários afastados da Cia. Fiação de Tecidos Aliança, em dezembro de 1919, “por motivos de propaganda subversiva”, constando sempre nome completo e sessão de trabalho; 34 operários dispensados da Cia. De Tecidos de Linho de Sapopemba, Em janeiro de 1923, “por motivo de greve ali realizada” e “como perturbadores da boa ordem da fábrica”, incluindo-se o nome do conhecido dirigente Octavio Brandão (na época, operário tecelão); 16 operários grevistas da Cia. Fiação de Tecidos Corcovado, demitidos em fevereiro de 24; 3 operários grevistas da Cia. Fiação de Tecidos Macaense, Demitido em fevereiro de 1924; 16 operários da Cia Nova Fábrica de Fiação e Tecidos Santo Aleixo, também grevistas afastados; 4 operários grevistas despedidos da Cia América Fabril (3 eram portugueses, de acordo com a nacionalidade especificada); 3 operários despedidos por “princípio de greve”, da Cia. Fiação de Tecidos Cometa, Em abril de 1924 (CIFT-SP., 01/7/1924 apud HARDMAN, 1982, p.165).

O recurso da dispensa de trabalhadores vinculados às lutas compunha o repertório de controle da força de trabalho fabril, junto com medidas violentas de prisões e expulsões. A medida governamental de expulsar os “indesejáveis” comprovou-se particularmente eficaz, pois através delas o movimento sindical perdeu importantes lideranças e militantes. Para se ter uma ideia, segundo Thomas Skidmore (2004, p. 84), só em 1919 foram expulsos do país mais de 100 ativistas de origem europeia.

Os movimentos reivindicatórios definiram os tipos de organizações que respaldaram as lutas do proletariado urbano de São Paulo: sindicatos, ligas operárias de bairros e centrais sindicais. Essas redes de apoio relativamente organizadas exerceram forte pressão política e sindical sobre o *modus operandi* com o qual as associações econômico-corporativas do empresariado industrial paulista se organizavam. E foi sob a perspectiva associativa da fração industrial da que se evidencia o caráter reacionário de suas atitudes nas relações de trabalho, cuja preservação da sagrada ordem privada dos modos de produção condicionou os métodos repressivos e autocráticos assumidos pela maior parcela do patronato industrial.

Todavia, na outra ponta das relações de patrões e operários, havia medidas de firme exclusão das fábricas de operários que mantivessem qualquer tipo de vínculo sindical. Em Sorocaba, polo industrial importante nos anos 1920, o sistema de fichamento, no início, era realizado pela polícia de São Paulo, na tentativa de segurar o crescente processo de mobilização operária na região. Segundo consta, a admissão de trabalhadores passou a ser realizado não pelo Recursos Humanos da empresa, mas diretamente pela delegacia da cidade. Para tanto, era feito um dossiê da vida pregressa do operário, sendo tudo anotado nas “cadernetas operárias” e arquivado nas empresas. Mas, concomitante às formas de repressão, havia, segundo interferência do próprio Delegado de Polícia, uma série de incentivos e práticas de caráter assistencialista visando enfraquecer os movimentos reivindicatórios de aumento salarial (LEME, 1978, p.109).

O anexo à Circular do CIFT-SP nº 10, de 04 de abril de 1921, traz no título “Repressão dos roubos e furtos nas fábricas”, e Pupo Nogueira expõe detalhadamente os princípios de controle que o patrão, afetado pelo roubo ou furto de “maus operários”, devia adotar – isso com o propósito de resguardar integralmente a ordem privada do lucro gerado pelo trabalho. A identificação dos operários malfeitores se convertera em controle científico da força de trabalho no interior dos estabelecimentos fabris. O fichamento sistemático dos “maus elementos” revelaria traços tão inconfundíveis e precisos que, conforme Pupo Nogueira, “em hipótese alguma, eles poderiam encontrar trabalho nas fábricas filiadas ao Centro”.

O minucioso trabalho de depuração dos “elementos perniciosos” seria realizado e os resultados matemáticos colhidos por todos, pois quando um operário fosse pilhado em flagrante delito de furto, seria levado pelo agente à polícia, identificado e processado pela Justiça Pública. Por sua vez, a polícia enviaria vários exemplares da ficha do infrator para o CIFT, de acordo ao número de fábricas filiadas, e este distribuiria aos demais

estabelecimentos com a finalidade de impedir seu reingresso em outra fábrica. Todavia, a orientação do CIFT não parava aí: Pupo Nogueira enxergava nesta medida uma oportunidade única de liquidar o ativismo operário no interior das indústrias, e difundir a tão propagada ideologia de harmonia entre o capital e trabalho como fonte de progresso:

Estamos certos de que a grande massa de operariado paulista é boa, é sã mas ninguém ignora que no meio dela existem elementos francamente indesejáveis, que vivem no sonho de reivindicações abstrusas e criminosas. Refiro-me aos agitadores profissionais. Naturalmente, todo credo é respeitável, mas quando os seus fundamentos repousam no crime a sociedade tem o dever de colaborar num trabalho de repressão sem piedade. Nada impede que as fábricas, doravante, expurquem o seu pessoal de agitadores profissionais, que operam na classe operária como um fomento de desordem e morte. Quando qualquer dos senhores associados quiser livrar-se de um agitador, nada mais a fazer do que comunicar-se com este Centro que providenciará imediatamente no sentido de ser o elemento perigoso afastado da fábrica, pela polícia, identificado. A sua ficha será comunicada às fábricas associadas, tal e qual como se fará com os ladrões (CIFT, 04/4/1921).

A estratégia de igualar o “ladrão” com o ativista corresponde a um critério pouco circunstancial do patronato, indica a negativa de impedir qualquer interferência nas condições de exploração da força de trabalho no espaço fabril. O CIFTSP tinha plena consciência do dispositivo de controle adotado, três semanas depois, respondendo a possíveis críticas de alguns associados.

O Centro distribui nova Circular e nela se mostra sensível aos possíveis problemas decorrentes do método de abordagem proposto. Compreendia-se, até certo ponto, que a identificação, feita pela polícia, poderia apresentar certo caráter de violência, mas nunca de humilhação. Alegava-se compreender que coagir os operários a se apresentarem numa delegacia de polícia podia ser uma medida passiva de críticas, “mas não podemos admitir a hipótese de ficarem feridos melindres se a sua identificação for feita diretamente pelo Centro, sem interferência da Polícia” (CIFT, 23/4/1921).

Entretanto, a experiência de identificação científica dos trabalhadores foi conflituosa, e provocou forte reação do operariado, não se admitia a presença ostensiva de agentes da polícia no processo de identificação, situação que levou o próprio CIFT-SP assumir essa tarefa, e “proceder à identificação científica de todos os operários das fábricas que lhes são filiadas” (apud HARDMAN; LEONARDI, 1991, p.311).

Na verdade, o controle da força de trabalho que o CIFT-SP exercia visava transferir aos trabalhadores o ônus dos baixos salários pagos pela indústria paulista, um dos mais baixos do Brasil, segundo alguns autores¹⁸². Em face disso, a manutenção dos

¹⁸² Ver Cano (1998), Ribeiro (1988), Pinheiro e Hall (1981).

lucros auferidos pelo ramo industrial têxtil e demais indústrias paulistas, estariam asseguradas por um eficiente mecanismo de centralização das medidas adotadas para uma parcela importante do empresariado fabril. A política levada a cabo pelos dirigentes do CIFTSP visava assegurar a unidade de seus associados em questões cruciais postas pelos conflitos trabalhistas. O CIFT-SP não interpretava sua política de ação como abuso, coação ou método de violência, mas sim como dispositivos indispensáveis para garantir num patamar aceitável às margens de lucro dos industriais do ramo têxtil.

Os enormes esforços empreendidos pela patronal para sujeitar os operários distinguiram pelo indispensável controle da força de trabalho: “O próprio CIFT-SP era uma associação mercantil fundada principalmente com o propósito de controlar os trabalhadores” (DEAN,1971, p.174-180). Ou seja, através dos métodos de persuasão, coação e repressão o patronato buscou aprimorar certos mecanismos de controle através dos quais foi possível manter os níveis de exploração do trabalho operário em patamares elevados em São Paulo.

Por assumir a organização do setor empresarial mais poderoso de São Paulo, o CIFT-SP assumiu um papel estratégico nas demandas políticas que favorecessem a classe dos industriais, cuja unidade de ação se vinculava decididamente à compreensão política dos eventos da luta de classes. O esforço associativo e militante, por parte da direção do CIFT-SP, produziu grandes avanços de centralidade na atuação política a partir de orientações transmitidas por circulares, sob a centralidade de Pupo Nogueira, seu secretário-geral. No conturbado ambiente político, econômico e social que marcou a década de 1920, dominado pela hegemonia política em crise de grupos econômicos oligárquicos mineiros e paulistas, Pupo Nogueira admitia o grau de miséria¹⁸³ que a grande manufatura impunha ao operariado, “por vezes de ganância insaciável”, admitia ele (1935, p.17). No entanto, à frente do CIFT-SP, como um de seus mentores e homem de confiança dos industriais, adotou um perfil autoritário e implacável na relação com o

¹⁸³ A visão concebida pela classe dominante paulista do trabalhador pobre é ultrajante: "protegida pelas depressões do terreno, pelas arcadas das pontes, pela vegetação das moitas, pela ausência de iluminação, se reúne (...) a vasa da cidade, numa promiscuidade nojosa, composta de negros vagabundos, negras edemaciadas pela embriagues habitual, de uma mestiçagem viciosa, de restos inomináveis de vencidos de todas as nacionalidades, em todas as idades, todos perigosos. É aí que se cometem atentados que a decência manda calar; é para aí que se atraem jovens estouvados e velhos concupiscentes para matar e roubar (...). Denunciado o mal e indicado o remédio — um parque belo, seguro e saudável — não há lugar para hesitações porque a isso se opõem a beleza, o asseio, a higiene, a moral, a segurança, enfim, a civilização e o espírito de iniciativa de São Paulo" (PAOLI, 1989, p.5-6).

operariado e suas organizações, concentrou seus esforços no CIFT para atacar e destruir entidades operárias e perseguir dirigentes anarcossindicalistas de origem estrangeira.

Na década de 1920, as associações empresariais adotaram métodos extremos de disciplina para preservar o ambiente de ordem e trabalho nas fábricas de São Paulo. Os efeitos sociais da luta de classes entre capital e trabalho era tido como “uma série de fenômenos de ordem econômica e social” que tornaria cada vez mais irreconciliáveis “os dois exércitos em luta e o mundo não sabe como sair do intolerável circuito vicioso em que a sociedade moderna se debate” (PUPO NOGUEIRA, 1935, p.20). Pupo Nogueira voltava-se para um tempo em que havia, segundo ele, “uma atmosfera de colaboração”¹⁸⁴, mas agora, “para o patrão do nosso tempo, que valor tem o operário perdido numa massa anônima e incolor do proletariado?”¹⁸⁵. Alegava que o operário não passava de uma projeção da máquina criadora, destituído de personalidade e representado por um simples número de matrícula como um presidiário (PUPO NOGUEIRA, 1935, p.28)¹⁸⁶.

Constatar o universo de miséria a que os patrões submetiam a massa trabalhadora não se traduziu em tratamento benevolente ao operariado paulista, Pupo Nogueira via o sindicalismo como degenerado quando deixava o terreno social para o político, “transmutando-se em ação de equilíbrio das classes do trabalho em ação de desordem social”. Inspirado em um manual fascista *Os Elementos De Ordenamento Corporativo*, livro didático adotado nas escolas médias e superiores da Itália, sob o regime de Benito Mussolini, o secretário do CIFT-SP admitia o fortalecimento das entidades sindicais e até seu sucesso, mas convencidas do seu êxito “começam a olvidar a sua finalidade e passam a ser germes de desordens e de violências” (PUPO NOGUEIRA, 1935, p.30).

Pouco afeito aos graves problemas enfrentados pelos trabalhadores fabris, sobretudo do custo de vida que onerava o aluguel e a alimentação das classes

¹⁸⁴ Pupo Nogueira se referia à Idade Média, onde as relações de produção entre o mestre e seus aprendizes “reinava uma atmosfera moral de colaboração”, um sonho distante da tumultuada sociedade moderna marcada pela luta de classes e conflitos de toda ordem.

¹⁸⁵ É evidente um ar nostálgico na perspectiva defendida por Pupo Nogueira. As transformações que vinham ocorrendo na modernização de alguns setores industriais, com a compra de maquinários mais modernos e o impacto das novas tecnologias sobre as relações de trabalho, expressava um passado que havia ficado para trás. A luta de classes adquire novos contornos e a tão sonhada ‘paz social’, defendida pelo astuto líder patronal visava controle das classes subalternas, entre as quais, os operários fabris (Cf. WENSTEIN, 2000).

¹⁸⁶ De modo geral, a fração industrial da burguesia vinculou o sucesso da indústria a uma construção ideal do operário como legitimação positiva do trabalho na edificação da Pátria ou da Nação: “meus senhores, é indispensável que na alma do operariado nacional desabroche a flor vigorosa que anima os sentimentos vivos do amor à Pátria, que mantém o culto das suas tradições cívicas, da sua história, do seu passado...”. (ALMEIDA, 1920, pp.23-35 apud PINHEIRO; HALL, 1981, p.194).

desfavorecidas na capital paulista, Pupo Nogueira alegava que “as greves resolvidas com vantagem para o operariado, em vez de acalmá-los levam-nos a impor novas reivindicações cada vez mais inaceitáveis e impertinentes”. A lógica do seu raciocínio transformava as lideranças operárias em arrivistas “singularmente facilitado pela representação das classes trabalhistas no Parlamento Nacional”¹⁸⁷ (1935, p.30). É preciso pontuar aqui que a ideologia corporativista do fascismo poderia até reconhecer o sindicato, mas dentro de uma concepção de ordens harmônicas dentro de um Estado que as submetam – condição em que a maioria dos sindicatos, sob a tutela do regime varguista pós-1930, irão vivenciar.

Os movimentos grevistas que abalaram as relações de trabalho durante os anos de 1920 levaram Pupo Nogueira a acreditar que o sindicalismo brasileiro tinha sido arrastado para as lutas de classes, transformando essas lutas numa parte importantíssima, se não a única finalidade da ação coletiva dos sindicatos, ou seja, propor o caos social. Aos profissionais da política era atribuído esse “contágio maléfico” sobre o trabalhador que, não raro, é apresentado de forma ordeira e moralista, principalmente quando “contaminado por influências estranhas” provenientes de fora, sob a influência de movimentos revolucionários:

[...]do seio dos homens do trabalho, começaram a nascer irresistíveis anseios de ordem política [...] As greves, os atos de violência, a sabotagem sistematizada as alterações da ordem social, podem ter como consequências algumas vantagens de ordem moral e material, arrancados a um patronato atemorizado. Mas produzem seguramente um equilíbrio social de que resultaria, no entender de utopistas e visionários que vivem à margem da vida, o domínio incontrastável do proletariado no mundo [...] Mas a experiência tem demonstrado de forma eloquente que a ditadura do proletariado nunca passou da ditadura de um só homem ou de uma oligarquia e foi por isto que a revolução marxista, feita na Rússia por Lenine e seus sequazes, teve como resultado tornar o proletariado russo mais infeliz e miserável do que nos ominosos tempos do czarismo. O movimento sindicalista teve afinal como derradeiras etapas, iluminadas por vezes com clarões de tragédia, o socialismo vermelho e o comunismo (PUPO NOGUEIRA, 1935, p.31-32).

As preocupações das classes dominantes brasileiras no que diz respeito aos efeitos políticos que os ideais bolchevistas da Revolução Russa poderiam causar nas relações sociais no Brasil, algo que provocava insônia nos círculos decisórios da burguesia.

¹⁸⁷ Este argumento em inúmeras ocasiões será empregado pelos industriais no sentido de se colocarem como uma digna representante das “classes produtoras” ou ‘conservadoras’, quer dizer, da burguesia, cuja importância era ignorada pelo Parlamento. Mesmo após a Revolução de 1930, já sob a normatização da Lei 19.770, de 1931, que autorizava a organização de entidades federativas. Desta forma, a recém-criada FIESP, também se valeu desse discurso em suas circulares diretas.

Os primeiros anos da década de 1920 compõem um retrato insuspeito do impacto social causado pela Revolução Russa de 1917, no círculo dirigente da burguesia industrial. O programa revolucionário adotado pela ação bolchevique ecoou em todo mundo. E, no Brasil, despertou a ira de todas as facções da burguesia. Nos interessa, aqui, lançar um olhar sobre como a fração industrial da burguesia paulista incorporou o conceito da *luta de classes* aplicado à sua própria experiência de organização associativa através do CIFT. Sob a ótica dos dirigentes industriais do CFIT, representava um perigo eminente e qualquer processo grevista ou atos de insubordinação causaria instabilidade na produção industrial, além de ameaçar seus capitais investidos. No ramo têxtil se concentravam as maiores indústrias da capital e do interior, houve uma crescente expansão da atividade têxtil no Estado de São Paulo, a partir de 1905¹⁸⁸.

A defesa de ideias revolucionárias por parte dos ativistas anarquistas era vista pelos membros da fração do capital industrial como uma ameaça à sua própria constituição como classe social, implicava em viabilizar o seu próprio projeto político, sobretudo daqueles setores identificados com grande capital industrial. Assim, o controle das relações de trabalho no interior dos estabelecimentos fabris de São Paulo se tornara uma luta a ser vencida, tinha grande importância para acumulação e reprodução dos capitais empregados. E, para isso, se fazia urgente expurgar das tecelagens os operários identificados com a luta por melhores condições salariais e outros direitos, na sua maioria de origem imigrante, principalmente italianos e espanhóis. Essa questão passou a ser um

¹⁸⁸ A produção de tecidos de algodão no Estado de São Paulo quintuplicou em quase 15 anos. Houve renovação da aparelhagem das fábricas em 1920. Assim, a mais próspera e poderosa das indústrias paulistas, as tecelagens de tecidos de algodão, teve uma formidável expansão entre 1905 e 1919:

Anos	Metros	Valor de Produção
1905	36.646.000	19.688:400\$000
1910	75.833.470	38.747:675\$060
1912	84.040.528	43.762:295\$840
1914	69.985.344	34.692:996\$250
1916	134.448.470	117.649:037\$650
1917	160.254.139	183.818:081\$100
1919	175.255.068	296.111:476\$700

Por outro lado, o número de fábricas do setor algodoeiro subiu de 18 em 1905, para 41, em 1915, e salta para 54, em 1920. Enquanto o número de operários foi de 6.296= 1905; 17.978= 1915 e 17.823 = 1920. Conforme o governo paulista: o Estado de São Paulo ocupava, em 1920, o primeiro lugar na federação brasileira, como produtor de tecidos de algodão. Seus principais centros de produção se concentravam na Capital, Sorocaba, Jundiá, Salto de Itu e Piracicaba, “cujas fiações e tecelagens trabalhavam com algodão paulista e nortista” (SÃO PAULO, 1922, p.3-4).

objetivo estudado meticulosamente pelos dirigentes empresariais do setor têxtil vinculados ao CIFT-SP.

O dispositivo de controle se qualificou assumindo um caráter despótico na orientação política dos industriais, as circulares e boletins confidenciais transmitiam orientações aos associados, muitas delas injustas ou infundadas. Efetivou-se uma proposta de atuação conjunta dos industriais, polícia e ações que partiam de tribunais de justiça na esfera do Estado. Completando, assim, o sistema de criminalização do ato de reivindicar, protestar ou organizar e participar de movimentos grevistas.

De perfil inflexível, Pupo Nogueira, condutor por excelência CIFTSP, representava o arquétipo de poder embrionário e organizativo da fração industrial da burguesia. Sua atuação, durante toda a década que antecedeu as grandes transformações ocorridas em 1930, tinha um único interesse: munir o empresariado paulista de uma visão mais totalizante de coesão de classe e exercer controle das ações operárias, se valendo de todos os meios que dispunha, alargando às margens de manobra do capital sobre a força de trabalho nas fábricas de São Paulo, pagando salários baixos e mantendo suas taxas de lucro preservadas recorrendo à superexploração.

4.2. Os industriais e a força de trabalho operária: a questão dos salários

O salário consiste numa forma monetária pela qual os trabalhadores são remunerados pela venda de sua força de trabalho. Na acepção de Marx, como preço de outras mercadorias, o nível dos salários corresponde ao preço da força de trabalho e flutua em torno do valor, ou seja, da mercadoria força de trabalho. Essa “equação” se projeta conforme condicionantes de demanda e oferta no mercado de trabalho. Entre 1914 e 1920, houve um aumento significativo da força produtiva das indústrias paulistas, acompanhado de uma exploração intensiva do operariado fabril, sobretudo nas grandes tecelagens de algodão que chegavam a empregar três cerca de mil operários, como por exemplo, o Cotonificio Crespi na Mooca, e a fábrica Sant’Ana no Belenzinho. Nesta seção, nosso maior objetivo é indicar o que pensava alguns representantes dos industriais sobre a questão do salário e as condições de trabalho na indústria paulista.

Como o principal ideólogo do industrialismo brasileiro, Roberto Simonsen acreditava que o problema do salário estava vinculado expressamente ao problema da produção: “mas se a retribuição do homem é fixada em grande parte pela produção, e esta

é de pequeno valor em relação ao volume de mão de obra disponível, como obter, perguntava ele, um elevado coeficiente, se o divisor é fraco e o dividendo cresce continuamente?”. Ao admitir que o mal que atingia a classe trabalhadora era a insuficiência de ganho, Simonsen apostava que uma pequena parcela da melhoria salarial seria obtida *pela “imposição de uma avançada legislação social”* no país (SIMONSEN, 1943, p.166, grifo nosso). A posição é defendida por ele muito depois da década de 1920, quando o papel das associações patronais se fortaleceu impondo um novo *modus operandi* nas relações entre o capital e o trabalho, onde se construiu uma vigorosa resistência que visava bloquear a adoção de leis sociais de proteção ao trabalhador.

A predominância que o fator econômico assumiu sobre o político e o social foi a principal característica do pensamento ideológico do empresariado industrial. A defesa da normalidade em que a produção industrial devia operar se convertera na questão sagrada para os industriais, portanto qualquer interferência que viesse ocasionar mudanças no esquema de controle da força de trabalho nas fábricas encontrava determinada oposição das entidades patronais. A organização dos industriais em associações de classe concentrou-se no tratamento “prioritário” das questões de ordem econômica, em que “praticamente, nove décimos das questões que afetam a nossa vida social têm sua origem nos domínios econômicos”. Simonsen se mostrou convencido que todo legado democrático num país se tornaria inviável caso houvesse um baixo padrão de vida (SIMONSEN, 1932, p.120). O progresso econômico, efetivamente, funcionaria como principal avalista da sociedade democrática, relegando para segundo plano limitações estruturais históricas.

A partir do ano de 1890, a Capital paulista vivia um dinâmico processo de urbanização estimulado pela tenacidade do capital cafeeiro, crescendo a uma taxa de 14% ao ano. Esse fenômeno fomentava a produção de mercadorias para atender novas demandas motivadas pela expansão do mercado de consumo rapidamente constituído. A organização do trabalho livre e o novo padrão de consumo dos estrangeiros foram poderosos na conformação urbana da Capital. No Censo de 1893, havia na Capital 71.468 estrangeiros, cerca de 54,6% da população, enquanto a população nacional era de 59.307, isto é, 45,4%. Os estrangeiros correspondiam a 62% do da população descrita como branca e era cinco vezes maior à “população negra e mulata da cidade, composta de 14.559 indivíduos”. Por sua vez, a população de origem nacional descrita como branca era inferior a estrangeira, que girava em torno de 44.258 pessoas, sendo: 44.854 italianos,

14.209 portugueses, 4.727 espanhóis, 2.320 alemães, 1.107 franceses e 948 austríacos. Cabe observar que o grupo imigrante não só era maior em termos populacionais na cidade, mas “como o fator humano por excelência do trabalho livre” nas indústrias da capital paulista: 21% de nacionais contra 79% de estrangeiros (FERNANDES, 1964, p.13-15).

Conforme Emília Viotti da Costa, por volta de 1900, o número de estrangeiros recenseados no Brasil chegava à marca de 1. 256. 806, correspondia a 7, 26% da população total do país. Neste novo cenário aberto pela imigração, o estado de São Paulo aparecia como seu principal destino, ou seja, 529.187 estrangeiros, seguido pelo Distrito Federal com 210.515, Minas Gerais 141.647 e o Rio Grande do Sul com 140.854. Essa população abrangia cerca de 80% da existente em todo o país, sendo que 48% estabeleceram-se em São Paulo. Valendo-se da obra *Sobrados e Mucambos*, do sociólogo Gilberto Freyre, a autora observa que não havia preconceito dos imigrantes em relação ao trabalho manual, traço característico da sociedade tradicional brasileira, e passaram, segundo a autora, a “controlar de maneira crescente o artesanato e o comércio de retalhos nos centros urbanos mais importantes” (COSTA, 1998, p. 89).

A burguesia agroexportadora paulista, então hegemônica no arranjo político e econômico de poder na Primeira República,¹⁸⁹ assegurou, via subvenções e garantias estatais, as despesas reclamadas pelo fluxo contínuo de trabalhadores estrangeiros destinados às lavouras de café, assegurando força de trabalho à incipiente economia industrial. Pelos cálculos do industrial Roberto Simonsen, entre 1886 e 1902, haviam entrado no Estado de São Paulo mais de um milhão de estrangeiros, e no início dos anos de 1940, contabilizou em “3 milhões o total de imigrantes entrados em São Paulo” (1973, p.212). Na verdade, segundo dados do IBGE (1986), as entradas foram bem maiores, cerca de 4.158.717, entre 1884 e 1940 (SEVCENKO, 1998, p.109). A progressiva transferência de excedentes de trabalhadores para a indústria, teve mais a ver com a

¹⁸⁹ O conceito de burguesia cafeeira, apesar de muito empregado na historiografia, para designar sua hegemonia política no poder de Estado, não mostra as distintas frações de classe presentes nas disputas entre si. Conforme Renato Perissinoto, o papel hegemônico caberia não à lavoura, mas ao “grande capital cafeeiro”, ou seja, que não se mantinha preso à lavoura, mas começava a ser investidos em bancos, casas comerciais, empresas do serviço público. Além disso, o grande capital cafeeiro muitas vezes esteve associado ao capital estrangeiro, por meio do setor bancário e importador (CURI, 2015, p.49). A hegemonia de paulistas e mineiros na política durante a Primeira República significou o predomínio da fração mais forte, mais capaz do capitalismo brasileiro sobre toda a vida social e econômica do país. Astrogildo Pereira, por exemplo, ressaltou que o domínio político oligárquico de mineiros e paulistas era “um reacionarismo anti-proletário”, via São Paulo como o estado brasileiro mais industrialmente avançado, “onde os capitalistas têm uma consciência de classe mais desenvolvida” (PEREIRA, 1980, p.76).

entrada maior de estrangeiros no estado de São Paulo do que à demanda do campo para a cidade.

As condições de trabalho nas indústrias paulistas dificilmente se justificariam. Em 1920, o operário fabril médio que trabalhava numa fábrica recebia cerca de quatro mil réis, pelo câmbio da época, algo em torno de 60 centavos de dólar por dia. Com jornadas entre dez e doze horas, durante seis dias por semana, o valor médio pago a um operário ficava em torno de 96\$000 mil réis por mês (14,5 dólares). As mulheres representavam 1/3 da força de trabalho e recebiam salários muito mais baixos que os homens, além do largo emprego do trabalho de menores, é bem provável que a metade de todos os operários menores de dezoito anos e quase 8% eram menores de catorze anos.

Tanto as empresas como no comércio a baixa remuneração salarial geraram permanente descontentamento. As grandes indústrias paulistas contrabalançavam a baixa remuneração dos trabalhadores com vários tipos de benefícios. Há ocorrências da existência de creches, jardins da infância, escolas, armazéns, igrejas e restaurantes de companhia, além de casas fornecidas pelos patrões e algum tipo de assistência médica, como a Vila Maria Zélia¹⁹⁰ erguida pelo industrial Jorge Street em 1916 ao lado da Companhia Nacional de Tecidos de Juta no bairro industrial do Belenzinho, na capital paulista. Algumas empresas superaram a modalidade de vila operária nos casos de empresas que se situavam fora dos marcos citadinos, configurando um núcleo de moradia isolado e dinâmico, a exemplo da fábrica Votorantim. Por se tratar de um estabelecimento muito grande, que ficava a uns sete quilômetros da cidade de Sorocaba, a cidade mais próxima, o empresário de origem portuguesa Pereira Inácio, sob o manto do paternalismo, aproximou seus trabalhadores do local de trabalho, lhes proporcionando benfeitorias em termos de moradia e assistência médica.

O argumento amplamente utilizado pelo patronato industrial sustentava que os operários não eram mal pagos – pelo contrário. O empresário Eduardo Jafet alegava que, *“a escassez e os salários altíssimos são as realidades, apesar das ficções teóricas ou oportunistas de excesso de mão de obra e de paga insuficiente”* (apud DEAN, 1971,

¹⁹⁰ Inaugurada em 1917, a Vila Zélia foi construída pelo industrial Jorge Street para abrigar parte dos seus mais de 2.500 empregados que trabalhavam na filial do Belenzinho da poderosa Cia. Nacional de tecidos de Juta, cuja sede estava localizada no bairro de Santana.

p.164, grifo nosso)¹⁹¹. Do seu ponto de vista, a baixa produção dos operários se explicava porque haviam sido muito mal treinados e não possuíam uma atitude profissional. Além do mais, o transporte, os impostos, as máquinas e o capital circulante, caros em sua apreciação, influíam na remuneração da mão de obra. Em pleno ano de 1919, marcado por constantes mobilizações e greves operárias, o patronato levantava vários inconvenientes para efetivação de acordos firmados com os trabalhadores, utilizando-se de um conjunto de argumentos apoiado nas diferenças existentes quanto às condições de trabalho que diferenciam uma região da outra no país, e entre dos diversos setores e formas das atividades fabris. Para negar aumentos salariais na casa dos 40% obtidos em 1919, pelo movimento operário em São Paulo, os moinhos do empresário do ramo de moagem de trigo, Pinotti Gamba, apesar de considerar justo o aumento salarial, o empresário reservava-se “o direito de restabelecer os salários anteriores, visto como pela desigualdade do preço da mão de obra os seus produtos não poderiam competir com os da concorrência” (Jornal do Commercio, 07/06/1919).

Em severa crítica contra o socialismo, o irmão mais velho de Jamil Jafet, o então patriarca da família Nami Jafet defendia, como bom capitalista que foi, que a igualdade era falsa, “porque a natureza do progresso a contradiz [...] É verdade que o atual sistema social favorece a acumulação da riqueza, pois a concentração é fenômeno natural da sociedade, mas a afirmação de que essa riqueza é conglobada do esforço e do tempo dos pobres é falsa”. A fortuna dos ricos, para Nami, não se devia ao trabalho dos pobres operários, mas sim de ‘rigorosa economia nos gastos pessoal’ do burguês, e “meticuloso aproveitamento do seu tempo e empenho exaustivo no trabalho” (JAFET, 1947, p.222). Se esqueceu de mencionar de um meticuloso trabalho de exploração do trabalho infantil.

Em pesquisa realizada para o meu mestrado no CEDIC-PUC em 2015, sobre dados dos funcionários da Tecelagem Ypiranga, foi constatado uma alta rotatividade de jovens meninas e meninos que estravam na empresa de Jafet como estagiários, pois, no prazo de três a cinco meses, eram dispensados¹⁹². Além disso, os acidentes de trabalho

¹⁹¹ A Família Jafet, de origem libanesa, era proprietária da indústria de tecidos Ypiranga Jafet, com 1.800 trabalhadores, muitos deles jovens imigrantes de várias nacionalidades. Estava localizada no bairro do Ipiranga.

¹⁹² Em 1912, das 31 fábricas visitadas pelo Departamento Estadual do Trabalho (DET), foram identificados 11.642 operários. Entre esses contavam-se 1.843 de origem nacional, 7.499 estrangeiros e 862 de nacionalidade ignorada. Dos estrangeiros, 6.044 eram de origem italiana, 824 de portugueses, 338 espanhóis, 210 sírios e 83 de diversas nacionalidades. O relatório do DET aponta para que, “dos 10.204 operários recenseados, em 23 fábricas visitadas, 2.648 são do sexo masculino e 6.801 do feminino. Dentre

nas grandes tecelagens eram constantes, “e é isto fato que salta aos olhos do visitante, a defeituosa disposição das transmissões e o pequeno espaço existente entre as máquinas favorecem a ocorrência de acidentes” (PINHEIRO; HALL, 1981, p. 59). Os números de acidentes no setor fabril, entre 1917 e 1918, foram muitíssimo superiores aos demais setores da economia na Capital de São Paulo, sendo registrados: 1. 586 acidentes envolvendo operários; transportes e comunicações 410; artesanato e comércio 250; comércio e serviço 249 e atividades na área de segurança somou 241 acidentes (MARTINS, 2004, p. 167). Como se vê, a indústria paulista não aparentava um ambiente seguro para se ganhar a sobrevivência no final da década de 1910.

A ideologia do trabalho defendida por Nami Jafet é semelhante àquela adotada pelo industrial Francisco Matarazzo, onde as características do sucesso pelo trabalho são visivelmente predominantes. Em entrevista concedida ao jornal do Commercio em 1926, ao retratar sua vinda ao Brasil e a origem da sua fortuna, Matarazzo declarou, dentre outras coisas, que: “Da minha terra, no Sul da Itália, trazia um pouco de dinheiro, mas pouco. Aqui desembarcado, com a bolsa cheia de vontade de trabalhar, dirigi-me a Sorocaba, onde dei início à minha carreira, ajudado por um meu conterrâneo”. O amigo que se refere era sapateiro, mas também possuía a função de conselheiro municipal, informa ele. Esse “precioso amigo”, por ser muito estimado em Sorocaba, lhe abre caminhos “tornando-me tudo fácil”. Embora sapateiro, o amigo tinha posição socialmente reconhecida, e por ser bem relacionado pela posição que ocupava como conselheiro municipal, “tinha até poder” (apud MARTINS, 1973, p. 62-63).

Contudo, diferente de Jafet, Matarazzo ressalta a posição e o sucesso, e não a riqueza proveniente do êxito obtido através do trabalho. Mas ambos deslindam os seus discursos exaltando o esforço do seu trabalho, enquanto àqueles de quem obtém sua mais-valia são induzidos a pensar numa relação de iguais, ou seja, o esforço pelo trabalho gera oportunidades iguais a todos, discurso ideológico amplamente adotado pelos industriais nas décadas seguintes.

Comparativamente, os salários pagos em São Paulo figuravam como sendo os mais baixos em relação aos centros industriais mais reconhecidos da região Sul e Sudeste

as 6. 801 operárias, 1. 706 são maiores de 22 anos, 2. 966 têm de 16 a 22 anos, 1. 885 têm de 12 a 16 anos e 244 têm idade inferior a 12 anos”. Mas o relatório observa que o número de menores de 12 anos “acha-se diminuído de uma pequena porcentagem, oculta entre classificados como tendo de 12 a 16 ano” (PINHEIRO; HALL, 1981).

do país. Abaixo, apresentamos os salários pagos no estado da Guanabara (Distrito Federal), no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, elaborado pelo Censo Industrial de 1920:

Tabela 8 – Salários médios do setor Têxtil de São Paulo (Mil réis por dia – 1919)

ESTADO	ADULTOS		MENORES	
	homens	mulheres	homens	mulheres
Rio de Janeiro	5\$759	4\$089	5\$759	4\$089
Guanabara	6\$720	5\$165	6\$720	5\$165
São Paulo	5\$729	4\$684	5\$729	4\$684
Rio Grande do Sul	7\$035	4\$062	7\$035	4\$062
Brasil	5\$329	3\$738	5\$329	3\$738

Fonte: Cano (1998, p.142).

Tabela 9 – Salários médios do setor Alimentício de São Paulo (Mil réis por dia – 1919)

ESTADO	ADULTOS		MENORES	
	homens	mulheres	homens	mulheres
Rio de Janeiro	3\$709	2\$490	1\$483	1\$291
Guanabara	5\$845	3\$856	2\$617	1\$878
São Paulo	5\$616	3\$567	2\$028	2\$403
Rio Grande do Sul	5\$679	3\$011	2\$398	1\$829
Brasil	5\$111	2\$957	2\$004	1\$858

Fonte: Cano (1998, p.142).

Tabela 10 – Salários médios do setor de Vestuário de São Paulo (Mil réis por dia – 1919)

ESTADO	ADULTOS	MENORES
--------	---------	---------

	homens	mulheres	homens	mulheres
Rio de Janeiro	4\$713	2\$069	1\$547	1\$447
Guanabara	7\$582	4\$216	2\$376	2\$049
São Paulo	6\$382	3\$467	2\$142	1\$773
Rio Grande do Sul	6\$748	4\$176	2\$887	3\$025
Brasil	6\$712	3\$652	2\$174	1\$885

Fonte: Cano (1998, p.142).

Em um mercado de trabalho caracterizado por um custo muito baixo de mão de obra, os lucros da produtividade obtidos com novos equipamentos são incrementados e, conseqüentemente, aumentando ainda mais a concentração de renda. Essa regra está ligada ao recurso sobre o qual a fração industrial se apoiará no esforço de acumulação pelo aumento da taxa de exploração da força de trabalho operária. Assim, a relação entre o salário real pago recebido pelo trabalhador e o custo da reprodução no seguimento urbano-industrial, foi definido por um intenso fluxo migratório para São Paulo, como afirmamos mais acima. Entretanto, para Alexandre de Freitas Barbosa (2008, p. 203-204), os imigrantes, que em 1890 representavam 22% da população da Cidade de São Paulo, vieram, muitos deles, do interior do estado em razão de melhores possibilidades de ganho. Logo, se em 1893, 68% dos imigrantes representavam trabalhadores ocupados na capital paulista, esse índice se reduz para 49, 5%, no início da década de 1920. A ampliação do mercado de trabalho em São Paulo manteve as taxas de lucro da empresa industrial em patamares elevados, gerando críticas de setores da burguesia paulista identificados com o Partido Democrático (PD)¹⁹³ a industriais cunhados de “barões italianos”.

¹⁹³ O PD surgiu como produto de uma ruptura dentro do Partido Republicano Paulista (PRP). O Brazilianista Joseph Love analisou essa ruptura do ponto de vista de sua base material, alega que: “usando o novo poder adquirido em 1889, fazendeiros, banqueiros, comerciantes e, mais tarde, industriais organizados no PRP demonstraram invejável capacidade de manter coesão política e criar um estilo oligárquico flexível”. Mas, segundo ele, essa dinâmica funcionou até 1926 quando se organizou o PD; “isso devido ao contínuo processo de expansão econômica e da incorporação de novos elementos agrários da fronteira”, o que impedia que grupos urbanos adquirissem maior influência e peso na política estadual (cf. LOVE, 1982). Como também um problema geracional, uma vez que as lideranças do PD eram, em grande medida, mais jovens que as do PRP, concluindo daí que, chegando à maturidade depois de 1910, as típicas lideranças do PD perderam o *boom* inicial da economia do café, a primeira expansão industrial, como também a possibilidade de investir nos negócios das ferrovias (cf. FAUSTO, 2011).

A questão crucial recaía sobre a lucratividade do capital industrial. Esta dependia, na maior parte dos casos, diretamente do fomento da exploração da mais-valia, já que a margem de lucro que viesse a ser praticada em maior ou menor grau subordinava-se à capacidade de exploração da força de trabalho. Embora divididos entre si na busca do lucro, na concorrência econômica e política, “diante da classe operária formam um bloco de aço, entre eles não há derrotismo, não existe quem sabote a ação geral, quem semeie o desconforto e o pânico” (GRAMSCI, 2021, p.172).

Os industriais procuravam compensar os elevados custos da produção industrial e a redução do lucro decorrente do “tributo” pago aos comerciantes, pelo aumento das horas de trabalho e pelo pagamento de baixas remunerações. Nesse sentido, a indústria se via pressionada por dois lados: a necessidade de gerar altos lucros para se manter existindo e as dificuldades para alcançá-los sem o acesso direto ao mercado de consumo. A lucratividade do empreendimento dependia muito de uma baixa remuneração da força de trabalho operária, condição que repercutia diretamente na exploração do trabalho do menor e da mulher, confirmando uma concepção de lucro extremamente rígida, revestida de uma ideologia burguesa de classe (MARTINS, 1973, 86-87).

4.3. As duas faces da mesma moeda: a ideologia antioperária dos Industriais

Nosso propósito, nesta seção, é abordar dois aspectos da ideologia que norteou as ações coletivas dos industriais de São Paulo para garantir a produção e reprodução de seus capitais ante um operariado crescente e atuante. A primeira questão recai sobre o combate associativo contra os sindicatos e organização do operariado. A segunda trabalha elementos da ideologia da igualdade entre patrões e trabalhadores, defendida por ideólogos do empresariado fabril, procurando dividir as formas de resistência operária ressaltando o discurso de “paz social” e do assistencialismo paternalista.

A figura de trabalhadores como "pés rapados" que aceitavam o quanto o patrão quisesse pagar e que deviam se calar por essa “benção” concedida sem reclamar de tarefas atribuídas, nem dos frequentes aumentos das cansativas jornadas trabalhadas, fundava simultaneamente uma noção de trabalho sem face, negativo, vindo ao mundo apenas para garantir a sobrevivência de pessoas sem qualidade que não necessitam de certeza alguma. Essa visão de desqualificar o trabalho operário tinha um objetivo claro, pagar baixos salários, e está na correlação entre a ausência de reconhecimento social e público da

condição trabalhadora e da violência que permeia as relações de trabalho nos mais diversos centros urbanos do país.

Historiadores notaram a generalização e a quase trivialidade das inúmeras "pequenas" brutalidades no cotidiano fabril, que impressionaram observadores (externos) dos mais diversos tipos, e também a arrogância servil e os abusos de policiais "em sua relação com os pobres", mesmo que não houvesse perturbações na ordem pública. Os atos de brutalidade contra "cidadãos que a polícia não gosta", tão conhecidos até hoje, são, portanto, registrados desde o início do século XX e completam o quadro do paternalismo privatista, da assistência benevolente e da inoperância de regulamentos contratuais (PAOLI, 1989, p.10). Da figura do trabalhador pobre, comum, criminalizável por princípio, até as repressões violentas contra as tentativas de organização e ação coletiva de protesto operário – de resto, necessariamente explosivo como forma de aparecimento (mesmo que não o fosse como prática) – surge um retrato de sociedade questionada pelo transbordamento de suas fronteiras de consenso e de conflitos regulamentáveis, pelos inéditos reclamos de inéditos direitos sociais.

É nesse sentido que as revoltas fabris localizadas, as pequenas greves que insistem teimosamente em cada empresa e as efetivas tentativas de organização operária no espaço fabril adquirem simultaneamente dois aspectos fundamentais: elas se tornam realmente incontroláveis em sua repetição desesperada, tematizam e revelam, na prática, uma sociedade onde a ausência de direitos torna improvável o projeto de *modernidade* ou democracia. Ou seja, cada revolta é o ato, renovado, onde os trabalhadores tomam posse do seu lugar positivo diante de uma ordem social que não os acolhe, e é no exercício do *confronto* que fazem sua experiência positiva do social (PAOLI, 1989, p.12).

Por outro lado, esse confronto posto ganha resposta mais organizada do patronato através de novas entidades de classe, que, embora reconhecessem as reivindicações operárias, estavam no cálculo dos patrões, que organizam uma cerrada resistência para não as atender, seja no campo prático das lutas, ou nas disputas em esferas jurídicas e institucionais do Estado, obstruindo de forma concreta a adoção de leis de proteção social.

Em interessante artigo publicado por um representante da indústria, o empresário Luíz de Queiróz, dias depois da fatídica semana da greve geral de 1917, intitulado "*Teorias Inaplicáveis*", oferecia uma longa análise ideológica acerca do problema da mão de obra operária e da formação do mercado interno: "Aqui ainda não há acúmulo de população e o capital é escasso e caro. Estamos numa fase inicial de organização do

trabalho interno e em resumo há pouca gente para o muito que há a fazer” (Jornal do Commercio, 24/7/1917). Convém ressaltar que havia pleno conhecimento da necessidade do estabelecimento de um mercado de trabalho que respondesse às demandas de ampliação da indústria nos centros urbanos fabris, como o da cidade de São Paulo, em meio à crise provocada pela Guerra, principalmente por haver-se reduzido drasticamente a entrada de estrangeiros em decorrência do conflito mundial, depois de 1914.

A valorização da mão de obra existente nas indústrias paulistas passava pelo reconhecimento das reivindicações salariais defendidas pelo operariado, pois o “trabalhador inteligente e laborioso, sem apego às teorias formadas noutra meio social, poderá abrir o seu caminho tendo diante de si um horizonte ilimitado de possibilidades”. Contudo, os salários pagos em São Paulo, como já vimos mais acima, em comparação aos do Rio de Janeiro, eram proporcionalmente menores, fator que também explica o emprego generalizado da mão de obra infantil e feminina¹⁹⁴ (Jornal do Commercio, 24/7/1917).

A ideologia patronal que legitimava a exploração do trabalho assalariado na cidade de São Paulo, reforçava a possibilidade de enriquecimento por meio de laboriosa disciplina. Essa ideologia referia-se àquele operário “inteligente”, ou seja, que não apoiava ou aderiu a movimentos contestatórios, cujo objetivo era atrapalhar a harmonia da convivência social entre o capital e trabalho. Quando, com o seu suor, “pode chegar às culminâncias da fortuna, como provam quase todos os nossos milionários” (Jornal do Commercio, 24/7/1917). A defesa ideológica do trabalho como forma de enriquecer o modesto operário, por meio unicamente do seu labor, era possível, conforme Queiróz, já que, no Brasil, “nós não temos castas sociais, sobrepostas, as de cima esmagando as de baixo” (Jornal do Commercio, 24/7/1917).

As justificativas ideológicas adotadas no sentido de invalidar as diferenças sociais expressas nas divisões de classes não param por aí. A longa matéria exhibe um pensamento perfeitamente integrado ao discurso de que não existem “classes”, mas sim “profissões”. Empregou-se todo esforço retórico visando naturalizar os confrontos que surgiam dos antagonismos de classes no âmbito fabril e social. Assimilar e desconstruir essas

¹⁹⁴ Segundo dados da indústria têxtil, em São Paulo o valor da mão de obra feminina era 19% menor que a dos homens. Essa diferença era maior no Rio de Janeiro, 29%, e 42% no Rio Grande do Sul e nordeste. O mesmo se dava com os salários dos menores, embora essa diferença fosse relativa (CANO, 1977, apud CAMPOS, 1988).

contradições no mundo do trabalho exigiu grande esforço retórico: “O que diferencia os indivíduos não é uma aristocracia de sangue, nem a sua inclusão em tal ou tal classe, é a profissão que exerce, com maior ou menor êxito, chegando a maior ou menor fortuna” (Jornal do Commercio, 24/7/1917).

Ainda segundo Queiróz, o tipo de qualificação profissional do indivíduo pode lhe oferecer as condições ideais para a ascensão social e até a constituição de fortuna, mas desde que trabalhe vendendo sua mão de obra¹⁹⁵. Por qual razão abraçariam teorias estranhas ao nosso meio, quando a sorte foi lançada para agraciar aos que cedo madrugam? O esforço ideológico para desconstruir o ideário revolucionário anarquista, ou os “males que vêm de longe”, foi muito ativo na imprensa diária, nas políticas repressivas do Estado, e nas frequentes ações intimidatórias provenientes das associações empresariais privadas. Sobretudo a partir do movimento grevista de 1917, ocasião em que os anarcossindicalistas se destacaram na direção do movimento operário em São Paulo. Além desses, os anarcocomunistas, que sempre foram minoritários no movimento operário, ainda que fizessem ruído, sua proposta de insurreição como caminho da ação revolucionária teve poucos adeptos. demonstração de segurança e certo desdém pelo alcance que o ideário anarquista pudesse alcançar no Brasil, não impediu alguns membros da fração do capital industrial, Luiz de Queiróz, ligado ao ramo químico industrial ainda declarasse que “teorias libertárias, engendradas há tempo na Rússia como reação contra a casta social dos aristocratas, ou noutra país europeu qualquer, contra uma plutocracia

¹⁹⁵ O Senador Antonio Prado, um dos mais proeminentes homens de negócio da Primeira República, tinha, como Luíz de Queiróz, um entendimento inequivocamente capitalista da exploração do trabalho imigrante nas lavouras de café de São Paulo. Na tribuna do senado, declarou que o imigrante, ao entrar no Brasil, não poderia adquirir nenhuma propriedade com menos de três anos de trabalho, tinha que, primeiro, gerar lucro: “[...] a colocação dos imigrantes nas fazendas é o melhor sistema porque, ao cabo de três ou quatro anos, a família for morigerada, sóbria e laboriosa, poderá ter acumulado pecúlio suficiente à aquisição de terras, onde o seu trabalho será tanto mais frutuoso quanto se achará aclimada, conhecerá a língua nacional e terá adquirido as especiais noções da cultura, que só a prática pode dar, e que tanto variam da Europa para o Brasil”. O discurso de Antônio Prado é categórico no sentido de fixar condições básicas para fortalecer o circuito econômico de capitais: excedente de trabalho e alienação da terra. O resultado direto dessa mudança foi à transformação do caráter endógeno da terra; que se convertia em *renda capitalizada* e cujo comércio ficava subordinado à sua rentabilidade. A pequena propriedade no Brasil já nascia subordinada aos princípios capitalistas do sistema. Em suma, para o imigrante alcançar a condição de proprietário de terra, “ficaria assim na dependência de que oferecesse à lavoura a sua força de trabalho”. Os termos apresentados pelo Senador Antonio Prado aos trabalhadores da terra foram assimilados no discurso ideológico do patronato industrial na exploração da força de trabalho operária urbana (MARTINS, 1998)

omnipotente, são no nosso meio meras fórmulas teóricas, sem aplicação práticas” (Jornal do Commercio, 24/7/1917)¹⁹⁶.

Entretanto, a entrada em cena do proletariado industrial nas jornadas de luta de 1917 funcionou como um alerta vermelho para incipiente organização da burguesia industrial, pois a conjuntura política vinha mudando e a correlação de forças entre o capital e trabalho havia se alterado sensivelmente. A partir do final da greve geral de 1917, já ocorrem mudanças na postura dos industriais que reconhecem publicamente os termos de um novo momento histórico. E é exatamente devido a isso que se opera uma profunda transformação no seu comportamento de classe: a prática política que servirá para transformar a mentalidade dos empresários tomarem para si o controle da força de trabalho operária com a atuação político-organizativa das associações de classe em relação aos seus inimigos de classe, representados por organizações sindicais de defesa do salário, direitos sociais, redução do custo de vida e da própria positividade do trabalho.

A reunião citada abaixo teve grande importância, foi um marco político aos anos subsequentes, em tomadas de posições mais coerentes conforme processo em curso de unificar os interesses da fração do capital industrial pela via associativa, a gênese fora lançada nesta reunião em pleno calor do conflito grevista de 1917:

Os industriais abaixo assignados, reunidos em assembleia a convite da Comissão de Imprensa que ontem se constituiu nesta capital, atendendo ás ponderações que a mesma comissão lhes fez em relação á urgente necessidade de se normalizar a vida na cidade, perturbada pela greve, resolvem: a) manter a concessão feita, de vinte por cento sobre os salários em geral; b) afirmar que não será dispensado do serviço nenhum operário que tenha tomado parte na presente greve; c) declarar que respeitarão absolutamente o direito de associação dos seus operários; d) efetuar o pagamento dos salários dentro da primeira quinzena que se seguir ao mês vencido; e) concordar que acompanharão com a máxima boa vontade as iniciativas que forem tomadas no sentido de melhorar as condições morais, materiais e econômicas do operariado de São Paulo. – São Paulo 14 de julho de 1917. – R. Crespi, Jorge Street, Boyes &Comp., E.P Gamba, G.H Ford, S.T Smith, pela São Paulo Alpargatas Co., A. Siciliano, C. Panayotti, & Corp., Ermelino Matarazzo, pela S.A Indústrias Reunidas Matarazzo, Geoge A. Craig, pela viúva Craig & Corp.” (O Estado de S. Paulo, 16/7/1917).

¹⁹⁶ As sistemáticas campanhas semeadas pela imprensa diária contra as ideias e as práticas políticas dos anarquistas foram fundamentais para a criação de um ambiente no qual crescia o desejo de expulsão de estrangeiros que perturbavam a “paz social” com ideias estranhas ao nosso meio. Entre 1907 e 1921, foram expulsos do Brasil um total de 556 imigrantes acusados de práticas não condizentes com os termos da imigração: 181 portugueses; 121 italianos; 113 espanhóis e 141 de outras nacionalidades (MARAM, 1979).

A questão operária era ponto de divergência de posições nas esferas do empresariado industrial. Na prática, o perfil social conservador dos industriais era igual em todo o Brasil, vinculando-se mais estreitamente às oligarquias locais, porém, construindo afinidade de classe com demais representantes industriais de outros estados. Embora houvesse dificuldades para formação de uma consciência burguesa de classe com visão nacional, que na visão de Jacob Gorender (1994, p. 20-31), decorria do “atraso com que surgem as entidades organizativas dos industriais”. No entanto, como temos mostrado, a convergência de interesses dos industriais de várias regiões do país forjou laços de classes apoiados em ações conjuntas anti-medidas governamentais e defesa da industrialização¹⁹⁷, ou mesmo contra a interferência do Estado nas relações de trabalho. As condições da industrialização brasileira impediram, na ótica de Boris Fausto, “a formação de uma burguesia industrial, com suficiente peso social, cujos interesses econômicos fundamentais se chocassem com o grupo cafeeiro” (FAUSTO 1974, p.230-231).

A afirmação de Boris Fausto não levou em conta o dinâmico processo de organização da fração industrial. As articulações efetivas entre o CIFT-SP, CIFTA, o CIB, Associações Comerciais do Brasil (muitas delas abrigavam industriais, como a de São Paulo) e demais entidades patronais, permitiram o surgimento de porta-vozes muito capazes de influenciar políticas de Estado. E se o “peso social” era “insuficiente” para influenciar setores sociais mais numerosos, não se pode dizer o mesmo quanto a sua inserção no debate público, principalmente depois de 1928 com o fortalecimento associativo dos industriais com a formação do CIESP, ponto de inflexão determinada pela ação de classe e unidade política da fração mais poderosa e influente dos industriais paulistas, os representantes do grande capital da indústria. Para o desenvolvimento satisfatório de uma classe pressupõe que esta seja capaz de formar uma camada de

¹⁹⁷ A luta por políticas alfandegárias favoráveis era fundamental para o crescimento da indústria. Em 1923, refletindo as políticas protecionistas adotadas pelo Brasil, o governo francês ameaçou retaliações ao Brasil em virtude do aumento das taxas aduaneiras brasileiras para importação de produtos. As pressões dos exportadores franceses caíram sobre a Embaixada e Consulado da França em São Paulo, até agora, porém, “nem Consulado nem Embaixada puderam tranquilizar os interessados e continuam à espera de instruções e dados precisos sobre o assunto que vem preocupando intensamente todos os círculos industriais e comerciais que mantêm relações com o Brasil” (Jornal do Commercio, 09/12/1923). No ano seguinte (1924), com as reformas econômicas e cambiais assumidas pelo governo de Arthur Bernardes, o câmbio valorizou-se criando apertos para os produtores da indústria nacional. Além disso, aumentou os de impostos, conteve gastos públicos, reformou sistema bancário (havia excesso de crédito) e criou um Banco Central. Essa fase foi marcada, como já analisamos no capítulo 3, por um período de deflação que acertou em cheio o maior setor industrial, o têxtil, que ficou com grandes estoques parados devido à entrada massiva de tecidos ingleses.

quadros intelectuais capaz dar-lhe homogeneidade e consciência de sua própria função, mas não apenas na esfera econômica como também nos terrenos da política e da ideologia. Segundo Gramsci (2004, p.12-23), “os intelectuais de tipo urbano cresceram junto com a indústria e são ligados às suas vicissitudes”, em que pese as desconfianças proveniente de frações minoritárias do capital industrial, como veremos no próximo capítulo.

No decorrer da década de 1920, o patronato aumentou o número das suas organizações por setor. A formação de uma associação de classe industrial geralmente buscava defender os interesses econômicos mais imediatos do ramo industrial a ela filado. Mas a unidade de classe dos empresários frente às greves operárias é outro motivo forte de que se resulta a criação de muitas associações patronais, uma vez que a organização associativa do proletariado era superior. Assim, os movimentos grevistas funcionaram como pressão de classe, levando os industriais a também se organizar para poder lidar com as entidades operárias (LEME, 1978, p.10).

A greve no seu estado puro representa o mais alto grau de contestação social, pois desmarcara a ideologia patronal que estabelece igualdade nos papéis do capital e trabalho. No caso, tanto patrão como operário compartilhariam das mesmas necessidades no campo produtivo, mas cada qual cumprindo seu papel. O patronato enxergava a organização dos trabalhadores como ameaça ao poder de controle exercido por ele no interior das fábricas e fonte de perturbação social. Pupo Nogueira, membro de destaque no CIESP, declarou em 1931 que, “a história do sindicalismo demonstra que, em dado momento, chega-se a um ponto em que a sua ação degenera, passando do terreno social para o político, transmutando-se de ação de equilíbrio das classes do trabalho em ação de desordem social” (PUPO NOGUEIRA, 1935, p.30). Para ele, na medida em que os sindicatos operários ganhavam força havia uma tendência inexorável do controle escapar das direções, uma vez que, “excitadas pelas lutas em que se empenham, embriagadas pelo sucesso, as organizações sindicais começam a olvidar a sua finalidade e passam a ser germens de desordem e de violência” (PUPO NOGUEIRA, 1935, p.30).

Os ataques à organização sindical operária desferidos pelas associações patronais tinham um endereço certo, a supressão do poder organizativo operário e aludir a luta de classes como expressão política de um conflito inevitável, “*as greves resolvidas com vantagem para o operariado, em vez de acalmá-lo, levam-no a impor novas reivindicações cada vez mais inaceitáveis e impertinentes*” (grifos nossos). A práxis política da fração do capital industrial, nas primeiras décadas do século XX, revela que

seu caráter associativo se constrói na cerrada oposição ao movimento operário. Cabe salientar que uma das premissas básicas do materialismo histórico que, “a luta secular entre as classes resolve-se em última instância no nível político da sociedade – e não no nível econômico ou cultural” (ANDERSON, 1985, p. 11). A diretriz política elaborada pelas associações patronais concebia a luta de classes como ameaça a seus lucros. Isso devido às próprias pressões dos sindicatos operários que repercutiam no Parlamento, apesar do anarcossindicalismo não defender a ação política parlamentar, a dinâmica emergente da violência policial, alto custo de vida e inexistência de direitos sociais, impôs às direções sindicais o diálogo e dos constantes apelos de apoio político a membros do Parlamento Nacional. Em diversas situações de conflitos, os deputados Nicanor Nascimento e Maurício de Lacerda pegavam o trem expresso noturno que partia do Rio de Janeiro em direção a São Paulo para apoiar a luta e as reivindicações dos operários.

Pupo Nogueira tinha uma visão clara do avanço das causas operárias no Congresso Nacional e o que representavam para a fração industrial. Acusava de oportunismo político os “chefes” dos sindicatos operários, onde “levados pela miragem dos sucessos obtidos, começam a ter aspirações políticas e ainda isto é patenteado entre nós e singularmente facilitado pela representação das classes trabalhistas no Parlamento Nacional”, assumia medidas extremas ao enfrentar os movimentos grevistas, de não só encerrar com a luta, mas perseguir dirigentes operário e suas organizações (PUPO NOGUEIRA, 1935, p. 31-32).

O radicalismo de Pupo Nogueira defendia ações do poder público mais contundentes contra o movimento operário, considerava insuficientes para preservar seu poder político de classe ameaçado: “a interferência do Estado nas lutas oriundas da degenerescência do sindicalismo foi inócua na sua generalidade: ele não logrou restringir as reivindicações cada vez mais prementes e cada vez mais extensas do exército do trabalho”. Para Pupo Nogueira, havia desmoralização do Estado que, “frequentemente teve que capitular entre os escombros do seu prestígio” (PUPO NOGUEIRA, 1935, p.32). Em resposta ao desequilíbrio social provocados pela luta e classes, a principal medida do empresariado industrial foi consagrar o caráter associativo de suas entidades em genuínos espaços de elaboração política e de intervenção na luta de classes.

Durante a Revolta de 1924, forças rebeldes do Exército e da Força Pública, como já tratamos aqui, tomaram a cidade de São Paulo, durante o período de 5 a 27 de julho. Entretanto, o estado de sítio, concedido por 60 dias, a partir da data da eclosão da Revolta,

serviu como pretexto para investida policial contra as organizações operárias. E partiu do CIFT, na pessoa de seu Gerente, Pupo Nogueira, as iniciativas de contatos com a polícia no intuito de atacar órgãos de representação do movimento operário. Em Circular Confidencial aos sócios do Centro, Pupo Nogueira regozijava-se com indisfarçável júbilo “maquiavélico”, o seguinte:

Temos a honra de informar a V. Sas., confidencialmente, que a Polícia, aproveitando-se dos dias anormais que atravessamos recentemente, destruiu tudo quanto se continha nas sedes das associações de classes operárias. Assim, o grêmio dos operários em indústrias têxteis, em via de organização, desapareceu, como desapareceu o grêmio dos sapateiros, que era bem-organizado. Foi uma medida acertada, a nosso ver, e que nos põe a salvo de inquietações por via de futuras greves (CIFTSP, 14/8/1924).

O temor da “desordem” de um dos mais eficientes intelectuais orgânicos do empresariado organizado não era infundado¹⁹⁸. A Revolução Russa de 1917, os movimentos grevistas de 1917 a 1921, além das incertezas geradas pela Revolta de 1924 em São Paulo, pressionavam o empresariado industrial a se coligar politicamente. Pupo Nogueira via as greves como “atos de violência” e de sabotagem sistematizada, já que as “alterações de ordem social”, segundo o pensador André Joussain, citado por Pupo Nogueira, “podem ter como consequência algumas vantagens de ordem moral e material, arrancadas a um patronato atemorizado” (PUPO NOGUEIRA, 1935, p. 32). Seu argumento enfatiza que toda greve traz consigo o embrião da desordem social e seus perigos, que resultaria, “no entender de utopistas e visionários que vivem à margem da vida, o domínio incontestável do proletariado no mundo”. O reconhecimento da funcionalidade de certas utopias revolucionárias lhe fizera crer na gravidade que representava os conflitos entre capital e trabalho ao final da década de 1920 e início dos anos 1930.

Portanto, não bastava se organizar associativamente em entidades de classe, já que a inquietação social causada pela luta de classes exigia não apenas o combate imediato do patronato industrial contra as demandas sociais do operariado, exigia, efetivamente, a presença constante do poder de Estado contra ameaças de irrupções sociais. Neste sentido,

¹⁹⁸ No clássico estudo que Engels realizou sobre as condições da classe trabalhadora inglesa, há uma observação valiosa para o nosso período em questão. O empenho da burguesia em desestruturar a organização operária também resguarda um importante objetivo, aprofundar a concorrência do operariado. Para ele, “O tecelão que opera um tear mecânico concorre com o manual; o tecelão manual desempregado ou mal pago concorre com aquele que está empregado ou é mais bem pago e procura substituí-lo. Essa concorrência entre trabalhadores, no entanto, é o que existe de pior nas atuais condições de vida do proletariado: constitui a arma mais eficiente da burguesia em sua luta contra ele. Daí os esforços do proletariado para suprimir tal concorrência por meio de associações e daí o furor da burguesia contra essas associações e seu grande júbilo a cada derrota que consegue impor-lhes” (ENGELS, 2010).

combater as utopias revolucionárias que inspiraram às revoluções russa (1917), húngara (1919) ou chinesa (1927) se colocava como questão do Estado burguês. Há nessa atitude uma polarização política de toda rede de ação auto defensiva e repressiva, sob a condução de instituições ligadas ao poder burguês, da empresa ao Estado, gerando um eficiente aparato superestrutural opressivo que se converte, efetivamente, na dominação burguesa como “única fonte de poder político legítimo”. Daí provém a opção interna das classes dominantes no Brasil por um tipo de capitalismo que sacrifica a sociedade brasileira às perversidades do “desenvolvimento desigual interno e da dominação imperialista externa” (FERNANDES, 1975, p. 302-303).

O núcleo mais dinâmico de empresariado paulista era o representante dos capitais da grande indústria têxtil, e, desde 1919, estiveram à frente do processo associativo dos industriais, organizando uma forte atividade em pró de ações coletivas que trouxessem ganhos políticos e econômicos para o fortalecimento da indústria paulista, capaz de atender às complexas exigências da acumulação do capital. É claro que a dinâmica estatal proveniente do desenvolvimento da economia cafeeira não congratulou uma partilha proporcional de poder, isso devido à própria dinâmica geral de acumulação do capital que não se dava, fundamentalmente, a partir da economia fabril. Isso não invalida o argumento de identificar no processo de organização associativa dos industriais paulistas a emergência de um projeto político que representasse suas convicções de desenvolvimento e organização social inspirado na racionalidade prática, que elevaria a indústria e seus representantes a condição de líderes na constituição da nação brasileira – reconhecimento este que permitiria à sociedade de consumo “uma justa apreciação das atividades dos nossos homens de fábrica, entrelaçando os nossos mercados internos e reunindo, em crescente cordialidade, todos esforços, que cooperam na formação da nossa própria nacionalidade” (SIMONSEN, 1943, p.176).

Tanto Simonsen quanto o engenheiro Roberto Mange, um dos fundadores do IDORT¹⁹⁹, se notabilizaram em atribuir ao Estado a responsabilidade de fomentar, cada

¹⁹⁹ O IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho), foi um órgão criado em 1931, tinha como principal objetivo centralizar as discussões do projeto industrial para o Brasil, assim como proposta para a educação profissional dirigida aos trabalhadores. O crescimento da economia industrial exigia métodos científicos que qualificassem esse “novo trabalhador” através da educação. Os fundadores do IDORT foram os defensores da ‘Escola Nova’ como Lourenço Filho, Fernando Azevedo e Noemy Silveira. Além desse, professores da escola politécnica de São Paulo também respondem pela sua fundação. A administração científica do trabalho mobilizou os empresários industriais ante a organização operária, com o propósito de interferir nas condições de vida e de trabalho do operário, através de soluções técnicas. Todavia, numa

vez mais, relações harmoniosas entre capital e trabalho. E mais, identificava a ação do Estado “como um mecanismo potencialmente útil para disciplinar os membros de sua própria classe”. É preciso que se diga que muito da política adotada já sob o regime de Vargas tinha o selo dos intelectuais orgânicos, da então, em formação, burguesia industrial de São Paulo (WENSTEIN, 2000, p. 71-73).

Com isso, os desafios de classe enfrentados pela fração burguesa do capital industrial passaram a exigir uma leitura da realidade político-social e econômica do país que se mostrou indispensável para consecução de um projeto próprio de dominação de classe, que se aprofundará, anos mais tarde, com a fundação do CIESP e da FIESP. Portanto, a fundação de centros associativos durante a década de 1920 e a afirmação do *ethos* empresarial, cujas lideranças mais proeminentes foram Roberto Simonsen e Street, em São Paulo, Euvaldo Lodi e Vicente Galliez, no Rio de Janeiro, são indícios de que, além de ser uma força que objetivamente marcara sua presença na realidade nacional, o empresariado industrial adquiria consciência de seus interesses e procurava organizá-los.

O esforço empreendido pelos intelectuais orgânicos do setor industrial e seus aliados para dominar o discurso da competência técnica teve importantes implicações nas relações e no processo de trabalho fabril. Por sua vez, as demandas causadas pela luta de classes, embora importantes, tinham que ser combinadas com outras preocupações políticas: mudar a visão dos políticos, profissionais e reformistas da classe média em relação à indústria²⁰⁰. Esses setores duvidavam da contribuição da indústria para o progresso econômico e a tão cantada, em prosa e verso, “paz social”. Destacando o papel central da competência técnica para garantir e aumentar sua autoridade no interior das fábricas, e atribuir para si a competência na elaboração de políticas e programas públicos. O discurso baseado numa visão racionalista da sociedade assim como de suas relações visando promover novas formas de organização do trabalho e de socialização do trabalhador. Contudo, Bárbara Weinstein (2000, p.21) acredita que “tais esforços produziram muito pouco progresso linear no sentido de uma sociedade industrial

perspectiva de que não só o trabalho, mas a sociedade como um todo seria passível de sujeita a intervenções de técnicos (cf. ANTONACCI, 1992).

²⁰⁰ A imagem social da indústria não era boa, por uma questão ou por outra, a indústria cultivou muitos críticos. Um deles, o distinto escritor Lima Barreto, expressou uma visão cáustica que parte dos consumidores tinha dela: “A indústria nacional da Brazudanga tem por fim espoliar o povo com altos preços dos seus produtos. É nacional, mas recebe matéria-prima, já meio manufaturada, do estrangeiro” (BARRETO, 2021).

racionalmente organizada”, visão que coincide com a de Florestan Fernandes, na medida que este vê a industrialização, antes de tudo, como um valor social²⁰¹.

Na Primeira República, o universo ideológico das classes dominantes (destaque para os industriais) estava dividido em dois campos que se definem na oposição de um ao outro: de um lado o mundo do trabalho; do outro, há o mundo da ociosidade e do crime. No discurso dominante, o mundo da ociosidade e do crime está à margem da sociedade produtora, que é concebido como “valor” invertido do mundo moralmente virtuoso, neste, o trabalho e a ordem sobressaem (CHALHOUB, 1986, p. 49). Lutar pela valorização do trabalho e romper com o círculo vicioso que prendia o labor do operário fabril nas virtudes consagradas da ética capitalista, implicava construir um discurso positivo do próprio trabalho fabril em contraposição à ideologia burguesa segundo à qual “a riqueza não seria fruto do trabalho proletário, mas sim trabalho burguês”. Uma vez que o trabalho que gera o capital não seria o trabalho expropriado e sim o trabalho próprio, conseqüentemente, “o emprego oferecido pelo burguês passou a ser visto como dádiva do capitalista”, maculado por uma aura redentora que, ao enriquecer, liberta (MARTINS, 2004, p.150).

O operariado se contrapunha à ideologia burguesa do trabalho adotando um contradiscurso a partir de seus órgãos de classe, associações de bairros, e no próprio enfrentamento cotidiano no interior das fábricas, nas tentativas de consolidar trabalhos de organização e de comissões fabris²⁰². Cabe ressaltar que a ideologia da ociosidade e do crime, que fora amplamente assumido pelos industriais, teve uma clara utilidade quando interpretada pelo viés da racionalidade do sistema, cujo principal objetivo era justificar os mecanismos de controle das classes subalternas. O rigor da lei penalizava os movimentos grevistas porque, num certo sentido, rompiam com o círculo vicioso de exploração inspirado num modelo que fora, outrora, aplicado ao trabalhador cativo, isto é, nenhuma concessão de direitos²⁰³. A luta por concessão de direitos relativos ao

²⁰¹ As nossas condições econômicas, sociais e culturais estavam marcadas por carências por elementos sabidamente necessários para a transposição nos mesmos termos dos modelos de organização e exploração econômica da empresa industrial, isto é, técnicas, instituições e valores exigidos etc. Convém frisar que tais elementos foram apenas parcialmente reproduzidos, limitando-se na escala em que o permitia a nossa situação histórica (FERNANDES, 2008, pp.67-69).

²⁰² A luta pelo direito da cobrança sindical por parte dos dirigentes operários no espaço da fábrica teve uma feroz resistência dos industriais organizados associativamente no CIFT-SP como do grupo organizado na Associação Comercial de São Paulo – ACSP (Cf. SILVEIRA, 2016).

²⁰³ Durante as três primeiras décadas do período republicano, os representantes do poder político da burguesia, secundados pela fração industrial, resistiram as todas as tentativas de adoção de direitos sociais no Brasil: direito à aposentadoria, às férias, à indenização e à regulamentação das relações entre capital e trabalho (cf. MAGNANI, 1982).

operariado, como veremos mais à frente, despertou no patronato industrial à necessidade de criar aparelhos políticos-associativos privados em resposta à organização do proletariado urbano de São Paulo.

Além do mais, a necessidade de organizar contraposição à luta política operária por melhores condições de vida, as associações de classe dos industriais se multiplicaram na dinâmica conflituosa do capital e trabalho como forma de pressão a qualquer reivindicação operária que viesse afetar a acumulação capitalista dos industriais. É por conta disso que irão conduzir suas demandas de classe às “agências da sociedade política” de modo a vê-las atendidas, e como já mencionamos aqui, uma maior articulação associativa visando proteção tarifária diante das oscilações cambiais, além das pressões exercidas pelo poderoso setor comercial importador e da política de livre cambismo (MARGALHO, 2018, p.39).

Depois de 1888, com a formação do mercado de trabalho em São Paulo, a burguesia projetou seu controle e manutenção da multidão de novos trabalhadores que justificasse em termos econômicos a substituição do trabalho escravo. O trabalho livre deveria ser abundante e barato, para produzir e reproduzir o capital, cuja dinâmica se expressou no meio rural e urbano. Os estrangeiros que aportaram em São Paulo, durante a Primeira República, favoreceram o surgimento de um importante mercado local, favorecido pelo processo de urbanização em curso e impulsionado por uma infraestrutura econômica de serviços ligados à agricultura de exportação, comércio e indústria.²⁰⁴ As transformações socioeconômicas que o país passava, causavam uma atmosfera de euforia nas “novas elites que ascenderam com a República, de que o Brasil ‘andava a braços’ com os novos ditames do capitalismo, do progresso e da civilização” (SCHWARCZ, 2014, p. 39).

A vaga imigratória que abasteceu o estado de São Paulo com mão de obra barata, destinada principalmente às lavouras de café com subvenção governamental, ou não, foi crucial para consolidar o mercado de trabalho urbano-fabril de São Paulo, e a principal condição para acumular capitais, já que “o custo do operário se reduz, quase que exclusivamente, aos meios de subsistência que lhes são necessários para viver e perpetuar

²⁰⁴ Segundo Dowbor, a industrialização e a modernização das exportações permitiram a formação de um processo cumulativo. “O Rio de Janeiro passa de 811 mil habitantes em 1906 para 1 158 mil em 1920. São Paulo passa de 240 mil em 1900 para 580 mil em 1920 e a sua população crescerá a partir daí num ritmo de mais de 5% ao ano” (DOWBOR, 1982, pp.123-124).

sua espécie”. No conceito de história em Marx, o advento da luta de classes aparece como a gênese política do domínio de classe exercido pela burguesia ante o proletariado. Em face disso, a constituição das relações modernas entre a burguesia e o operariado presume uma relação conflitante. Assim, quanto menor for os salários pagos pelo patronato, tanto melhor para a atividade industrial, que se apoiou num considerável excedente de mão de obra via êxodo rural, para “turbinar” a produção das manufaturas em fase de crescimento (MARX; ENGELS, 1999, p. 46). A mercado de trabalho em São Paulo viveu um fenômeno semelhante, porém, muitos estrangeiros permaneceram na Capital abrindo ou trabalhando em pequenas oficinas, enquanto a maioria se dirigiu ao campo.

Com disponibilidade de força de trabalho, o mercado parecia funcionar atendendo às demandas fabris, na medida em que os empregadores dispunham de uma população em franco crescimento devido à excedentes migratórios²⁰⁵. O cônsul dos Estados Unidos em São Paulo afirmou, em 1922, que dificilmente existiria em qualquer outro lugar um setor industrial que dispusesse de melhores condições de trabalho, do ponto de vista dos patrões: “existe grande número de trabalhadores em diversas áreas específicas ganhando salários muito baixos” (PINHEIRO; HALL, 1981, p.126). Chama atenção a observação de outro testemunho estrangeiro quanto a extensão do grau de violência desferido pelo Estado contra as formas de organização do operariado urbano. Em 1927, o cônsul da Itália em São Paulo escreveu comentando que havia uma “repressão absoluta exercida pelas autoridades brasileiras contra quaisquer iniciativas de organizações sindicais, as mais pacíficas” (WEINSTEIN, 2000, p.376).

Quanto aos movimentos grevistas reivindicatórios, foram reduzidos consideravelmente pela ação combinada da repressão do Estado e atividades antissindicais patrocinadas pelas ações patronais através de suas associações de classes. Apesar de grupos políticos terem feito algumas tentativas de adoção por uma legislação que limitasse o trabalho infantil e instituisse as férias remuneradas, os industriais

²⁰⁵ Os subsídios à imigração bancados pelos governos paulista e federal asseguraram a oferta de trabalho no complexo cafeeiro e demais atividades agrícolas coligadas. De 1881 a 1917, os gastos relacionados com à imigração da parte do Tesouro Nacional somaram 137.219:379 (contos de réis). Essa verba despendida refere-se a todas as unidades do país. O estado de São Paulo se beneficiou com a maior parcela, neste mesmo período desembolsou cerca de 92.000:000 contos. Até 1900, o Governo Federal subsidiou de 63% a 80% das despesas geradas com a vinda de imigrantes, e só a partir da virada do século, quando foi maior a entrada de espanhóis e portugueses em São Paulo, é que se firmou uma imigração dependente de recursos públicos. Diferente de alguns autores, Lilia Schwarcz afirma que “o movimento populacional não derivava mais da expansão cafeeira, mas expressava a intensificação das atividades urbano-industriais” em São Paulo (SCHWARCZ, 2014) (Cf. KOVARICK, 1994).

ignoraram essas novas leis impunemente (WEINSTEIN, 2000, p. 34). Trataremos desta questão no capítulo seguinte, a resistência política do CIESP contra a interferência do Estado nas relações de trabalho.

Alguns trabalhos historiográficos apontaram a atitude paternalista de alguns empresários, tomando como exemplo recorrente o dirigente industrial Matarazzo e, principalmente, Jorge Street²⁰⁶. Este último, proprietário da Tecelagem Sant'Anna, fora apresentado como uma figura de proa, expressão do liberalismo econômico e social, e tolerante em assuntos que envolviam as questões sociais; revela, no entanto, que esse modo de agir não se constituiu como regra. A postura flexível de Jorge Street indica que, se houve variantes individuais no padrão autoritário dominante dos industriais, elas não chegaram a constituir um modelo alternativo da prática patronal; constituíram, pelo contrário, expressões mais conscientes da necessidade de um maior controle social e ideológico sobre o proletariado fabril, mais sutil ante a repressão violenta ostensiva. Operavam, assim, com o intuito de divisão no interior do movimento operário, uma vez que este não era homogêneo. Havia setores mais moderados como o de operários ligados às organizações católicas e até de direita (Folha de São Paulo, 11/7/ 2004). Portanto, há um impacto, sim, no processo de organização patronal, pois o objetivo principal das associações empresariais, criadas a partir de 1919, foi empregar mecanismos de controle operário que fossem mais eficientes. Essa tática variou de acordo a cada momento dos confrontos, mas não há a menor sombra de dúvidas que o principal recurso adotado nas relações de capital e trabalho se estruturava no exercício da coerção e criminalização das lutas salariais ou direitos sociais.

A ideia difundida pelos industriais de que a riqueza não é produto do trabalho explorado do operário, mas também das privações do patrão, sobretudo na origem do seu capital, consagrou e justificou para o trabalhador, nas primeiras décadas do processo de industrialização em São Paulo, a exploração de outra classe sobre ele. O termo que oculta a exploração do trabalho pelo patrão se completa pela ênfase nas virtudes do trabalho do burguês como base de riqueza. Assim, a igualdade responderia a concepção ideológica segundo a qual, que as pessoas que trabalham estão conectadas entre si porque trabalham. Por seu turno, em tese, o patrão deveria ser “solidário” com os propósitos do trabalhador. Essa ideia parece ter fundamentado práticas paternalistas e concepções burguesas de “paz

²⁰⁶ Ver Petrati (1990), Carmo (1998), Gomes (1979), Hardman (1982), Martins (1973) e Silveira (2016).

social” ou mesmo de populismo e do corporativismo que sinalizam as relações de classe em São Paulo. O núcleo dessa é de que só o trabalho redime o homem. Portanto, aqui, o trabalho é concebido como um termo de igualdade de chances, qualquer pessoa pode almejar riqueza, mas desde que trabalhe com afinco e, se preciso for, até num trabalho penoso. Transformando o trabalho no meio de sua própria libertação, com a retórica da “paz social” e concórdia entre campos sociais antagônicos na luta de classes.

O desejo manifesto pelos empresários em reter em suas mãos o controle assistencial aos trabalhadores como um atributo da iniciativa privada, em essência encobria uma das regras mais caras do capital: controle da força de trabalho! O CEFIT-SP, que adotou políticas hostis para destruir a organização operária, mostrava outra face da moeda: “as indústrias nacionais nunca foram infensas a medidas de amparo e proteção ao trabalhador” (CIFT-SP, 18/6/1924). O Centro patronal insistia na corporificação da ideia de que se preocupavam com os trabalhadores, porém interferências públicas não geravam resultados de agrado ao capital e trabalho. Evocar a solidariedade existente entre ambos tentava sob formas ideológicas de acomodação de classes antagônicas, negando a própria base da riqueza proveniente da exploração concentrada da força de trabalho operária. Acusar os “maus operários” pelos males advindos de sua própria pobreza, projetava os “bons operários” atrelados à ideologia de trabalho em bases de igualdade e não da exploração: “há, evidentemente, no meio operário, miséria e necessidade de assistência, mas isto ocorre a parte do mau operariado, uma vez que a parte boa, a parte sã, foge a miséria, trabalhando, e aceita de boa mente a assistência que lhe dão os patrões” (CIFT-SP, 18/6/1924). A regra poderia ser essa: “quem não aceita o nosso paternalismo está fadado a miséria”.

Esse comportamento pouco amistoso confirma a tese de que a tolerância não vigorou como modelo alternativo e efetivo das ações patronais, na realidade esteve longe disso, predominou a conveniência de um maior controle social e ideológico sobre a força de trabalho operária. Muitas vezes, era exercida com sutilezas e em outras pela coação e cristalina violência policial. A desvalorização do trabalho operário nas manufaturas paulistas alimentava tanto a ideologia da burguesia industrial quanto ao trabalho das classes laboriosas, transferindo-lhes um salário irrisório para a sua sobrevivência. Acima de tudo, o regime de disciplina nas fábricas mediante longas jornadas de trabalho, marcadas pela vigilância severa, pelas multas, humilhações, proibições, punições, demissões sumárias e, no caso de crianças, práticas de castigo e espancamentos, fazia a

imprensa operária retratar esse regime como de *escravidão*. A ideologia do “bom patrão” contracenava com esquemas de controle intolerantes da força de trabalho dentro do espaço fabril e, quando em lutas por direitos, a violência do Estado se abatia sobre eles. Tudo isso assevera o fato, predominante na visão de Nicolau Sevcenko (1992, p. 144), de que “a violência se impunha como elemento articulador do quadro político geral da Primeira República” e sem nenhuma distinção de idade. A resistência associativa patronal contra regulamentações do trabalho do menor escancarou o caráter de classe pernicioso da burguesia.

5. A FUNDAÇÃO DO CIESP EM 1928: O SALTO ORGANIZATIVO DOS INDUSTRIAIS

O intuito deste capítulo é analisar a origem do CIESP frente aos efeitos da luta de classes no final da tumultuada década de 1920. O primeiro aspecto se baseia nas circunstâncias que precederam a sua criação, tendo o grande capital como protagonista. A segunda questão refere-se respeito ao crescimento diversificado da indústria paulista, um fenômeno decisivo na reorientação dos objetivos da classe industrial, já que impulsiona a base material sobre a qual os ajustes do projeto associativo e político do empresariado industrial são realizados, na segunda metade dos tumultuados anos 20. A expansão do parque industrial paulista produziu uma contradição a ser enfrentada: o crescimento numérico e a importância social adquiridos pelo movimento operário às portas da Revolução de 1930, fenômeno que aprofundou as disputas por uma legislação social. Assim, nosso objetivo aqui, com base nas circulares do CIESP, é tratar da regulamentação de trabalho do menor. Por último, uma terceira questão: a decisão dos industriais de romperem com a Associação Comercial de São Paulo (ACSP) e o monopólio de mercado. A fração comercial importadora da burguesia, que detinha maior influência sobre a entidade, era quem dava as cartas no mercado. Tanto a importação quanto a distribuição dos artigos importados estavam sob controle dos empresários do setor comercial, e até mesmo a distribuição daquilo que se produzia internamente, implicando, para descontentamento dos industriais, diretamente nos custos gerados pela logística de distribuição das mercadorias produzidas. A decisão de romper com ACSP representava algum risco de natureza econômica ou política? Na verdade, a ruptura era

produto da nova realidade aberta à indústria. A produção industrial de 1928 foi recorde na década, mas sentiu os efeitos da crise sobre a economia brasileira como um todo.

A conjuntura conflituosa do final da década exigiu dos setores mais organizados do grande capital industrial a sinalização de um novo projeto de classe que pudesse responder os desafios do presente — propósito que só se aprofundou na década de 1930, com a criação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), instituição empresarial que se destacou nas relações com o governo Vargas em defesa de um projeto industrial. Mas foi na atuação do CIESP que acumulou toda experiência organizativa empresarial da década de 1920 e a culminância de um novo patamar associativo dos industriais.

Por meio de qual política? Nossa principal hipótese é na formação de uma nova entidade que tivesse maior abrangência de atuação no campo da luta de classes e na esfera institucional do poder político de Estado. Em outras palavras, a criação do CIESP simbolizou não apenas as tarefas colocadas para si em termos econômicos e sindicais, mas foi consequência dos efeitos da conjuntura conflitiva sobre suas definições de classe. Essa premissa estabeleceu uma nova postura de atuar em favor do industrialismo, fazendo o *lobby* junto ao poder Estado por uma política industrial. Os tempos haviam mudado e as exigências também.

5.1. Fatores ligados à fundação do CIESP: contradições da fração industrial

A proeminente ascendência política sobre o aparelho de Estado levado a cabo pela burguesia agrário-comercial de São Paulo, entre 1894 e 1930, contou com o apoio da fração industrial, pois esta, prudentemente, trocava apoio por favores. Contudo, à medida que se tornava mais difícil a manutenção de suas taxas de lucros, a fração dos industriais, sobretudo no decorrer dos anos 1920, quando o patronato industrial se deparou com maiores dificuldades no campo econômico, o que lhes exigiu maior coesão nas tomadas de decisões, os industriais começaram a pensar, como lembrou Warren Dean, “em função de seus interesses de grupo em oposição aos interesses dos outros – os fazendeiros, importadores e classe média. Isso, por seu turno, propiciou o advento da coesão e a consciência própria [...] na elaboração de uma ideologia explícita do industrialismo” (1979, p.139-140).

A política de sustentação da cafeicultura durante a década de 1920 foi bem-sucedida, possibilitou preços estáveis e elevados externamente em relação aos produtos importados, além disso, “em função de uma taxa de câmbio relativamente estável, transferiu este aumento de preços para o cafeicultor nacional” (DEAN, 1977, p. 140). Entretanto, a política de valorização da moeda assumida pelo governo Bernardes atrapalhou a trajetória de crescimento da indústria durante toda a década de 1920, à exceção do período entre 1920 e 1923, período que o desempenho industrial se beneficiou com taxas cambiais elevadas, “que em parte era subproduto da defesa do setor cafeeiro” (DEAN, 1977, p. 186). Para o economista Simão Silber, a proteção concedida ao setor agroexportador na década de 1920, “significou retardar o desenvolvimento industrial” (DEAN, 1977, p.187). Portanto, assim como Jacob Gorender (1981), Silber não vê uma relação simétrica da cafeicultura com a industrialização como defende Cano (1998).

Com referência à aliança entre fazendeiros de café e industriais na luta política de 1930, Boris Fausto (2011, p. 52) caracterizou essa aliança como manifestação de uma complementariedade básica, “os setores industriais não constituem um acordo ocasional, mas uma íntima e permanente aliança”. Mas o correto seria falar em complementariedade contraditória. É verdade que os industriais tinham na agricultura seu principal mercado consumidor e a fornecedora do grosso de suas matérias-primas, fornecedores de capitais e geradores das divisas necessárias para importação de maquinário industrial, equipamentos e material de transporte, ou seja, materiais ainda não produzidos no país. Por outro lado, os produtores rurais nunca deixaram de mencionar que o Brasil é essencialmente agrícola e que a vocação natural de sua economia é agrária, ainda que considerando a existência da indústria nacional como necessária. A indústria representava um fértil campo de investimentos de capitais excedentes, pois as tecelagens compravam algodão, couros e outras matérias-primas de origem rural. Além do mais, o crescimento regular do operariado constituía a expansão do mercado para consumo de gêneros alimentícios. No entanto, esse ajustamento incorria em instabilidades e estava “sujeito a contradições e recomposições nem sempre de fácil arranjo” (GORENDER, 1981, p.53).

Os industriais importavam maquinário, equipamentos e matéria-prima provenientes de países avançados, que os produziam a baixos preços, mas não tinha condições de concorrência com os produtos estrangeiros. Visando se proteger em termos de mercado, defendia tarifas alfandegárias elevadas ao produto de fora que concorresse com o similar nacional. Os industriais precisavam comprar matérias-primas e bens manufaturados do estrangeiro com preços favoráveis, daí sua defesa de taxas

alfandegárias compatíveis com os interesses da indústria local, opondo-se, efetivamente, à aplicação de tarifas elevadas de importação. Era uma política de comércio exterior bem complexa, dado os interesses das demais frações burguesas do capital comercial e agrário. Os industriais buscavam a todo custo uma política protecionista, apesar da complexidade que tal exigência denotava.

A reivindicação dos industriais despertou oposição e até hostilidade da parte de representantes governamentais, ou de setores de classe média que os acusavam de produzirem produtos de baixa e caros.

Embora tenha sido assinado o projeto original de reforma das tarifas de algodão, Lindolfo Collor nunca revelou maior simpatia pela indústria. Em agosto de 1924, por exemplo, enviou uma carta a Otávio Pupo Nogueira, a propósito das rivalidades existentes entre fabricantes e distribuidores de tecidos, onde utiliza argumentos idênticos aos dos jornais porta-vozes da ideologia anti-industrialista. Collor acentuava a necessidade de os empresários considerarmos o público na fixação de preços, em troca de favores governamentais, “sem a obsessão de acumular do dia para a noite enormes fortunas que o público os acusa de juntar, fortunas que em regra se originam dos sacrifícios e sofrimentos das classes menos favorecidas, a grande maioria dos consumidores brasileiros” (FAUSTO, 2011, p. 58).

O setor agroexportador defendia uma política econômica oposta: a do *livre cambismo*, se colocando contra barreiras alfandegárias que onerassem a entrada de produtos estrangeiros. Como vimos no primeiro capítulo, essa é uma política que convinha aos países já industrializados, porém, era benéfica às classes dos países dependentes vinculadas à exportação de artigos primários.

Divergências intraburguesas ou no mesmo setor econômico faziam parte das contradições que implicavam os capitais particulares. Sob este aspecto, ocorriam divergências setoriais entre os próprios industriais, elemento que criava barreiras na defesa do protecionismo. As grandes tecelagens importavam fio estrangeiro de melhor qualidade e mais barato, enquanto as fábricas de fiação adquiriam matéria-prima nacional. No setor calçadista, onde também havia grandes estabelecimentos industriais, davam preferência em comprar o couro estrangeiro em detrimento dos curtumes nacionais.

Os rigores da competição ou o processo de produção, que faziam de alguns os fornecedores ou clientes de outros, provocavam, geralmente, excessos de antagonismo. Nas grandes tecelagens, os fabricantes de tecidos, por exemplo, combatiam a proteção tarifária não só para o algodão, mas igualmente para corantes e máquinas. Assim, as pequenas empresas que produziam o preto do carvão e anilinas (índigo) jamais

desfrutaram de taxas protecionistas, e os fabricantes de teares, como a Nardini, tiveram de enfrentar, já sob os efeitos da crise mundial no início da década 1930, as exigências dos fabricantes de tecidos para que se interrompesse a produção nacional. Por sua vez, os fabricantes que operavam no ramo do papel, que haviam obtido a proibição da importação de máquinas para fabricar papel, foram reclamar ao governo ao descobrir, surpresos, que a Klabin planejava produzir celulose no país — iniciativa que, supunham eles, seria adicionada a capacidade adicional do fabrico de papel (DEAN, 1971, p.157).

A concorrência entre os capitais particulares atendia às regras gerais do capitalismo, estabelecer mecanismos regulatórios para organizar o mercado contou com apoio do CIESP, através de assistência à abertura de novas firmas. As disputas entre facções da indústria, mostravam o quanto delicado era à questão de unidade de classe dos membros da fração industrial. Apesar de Warren Dean ressaltar essa contradição que, na prática, exigia maiores esforços do CIESP, é preciso que se diga que essas divergências se conservavam no plano das disputas no seio da burguesia. Assim, as divergências e contradições existentes no processo de industrialização refletem interesses empresariais heterogêneos e até em que medida o são, é algo que só a pesquisa histórica poderá responder, uma vez que “homogeneidade e heterogeneidade do capital resultam do processo histórico tanto quanto a formação dos interesses de classe dos industriais” (BIANCHI, 2010, p.31). A base material da fração do capital industrial ao longo da década de 1920 impôs ao empresariado fabril a formação de novas entidades associativas²⁰⁷, mas a defesa dos interesses industriais, convergentes com a ideologia do “progresso material” do país, foi a pedra angular no discurso inaugural de duas grandes lideranças de então: Francisco Matarazzo (presidente) e Roberto Simonsen (vice-presidente), na fundação do CIESP, em junho de 1928. A fundação do CIESP era mais que oportuna, observou Cano (2011, p. 225), não apenas pelas motivações apontadas até aqui, mas também pelos investimentos realizados, principalmente no seguimento têxtil algodoeiro, que sofria por conta da crise desde meados 1926 e “se defrontava com capacidade ociosa [...] porque o conservador governo Washington Luís teimava em manter uma política de estabilização com plena conversibilidade”. Convém afirmar que, em 1928, ano de maior valor da produção industrial de São Paulo, as principais lideranças

²⁰⁷ No pós-guerra, foram formados inúmeros sindicatos patronais, como por exemplo, no setor gráfico, metalúrgico, calçadista, papel e papelão, ceramista etc.

industriais já anteviam a flagrante necessidade de uma “intervenção da política industrial pública” (CANO, 2011, p.225).

Lutar por um programa governamental de proteção de preços entrava no foco do CIESP, mas, para obter essa assistência do governo à causa dos industriais, far-se-ia necessário constituir um *lobby* e tornar um grupo de pressão ativo. Para vencer as resistências, contrapartidas de dinheiro seriam necessárias. Os porta-vozes do industrialismo, para tornar eficiente o trabalho de pressão ao governo, teriam de influenciar os jornais e fazer propaganda em pró desse *lobby* (OLSON, 2015, p.23). O CIESP, de fato, torna-se um eficiente órgão unificador dos industriais e, concomitantemente, um verdadeiro centro irradiador de novos projetos de expressão política de dominação burguesa, como por exemplo, conceber a sociedade e as relações sociais pela ótica do racionalismo. A defesa do “progresso industrial” dava suporte ideológico ao eixo fundamental de que o bem-estar da população, inclusive do operariado, dependia do desenvolvimento industrial.

A propaganda dessa ideia esteve nos discursos quando da fundação do Centro, fortalecendo os pilares ideológicos da industrialização. Simonsen, principal ideólogo da burguesia industrial, ocupou o espaço público de debate para defender a riqueza social que o setor indústria poderia proporcionar a sociedade brasileira, enfatizando, no Relatório da Diretoria, que:

Querer negar que o desenvolvimento e a consolidação do Parque Industrial Brasileiro concorrem para o aumento da riqueza, prestígio, poder informação da nossa própria raça, é desconhecer os mais mezinhos princípios da política econômica e social. A grande indústria, por toda parte do mundo em que se instala, traz como corolário a melhoria dos salários, o barateamento relativo do produto, o enriquecimento social, e o aumento da capacidade de consumo. Traz ainda mais, como consequência, intensificação das relações comerciais, dos meios de transporte e a marcha vitoriosa da civilização (CIESP, 1929).

Como se vê, para os industriais não se tratava de condenar a indústria, mas, pelo contrário, incentivá-la e protegê-la. Mas quem seria o protetor? Essa questão traz implícita a ruptura com o liberalismo: a indústria não pode ser abandonada ao jogo da livre concorrência, mas deve ser irremediavelmente defendida por um “organismo exterior”, o Estado. Logo, se o interesse da fração industrial atuava com propósito do protecionismo estatal, o Estado jamais poderia ser um Estado liberal que assiste, impassível, ao livre jogo de disputas políticas; e mais: que sob pressão destas acabe criando leis, no caso trabalhistas, as quais, além de frearem a marcha industrial, abririam

brechas para agitação da ordem e até mesmo a revolução, consigna política muito em voga ao longo dos anos 1920: tenentes, BOC, PD, PCB etc. (GORENDER, 1981, p.55).

Por sua vez, a adesão ao projeto defendido pelos dirigentes empresariais no CIESP foi gradual e intermitente, o que se deve às divergências de interesses que permeavam as várias contradições setoriais da indústria, ou seja, dos capitais privados, de um lado, e o peso econômico, social e político do grande empresariado industrial, do outro. Em certa medida, a criação do CIESP também visou neutralizar, inicialmente, os ataques vindos dos pequenos setores da indústria que discordavam da posição monopolista do grande empresariado fabril. Essa posição se apoiava na redefinição para o conjunto das agências de Estado do lugar privilegiado do discurso dos industriais, unificando o setor e acabando com sua dispersão. Promover um discurso para toda fração da burguesia industrial, esconder suas divergências e dissimular a ocorrência de oposições em seu próprio meio, isso tudo se converteu num movimento de adequar, politicamente, as posições dos industriais em defesa do industrialismo e contra qualquer forma de interferência do Estado nas relações de trabalho. Contudo, a presença do Estado era bem-vinda nos embates envolvendo as ações lideradas por sindicatos operários. Com a expansão e concentração da produção fabril em São Paulo a fração industrial formava um bloco coeso do grande capital que exercia duramente seu poder no interior das fábricas.

Apesar das várias contradições que imputavam o funcionamento da indústria, havia uma tendência dos dirigentes industriais no sentido de aumentar a visibilidade e importância econômica e social da indústria. A partir de 1928, o CIESP ampliou a base de representação de suas associações de classe, refletindo uma tendência crescente. Todavia, sob os condicionantes da luta de classes, cujas greves operárias, vinculadas à emergência do capitalismo industrial, evidenciava a maior de todas as contradições, a do capital e trabalho — um antagonismo que progressivamente causou profundas marcas entre 1919 e 1929, período caracterizado pelo forte impacto na sociedade paulista causado pelo crescimento industrial.

5.2. A indústria paulista no final da década de 1920: crescimento e diversidade

Uma característica que diferenciou a industrialização da São Paulo e a de outros estados foi o ritmo acelerado do aumento populacional da cidade: em 1920 eram 579 mil de habitantes; em 1924, havia saltado para 700 mil; e, no início de 1930, já havia atingido

quase 900 mil habitantes, mais precisamente 889 mil.²⁰⁸ Isso, em termos econômicos, significava mão de obra barata e um promissor mercado de consumo local²⁰⁹. A rápida transformação de São Paulo, que atraía investimentos em todos os setores da economia, foi o diferencial que motivou a vinda de imigrantes de várias nacionalidades, também incentivando a migração interna. A distribuição geográfica da atividade industrial e a rede de serviços ligados a ela são fatores determinantes em qualquer análise sobre o tema. Marx, na *Contribuição à economia política* (1859), foi bem radical ao definir as formas de propriedade como definidoras não só da estrutura como também da superestrutura de um determinado tipo de sociedade: “o modo de produção e as relações de produção condicionam o processo social, político e intelectual em geral”, até mesmo as ideias, os sentimentos e as ilusões como defendeu nos *Grundrisse* (apud CANO, 1998a, p.236).

Na segunda década do século XX, São Paulo começa a assumir as características de uma cidade industrial, impulsionada pelo aumento das atividades fabris, que se torna sua principal atividade econômica na década seguinte. A estrutura de necessidade de consumo imediato teve uma expansão quantitativa e qualitativa, conforme ressaltado por Luís Pereira (1965, p.85). Por diversas razões já apontadas aqui, a década de 1920 constitui um marco na história do desenvolvimento industrial de São Paulo. Foi nela que, levando-se em conta o número de estabelecimentos antes existentes, se fundou o maior número de empresas: esse número teria crescido 165% em relação ao fim da década anterior, segundo o estudo de José Carlos Pereira (1967, p.25).

As condições propícias para a instalação de indústrias pertencentes a novos setores vão aos poucos se concentrando até chegar-se a um ponto em que praticamente todos já

²⁰⁸ Em 1924 a cidade do Recife, metrópole do açúcar, tinha 300 mil habitantes, Salvador, entre 1920 e 1940 contava 300 mil pessoas, o Rio de Janeiro, maior centro urbano dos anos 1920e 30, tinha, em 1920, cerca 1. 150 habitantes, mas em 1930, já era uma metrópole com 1. 430 pessoas. Esse adensamento populacional urbano sugere uma forte concorrência de mercados entre as indústrias dos diferentes estados. Mas, por outro lado, “os núcleos urbanos crescerão, atraindo a ritmo cada vez mais intenso os recursos humanos do país, que se apresentarão assim, subutilizados, dependentes de atividades marginais e instáveis” (cf. PINHEIRO, 1975).

²⁰⁹ Para Marx, A produção não produz, pois unicamente o objeto de consumo, ou seja, não só objetiva, como subjetivamente. Logo, a produção cria o consumidor. A produção não se limita a fornecer um objeto material à necessidade, fornece ainda uma necessidade ao objeto material: “a produção engendra, portanto, o consumo [...] gerando no consumidor a necessidade dos produtos, que, de início, foram postos por ela como objeto” (cf. MARX, 1978). A vida urbana paulista da década de 1920 já possuía um estrato social com recursos que já desfrutava das benesses da sociedade industrial. Nas páginas dos classificados de jornais da época já exibia extensa publicidade de artigos fabricados localmente ou importados. Desde automóveis Ford, passando por produtos de beleza, vitrolas, produtos farmacêuticos etc. Tipo de consumo proibitivo às classes menos favorecidas do proletariado urbano.

contam com um razoável número de fábricas, a exemplo do setor têxtil. No entanto, a notável expansão concentrada do capitalismo, que recoloniza o mundo periférico, promoveria também sua expansão internacional aos países da periferia do capitalismo, para conquista de mercados de posições econômicas. Inaugura-se, desse modo, uma forte concorrência dos grandes trustes e cartéis internacionais²¹⁰. Chamamos a atenção para queda da hegemonia do imperialismo inglês, que gradualmente foi substituído, a partir do início dos anos 1920, pelos investimentos norte-americanos. Apesar de alguns anos desse período serem apontados como ruins como a crise do preço do café (1921-1922), a Revolta de 1924 e 1929, a depressão econômica, veremos que o período como um todo apresentou um bom resultado médio: *boom* de investimento industrial, maior inserção produtiva do capital estrangeiro, a instalação de novos setores industriais mais complexos, e ampliação e diversificação urbana etc. (CANO, 1998a, p.243-246).

A expansão da economia urbana era fato, não somente pela ampliação da infraestrutura, como também pela consolidação da rede ferroviária e pelo aumento paulatino da demanda na construção civil, na indústria e nos serviços. Wilson Cano apresenta resumidamente o quadro econômico desse curto período, destacando que “a indústria de transformação” havia apresentado um *boom* de investimentos que potencializou fortemente a capacidade produtiva da indústria paulista, e de quebra, promoveu uma “extraordinária diversificação”. Sendo assim, de 1920 a 1928 “a indústria paulista cresceu à elevada média anual de 6,6% (e o resto do Brasil a 3,3%). A concentração industrial em São Paulo aumentava, dos 31,5% do total nacional, em 1919, para 37,5%, em 1929. Essa dinâmica de crescimento, o “*locus* da acumulação nacional”, na expressão de Cano, atraiu investidores estrangeiros e grandes empresas multinacionais: Ford, General Motors, Rhodia, Phillips, RCA, Pirelli, Firestone, Unilever, Nestlé, Portland (cimento), Kodak entre outras (CANO, 1998a, p.245). O fortalecimento da atividade econômica industrial de São Paulo engendra o crescimento do operariado fabril, e a procura de trabalhadores mais qualificados. A vida na cidade de São Paulo fremeia sob o estandarte da industrialização,

²¹⁰Apresentamos esse debate no primeiro capítulo, destacando o novo contexto histórico aberto com o fenômeno econômico das novas formas de dominação do *imperialismo*, como expressou Lenin, etapa superior do capitalismo. A conjuntura aberta no pós-guerra acirrou a disputa entre os grandes centros econômicos com o objetivo de assegurar ou conquistar sua hegemonia em territórios de países periféricos. Paul Singer aponta duas finalidades com os investimentos feitos: a) assegurar ao capital taxas de lucros mais expressivas; b) garantir as condições necessárias ao domínio dos mercados internos desses países...empréstimos a governos com elevadas taxas de juros etc. (cf. MARGALHO, 2018).

Rapidamente, como convinha à época, as fábricas integraram-se ao desenho da cidade, impondo seus ritmos à vida cotidiana. O barulho dos teares percutia através das longas jornadas em que se executava a sempre inacabada sinfonia do trabalho. As linhas da imigração cruzavam-se e entrecruzavam-se, tecidas pela ligação dos descendentes das primeiras levas, em grande parte camponeses: filhos de italianos uniam-se aos espanhóis ou portugueses; estes, entre si e também aos brasileiros “legítimos”, emaranhando etnias e modelando sobre os cenários mutáveis da cidade uma população nova de trabalhadores destinados às indústrias (MICELI, 1992, p.49).

A transformação urbana em andamento na cidade de São Paulo está intimamente ligada ao movimento populacional dinâmico que traz novos hábitos ao ambiente urbano. Paulo Miceli, com seu juízo inspirado, percebe essa conexão e enxerga uma nova fase de prosperidade para a indústria.

A produção industrial da capital paulista no decorrer do ano de 1920 já projetava índices que superavam o Distrito Federal. A geração de energia elétrica entre os estados brasileiros indicava uma forte tendência de crescimento da atividade industrial no estado de São Paulo. Conforme as pressões de consumo energético aumentaram, a Light & Power inauguraria, durante a década de 1920, grandes hidrelétricas no Rio de Janeiro e São Paulo, no caso paulista, a hidrelétrica de Cubatão.

Tabela 11 – Empresas, usinas de eletricidade e potência no Brasil (1920)

ESTADOS	NÚMERO DE EMPRESAS	NÚMERO DE USINAS	POTÊNCIA	PORCENTAGEM
São Paulo	66	78	211.160	44%
Rio de Janeiro	17	18	82.980	17%
Minas Gerais	72	91	58.414	12%
Distrito Federal	1	1	30.000	6%
Bahia	8	8	24.067	5%
Rio Grande do Sul	40	41	14.247	3%

Subtotal	219	253	436.064	92%
Outras	87	90	39.580	8%
Total	306	343	475.644	100%

Fonte: Saes (2010, p.222).

O estado do Rio de Janeiro, somando o Distrito Federal, preservava a condição de segunda maior potência no fornecimento de energia elétrica, com 23% do total obtido no país. Em números de estabelecimentos industriais, figuram dois outros estados que começavam a se destacar: Rio Grande do Sul com 13% e Minas Gerais com 9%; enquanto São Paulo assumia a primeira posição, com 30%, ficando para trás a região do Rio de Janeiro, com 15%. A hipótese mais aceita para a economia industrial carioca ter sido ultrapassada pela de São Paulo aponta para “o encarecimento do custo de produção da indústria carioca, o que teria resultado numa perda da competitividade com relação à sua concorrente paulista” (SAES, 2010, p.224)²¹¹.

O impulso à industrialização foi um dos principais fatores de expansão da Light em São Paulo, pois a indústria passava a utilizar crescentemente a eletricidade como fonte energética, substituindo progressivamente a energia a vapor. Em 1907, em levantamento patrocinado pelo Centro Industrial do Brasil (CIB), constata-se o movimento da indústria em direção à matriz da energia elétrica, além de registrar a consolidação de grandes estabelecimentos fabris como padrão típico da indústria paulista. Vejamos alguns exemplos de grandes empresas da Capital para os padrões de 1907, com base no número de operários:

Tabela 12 – Grandes empresas em São Paulo (1907)

TIPO DE SERVIÇO	EMPRESA	NÚMERO DE OPERÁRIOS
<i>Fiação e Tecelagem</i>	Cia. Industrial São Paulo	500
<i>Fiação e Tecelagem</i>	F. Matarazzo – Fábrica Mariângela	450

²¹¹ Das causas citadas estão a elevação das tarifas de estrada de ferro que, entre 1913 e 1917, haviam subido cerca de 20%; o início da utilização da cláusula-ouro pela Companhia Rio Light desde 1914, encarecimento das importações durante a guerra, criação de impostos interestaduais e os elevados níveis salariais pagos no Rio de Janeiro (SAES, 2010).

<i>Fiação e Tecelagem</i>	Cia. Nacional de Tecidos de Juta	1.500
<i>Fiação e Tecelagem</i>	Regoli e Crespi	610
<i>Calçados</i>	Elias Farhat & Irmão	450
<i>Calçados</i>	Coelho da Rocha & Cia.	450
<i>Calçados</i>	Clark Ltda.	300
<i>Cerveja</i>	Cia. Antarctica Paulista	362
<i>Chapéus</i>	Serachio & Cia.	205
<i>Fundição</i>	Cia. Mecânica e Importadora	353
<i>Fundição</i>	Lidgewood & Co.	206
<i>Moinho de Trigo</i>	F. Matarazzo & Cia.	200
<i>Fósforos</i>	Cia. Nacional de fósforos de Segur	600
<i>Material de Construção e Papel</i>	Cia. Melhoramentos de S. Paulo	308
<i>Material de Construção e Papel</i>	Jácomo Cresta & Cia.	220
<i>Material de Construção e Papel</i>	Cia. Progresso Paulista	154
<i>Vidros e Cristais</i>	Vidraria Santa Marina	408
<i>Vidros e Cristais</i>	Dr. Manuel Silva	186
<i>Vidros e Cristais</i>	Conrado Sorgenitch	102

Fonte: Saes (2004, p.230).

Na segunda metade da década de 1920, o caráter da indústria paulista sofre mudanças: ramos industriais mais complexos se instalam na Capital e no interior do Estado, operando com novas tecnologias e com forte investimento no volume de capital para o seu estabelecimento²¹². Embora tenha presenciado relativa estagnação de produção

²¹² Entre 1920 e 1941, um grande número de novas indústrias foram criadas, representando os mais diversos setores fabris (**1-Têxteis**): Cotonifício Guilherme Giorgi S.A (1921) = 997 oper.; S.A Cotonifício Paulista (1921) = 738 oper.; Fiação e Tecelagem São Paulo (1925) = 667 oper.; Ind. Têxteis Calfat S.A (1927) =

como expusemos acima, foi um período de aumento significativo da capacidade produtiva. Para alguns segmentos industriais, como por exemplo a de fabricação de vidros, cimento, siderurgia e têxtil, o problema técnico parece ter sido mais rigoroso e não só em relação às técnicas de produção, como em termos de exigências de mecanização, devido ao grande tamanho de sua planta de fábrica. Já o ramo têxtil, não só pela sua complexidade tecnológica, mas pelo fato de que era, sem sombras de dúvidas, a principal atividade de transformação industrial do país, por ser uma indústria que costumava ter um tamanho relativamente grande de plantas e por serem potencialmente mecanizadas, o que requeria, portanto, um consumo de energia bem acima da média.

O fator de crescimento e de concentração da indústria paulista atraiu a implantação do capital estrangeiro na geração de energia. Assim, a demanda existente com a expansão da atividade industrial possibilitou a criação do mercado de fornecimento de energia elétrica para a Light & Power, a qual só atingiria dimensões maiores quando a indústria paulista já apresentasse um mercado com potencial energético mais amplo. O que queremos dizer? O investimento da Light não pode ser considerado como do tipo “pioneiro” que estimulou novos investimento industriais. Wilson Cano (1977, p.71-72) chama a atenção para essa questão quando enfatiza que “da mesma forma que São Paulo, na região da Guanabara e Rio de Janeiro, foram os próprios industriais que criaram aquela infraestrutura”. Ainda em 1907, de acordo com Cano, sete empresas têxteis localizadas no Rio de Janeiro, representando 60% do capital empregado nesse ramo, produziram sua própria energia hidrelétrica, que totalizava 86% da potência de geração de energia

803 oper.; Fábricas de Tecidos Tatuapé S.A (1929) = 2.090 oper.; Lanifício Varam (1930-36) = 1777 oper.; S.A Moinho Santista (1931-32) = 2030 oper.; Cia. Nitroquímica Brasileira (raiom) (1935) = 2.159 oper.; S.A Inds. Reunidas F. Matarazzo (1936) = 1.152 oper. (**2- Calçados**): Scatamacchia & Cia. (1922) = 179 oper.; Catanho & Filhos (1928) = 115 oper.; Campana & Cia. (19330 = 342 oper.; André Nunes & Filho (1939) = 174 oper. (**3- Alimentos**): Cia. Paulista de Alimentação (1920) = 176 oper.; Alexandre Eder & Cia. (1923) = 113 oper.; S.A Ids. Reunidas F. Matarazzo (1924) = 100 oper.; Cia. Cervejaria Brahma S.A (1928) = 578 oper.; Chocolate Gardano S.A (1927) = 517 oper.; David Kopenhagen (1927) = 103 oper.; Prods. Alimentícios A Sul América S.A (1928) = 301 oper.; Frigorífico Wilson do Brasil S.A (1934) = 1.348 oper.; Moinhos Santista (óleos comest.) (1935) = 318 oper.; Anderson Clayton & Cia. Ltda (1936) = 268 oper.; Grandes Inds. Pinotti Gamba (1938) = 509 oper.; Inds. Chocolate Lacta S.A (1938) = 411 oper.; Cia. Refin. de Óleos Prada (1936) = 253 oper. (**4- Diversas**): Siderúrgica Aliperti (---) = 446 oper.; Ind. Filizola S.A (1941) = 179 oper.; Máquinas Piratininga (1935) = 269 oper.; Fogões Junker Ltda (1932) = 190 oper.; Inds. Tapetes Atlântida (1936) = 283 oper.; Manuf. De Tapetes sta. Helena Ltda (1927) = 231 oper.; Cia. Fabril Tabacow (1930) = 223 oper.; Nadir Figueiredo Ind. e Com. S.A (1939) = 819 oper.; Laborterápica S.A (1938) = 243 oper.; S.A Laborfarma (1939) = 218; Fábrica de Cigarros Sudan (1939) = 532 oper.; Fábrica de Cigarros Flórida (1940) = 165 oper.; Manuf. De Brinquedos Estrela S.A (1937) = 326 oper. e Inds. Bras. De Lápis Fritz Johansen (1941) = 249 operários. Esse conjunto de empresas constitui apenas uma mínima amostragem da ‘marcha’ industrial de São Paulo, são grandes manufaturas com mais de 100 operários. Todas elas foram fundadas na Cidade de São Paulo (apud SAES, 2004).

instalada no Rio de Janeiro. O grupo Light & Power iniciou o serviço de distribuição em São Pulo em 1901 e no Rio de Janeiro em 1906, mas no final da década de 1920 já era senhora do mercado de energia elétrica nos dois principais centros industriais do país, detendo o monopólio em serviços públicos de transportes de bondes, fornecimento de gás, telefone e fornecimento de energia elétrica, prioritariamente no eixo Rio-São Paulo.

A despeito dos argumentos de Wilson Cano de situar a implantação da Light vinculada ao crescimento da indústria, o estímulo ao processo de industrialização foi beneficiado principalmente pela redução do custo de produção decorrente da expansão da matriz elétrica, entre outros fatores (linhas de transporte férreo, baixos salários, protecionismo etc.).

5.3. Apogeu da indústria paulista em 1928: base material da criação do CIESP

O crescimento da indústria de São Paulo durante a década de 1920 teve seu apogeu em 1928, ano em que os valores da produção industrial foram contundentes em relação ao período compreendido de 1890 a 1930, isto é, a Primeira República. O Departamento de Estatística (seção de indústrias), ligado à Secretária da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, através Aristides do Amaral, seu diretor, responsável pelo Censo anual da indústria paulista, afirmou que:

Com o correr dos anos, foram feitas muitas alterações na nossa tarifa aduaneira, todas com caráter acentuadamente protecionista; as dificuldades em que se debateram as indústrias estrangeiras dos países conflagrados pela guerra europeias e os naturais restrições impostas ao comércio Internacional, constituíram as principais causas marcha expansionista da indústria nacional, neste estado. As fábricas ampliam a sua capacidade de produção e trabalham intensamente. a produção cresce rapidamente a partir do segundo ano do conflito europeu, conforme indicam as estatísticas. os valores soltam de 274.147:000\$ em 1915 para 1.611.633:000\$ em 1923. os 3 anos que se seguiram, este afã de atividade sofreu uma série a redução em virtude do movimento revolucionário de 1924 e da grande crise de energia elétrica. Mas, em 1927 as cifras vão além de 1.600.000:000\$ e nos anos de 1928 e 1929 excedem a dois milhões de contos. O *'record'* coube ao ano de 28 com elevada importância de 2.441.436:000\$. Finalmente, em 1930, as cifras descem a 1.897.188: 000\$, em virtude da depressão econômica que aflige o mundo inteiro e cuja repercussão começamos a sentir desde o mês de outubro de 1929. Eis, em linhas gerais, os breves comentários que comporta este preambulo, acerca do Progresso industrial do nosso estado (SÃO PAULO, 1930).

A percepção de engrandecimento da atividade industrial de São Paulo de Aristides do Amaral tinha uma base real: a capacidade produtiva do primeiro complexo industrial

de São Paulo, que abrangia diversos bairros da cidade e inúmeras cidades do interior, corrobora a tese da concentração do capital empregado na indústria a partir das grandes empresas, muitas das quais provinham de investimento de capitais estrangeiros. Na verdade, é apenas nas primeiras décadas do século XX, em particular no pequeno período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial e durante a década de 1920, que foi possível observar o movimento mais abrangente nos investimentos diretos de capitais estrangeiros na indústria de transformação do país, a qual estava então experimentando a segunda fase no seu desenvolvimento. Apesar disso, como apontam alguns autores²¹³, ainda atrelada ao desempenho da economia agroexportadora, a indústria paulista estava iniciando um significativo processo de diversificação de sua estrutura produtiva, incorporando vários ramos que apareceram na Segunda Revolução Industrial: siderúrgicas, cimento, máquinas e equipamentos, material elétrico, automóveis, produtos químicos etc. Foi nesses setores que ocorreram os primeiros investimentos diretos mais significativos de capitais estrangeiros, reiterando, assim, a internacionalização que vinham praticando, desde as últimas décadas do século XIX, as grandes empresas-líderes da indústria de transformação dos países capitalistas centrais. Nesse sentido, o Brasil é incluído em suas estratégias de expansão econômica, seja para a exploração de fontes locais de matérias-primas, seja para ocupação dos mercados internos em ritmo de crescimento (SUZIGAN,1996, p.266-267).

Os dados industriais a seguir correspondem aos três anos finais da década de 1920, e constitui uma das bases dessa tese devido ao expressivo crescimento do operariado fabril e dos antagonismos de classe de capital e trabalho.

Tabela 13 – Estado de São Paulo: número de estabelecimentos industriais, valor de produção e números de operários (1920-1937)

ANO	ESTABELECEMENTOS	NÚMERO DE OPERÁRIOS	VALOR DE PRODUÇÃO
1920	4. 154	83. 998	775.915:000\$
1928	6. 923	148. 376	2. 441.436:585\$
1929	8. 842	138. 002	2. 368.774:750\$
1930	5. 388	119. 296	1. 897.188:000\$
1932	6. 070	150.808	1. 944.987:535\$

²¹³ Ver Silva (1980), Furtado (1987), Cano (1998) e Prado Júnior (1999).

1933	6. 555	171.667	2. 060.363:470\$
1935	7. 840	213.663	2. 918.667:943\$
1936	8. 627	232.673	3. 279.603:389\$
1937	9. 051	245.715	3. 851.878:000\$

Fonte: Dados obtidos nos Censos industriais realizados pela Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio de São Paulo, Seção de estatísticas industriais, entre 1928-1937.

O exame simples desses dados aponta para um acelerado crescimento da indústria de São Paulo entre 1920 e 1937, em que pese as oscilações negativas no início da década de 1920, e pelo breve período do final de 1929 a 1932, reflexo direto da crise mundial instaurada em 1929. A indústria continuou a prosperar durante grande parte da década da Depressão, especialmente nos ramos de tecidos de algodão —que se recupera da crise de 1924 a 1927 —, fabricação de cimento e de ferro gusa. Com a crise de 1929, caiu muito o valor do café no mercado Internacional, os capitais estrangeiros que antes sustentavam a política de financiamento dos estoques desse produto mantendo o seu preço fogem do país, afetando diretamente o valor de exportação dessa *commodity*.

Devido à importância da agroexportação na balança comercial brasileira, a crise gerou *déficits* na balança de pagamentos, a moeda se desvalorizou interna e externamente. Todavia, a indústria resultou se beneficiando dessa situação entrando num período de grande expansão, especialmente porque, se de um lado caiu muito pouco o nível de renda em virtude da política de financiar, com recursos internos, a produção do café, de outro a rentabilidade do setor retraiu fortemente. Assim, os capitais em disponibilidade afluíram para o setor industrial, que se consolidou. Destaque para as indústrias de bens de produção que foram afetadas favoravelmente. As indústrias mecânicas se desenvolveram, fundaram-se logo as metalúrgicas e as antigas se expandiram, além das indústrias químicas e farmacêuticas que ganharam novo impulso. Como já mencionamos, não foram somente os ramos produtores de bens intermediários e de capital que sofreram um crescimento acentuado, os ramos tradicionais também se expandiram. Outro importante aspecto desse período é o aumento da capacidade aquisitiva da população assalariada²¹⁴ e

²¹⁴ No consagrado trabalho de Warren Dean (1971) sobre a industrialização de São Paulo, ao se referir a questão dos salários na década de 1930, enfatiza que: “Outras fontes, incluindo Simonsen, assinalaram que os salários reais permaneceram no mesmo nível entre 1920 e 1940”. Apesar dessa observação, a combinação de variantes internas e externas responderam ao bom desempenho da indústria paulista nesse período, em que pese o caráter dependente da economia brasileira do setor exportador. Cabe frisar que o

do aumento populacional registrado, fator que também ajudou a ampliar o mercado de consumo. A capital paulista, em 1934, se aproxima de um milhão e duzentos mil habitantes (PEREIRA, 1967, p.27-28).

O exame do comércio de São Paulo com o mercado internacional e com o resto do país foi mais um elemento esclarecedor desse processo particular a São Paulo. Por um lado, percebe-se que, do total exportado por São Paulo, a participação do que ia para o exterior era muito significativa na primeira década do século XX, chegando a pouco mais de 85%, mas essa dinâmica vai decrescendo gradativamente, chegando a menos de 75% na década de 1920. Por sua vez, o comércio com outras regiões do país, antes inferior a 15% do movimento total, sobe progressivamente para mais de 25%. Esta última porcentagem tornar-se-ia maior do que 50%, a partir da década de 1930, quando a participação econômica de São Paulo como fornecedora de artigos manufaturados ao restante do Brasil se acentuou. Nesse novo ambiente aberto com a crise de 1930, os dados revelam uma crescente integração do mercado nacional com predominância crescente da economia paulista.

Entretanto, cabe frisar que esse processo não se constituiu apenas como uma “via de mão única”, mas, ao mesmo tempo, revelava um singular e específico sistema de trocas interestaduais, quer dizer, “de São Paulo para o resto do país, aumentam continuamente as exportações de produtos industriais ao passo que as importações paulistas vão cada vez mais de constituindo de matérias-primas e de gêneros alimentícios”. Esse interessante mecanismo de trocas demonstra, em termos locais, a estrutura de comércio característica do “centro-periferia”, típica, dadas as devidas proporções, às práticas de livre-comércio resguardadas pela Inglaterra no contexto do capital monopolista, como abordamos no capítulo 1 (CANO, 1977, p.99-100).

No decorrer no decorrer da década de 1920 já se sentiam tensões. No entanto, foi a ruptura provocada nos laços econômicos internacionais pela crise de 1929 que provocou uma modificação importante da situação. O valor das exportações caiu uma média de 88.200 libras durante os anos 1926-1930 para 38.000 durante os anos 1931-1935. as importações baixaram de 5.460 toneladas para 3.830 durante os mesmos períodos. A saca de café baixou de 4,71 libras em média em 1929 para 1,80 entre 1933-1934. O café

desenvolvimento do setor agroexportador que produz uma situação favorável e torna a expansão da indústria algo possível, Dowbor qualificou de “uma economia dependente extrovertida e não de um país ‘não industrial’ que se industrializa” (DOWBOR, 1982).

exportado deu ao Brasil 74 milhões de libras em 1925, 21 milhões em 1934 e 10 milhões em 1940. Esses são elementos importantes para entender o período de recessão que viveu a agricultura de exportação no seu conjunto, enquanto a indústria transitou por um pequeno período de relativa recessão (DOWBOR, 1982, p.148).

A tabela abaixo mostra as taxas de queda da participação da cafeicultura nas exportações brasileiras e o salto espetacular da produção industrial na década de 1930, embora a média de crescimento do valor da produção industrial paulista tenha sido superior à média nacional.

Tabela 14 – Taxas médias de crescimento no período 1920-1939

SETOR	1920-1929	1933-1939
Agricultura de Exportação	7,5%	1,2%
Produção Industrial	1,3%	11,3%

Fonte: Cano (1977, p.100), Dowbor (1981, p.148) e Saes (2005, p.3-4).

No período 1930-1949, o acelerado ritmo de expansão da indústria situou a economia brasileira entre aquelas que mais cresceram no mundo. Esse crescimento ocorreu com maior intensidade no estado de São Paulo — principalmente no município da Capital e na região chamada Grande São Paulo — que ampliou sua participação no valor da produção da indústria nacional:

Tabela 15 – Participação de São Paulo no valor da produção industrial nacional

ANO	PARTICIPAÇÃO (EM %)
1907	15,9%
1928	37,1%
1939	45,4%
1949	48,0%

Fonte: Cano (1977, p.100), Dowbor (1981, p.148) e Saes (2005, p.3-4).

O fenômeno do crescimento concentrado da industrialização de São Paulo foi irreversível e contínuo até a década de 1960. Há, na literatura de história econômica, consenso em relação ao crescimento industrial com ênfase a partir da década de 1930. A

maioria dos indicadores econômicos adotados apontam para a singularidade do processo de industrialização de São Paulo. Cabendo uma pertinente ressalva feita por Flávio Saes em artigo publicado com Nelson Nozoe, ambos da Faculdade de Economia da USP, que observam:

[...] o rápido crescimento da indústria de São Paulo, mas também a concentração dos novos ramos produtivos, tidos como mais “pesados”, no território paulista. Certamente, esta não é uma regra absoluta; o melhor exemplo é o da siderurgia instalada na localidade fluminense de Volta Redonda. No entanto, admite-se que, durante algum tempo, o avanço relativo da industrialização de São Paulo acabava por atrair novas empresas interessadas nos mercados locais e na infraestrutura já constituídos (SAES; NOZOE; ANPEC, 2005, p.3).

Contudo, apesar dessa observação, a participação da indústria paulista na produção nacional é particularmente alta. Tanto a decadência relativa da economia do estado Guanabara, como de sua proximidade geográfica com a acelerada indústria paulista, fez daqueles altos graus de concentração industrial observados em 1907 na Guanabara, caírem gradativamente e substituídos pelo volume de produção observados na indústria paulista em 1919, como em quatro importantes ramos da indústria expostos abaixo:

Tabela 16 – Participação de São Paulo e da Guanabara na indústria nacional (1907 e 1919)

TIPO DE SERVIÇO	1907			1919		
	SP	GB	TOTAL	SP	GB	TOTAL
Tecidos e outros têxteis de algodão	22%	27%	49%	38%	17%	55%
Calçados	24%	56%	80%	36%	42%	78%
Chapéus	30%	42%	72%	66%	27%	93%
Têxteis e vestuário	25%	33%	58%	37%	23%	60%

Fonte: Cano (1977, p.102).

Como é de notório de conhecimento historiográfico, a economia industrial paulista ultrapassa paulatinamente a produção industrial carioca. Mas cabe uma observação sobre tal fenômeno. Wilson Cano estudou essa questão e percebeu que, nesse caso, os altos graus de concentração no eixo Rio-São Paulo, “significam, efetivamente, concentração da oferta regional e não nacional” (CANO, 1977, p.102). Em 1919, a

composição do produto real no Brasil, em termos de valor líquido, coube 79% para a agricultura e 21% para a indústria; mas, em 1939, como mostramos até aqui, a participação da agricultura recuou para 57%, enquanto o setor industrial subia para 43%. Todavia, ao longo da década de 1930, a produção agrícola voltada para o mercado interno teve crescimento médio de 3,3%, ao passo que a taxa correspondente das culturas da agroexportação tiveram um desempenho mais modesto, ficando na média de 2,2% (GORENDER, 1981, p.65). A relação de empresas de São Paulo de grande porte em 1928 poderia ser multiplicada várias vezes, a seguir indicamos algumas delas com mais de 100 operários.

Tabela 17 – Grandes empresas em São Paulo (1928)

EMPRESAS E FIRMAS	RAMO	CAPITAL	OPERÁRIOS
Duchen	Alimento	500:000\$	142
Del Nero & Barbieri	Caixa papelão	150:000\$	120
Silveira, Irmãos & Cia	Caixa papelão	150:000\$	117
Cia. Calçados Clark	Calçados	7.800:000\$	568
Cia. Calçados Bordallo	Calçados	7.000:000\$	307
Alpargatas Company	Calçados	4.000:000\$	177
Cia. de Calçados Rocha	Calçados	1.500:000\$	160
Navajas & Cia.	Calçados	400:000\$	191
Cia. Brasileira de Cimento Portland	Cimento	25.000:000\$	700
Cia. Melhoramentos de SP	Cal Virgem	1.000:000\$	135
S. A. Votorantim	Cal Virgem/Adubo	892:000\$	155
E. Castro & Cia.	Cal Virgem	800:000\$	132
Navajas & Cia.	Calçados	400:000\$	191
Dante Ramezoni & Cia.	Chapéus	4.000:000\$	640
S. A. Cappellificio Serrichio	Chapéus	2.000:000\$	228
Ítalo Brasileira S. A.	Chapéus	1.000:000\$	319

Cia. Prada S. A.	Chapéus	1.000:000\$	425
A. Freitas & Cia.	Chapéus	600:000\$	293
Fábrica Castelões	Cigarros	5.000:000\$	40
Fábrica Sudan	Cigarros	4.000:000\$	200
Cia. Souza Cruz	Cigarros	2.000:000\$	372
Cia. Bras. Linhas para Coser	Cordas/Cordões	15.000:000\$	1.186
F. Maggi & Cia.	Cordas/Cordões	5.000:000\$	428
S. A. Franco Brasileira	Curtume	5.000:000\$	319
S. A. Cortume Dick	Curtume	3.000:000\$	200
Fábrica Nacional de Parafusos	Metalúrgica		
Santa Rosa S. A.	Ferragens	2.000:000\$	198
Cia. Paulista Louça Esmaltada	Ferro Esmaltado	2.000:000\$	200
Fábrica Ferro Esmaltado Silex	Ferro Esmaltado	5.000:000\$	210
Cia. Ferro Esmaltados	Ferro Esmaltado	2.000:000\$	174
Cia. Brasileira de Metal e Metalurgia	Fundição de Aço	15.000:000\$	414
Fábrica de Aço Paulista	Fundição de Aço	1.000:000\$	100
Cia. Eletro-Metalúrgica Brasileira	Fundição de Aço	6.000:000\$	108
S. A. Fábrica de Louças Sta. Catarina	Louça Pó de Pedra	3.000:000\$	661
Cia. Paulista de Louças Ceramus	Louça Pó de Pedra	2.000:000\$	225
Barros Loreiro e Monteiro	Louça Pó de Pedra	1.000:000\$	350
Cia. Mecânica Importadora	Máquina para Lavar e Industrial	5.000:000\$	237
Martins Barros & Cia.	Máquina para Lavar e Industrial	2.000:000\$	180
J. Martin & Cia.	Máquina para Lavar e Industrial	2.000:000\$	185

Liceu Artes e Ofícios	Móveis de Madeira	2.000:000\$	480
Lício, Bruno & Cia.	Móveis de Madeira	1.700:000\$	391
Casas Mormano	Móveis de Ferro	500:000\$	122

Fonte: Dados obtidos nos Censos industriais realizados pela Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio de São Paulo, Seção de Estatísticas industriais de 1928.

A década de 1920, com o decréscimo da produção industrial têxtil a partir de 1922 sofreu com dificuldades causadas pela adoção de políticas governamentais que afetaram as taxas de câmbio, favorecendo as importações — em decorrência, basicamente, da diminuição do efeito protecionista das tarifas alfandegárias, em virtude da alta dos preços internos. Outros fatores, como os altos estoques de tecidos parados nas grandes tecelagens de algodão, afetaram diretamente a produção e a capacidade de absorção de mão de obra²¹⁵. Todavia, apesar de todos os problemas levantados, o setor começou a se recuperar em 1928 e consolidou essa fase de recuperação em 1933. Cabe ressaltar que a expansão da capacidade instalada na indústria têxtil nessa década cumpriu importantes efeitos sobre a evolução industrial conforme o aumento da demanda após 1930.

Em termos gerais, o valor da produção industrial paulista teve um bom desempenho e fechou com uma boa média, em que pese negativamente o período de 1924 a 1926. Já em 1927, porém, o valor retoma sua trajetória de crescimento, assim como o adensamento do polo industrial paulista, que somará até 1928 mais 2.769 novos estabelecimentos, enquanto a massa de trabalhadores operários aumenta de 83.998 para 148.376, isto é, um acréscimo de 64.378 novos operários. Há um decréscimo por causa da crise mundial de 1929 a 1930 de pouco mais de 29.000 postos de trabalhos, mas a recuperação da atividade industrial de São Paulo pode ser mensurada pelo número de contratações no setor, já que em 1931 havia subido para 147.370 operários, e continuou crescendo ao longo dos anos de 1930. Assim, é possível afirmar que os efeitos da crise de 1929 sobre a economia industrial de São Paulo foram breves, diferentemente do setor

²¹⁵ Apesar do conturbado momento vivido pelo setor têxtil, os níveis de investimentos na importação de máquinas e novos equipamentos para indústrias foram bem satisfatórios, em toneladas métricas tivemos os seguintes resultados, 1920: 4,262; 1921: 6,295; 1923: 8.839; 1924: 10.192; 1925: 17.859; 1926: 10.430; 1927: 6,744; 1928: 6.244; 1929: 4.647. A partir de 1930 haverá uma brusca retração na aquisição de novos equipamentos, devido a tarifas para restrições impostas à importação de maquinária pelo governo (média de 3,024 t.), voltando a apresentar melhora só em 1936 (5.345 t.) (Cf. PALÁES, 1972; STEIN, 1979; SUZIGAN, 2000).

de agroexportação que, devido a vínculos mais estreitos com o mercado internacional, acumulou maiores perdas²¹⁶.

A crise mundial afetou diretamente o nível das importações fator que beneficiou o desempenho da atividade industrial com a “substituição das importações”, além da movimentação de capitais do agronegócio para a indústria em resposta à crise, como já mencionamos. Os momentos de maior proeminência de mercado para a indústria, em certo sentido, foram nas fases de substituição de importação geradas pelas dificuldades no setor externo no entre guerras, cujo fortalecimento no processo de industrialização do Brasil, e em particular de São Paulo, foi expressivo.

Cabe uma importante observação que constitui um dos principais pilares da consecução do projeto político organizativo-associativo da fração de classe do capital industrial: nas fases iniciais da industrialização, essas classes tendiam a não assumir, por assim dizer, identidade e coesão próprias²¹⁷, na medida em que a indústria se colocava como atividade secundária para outras frações de classe ligadas, por exemplo, à importação. Entretanto, os períodos de expansão da economia industrial e da lucratividade atraíram um maior número de investidores para atividade exclusiva ou predominante na indústria, esse fator gerou novas contradições por causa do crescimento e importância social do operariado fabril urbano. Por conseguinte, facilitou a aglutinação dos interesses de classe da fração industrial da burguesia, fortalecendo, em contrapartida, sua posição dentro do quadro de forças políticas a partir de 1928. Assim, o manequim da Associação Comercial de São Paulo ficara curto por demais às ambições políticas da burguesia industrial, isto é, dos grandes representantes do capital industrial paulista. O Centro das Indústrias do Estado de São Paulo surgirá sob a marca do crescimento econômico e acirramento da luta de classes.

²¹⁶ De acordo com Paláes (1972), o valor de produção agrícola e participação do café caíra de 3.000:000\$ em 1928 para 1.300:000\$ milhões de contos de réis. O seu pior resultado foi em 1930 com exportações na casa dos 800:000\$ mil contos de réis.

²¹⁷ Vale lembrar que durante a greve geral de 1917 em São Paulo, a fração industrial carecia de uma posição unitária. O forte movimento grevista, praticamente um levante operário, escancarou as deficiências organizativas do patronato industrial. A Associação Comercial de São Paulo, entidade que abrigava os industriais, se mostrara incapaz de solucionar o impasse entre o capital e trabalho. Havia o trauma de sua desastrosa intervenção na greve da Cia. Paulista de Estradas de Ferro de 1906. Precisou se formar de um Comitê de Imprensa constituído por representantes dos principais jornais de São Paulo para que, finalmente, houvesse negociação entre as partes envolvidas. O fim do movimento dependeu, então, de setores da burguesia ligados à imprensa paulista: O Estado de S.Paulo, Correio Paulistano, Diário Popular, Jornal do Comércio, A Platéia, Gazeta, Fafulla, A Capital, Il Piccolo e o Combate (Cf. BIONDI; TOLEDO, 2018).

5.4. O CIESP como projeto político de classe da fração industrial

A crise de representação no interior da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) começou no início de 1928, ocasião em que as incompatibilidades da ala industrial no interior da Associação Comercial atingiram seu limite máximo. Problemas começaram a surgir em face do crescimento da participação dos industriais na Associação Comercial, pois, em virtude da sua crescente demanda na entidade, os industriais passaram a dificultar a convivência com outros setores no interior da ACSP, isso no que se refere à defesa dos objetivos de industriais e comerciantes. No centro do conflito estava a questão tarifária. O propósito dos industriais por uma tarifa que protegesse a atividade da indústria passou a afetar diretamente os interesses mercantis ali representados.

Essa explicação, embora contenha elementos verdadeiros, já está superada, pois não responde aos múltiplos fatores que levaram ao rompimento com a ACSP. Aliás, do ponto de vista desta pesquisa, o tempo já estava mais que maduro para a tomada de decisão dos representantes do grande capital industrial. No fundo, o ato da ruptura significou um hábil jogo de cena procurando impactar o debate público, se projetando como importante referência política, e formar sua própria entidade legitimando-a publicamente. As razões apresentadas até aqui levam a crer que essa decisão já havia sido tomada. O ritual de disputa interna com a fração do capital importador simbolizou o quanto articulado estava a fração industrial no interior da ACSP.

O resultado foi a concorrência de duas chapas para as eleições do ano de 1928. A chapa oficial, presidida por Horácio Rodrigues, representava os interesses da fração burguesa do capital comercial, enquanto a dissidente, liderada pelo industrial Jorge Street, era composta somente por representantes da indústria. Os interesses políticos partidários também estavam presentes na disputa. Era de conhecimento público a relação de Horácio Rodrigues com o partido democrático de São Paulo (PD), e de Jorge Street e de outros industriais com o situacionista Partido Republicano Paulista (PRP). As tentativas de abrandar o conflito, com a formação de uma terceira chapa de conciliação pela diretoria, não prosperaram. A unificação dos industriais em torno de uma chapa “puro sangue” indicava que as partes não renunciariam aos princípios industrialistas que o seu discurso trazia; como agente indispensável não somente na geração de riqueza social, mas, também, na condição de um dos pilares de formação da nação. Para isso, era preciso aprimorar os mecanismos controle social. Afinal, como expressou Roberto Simonsen:

“Nada mais prejudicial, de fato, aos interesses do país, do que esta luta de classes” (apud CAETANO, 1994, p.17).

A fundação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) inaugurou uma nova fase no “*fazer-se*” de classe da fração industrial da burguesia Paulista. Nesta nova fase, o movimento pró-indústria se constitui como uma necessidade vital em defesa de um projeto de organização da sociedade sob bases racionais. Segundo Eli Diniz, a criação do CIESP encerrava uma etapa “em que a autoimagem do setor traduzia a percepção que a indústria ocupava uma posição marginal na criação de riquezas” (1978, p.238). A nova entidade patronal se postulou ideologicamente, desde sua fundação, em comprometer-se com os interesses coletivos da sociedade brasileira. Assim, a importância de disputar a opinião pública definiu a política de difundir a causa industrial conforme expressão da conquista inerente às sociedades modernas, em vias de se civilizar. Porém, os perigos representados pela luta de classes, longe de solucionados, precisavam ser encarados com ‘destreza técnica e científica’ conforme assinalava a filosofia politécnica. Simonsen, ardoroso defensor dos engenheiros e ao papel que lhes cabia como corpo responsável na definição e direção da sociedade, em palestra proferida aos futuros engenheiros da Escola Politécnica, manifestou que:

[...] o seu trabalho, a sua tenacidade, o seu esforço técnico são os formidáveis diques de resistência, que se opõem ao sinistro preamar que das camadas populares sobem, tentando subverter a ordem secular em que a civilização repousa e da qual se deriva todo grandioso progresso de que a humanidade moderna, com razão se orgulha (SIMONSEN, 1932, p.128).

Argumentando constituir a profissão do engenheiro a chave mestra capaz de organizar cientificamente a produção industrial e visando alcançar maior eficiência nos resultados, mas também resistir, de modo organizado em bases técnicas, à insubordinação frequente da força de trabalho operária, portanto, a ação de conciliar interesses do capital e trabalho, na acepção de Simonsen, tornava uma obra de engenharia social necessária ao progresso da nação. Neste sentido, a base discursiva do empresário, como porta-voz da fração industrial em defesa de um projeto político “modernizante” para o país, se apoiava no conhecimento técnico-científico para eliminar a luta de classes. É nesse contexto de afirmação política que, em 1928, com a fundação do CIESP, uma parcela significativa dos empresários do grande capital industrial paulista ambicionava políticas públicas em pró da indústria.

Os apelos do grande capital fabril eram por um aumento tarifário que impedisse a entrada de uma enxurrada de artigos industrializados (leia-se: tecidos provenientes das tecelagens de algodão inglesas de Manchester), todavia a direção da Associação Comercial lhes negou apoio. Sem perspectivas de solução, em janeiro de 1928, com a eleição para uma nova diretoria da entidade, o industrial Jorge Street, que fora líder do Centro Industrial do Brasil (RJ), liderou uma chapa em defesa exclusiva dos interesses de classe dos industriais, em contraposição à chapa oficial identificada claramente com a burguesia comercial, aliás, setor mais forte dentro da ACSP. Em nome da unidade de classe, os poderosos representantes do capital mercantil importador, que detinham o monopólio da distribuição e venda de tudo que era importado²¹⁸, para resolver o impasse, sugeriram ainda uma chapa de conciliação, liderada por Antônio Carlos de Assumpção. Contudo, os industriais compelidos a constituir organização própria, tinha como propósito legitimar à indústria como geradora de riquezas ao país, e não como interesse particular de um grupo. Portanto, defender a indústria significava em outros termos, “a marcha vitoriosa da civilização”. O parque industrial, para Simonsen, representava o enriquecimento do Brasil e “os verdadeiros interesses nacionais” (apud DINIZ, 1978, p.239).

O industrialismo deixara de ser uma força economicamente marginal no final da década de 1920. Do ponto de vista de que nos interessa aqui, o acontecimento mais relevante está no controle direto exercido pelos importadores sobre os consumidores, através de uma rede eficiente de estabelecimentos e serviços. O industrial só podia atuar, independentemente de haver crise ou não, se rompesse o cerco de domínio dos poderosos comerciantes ou aproveitar as brechas deixadas por eles. Portanto, o verdadeiro sentido da disputa é que os importadores mantinham domínio sobre o mercado consumidor paulistano e do interior, cobrando um tributo dos produtores industriais para ter acesso a esse consumidor. À medida que cresceu o domínio dos importadores, onde o desajustamento entre exportação e demanda interna se expandiu, estimulando a indústria, ficou evidente que esta última só ampliaria os seus negócios se submetendo ao influente comércio importador. A solução encontrada era investir no grande comércio. Nesses termos, a industrialização incorporou um forte componente mercantil de caráter monopolista. Essa questão é de crucial importância para superar a simplificação

²¹⁸ Ver (MARTINS, 1973); (PERESSINOTO, 1994)

historiográfica para explicar o porquê da ruptura dos industriais com a Associação comercial.

Desde o início do século XX, houve uma intensa modernização urbana, com a multiplicação de novos produtos na esfera do consumo e de novas técnicas vinculadas à produção industrial e à prestação de serviços: o bonde elétrico, a iluminação pública, tendo como fonte energética a eletricidade, o automóvel como novo meio de transporte. Enfim, novos hábitos de consumo foram se constituindo concomitante a transformação da Capital de São Paulo. Desse modo, o comércio teve que se adaptar a esses novos padrões de consumo, perante o forte crescimento do número de estabelecimentos que comercializavam mercadorias e abertura de novos ramos do comércio.

O escritor modernista Oswald de Andrade usou o termo de *Belle Époque* para caracterizar o pulsar entre a herança colonial e o dinamismo cosmopolita, entre o ideal de civilização europeia e a discrepante realidade brasileira. A cidade começara a substituir lâmpões a gás pelas modernas lâmpadas, enchendo as ruas de fios e postes de energia elétrica. Negócio misterioso, que ninguém entendia mas que realmente funcionava, como observou Oswald entre o irônico e o maravilhado (SEVCENKO, 1983, p.36). As transformações que operavam no perfil do consumo urbano converteram São Paulo num polo atrativo para novos investimentos comerciais.

Tabela 18 – Comércio de mercadorias: número de estabelecimentos (1914-1929)

GÊNERO	1914	1929
Produtos extrativos e agropecuários	54	188
Material para construção, elétrico e ferragens	142	580
Máquinas, aparelhos e equipamentos	59	201
Artefatos de borracha	–	17
Veículos, peças e acessórios	31	218
Móveis, artigos de habitação e de utilidade doméstica	212	513
Artigos de papelaria, livraria jornais e revistas	74	217
Produtos químicos e farmacêuticos	366	463

Combustíveis e lubrificantes	71	891
Tecidos e fios têxteis	471	905
Artigos de vestuário, de armarinho e de uso pessoal	397	1.246
Produtos alimentícios	612	2.192
Bebidas e artigos de tabacaria	112	307
Artigos diversos	42	94
Mercadorias em geral, incluindo gêneros alimentícios	2.221	3.446
Artigos usados	41	204
Total	4.905	11.682

Fonte: Nozoe (1984, p.84 apud SAES, 2004, p.239).

É perceptível o crescimento do setor comercial paulista mas também, como já viemos apontando, um indicador da expansão econômica de São Paulo ao longo da década de 1920²¹⁹. O economista Flávio Saes chama a atenção para o incremento de alguns ramos comerciais como “materiais elétricos e ferragens; artefatos de borracha; veículos e peças e acessórios; combustíveis e lubrificantes”, mostrando, segundo ele, “exatamente algumas formas de modernização do consumo típicas desse momento” (SAES, 2004, p.239).

Esse conjunto de mudanças potencializou o componente de disputa no interior da ACSP devido a força adquirida pelo capital comercial: importadores do comércio versus industriais importadores ou não, algo que dificilmente caberia espaço para acordo ou convívio numa mesma entidade em 1928:

²¹⁹Na base da pirâmide o abismo social que separava a rica fração industrial da burguesia dos seus trabalhadores “dava origem a ideias que expressava bem o caráter reacionário e mesquinho de importantes representantes da indústria. A opinião de que o consumo acima do nível de subsistência era esbanjamentos foi defendido por Eduardo Jafet, pois embora reconhecesse que o poder aquisitivo dos operários era baixo, para ele, não residia aí a principal dificuldade. Resumia-se antes, em que o trabalhador “não quer consumir; o problema não consiste em aumentar a remuneração, senão em criar necessidades sociais”, quer dizer, criar novos hábitos de consumo nas massas proletárias. Mas para isso devia haver maior instrução dos trabalhadores, mas não para aumentá-lhes a produtividade, senão para aumentar-lhes o desejo de bens, que faria as farias trabalhar mais e permanecer no emprego. Quanto ao salário, os níveis continuaram baixos em 1944, ocasião de conferência sobre a indústria (apud DEAN, 1971). Ver ainda Ribeiro (1988), Del Roio (1990) e Cano (1998).

[...] em geral, os grupos multibilionários nacionais, exercem o controle quase completo do mercado atual em diversos ramos, usaram se antes de 1914 e, até mesmo, no século passado. a disputa entre industriais-comerciantes e grandes importadores, que incluía até o boicote, prosseguiu, ao menos até 1929, quando os últimos foram abalados seriamente pela crise econômica, alguns dos quais não puderam aguardar pelas soluções que só viriam em 1931, com a compra dos estoques de café. A atividade industrial só seria possível, pois, associada secundariamente a grandes empreendimentos comerciais ou deles dependentes. Neste sentido, o caso Matarazzo é típico. a sua expansão industrial esteve ligada, nas primeiras décadas, há uma estratégia mercantil primordial, que consistia em concorrer diretamente com outros grandes importadores, mediante uma praxe nova: a da contribuição de uma clientela de pequenos varejistas para romper as “ligações diretas” das grandes casas (MARTINS, 1973, p.82-83).

A rede de comércio criada pelo grupo Matarazzo dava prioridade para clientes pequenos, acreditava que eles eram mais constantes em comparação ao comprador de larga escala, “que é inclinado a especular em suas compras. Também, falindo um freguês pequeno, o prejuízo é menor. A firma tem tido até 45.000 contas abertas em livros” (apud MARTINS, 1973, p.82).

A voz do empresariado têxtil demandando proteção tarifária passou a ocupar espaços importantes no debate que se seguiu. Ademais, o quadro político e econômico na Primeira República já apresentava fortes sinais de crise no ano de 1928, impelindo setores anti-industrialistas do Partido Democrático de São Paulo (PD) a acusar os grandes industriais das indústrias têxteis de “magnatas” e de visarem somente o lucro. Ironicamente, os industriais na campanha tarifária de 1928 se encontravam mais ligados ao Partido Republicano Paulista (PRP). Para Maria Antonieta Leopoldi, não foi de se estranhar que, quando se formou o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, em meio à campanha tarifária de 1928, com representantes da grande indústria vindos da ACSP e do CIFT-SP, a aliança da grande indústria com o PRP tenha continuado. Ao mesmo tempo, a “ACSP tendeu a apoiar o partido de oposição, o PD” — leia-se, a fração de classe da burguesia comercial (LEOPOLDI, 2000, p.109).

O PD nasceu fazendo oposição ao governo de Washington Luís. Boris Fausto assinala que o PD se integrou a Aliança Liberal, constituindo a principal força da corrente liberal-constitucionalista que “expressou uma tendência na luta por definir os rumos da Revolução de 1930” (2011, p.49). Os democráticos fizeram uma oposição cerrada aos interesses do grande capital industrial do setor têxtil que lutavam por uma política governamental benéfica à indústria, com a majoração de tarifas de artigos importados. A mobilização dos industriais por políticas protecionistas de revisão tarifária colocou o PD

em pé de guerra contra governo e industriais. O *Diário Nacional*, outro órgão de imprensa francamente defensor dos interesses da burguesia comercial²²⁰, abriu suas páginas para ser um porta-voz do PD nos ataques as articulações políticas do setor industrial com o governo Washington Luís, tradicional quadro político do PRP. O aumento das tarifas de importação tinha dupla face: de um lado, recuperar perdas das tecelagens de algodão e, do outro, barrar novas importações de maquinários destinados ao setor. O *Diário Nacional* “abriu fogo” contra o governo:

Os industriais de tecidos vão receber do senhor Washington Luís o presidente da majoração das tarifas aduaneiras. É o paliativo caríssimo de que falávamos ontem. A lavoura, porém, não recebe nada. nem remédio, nem paliativo. Terá que aguentar firme, no toco, com broca, falta de braços, campanha baixista dos torradores e empréstimos em ouro, até que a Previdência venha um dia em seu auxílio (apud FAUSTO, 2011, p.51).

A resposta do CIFT-SP buscava culpar, ironicamente, o caráter liberalista das leis em voga no Brasil. Os industriais se postulavam liberais quando a ocasião lhes convinha, pois a Constituição de 1891 ainda vigente pregava o liberalismo como orientação econômica. Mas os industriais, para a fúria do PD, só defendiam o liberalismo nas relações de trabalho. Contudo, apelar ao Estado por medidas protetoras reforça a tese segundo a qual a fração industrial estava afinada politicamente com o bloco majoritário do poder de Estado francamente agroexportador. Portanto, é preciso enfatizar que o fato de o PD defender políticas favoráveis ao setor agrário condizia com o fato de seus membros representarem a geração mais jovem de fazendeiros paulistas, que disputavam o espaço político negado pelo PRP.

As críticas negativas do PD sobre a indústria eram sentidas pela emergente classe média paulistana, enquanto representantes do grande capital importador se viam representados pelo PD, endossando os ataques, pois o “qual não admite privilégios de qualquer natureza e muito menos esse, que fere de morte a livre concorrência” (FAUSTO, 2011, p.51). Os laços políticos entre os industriais e o PRP — o representante dos interesses dos cafeicultores — não eram esporádicos ou limitado ao episódio das tarifas, mas, como bem assinalou Fausto (2011, p.53), era “uma íntima e permanente aliança”. Na esteira da consolidação da estrutura política no Brasil, onde se projetou um poder autocrático presidencial e, conseqüentemente, a burocracia governamental, variavam

²²⁰ Além do apoio do *Diário Nacional* a burguesia comercial contava com o apoio do conservador *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Commercio* e, ocasionalmente, o jornal *O Combate*. Na verdade, este último era um crítico mordaz dos industriais, mas não estava alinhado politicamente à burguesia comercial de São Paulo e sim a uma posição radical democrática, extremamente crítica ao governo paulista (Cf. DEAN, 1971).

entre as máquinas políticas das classes dominantes de São Paulo e Minas Gerais, condição que segundo alguns autores, facilitou a ascensão da fração industrial paulista. No decorrer dos anos de 1920, os vários centros industriais, formados a partir de 1919, mobilizaram muito mais fundos políticos para o Partido Republicano de São Paulo²²¹ do que a antiga Sociedade Rural, organização que representava os interesses dos fazendeiros de café.

As cotizações concedidas pelos industriais eram administradas com eficiência pelos líderes das bancadas do Senado e da Câmara Federal, em contrapartida, faziam aprovar ou engavetar legislações, segundo os interesses patronais articulados nos bastidores, onde agiam os grupos de pressão organizados. Por sua vez, não havia nenhum impedimento para que industriais ocupassem cargos políticos. O caso do senador Lacerda Franco ilustra essa premissa, pois, além de proprietário de uma fábrica têxtil no município de Jundiaí, era tido como um genuíno homem de negócios no comércio em Santos, diretor de banco e fundador Cia. Telefônica de São Paulo (FAUSTO, 2011, p.52-53).

No final da década de 1920, tomados por falências e crise dos planos de valorização do café, os grupos industriais em ascensão e seus porta-vozes apoiados nas associações industriais de São Paulo e do Rio de Janeiro, já se igualavam em termos de prestígio político com os fazendeiros, com destaque para Matarazzo, Jorge Street, Seabra, Oliveira Passos, Pupo Nogueira e Vicente Galliez, Roberto Simonsen, Horácio Lafer. Este último, em 1928, integrava não só a direção do CIESP, mas também era empossado como assessor do ministro das Relações Exteriores, Otávio Mangabeira (STEIN, 1979, p.133; MICELI, 1992, p.25-26).

Como já expusemos aqui, sem possibilidade de convívio interno, a ruptura dos industriais com a ACSP ocorreu nesse contexto. A cisão resultou na formação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. Criado no início de junho de 1928, a primeira diretoria do CIESP foi composta por nomes de peso do empresariado: Francisco Matarazzo (presidente), Roberto Simonsen (vice-presidente), Otávio Pupo Nogueira,

²²¹ Na história familiar escrita por Boris Fausto, rememorando os tempos de infância no bairro da Consolação, a certa altura o autor escreve: “Incorporei, em criança, a sensação de que São Paulo se erguera em favor do Brasil e fora traído e derrotado pelos homens do poder central. Vagamente, incorporei também a noção de que em São Paulo havia divisões partidárias: de um lado o Partido Constitucionalista, o germe da Futura UDN no estado, e de outro o Partido Republicano Paulista. Minhas simpatias, ouvindo aqui e ali fragmentos de conversas no bairro da Consolação, pendiam para o PC, pois o PRP, apelidado de Partido Rato Podre, não devia ser grande coisa” (FAUSTO, 1997).

Jorge Street, Francisco Matarazzo e Horácio Lafer, Antônio Devisate e José Ermírio de Moraes.

A primeira preocupação desses dirigentes industriais, perseguidos em várias frentes por propostas políticas que os qualificavam como “inimigos do povo”, foi repelir as críticas endereçadas contra a indústria. Em resposta aos ataques, rapidamente buscaram mecanismos para “reunificar” a própria fração de classe, a fim de normalizar um discurso ideológico “que não só enunciava o tema da industrialização na perspectiva dos industriais, mas também o generalizava como projeto político, para as demais frações de classe da burguesia” (DE DECCA, 1981, p.141). Na visão dos industriais do CIESP, a indústria se constituía, inegavelmente, como um fator de prosperidade nacional. Destacava-se o caráter colonial da economia brasileira e sua vida custosa. Assim, proteger a indústria transformara-se na bandeira mais importante de atuação política da entidade. Segundo Simonsen, o aumento da capacidade de consumo do país representaria acesso a um considerável mercado para os empresários brasileiros: “o consumo e a produção, crescendo harmonicamente, aumentarão a riqueza, trarão o engrandecimento do país [...], que poderá com a calma e a serenidade precisa resolver todos os demais problemas nacionais” (apud CARONE, 1977, p. 64-65).

Para Edgar de Decca, em muitos aspectos, o ano de 1928 representou um importante marco para os industriais de São Paulo. A fundação do CIESP conferiu ao empresariado paulista maior nível de organização e unidade, além de criar um fórum para ressaltar o indispensável papel da industrialização ao bem-estar do povo brasileiro. O Centro nascia com o objetivo de representar os interesses estritamente industriais e lutar pelo avanço da atividade manufatureira no país. Outra tarefa marcante da nova entidade foi continuar combatendo a luta do proletariado por leis sociais. No discurso do CIESP, voltado aos poderes públicos, a luta operária por proteção trabalhista não passava de uma “luta subversiva”, ao mesmo tempo em que, por intermédio do PRP, os industriais intervinham no legislativo para bloquear as iniciativas parlamentares favoráveis à legislação trabalhistas, principalmente àquelas defendidas pelos deputados federais Maurício de Lacerda e Nicanor Nascimento (DE DECCA, 1981, p.23).

O peso político da burguesia industrial no Partido Republicano Paulista havia crescido no final dos anos 1920, o que permitiu, por exemplo, que o setor “tivesse sucesso em sua intervenção em favor da elevação das tarifas de importação de produtos têxteis”. O processo de autorreconhecimento do empresariado industrial como fração no seio da

burguesia não conduziria o CIESP à oposição ao “arranjo oligárquico” liderado pelo PRP. Nas eleições presidenciais de 1929, a entidade não só apoiou a candidatura paulista de Júlio Prestes, como também se mobilizou decididamente para elegê-lo. O CIESP se transformou em uma espécie de posto avançado do alistamento eleitoral do candidato paulista. As orientações para alistamento eleitoral eram transmitidas ao conjunto das associações patronais através de circulares expedidas pela entidade, como manifesta a Circular nº67:

Conforme poderão ver o anexo, as indústrias de S. Paulo estão empenhadas em desenvolver o alistamento eleitoral no Estado. Delegados de todas as sociedades da classe industrial, já iniciamos este serviço, com a preocupação de não provocar perdas de tempo do pessoal que vai ser alistado e de não provocar despesas de qualquer espécie. O nosso pessoal especializado vai a cada fábrica, a hora que mais convier aos seus donos, fazendo o fornecimento grátis do material necessário a cada processo de alistamento. Com esta organização, as perdas de tempo são reduzidas ao mínimo, não parando o trabalho fabril um só instante [...] (CIESP, 04/7/1929).

O apoio logístico e técnico oferecido aos industriais pelo CIESP foram substanciais. As circulares recebem o carimbo de “confidencial”, e oferecem ainda “uma ficha dos eleitores” com as suas respectivas fotografias. O Centro fez divulgar um chamado público na imprensa intitulado “*Aos Industriais*”. A carta, segundo a Circular nº 67, solicita engajamento da classe em apoio à candidatura de Júlio Prestes, para promover e facilitar “o alistamento eleitoral daqueles que, com o seu voto, quiserem prestigiar os candidatos apontados à consciência nacional por 17 Estados da Federação” (CIESP, 04/7/1929). Assinam o chamado público: o CIESP, o CIFT-SP, o Centro do Comércio e Indústria de Madeira, Centro dos Industriais de Papelão, Centro dos Industriais de Calçados, União dos Fabricantes Nacionais de Papel, entre outros.

Cabe enfatizar que o programa da Aliança Liberal (frente que apoiou Vargas) não contemplava a questão industrial, no fundo reeditava antigos preconceitos contra a indústria e elogiava a “vocação agrária” do Brasil. Em 1932, na “Revolu o Constitucionalista”, o CIESP e o FIESP comprometeram-se politicamente com a oligarquia paulista contra o governo provisório de Vargas. Simonsen foi alçado   condi o de “general da Revolu o”, mas com a vitória varguista os chefes da revolu o, inclusive Simonsen, tiveram de exilar-se. Todavia, “Vargas não tardou a permitir-lhes o regresso e consentiu em que eles reassumissem a política estadual” (DEAN, 1971, p.209). A cria o do CIESP representou para a fra o industrial da burguesia a consciência de

que difundir o ideário industrialista para o conjunto da sociedade exigia uma ação política que ia além dos limites impostos pelos muros das fábricas.

O caráter político do CIESP obedecia à lógica da emergência de um projeto de classe da burguesia industrial. Neste, a difusão do industrialismo como expressão legítima da “civilização” moderna propunha-se não apenas interferir no debate, mas também reorganizar a sociedade sobre novas bases exigidas pela acumulação do capital. Admitia-se, porém, a manutenção do ritmo da acumulação cafeeira, e o próprio Simonsen, em mais de uma ocasião, defendeu que não havia contradições entre os postulados da indústria e agricultura no Brasil. Ambos eram indispensáveis ao progresso da nação, “um projeto político que determinava o lugar da indústria como a outra face da economia cafeeira”, projetando-se efetivamente como elemento de transformação progressiva da política econômica de Estado (DE DECCA, 1981, p.154).

A burguesia industrial era, no final da década de 1920, um setor social com um peso na economia muito inferior ao setor agroexportador. Ela possuía, no entanto, uma dimensão que lhe possibilitava expressar seus interesses na esfera de poder do Estado. Cabe lembrar que os patrões da indústria ocupam um papel específico no processo de produção e de reprodução ampliada do capital, que os vincula de maneira indissociável à classe dos capitalistas. Desta forma, seu pertencimento à classe dos capitalistas não é definido por uma relação de natureza jurídica de propriedade, mas, sim, pelo lugar ocupado por estes nas relações de produção. Conforme Álvaro Bianchi, “a relação de forças objetiva, aquela que se estabelece no nível das forças produtivas e sobre a qual se erguem os grupos sociais, permitia ao empresariado industrial fazer ouvir sua voz” (2001, p.16).

Romper com a Associação Comercial de São Paulo era uma questão inevitável, não dependia de um novo arranjo entre as frações do capital. A imposição das contradições históricas do final dos anos 1920 exigia maior aprimoramento da intervenção política dos porta-vozes da indústria. Ocorre que esse engajamento era insuficiente. Assim, fundar um novo organismo de classe que construísse uma base mais ampla de apoio social passava, primeiramente, pela normalização de um discurso identitário junto aos pequenos e médios empresários do setor. Para essa batalha, era necessário não somente os estímulos fornecidos pelo Centro, mas também a utilização de métodos de pressão em prol da colaboração.

A identidade capitalista em princípio se forma no mercado, através da competição. Se é assim, a competição deve ser organizada de forma que possa superar os entraves gerados pelos conflitos na disputa de mercados. Logo, a cooperação entre capitalistas torna-se uma pré-condição para o requisito de coesão de classe. A desconfiança que havia dos pequenos setores da indústria em relação aos grandes expoentes do capital industrial atribuía ao CIESP um poderoso desafio a ser conquistado. O enfrentamento com o operariado urbano e suas organizações era uma tarefa de classe que tinha sua própria dinâmica e exigia um grau mais elevado na coesão de classe. O êxito dessa premissa dependia do fortalecimento das relações dos associados com o CIESP, que busca submetê-los a um controle político-ideológico através de cursos, de intervenções públicas, consultorias jurídicas, publicações técnicas voltadas para cada setor da indústria, além de um eficiente método de orientação política por meio de circulares. Esses instrumentos de comunicação e de orientação política se convertem num importante mecanismo de intervenção patronal na luta de classes, cujo objetivo também cumpria uma função didática nos círculos empresariais menos organizados²²².

Um dos objetivos do CIESP foi organizar a classe dos industriais e transformá-la em formadora de opinião, conforme a Circular nº 34 (09/4/1929). Seu principal projeto político de classe consistia em transformar o CIESP, e, mais adiante a FIESP, em organismos de caráter político formador de novos sindicatos patronais e aglutinador das frações menos organizadas do capital fabril, direcionando sua influência para consecução do seu projeto político de classe: derrotar o movimento operário. Nesse sentido, essas entidades formadas entre 1928 e 1931 simbolizam o grau superior em termos de experiência e conversão política de uma organização de classe no cenário

²²² O CIESP contava com vários tipos de publicação, desde aquelas que se limitavam a transmitir orientações técnicas a um determinado segmento fabril, até relatórios da diretoria que buscavam elaborar estratégias para consolidar o CIESP como instituição de credibilidade do ponto de vista empresarial e público. A maior garantia dessa credibilidade passava pelo apoio político recebido no meio empresarial em uma época em que a articulação nacional dos industriais estava em construção. O que autoriza afirmar que a fração industrial da burguesia ansiava elevar sua influência política sobre a sociedade como um todo, mas havia clareza que esse processo passava, primeiramente, pela criação de uma identidade de classe. Os estreitos laços políticos mantidos com o Partido Republicano Paulista lhes facultaram intensa atividade política no Parlamento, através de sua pressão sobre membros do PRP (cf. LEME, 1978; CASALECHI, 1987; SILVEIRA, 2016).

nacional. O CIESP simbolizou o estágio inicial do efetivo papel político que a FIESP irá assumir, isto é, um “ministério dos industriais” na acepção gramsciana²²³.

A resistência associativa contra a interferência do Estado nas questões trabalhistas tinha um argumento pronto: elevação dos custos da força de trabalho. Tanto a Lei de Férias quanto o Código do Menor sofreram poderosa resistência dos Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – CIESP.

5.5. O CIESP e a questão do menor: o mecanismo de controle social

Durante 1929 e os anos subsequentes, a luta por uma legislação social mobilizou grandes energias, pró e contra. O grande capital industrial e o pequeno empreendedor fabril sofreriam impactos diferenciados nos custos de trabalho no caso da adoção das sociais, portanto isso afetava tanto o grande produtor como o pequeno. Daí o objetivo principal dos industriais de organizar-se de forma a serem identificados como grupo. Nesses termos, o interesse maior era organizar um organismo de classe que permitisse representar exclusivamente os interesses da indústria, e que lhes desse “identidade” própria, que se postulasse como instrumento de defesa coletiva na luta contra os trabalhadores e outros setores do capital. No curto prazo, visando sua legitimação, era preciso atrair filiados e, a longo prazo, investir na capacidade de representação de amplos setores do empresariado industrial. Assim, a ideia de despesa deveria ser encarada como investimento.

Cumprir lembrar que a teoria da ação coletiva sugere que o indivíduo racional não é muito propenso a cooperar na produção de um bem comum, uma vez que sempre haverá alguém interessado em produzi-lo. Com a expectativa de que outros produziram este bem, espera-se ver o bem produzido, quando este, então, passará a ser consumido, com a

²²³ Gramsci entendia que o desenvolvimento pleno de uma classe prevê que esta seja capaz de formar uma camada de quadros intelectuais capaz de dar-lhes homogeneidade e consciência de sua própria função, seja no campo econômico, social, político ou ideológico. Identifica que “o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc.” O pensador marxista italiano considera intelectual todo aquele que realiza uma função organizativa *lato sensu*. Como organizadores do capital, os empresários são esses ‘intelectuais orgânicos’ da burguesia mencionados por ele, representam “uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente técnica (isto é, intelectual)”, desprovido da qual não teria capacidade de cumprir um papel organizador, seja da ‘confiança’ daqueles que investem em sua empresa, ou no papel de organizador de uma massa de homens. Se não todos os empresários, pelo menos uma fração, quer dizer, “uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal”, uma vez que as próprias necessidades de criar as condições favoráveis à expansão da própria classe também se veem colocadas na ordem do dia (GRAMSCI, 2004).

vantagem de não se ter investido nada. No jargão dos teóricos da ação coletiva, trata-se de um “carona”, atitude que coloca a seguinte questão: se todos agirem de forma racional, nada será feito. No processo de adesão associativa lidar com os “caronas” constitui um dos obstáculos a ser vencido no agir coletivo.

O CIESP adota uma abordagem flexível para lidar com o problema do “carona”, em cujos cálculos dos custos de produção do benefício já estavam embutidas as despesas desses elementos resistentes. Se a política do CIESP buscava agregar a indústria paulista, seus esforços de arregimentação começavam por oferecer, ofertar serviços de informações sem custo para os filiados, sobretudo despachos alfandegários no país, apoio junto à administração pública nas três esferas: municipal, estadual e federal, registros de fábricas e patentes etc.

A seção de imposto de renda previa, em caráter excepcional, o pagamento de uma taxa. O CIESP também contava com a seção de “registros de fábricas e patentes, e naturalização de estrangeiros”, conforme a Circular nº 23 (22/2/1929). Quando se tratava de organizar o mercado, o registro de fábrica representava o primeiro passo, uma vez que o licenciamento de registros e patentes constitui formas de organizar a competição no mercado com apoio do Estado²²⁴. A prestação de serviços está associada à ideia de que a fração industrial deveria “dispensar intermediários comuns”, recorrendo ao órgão defensor de seus interesses, o CIESP, tornando-os assim reconhecíveis publicamente — uma vez que o reconhecimento público do protagonismo industrialista guardava um significado social da maior importância, do CIESP como entidade de classe. Construir-se como entidade mediadora dos interesses da fração do capital industrial exigia ofertar serviços como política para atrair novos sócios. Para tanto, como já mencionamos, o CIESP se colocava na qualidade de assumir todo custo operativo de arregimentação, distribuindo generosamente benefícios (inclusive nos casos de recusa à cooperação) e legitimar-se perante uma política de interação com os representantes pequenos, médio e grandes do capital industrial *construindo o interesse comum*, como consta na Circular nº 49 (07/6/1929). Já na Circular nº 29, consta que o CIESP se dispunha conceder, em nome do bem maior, ajuda “gratuitamente e sem incômodos para os interessados” (30/12/1929).

²²⁴ De acordo com Warren Dean, os industriais eram, na sua maioria, imigrantes que montavam pequenas oficinas indústrias, sem nenhuma noção sobre os normas que regulamentavam a atividade industrial, nem sobre as obrigações legais mais simples. Isso pode ter contribuído para a percepção generalizada entre os estudiosos, de que as empresas industriais no Brasil tinham uma tendência de funcionar fora das normas legais e sociais (DEAN, 1971 apud COSTA, 1999).

No campo legislativo a resposta patronal se mostrou intransigente e resiliente à reivindicação de direitos que onerassem o custo da mão de obra operária. Demonstrar força e organização de classe legitimou o CIESP como poderoso instrumento ante a interferência do Estado nas relações de trabalho. O controle sobre a força de trabalho mobilizou o Centro a refutar as tentativas de regulamentação do trabalho do menor, garantindo que a exploração procedesse como fora concebida desde o início da industrialização. Afrontar a lei e todo arcabouço jurídico-institucional legislativo compôs o repertório do CIESP, a fim de garantir as taxas de lucro gerado pelo trabalho do operário infantil e pré-adolescente. Este último tópico é dedicado ao capítulo deplorável da exploração dos pequenos corpos nas engrenagens fabris de São Paulo, conforme a Circular nº 21 do CIESP (05/2/1929).

O conteúdo das circulares transmitido aos filiados em seu primeiro ano de atuação se concentrou em três eixos: política tarifária, fiscal e, acima de tudo, a questão que mais mobilizou as ações coletivas do CIESP foram as orientações acerca da legislação social, que se converte no principal eixo político de intervenção do Centro. No cerne da mobilização liderada pelo Centro estava delineada uma firme política de resistir a implantação do criticado “Código do Menor”. Neste ano, de acordo com levantamento feito pela historiadora Jullyana Luporini B. de Souza, foram emitidas e enviadas 79 circulares aos filiados do Centro das Indústrias:

Tabela 19 – Principais temas levantados nas circulares do CIESP em 1929

ASSUNTO	QUANTIDADE (SOMANDO ANEXOS)
Alistamento eleitoral	02
Chamada para assembleia	02
Código do menor	21
Convenção Interamericana	01
Consulta aos filiados	02
Campanha contra impostos interestaduais	02
Composição: chapa Ciesp (1929-30)	01

Declaração imposto sobre renda	04
Greve dos Gráficos	01
Informes: convites, consultas, serviços aos associados etc.	10
Imposto sobre capitais e sociedades anônimas	08
Lei de Férias	09
Registro de marcas e patentes	04
Registro de similares	03
Vaga no Conselho da Ind. e do Com.	02

Fonte: Souza (2018, p.99-100).

É inegável a preocupação dos industriais em relação à questão do Código de Menores e da Lei de Férias, ambas reivindicações que figuravam nas pautas de lutas operárias desde 1919. Foram exatas trinta circulares encaminhadas aos filiados do Centro com o eixo de debate e orientação focados na legislação trabalhista. As pressões institucionais levadas a cabo pelo CIESP transformaram-se num grande “cavalo de batalha” em combate contra o Código do Menor, principal foco de resistência do empresariado frente os apelos por uma legislação social. Nesta seção, vamos abordar os argumentos concebidos pelo CIESP em seu aspecto moral e econômico, que desconsideram o Decreto nº 17.943 de 12 de outubro de 1927, que estabelece regras para o trabalho infantil e juvenil, fixando diretrizes para a atuação de jovens trabalhadores, mas que não eram respeitadas pela maioria dos empresários industriais, sobretudo pelos representantes das grandes indústrias têxteis de algodão que empregavam uma parcela significativa da força de trabalho infantil e feminina.

Ao determinar o valor da força de trabalho, o sexo e a idade são fatores fundamentais para diferenciar o tipo de mão de obra, como evidenciado desde a Revolução Industrial em cidades como Manchester, na Inglaterra. Conforme o capitalismo desenvolve esses dois elementos, em virtude de sua própria maneira de acumulação. Da criança, passando pelo menor e chegando à mulher operária, na quase totalidade dos casos observados por estudiosos, tem-se que a remuneração salarial obedecia à regra de ser inferior àquela paga aos demais operários. Determinado com

“unhas e dentes” em face dos interesses do empresariado no mercado de trabalho, Aziz Simão (1966) já havia observado a brutal discrepância salarial que havia no caso da mão de obra feminina, do menor e infantil. Além da ausência ou deficiência de qualificação técnica e da experiência profissional deficitária ou inexistente, outro aspecto responsável, e não menos importante, que ajudou a perpetuar esse terrível quadro de exploração do trabalho infantil nas indústrias fabris de São Paulo, tem a ver com a tendência vigente de menosprezo as necessidades tanto culturais como materiais, seja da mulher, do menor ou da criança. Todos esses concebidos pela lógica da superexploração do capital como salários meramente complementares aos deficientes salários dos operários adultos.

Os salários irrisórios pagos ao trabalho infantil, da mulher e do menor justificam a alta incidência dessa força de trabalho nas indústrias de São Paulo, podia chegar a cerca de 60%, a exemplo do setor têxtil, como revelou Ribeiro (1988, p. 134-135). O próprio industrial Jorge Street, considerado um “guru” no meio fabril de sua época, um “homem-exemplo”, “além do seu tempo” etc., era um entusiasta defensor da exploração do trabalho infantil, não por caridade ou benevolência mas por uma razão deveras simples: os salários ínfimos pagos a esse segmento. Alegava que os menores,

Trabalham por turmas de oito crianças e ganham 1\$200 cada uma, tendo a seu cargo um determinado número fusos. O serviço feito por uma dessas turmas custa-nos, portanto, 9\$600 por dia de 10 horas. o serviço é leve, muito fácil não demanda a menor aprendizagem, podendo ser realizado, segundo as experiências já feitas, por uma turma de quatro, ou mesmo de três moças adultas, ganhariam 3\$000 por dia e disputariam esse trabalho, não exige aprendizagem alguma. Com uma turma de adultos, esse trabalho nos custaria, portanto, de 9\$000 a 12\$000, no máximo. Se a futura lei só permitir o trabalho das crianças pela metade do tempo que elas hoje trabalham, nós, industriais, poderemos, naturalmente nos adaptar a essa exigência legal, formando duas turmas, uma para a manhã e outra para tarde. Mas seremos, nesse caso, forçados a pagar também a metade dos salários, para a metade do trabalho executado. E se assim não fizéssemos, esse trabalho viria custar-nos muito mais caro do que se fosse realizado por adultos que trabalham o dia cheio (O Estado de S. Paulo, 19/9/1917 apud MOURA, 1982, p.58-59).

A sinceridade de Street não deixa a menor dúvida a respeito da capacidade de resiliência dos industriais às tratativas do Legislativo criar mecanismos de proteção ao trabalho do menor. É evidente que o dano maior recai sobre a família proletária que terá compelida a aceitar uma “diminuição sensível do ganho diário dos seus filhos”, e conclui impregnado de sinceridade: “com séria perturbação de sua economia doméstica”. E pior, “ou a ver esses pequenos dispensados (caberia desgraçados), completamente, das fábricas em que trabalham” (O Estado de S. Paulo, 19/9/1917 apud MOURA, 1982, p.58-59). A

ocupação do menor era uma prática comum e necessária à família proletária, que é obrigada a recorrer à remuneração de todos os seus membros, e, do ponto de vista patronal, resolvia o problema da ociosidade que, nos termos do juízo da infância, ficavam expostos à criminalidade infanto-juvenil.

O controle sobre o corpo da criança aparece na Primeira República é promovido pelo do discurso médico que se apropria da infância, que foi percebida pelo olhar disciplinar, atento e intransigente, como elemento de integração, de socialização e de fixação indireta das famílias proletárias, e isso antes mesmo como necessidade econômica e produtiva do mundo fabril e, conseqüentemente, da nação. No discurso do poder médico, a rua representava “a grande escola do mal”, espaço público emblemático, geradora da delinquência e da criminalidade. O parecer do dr. Moncorvo, homem da medicina, ilustra bem o discurso voltado para o controle sobre à infância, fortalecendo argumentos dos porta-vozes da indústria sedentos da mão de obra infanto-juvenil,

[...] não preciso declarar, senhores, que me refiro à rua, à “nossa rua” [...] Pois bem, senhores, é nesse meio, peçonhento para o corpo e para a alma, que boa parte de nossa infância vive às soltas, em liberdade incondicional, em abandono, imbuindo-se de todos os desrespeitos, saturando-se de os vícios, aparelhando-se para todos os crimes (apud RAGO, 1985, p.121).

O problema do menor se inscrevia como uma das preocupações do discurso médico. Uma das atribuições do Estado, a medicina, nesse sentido, redefinía sua relação com o poder público, “colocando-se como condição de possibilidade da normalização da sociedade, no que concerne à questão da saúde”. Entre 1922 e 1927, o famoso médico sanitarista dr. Paula Souza, esteve à frente como diretor do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo. Tendo como principal projeto médico a “recuperação do organismo social”. Sua função, num contexto de grandes transformações urbanas e sociais, deixa de ser meramente curativa incorporando o lado preventivo (RAGO, 1985, p.134).

A preocupação de recuperar a infância não ficou restrita somente à questão médico-institucional. O movimento operário, através de seus órgãos de imprensa, cansou de denunciar as condições desumanas do trabalho infantil nas unidades fabris, “antros infernais de corrupção”. Em 1917, chegou a ser criada, dada a gravidade da questão, um comitê popular de agitação contra a exploração de menores operários, que incluía em seu programa a defesa contra maus-tratos aplicados aos menores por mestres e contramestres. Afinal, além de receberem salários inferiores por igual trabalho, eles estavam sujeitos a qualquer tipo de violência: “diariamente se registram por todas as fábricas [...] a brutalidade contra menores. Num lado é uma saraivada de insultos os mais pesados e

atrevidos, noutro são sopapos, os pontapés que magoam o corpo do desgraçado” (A Plebe, 12/4/1919, apud RIBEIRO, 1988, p.141)²²⁵.

O trabalho noturno de menores consistia em expediente comum nas tecelagens de São Paulo. Na fábrica Mariângela, do magnata das indústrias Francisco Matarazzo, parte do maquinário se ajustava em tamanho para o manuseio das crianças. O jornal *A Terra Livre*, de 23 de fevereiro de 1907, retratou a crueza das jornadas de trabalho das crianças, que iniciavam o turno às cinco horas da tarde e só o largavam às seis da manhã, gozando, quando muito, uma hora de descanso: “A certa altura da noite quase todas as crianças de 8 a 12 anos, meio mortas de fadiga e de fome, caem a dormir [...] e então o contramestre desperta-as a bofetadas, soluçando retomam o trabalho” (apud RIBEIRO, 1988, p.142). As difíceis condições a que as crianças operárias estavam submetidas permaneceram intactas ao longo de toda a década de 1920. A sua força de trabalho continuava gerando lucro aos industriais de São Paulo²²⁶.

Os debates no legislativo que trouxeram à tona questões relacionadas às demandas operárias ganharam mais atenção. A estratégia do governo do Estado foi pressionar a bancada de deputados federais paulistas para a necessidade da criação de leis de proteção à classe trabalhadora. Altino Arantes escreveu para Álvaro de Carvalho, líder da bancada paulista na Câmara Federal, solicitando a sua mediação junto aos deputados e senadores de São Paulo para que se empenhassem com tenacidade nas duas casas do Congresso Nacional, a fim de aprovarem projetos da regulamentação do trabalho operário, principalmente aqueles em torno da regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores.

Apesar de ser considerada uma “iniciativa louvável”, mais louvável, porém, seria que mandasse cumprir as leis já existentes. A exemplo do Decreto 2.141 de 14 de

²²⁵ Conforme Maria Alice Rosa Ribeiro (1988, p.140): “A dimensão ‘técnica’ da função do mestre e do contramestre era ofuscada pelo autoritarismo e despotismo inerentes ao processo de trabalho. [...] A impunidade, os privilégios concedidos aos mestres e contramestres eram elementos que os tornavam distintos do conjunto do operariado. [...] As distinções eram tão evidentes que nas organizações e associações de classe, era proibida a inclusão de mestres e contramestres, apesar de estes terem muitas vezes suas origens no operariado”.

²²⁶ Essas mesmas condições de maus tratos contra as crianças operárias foram encontradas na França e na Inglaterra de 1840, mas ainda estavam vivas nas fábricas de São Paulo: “Não é um trabalho, uma ocupação, é uma tortura, infligida a crianças de seis e oito anos. [...] É esse longo suplício de todos os dias que mina, principalmente, os operários das fiações de algodão” (VILLIMÉ, 1840 apud LAFARGUE, 1983).

novembro de 1911 e regulamentado pelo Serviço Sanitário do Estado²²⁷, afirma-se no Artigo. 181 que: “O trabalho noturno, além das 9 horas, é terminantemente proibido aos menores de 15 anos e as mulheres até 21 anos” (O Combate, 20/7/1917). Mais de uma década depois, o Código de Menores foi promulgado pelo Decreto n° 5.083 e sua regulamentação foi efetivada quase um ano depois, pelo Decreto n° 17.943 de 12/10/1927, porém rigorosamente combatido e ignorado pelos industriais.

A implantação das leis trabalhistas no Brasil foi morosa e seguiu um ritmo de enfrentamentos com o movimento operário e, por sua vez, cooperação entre atores estratégicos, a saber: os industriais paulistas, representantes do legislativo estadual e governo federal. Ao longo das décadas de 1920 e 1930, o patronato industrial de São Paulo organizou uma resistência bem-sucedida contra a implantação do Código de Menores. Em junho de 1929, sob pressão do CIESP, a Comissão da Câmara dos Deputados esteve reunida para revisar a lei de 1927 e o deputado Arthur de Souza Lemos recebeu a incumbência da revisão. Assim, empenhar-se na aproximação com Souza Lemos era prioridade do Centro. O objetivo principal de propor sugestões ao novo projeto estava relacionado à questão das multas que fiscais públicos vinham aplicando, “o Juiz de Menores desta Capital continua a multar as fábricas, sendo necessário que todas elas sigam a orientação traçada pelo Centro”, isto é, não pagar as multas aplicadas e, conseqüentemente, não acatar a lei, valendo-se do suporte jurídico Centro. O atrativo de vincular-se ao órgão patronal pelo viés do apoio jurídico gratuito endossa a mudança do *status* dos industriais necessitados de orientação e de apoio, conforme aponta a Circular n° 54 do CIESP (15/6/1929).

Os industriais não se opunham à lei no seu conjunto, mas se colocaram frontalmente contra a mudança de horário nas escalas de trabalho: “nada vemos no Código que não mereça os mais entusiásticos aplausos [...] de todos quanto abrigam em sua alma sentimentos de piedade pelos fracos e de solidariedade humana”. A demagogia patronal para garantir os níveis de exploração do trabalho do menor foi renovada diante

²²⁷ A despeito das proibições existentes estabelecidas pela lei, os patrões as ignoravam totalmente: “Ao visitar, março último, os estabelecimentos da Fiação, Tecelagem e Estamparia Ypiranga, o inspetor sanitário Sr. Dr. Carvalho Ramos verificou que eram allí empregados menores em serviço noturno, contrariamente ao que dispõe o Regulamento Sanitário, em seu art. 174. Os proprietários do citado estabelecimento, srs. Nami Jafet & Irmão foram, à vista disso, multados em 200\$000”. Entretanto, sob promessa de que retiraria os menores do serviço, dentro de alguns dias, a multa foi suspensa. *Os Jafet ainda tentaram ampliar o prazo para 90 dias* (grifos nossos), mas o recurso foi negado pela Diretoria do Serviço Sanitário (O Combate, 29/3/1917).

das mudanças sociais em curso. A classe operária ganha visibilidade social e começa ser vista como uma força política a ser conquistada. A proposta de “revolução” defendida por forças políticas críticas à dominação da oligarquia paulista nucleada no PRP, tornava a disputa pelo apoio do movimento operário um trunfo político.

A partir de 1928, o Bloco Operário e Camponês²²⁸ fomentou a criação de comitês em vários estados do Brasil, inclusive em São Paulo, cujos objetivos iniciais tinham a ver com o fortalecimento organizativo do operariado têxtil, submetidos aos ataques patronais em decorrência da crise do setor. Além desse primeiro objetivo, havia mais dois, a mobilização em pró das leis sociais e, finalmente, a luta no campo parlamentar. No emblemático ano de 1928, existiam em São Paulo ao menos três propostas de “revolução” defendidas por segmentos políticos diferentes: o Partido Democrático, dos tenentistas e do Bloco Operário Camponês. Mas, como assinalou Edgar de Decca, “o PRP embora se opusesse ao conjunto político formado pelo PD, “tenentes e BOC, não estava ausente na questão da revolução e o seu jornal *O Correio Paulistano*, em 1928, não deixou de fazer largo uso do termo”²²⁹ (1981, p. 81).

Todavia, com o acirramento das lutas de classes em 1929, a postura do BOC transgrediu as regras do jogo político quando arregimentou o operariado em torno dos sindicatos, culminando com a formação da Confederação Geral do Trabalho (com 60.000 filiados), intensificação das campanhas por leis sociais e direitos dos políticos. Porém,

²²⁸ Na disputa por maior presença no movimento sindical e institucional, sob inspiração do Partido Comunista brasileiro, foi criado o Bloco Operário, fundado em janeiro 1927 com o propósito de criar uma Frente Única Proletária na luta contra a burguesia e o imperialismo. O norte político do PCB era organizar sua presença junto ao sindicalismo dos grandes centros urbanos e influenciar os trabalhadores rurais. Mas se deparou com a falta de conhecimento sobre a questão agrária e da inexistência de um movimento autônomo de trabalhadores no campo. Diante de tais limitações políticas, o BOC se lançou como legenda eleitoral no pleito de 1927, uma vez que o PCB estava na ilegalidade. Obtiveram algum êxito eleitoral, elegendo para Câmara dos Deputados o médico Azevedo Lima. No ano seguinte, nas eleições municipais, foram eleitos no Rio de Janeiro Octávio Brandão e o operário Minervino de Oliveira para o Conselho Municipal (Câmara) (Cf. DE DECCA, 1981; FAUSTO, 2010).

²²⁹ A vitória de Vargas não foi produto apenas do movimento “revolucionário”, que durou 21 dias, de 3 a 24 de outubro de 1930. De acordo com Simon Schwartzman, “Ela foi decidida no dia em que o alto comando resolveu depor Washington Luis, mantendo, assim, relativamente intacta a instituição militar. De qualquer forma, o impacto revolucionário da oficialidade jovem, os “tenentes”, é grande e eles vão constituir o grupo que circunda Vargas, não como liderança especificamente militar, mas como liderança política civil” (SCHWARTZMAN, 2015). A cisão dos tenentes opôs Luís Carlos Prestes aos novos donos do poder na “sumária apropriação do Estado”. Seu projeto de organização democrática para a sociedade não passava pela antiga via de ampliação do pacto liberal; “uma simples mudança de homens, um voto secreto, promessas de liberdade eleitoral, de honestidade administrativa, de respeito à Constituição e moeda estável e outras panaceias nada resolvem, nem podem de maneira alguma interessar a grande maioria da população”, quer dizer, as classes subalternas. Prestes viria a sofrer uma implacável perseguição, anos mais tarde, pela ditadura varguista do Estado Novo, implantada em 1937 (cf. FORJAZ, 1977; VIANNA, 1989; FAUSTO, 2010).

seu envolvimento na organização da poderosa greve dos gráficos rompeu o elo de convivência com setores da burguesia paulista. A oposição oligárquica, antes vista como interlocutora do BOC, “ampliou a sua luta contra o fantasma da oligarquia, atribuindo a este a responsabilidade de fazer vistas grossas ao perigo comunista”. Fica nítido a ansiedade da burguesia opositora de derrotar o poder oligárquico antes que uma onda revolucionária popular o fizesse. Visto por esse ângulo, o movimento de 1930 que conduziu Vargas ao poder, pode ser visto como triunfo da contrarrevolução (DE DECCA, 1981, p.105).

Os industriais vinham fazendo um movimento, desde a fundação do CIESP, no sentido de se contrapor ao início de um novo ascenso do movimento operário. A mobilização política do Centro para influir no debate acerca da legislação do menor é intensa e sem trégua. Garantir que não houvesse alterações na carga horária/dia de trabalho do menor se convertera no principal objetivo do patronato industrial paulista. Os irrisórios salários pagos às crianças e adolescentes explicam o grau de importância que os industriais atribuíam à questão do Código de Menores. A proposta fixava jornada de meio período de trabalho, ou seja, o menor trabalharia nas indústrias 6 horas por dia, mas “com tempo de descanso que nunca será inferior a uma hora; estatue ainda que o trabalho noturno terá início às 7 horas da tarde. São estes dois pontos que tornam a lei impossível de ser executada por parte das indústrias”. O direcionamento dado ao debate junto ao relator fixava *a priori* a recusa dos termos da proposta de revisão do Código. O discurso da fração industrial do grande capital da indústria, influente na direção do CIESP, apela para argumentos segundo o quais as dificuldades do proletariado fabril justificavam a exploração de menores, no quadro dos parâmetros mínimos de sobrevivência estabelecidos pelo capital, conforme expresso a carta do Centro ao deputado Arthur de Souza Lemos:

Se V. Excia., houver por bem acatar o nosso aviltre, que nos parece prático e simples, teremos a honra de acolher a sua honrosa visita em qualquer das nossas indústrias, facilitando ainda a V. Excia. os meios e proceder ao inquérito minudente no seio do operariado. Ele dirá a V. Excia, livremente, com aquela rude franqueza que caracteriza o homem do povo, o que pensa do Código e como encara o futuro dos seus filhos, ameaçados de ficar uma mais perigosa inação se o atual estado de coisas perdurar por mais algum tempo (CIESP, 15/6/1929).

A lógica do discurso, no entanto, se vale primeiramente das clamorosas necessidades inadiáveis de sobrevivência da família proletária, mas atinge o ponto

imperativo do terreno socioeconômico, o funcionamento da própria República estava ameaçado em caso da adoção *ipsis litteris* da reforma da lei, pois,

No afã d proceder a remodelação da lei conhecimento exato da situação esboçada no memorial entregue ao inicial ilustre ‘leader’ da maioria, quizer honrar o nosso Estado com sua visita, haverá prestado o serviço inolvidável o nosso país, pois que a desorganização do trabalho fabril – desorganização que o Código fatalmente provocará – terá reflexo desastroso sobre toda a nossa economia e isto num tempo em que o benemérito Governo da República tem em plena execução um largo programa financeiro que deita as suas raízes mais fundas no revigoração das nossas forças econômicas (CIESP, 15/6/1929).

A carta é assinada pela mais alta representação do grande capital industrial associado: Francisco Matarazzo (presidente do CIESP); José Ermírio de Moraes (presidente- CIFT-SP); R. Willianson (presidente do Centro dos Industriais Calçados – CICSP); Francisco Paternostro (secretário da Associação dos Industriais e Comerciantes Gráficos) e V. S. Barros Jr. (presidente da associação dos Industriais Metalúrgicos).

Pela importância assumida no processo de reformulação do Código de Menores, o deputado Arthur de Souza Lemos é convidado vir a São Paulo, para visitar instalações fabris e constatar, ele próprio, as condições de trabalho dos menores. Contudo, como declinou do convite, o CIESP toma a decisão de encaminhar à justiça paulista um caso de multa a uma empresa, “vai ser julgado esse processo e, pelo que tem ocorrido até agora, podemos esperar ganho de causa”, conforme a Circular nº 80 (30/1/1930). A representação associativa, cuja orientação passava pelo secretário geral Pupo Nogueira, estava convencida que o êxito da questão viria dos tribunais de São Paulo. Entretanto, Pupo Nogueira informa que na Capital Federal a história tem sido outra, cujas fábricas têm sido vítimas da postura impiedosa do Juiz de Menores, Mello de Mattos.

A fama e a retidão de Mello de Mattos causavam calafrios aos capitalistas fabris de São Paulo, cujos indeferimentos em processos que burlavam o cumprimento do artigo 108 do Decreto governamental 17.943 (12/10/1927) do Código do Menor, estavam embasados na lei. O próprio Centro reproduz aos associados, na Circula nº 32, um caso indeferido pelo juiz Mello Mattos:

Illegal – O Código de Menores determina expressamente no art. 108, que o trabalho dos menores de 18 anos não pode exceder de seis horas por dia; portanto, não é lícito permitir-lhes a duração de trabalho. Deferir esse juízo a petição dos aplicantes, importaria em perpetrar o crime de falta de ação no cumprimento do dever, qualificado no artigo 207 n.1, combinado com o artigo 210 do Código Penal: “julgar, ou proceder, contra literal disposição de lei”.

Injurídica – Os poderes políticos são independentes entre si, e cada um tem suas atribuições especificadas em lei. A iniciativa das leis é função do poder legislativo. Ao poder judiciário cumpre executar as leis. Não está na competência da magistratura, ainda menos da pertencente à justiça local, suspender a execução de uma lei, ainda que por considerá-la má, esperar que o Congresso Nacional a reforme.

Injusta – O menor de 18 anos é contratado, em regra geral, como aprendiz; ganha um salário de aprendiz; faz, porém, trabalho de operário adulto. Ora, não é justo, que o aprendiz trabalhe durante o mesmo número de horas que o operário, nenhum menor tanto quanto maior. Não se diga que o trabalho do menor é bastante leve, para que ele possa suportá-lo durante oito horas, sem prejuízo de sua saúde. É a regra de higiene, que a duração do trabalho deve ser tanto mais curta, quanto o organismo do trabalhador é menos desenvolvido e oferece menos resistência. Não se deve tomar em consideração somente a leveza do trabalho; também se deve levar em conta a prolongada permanência do menor na atmosfera anti-higiênica da fábrica, sua conservação sempre na mesma atitude durante o trabalho, e outras circunstâncias peculiares a cada gênero de indústria que concorrem para enfraquecer e alterar a saúde do trabalhador adolescente (CIESP,02/4/1929).

Os termos apresentados pelo juiz Mello Mattos tratavam de recuperar, ao menos em tese, a dignidade vilipendiada do menor trabalhador ante o deplorável estado gerado pela exploração de sua força trabalho no âmbito da acumulação capitalista. A Emenda Constitucional de 1926 assegurava ao Congresso Nacional o poder de legislar em matéria de trabalho, pondo fim definitivamente com os argumentos daqueles que ainda insistiam no caráter inconstitucional das leis ora existentes, “apelando para o princípio da liberdade de profissões”, vetando interferências do Estado nas relações de trabalho (GOMES, 1979, p.106).

Os salários operários, de forma geral, entre 1927 e 1934, tinham um parco poder de compra. Mesmo para cobrir as necessidades mínimas, como habitação, alimentação e vestuário, os salários operários eram insuficientes. Diante desse quadro desolador em termos de sobrevivência, famílias inteiras eram contratadas para trabalhar nas grandes empresas de São Paulo. O crescimento da atividade industrial ao longo da década de 1920 não foi sinônimo de um aumento progressivo do salário real. Por causa dos baixos salários pagos em São Paulo, as condições de vida do proletariado fabril no final da Primeira República, embora com boa literatura historiografia do movimento operário, ainda hoje causa repulsa a quem debruça sobre o tema: “somos nós que temos que reduzir ainda a magra ração de nossas refeições, vendo os nossos filhos, as nossas companheiras, nossos pais definhando dia a dia [...] termos de nos abrigar em míseros tugúrios, onde falta o

conforto, o ar, a luz e a higiene, vivendo uma promiscuidade desumana”²³⁰(A Plebe, 14/5/1927 apud DE DECCA, 1987, p.26).

Na cadeia produtiva fabril, a criança e o adolescente correspondiam ao elo mais fraco da exploração industrial²³¹. Nas famílias operárias do período, sempre que possível, meninos e meninas, entre os doze e catorze anos de idade, começavam a trabalhar fora de casa, contribuindo decisivamente para o orçamento familiar. Em muitos casos, mesmo em famílias de classe média o trabalho dos garotos não podia ser dispensado, ajudando suas mães no pagamento do aluguel (O Combate, 18/1/1927 apud DE DECCA, 1987, p.25).

O menor era visto pelo juiz Mello de Mattos como um “valor social para o Estado”, porque, segundo ele, é na “criança que repousa a grandeza dos povos, a prosperidade das nações e o progresso da humanidade”, como reproduzia a Circular nº 80 do CIESP, (02/4/1929). Mas a indústria paulista o via como peça indispensável na engrenagem de extração do mais-valor. Os limites legais de exploração eram metodicamente desrespeitados pelos industriais, salvo raras exceções — uma vez que as pressões exercidas sobre o conjunto da fração do empresariado industrial por suas associações de classe estimulavam o descumprimento da lei. O velho Marx, ao tratar no *O Capital* do trabalho da criança em revezamentos de turnos diurnos e noturnos de 12 horas de trabalho, se valeu de inúmeros relatórios oficiais que denunciavam a exploração do trabalho do menor operários. Apesar de se tratar de casos correspondentes ao período da Segunda Revolução Industrial, às indústrias paulistas guardam certas similaridades com os relatórios pesquisados por Marx. Nenhuma mente humana, diz uma testemunha nos relatórios, “pode pensar na quantidade de trabalho que, segundo os depoimentos das

²³⁰ Os contrastes das moradias também refletiam elementos da luta de classes, o pobre morava nos cortiços do Brás, Mooca, Lapa, Bom Retiro, em Vila Guilherme ou Vila Maria; áreas geográficas próximas às várzeas dos rios Tietê e Tamanduateí, que eram atingidas por enchentes ano após ano. Mas a burguesia residia nas regiões mais altas e bem estruturadas da cidade: Campos Elíseos, av. Paulista, Pacaembu e Higienópolis.

²³¹ A imprensa operária informava que, “Na Fábrica Mariângela, como aliás em quase todos os ergástulos industriais, continuam as crianças a ser vítimas da ganância do Conde que ainda há pouco esbanjou somas em provocadora ostentação de grandezas. Na seção de fiação, principalmente, a situação dos obreiros é insustentável, pois chega-se a ganhar salários mensais de 60\$000 e 70\$000 mil réis. Ali o pessoal é composto em sua maioria de menores, sujeitos às brutalidades do mestre, um tipo inconstante e prepotente, que vive a se espovar aos pés dos direitos da fábrica, tratando, ao mesmo tempo, os operários assim com atitudes de quem pretende ter o rei na barriga” (*A Plebe*, 20/3/1920). Um operário adulto ganhava, entre 1928 e 1934, a média de 300\$000 mil réis. As mulheres, em 1934, segundo Maria Auxiliadora G. De Decca, ganhavam salários médios “de 4 a 5 mil réis por dia, tendo sido bem mais baixos nos anos anteriores”, por jornadas de 8 horas/dia. Quanto aos menores de ambos os sexos a média ficava em torno de 3 mil réis/dia, e por mês uns 78\$000 mil réis (Cf. DE DECCA, 1987).

testemunhas, é realizado por meninos de 9 a 12 anos, sem concluir irresistivelmente que não se pode mais permitir que continue esse abuso de poder dos pais e dos patrões”. A exploração infanto-juvenil causava horror: “O método de fazer meninos trabalhar alternadamente de dia e de noite leva ao iníquo prolongamento da jornada de trabalho [...] em muitos casos não é apenas cruel, mas também inacreditável” (MARX, 1988, p.198).

Um cronista de *O Estado de S. Paulo*, por volta do início dos anos 1920, relata o estado físico esquelético de menores deixando o turno da noite às seis horas da manhã. O trabalho noturno de menores iniciava às 18:00 com uma pausa de trinta minutos de intervalo para descanso²³². Após a regulamentação do Código de Menores, em 1927, o trabalho noturno de menores 18 anos será proibido, mas a exploração continuará diurnamente. Além disso, o sistemático combate político associativo dos industriais contra a adoção de turnos de 6 horas ao trabalhador menor persistiu até o início da década de 1930. O CIESP irá voltar-se contra as multas aplicadas a fábricas na Capital pelo Juiz de Menores, por razão de não cumprirem o limite de turno de seis horas para menores de 18 anos. O Centro lamenta, em sua Circular nº 61, porém, que “muitas fábricas hajam pago multas, não aguardando nem mesmo ao menos proceda o Juízo à cobrança” (30/7/1929).

A direção do CIESP defende junto aos associados que este fato enfraquece a ação do Centro, e que, para esta ser bem-sucedida, deveria haver uma norma de conduta uniforme dos industriais paulistas. Este apelo do CIESP revela o quão difícil era arregimentar sócios e controlar a conduta de cada interesse particular, pois o principal objetivo era tornar comum, universalizar aos demais membros as decisões assumidas pelo grupo hegemônico representante do grande capital industrial paulista. Assim, formar um consenso na atuação política do Centro, buscando aproximar setores mais refratários à

²³² Trata-se da Tecelagem de Algodão de Rodolfo Crespi, no bairro da Mooca. O cronista era Alcântara Machado. Nesta mesma época, numa fábrica da Capital, ocorreu “um crime na Fábrica Penteado do menor Damiano Cacciolito, em idade escolar, encostou para descansar na fábrica porque sentia dor de dente. Foi devorado por cães a mando da fábrica. Morreu. No enterro ocorreu um protesto, com trabalhadores de ambos os sexos”, informou o jornal (*A Plebe*, 04/11/1917). Na versão de *O Estado de S. Paulo*, Damiano trabalhava no turno da noite e, pouco antes do término do trabalho, parou para descansar num canto da fábrica, mas adormeceu. Na varredura da fábrica feita pelo capataz e mais oito cães, o menino foi encontrado, atacado e morto pelas feras. No livro de Edgar Rodrigues há uma comovente imagem documental de Damiano Cacciolito no interior de um simplório caixão, à sua esquerda uma vela, à direita um enorme ramo de flores cobrindo parte do seu corpo: margaridas, dalias, copos d’leite e algumas rosas. A cabeça de Damiano, de apenas 12 anos, está envolta por uma tipoia de pano branco (cf. RODRIGUES, s/d; SEVCENKO, 1992; SILVEIRA, 2016).

organização associativa e ações coletivas defendidas, no sentido de garantir o “interesse comum”, e atrair associados envolvia custos que, nas dadas circunstâncias, eram menores que os benefícios. As instruções correspondentes ao cumprimento da lei recomendam o perigo que todos correriam, coletivamente, caso viessem a cumpri-la efetivamente.

O Código seria reformado a curto prazo e o pagamento de multas representava um ônus desnecessário, uma vez que as fábricas não estariam livres de novas multas que, segundo informações do próprio Centro, giravam em torno de 920\$000 mil réis (quase um conto de mil réis). Algo como a soma de três salários de um operário nessa ocasião, enquanto o Centro cobrava para acionar o serviço de advocacia a soma de 250\$000 mil réis. Portanto, buscando influenciar e vincular mais fábricas às suas decisões políticas, CIESP baixa circulares, como a nº 61, com orientações precisas aos associados em caso de multa:

1º - Não pagarem tais multas

2º - Darem procuração ao ilustre advogado Plínio Barreto, nos termos da norma junta e mediante o depósito de Rs. 250\$000.

3º - Não alterarem a organização do seu trabalho, conservando os menores nos seus postos de trabalho habitual²³³ (CIESP, 30/7/1929).

A fração industrial do capital, sob a orientação política do CIESP, nos termos da minoria, obstaculiza a aceitação do Código de Menores reformado. O argumento da jornada de trabalho de seis horas assegurada aos menores impede o funcionamento da produção, já que nas fábricas de São Paulo não é possível “observar-se o disposto no Código de Menores com relação tempo do trabalho dos menores”, segundo a Circular nº 81 (05/2/1930). Pelo fato dessa mão de obra ser distribuída por seções, o trabalho do operário adulto ficaria comprometido, porque ambos trabalhavam lado a lado; “de tal modo que um não pode prescindir do outro” (CIESP, 05/2/1930).

A patronal adota o discurso da institucionalidade da lei e ataca os juízes que exigem a aplicação do Código. Segundo o Centro, na mesma Circular nº 81, “a utilidade social e o bom senso reúnem-se para aconselhar ao Min. Juiz, neste caso, muito e proteção cuidadosa da lei e não a submissão, por e silenciosa aos dispositivos absurdos do seu texto” (CIESP, 05/2/1930). Assumindo uma posição política de classe, os patrões não se veem obrigados a respeitar uma legislação social que interfere diretamente no

²³³ Essa orientação obedece à consulta feita ao “eminente advogado Plínio Barreto” e publicada na Circular nº 50: “Nenhuma fábrica pagará multas impostos pelo Juízo de Menores, uma vez que o simples pagamento da multa não as livrará de novas e sucessivas multas e até a prisão dos dirigentes e responsáveis pelos menores, isto é, seus pais ou tutores” (CIESP, 11/6/1929).

funcionamento da indústria, desorganizando a linha de produção das fábricas paulistas. Portanto, “Quando, porém, não existissem essas razões para lhe ditar semelhante decisão, haveria outra, que é a decisiva - a inconstitucionalidade do texto legal” (CIESP, 05/2/1930).

Os parâmetros legais que regulavam organização industrial não podiam impedir a livre iniciativa capitalista. A justificativa de inconstitucionalidade do Código de Menores expõe o quão importante era a exploração do menor trabalhador para acumulação de capitais nas indústrias paulistas. Nas “Restrições à liberdade de indústria e a Constituição Federal”, na Circula nº 81, lê-se que

Ninguém discute que a Liberdade de trabalho e de indústria, garantido pela Constituição, está sujeita a restrições aconselhadas pelo interesse público. Não é pelas restrições que põem a essa Liberdade que se fez inconstitucional, a parte relativa ao trabalho dos menores, o Código que disciplina esse trabalho. A sua inconstitucionalidade advém da circunstância que, executado como está redigido, ele impossibilita a exploração regular de certas indústrias, notadamente a da seda, em que o concurso de menores é imprescindível. A doutrina a esse respeito não se encontra, apenas, nos escritos dos doutores; já penetrou nos domínios da jurisprudência. São inúmeros os acordeões dos nossos tribunais considerando o contrário a Constituição às medidas e leis que dificultem o exercício de qualquer indústria. Analisando, certa vez, impostos que, pela elevação das suas taxas, impediam o exercício do comércio, em certa localidade, o eminente ministro sr. Soriano de Souza, que hoje, orna uma das cadeiras do Supremo Tribunal Federal, desenvolveu uma série de considerações que se aplicam, indiscutivelmente a hipótese controvertida nestes autos (CIESP, 05/2/1930).

A fração da indústria da burguesia assume, neste contexto político-ideológico, às portas do Movimento Militar de 1930, sua defesa de classe e do liberalismo econômico enquanto valor supremo de liberdade à iniciativa privada. O capitalista individual e a classe dos capitalistas como um todo buscam a mesma coisa, a valorização de seu capital, é por essa razão que Marx afirma que a mais-valia é a lei absoluta desse modo de produção. O sistema de exploração se encontra acima de tudo. Nos termos defendidos pelo CIESP, a manutenção de jornadas de 8 horas para menores teve, entre os grandes industriais, defensores entusiastas. O empresário José Ermírio de Moraes, do grupo Votorantim, alegava que o trabalho na fábrica de sedas era leve pela sua própria natureza e pelas condições de boa higiene. Segundo ele, “como em qualquer fábrica de São Paulo, ou do Brasil, não pode ser nunca menor de oito horas, principalmente porque em tais estabelecimentos o trabalho dos menores é feito concomitantemente com o trabalho dos operários maiores”. argumento era que o trabalho de uns complementava o trabalho de outros (CIESP, 05/2/1930).

O grupo Votorantim, comandado pelo imigrante português Pereira Inácio e seu genro José Ermírio de Moraes, se expandia para outros setores da indústria: têxtil, raion, químico e cimento. Contudo, os momentos de prosperidade e de euforia do desenvolvimento desses capitalistas criam muitas ilusões e esperanças, mas nunca suprimem a condição do trabalhador assalariado nem sua exploração. A lógica da acumulação faz o capital adquirir a capacidade não só de assumir o controle efetivo da força de trabalho no âmbito da produção, mas também o subordina até as últimas consequências, aos seus próprios fins. Ele passa a regular o “desenvolvimento da força de trabalho” submetendo-a incondicionalmente, cada vez mais, à velocidade com a qual se dá a sua acumulação. A força de trabalho infanto-juvenil escancara que a riqueza gerada pelo seu trabalho corresponde à potencialização do principal mecanismo da acumulação do capital, a extração da mais-valia. Como já mostramos, não há política de recuperação dos salários, seu nível ficou estacionado por muitos anos, depois de 1928.

Como bem expôs Sérgio Silva (1980, p.20), “o desenvolvimento das forças produtivas sob a dominação do capital não é somente um desenvolvimento das forças produtivas, é também desenvolvimento das relações sociais capitalistas”, ou seja, o reforço da dominação do capital sobre o trabalho. E, apesar dos efeitos da crise mundial de 1929 não terem representado um desastre para a economia industrial de São Paulo, cuja retomada do crescimento já era visível em 1932, a orientação do CIESP em defender a inconstitucionalidade do Código foi assimilada por muitos industriais.

As circulares expedidas pela entidade em 1930 trazem vários casos de indeferimento jurídico contra os réus infratores: “dezoito menores, com menos de dezoito anos, trabalhavam mais de seis horas diárias na fábrica”. Como o art. 108 da lei era claro que o trabalho desses menores não podia exceder mais que seis horas por dia, a ré alegou “a inconstitucionalidade do Código por tornar proibitivo o funcionamento da fábrica”. A insistência do Centro em confrontar a justiça funcionava como pressão política estratégica, o principal objetivo era garantir um termo dúbio que pudesse, em certas circunstâncias, prolongar as horário de trabalho dos menores. Assim, após o período de apreciação do Código de Menores pelo legislativo, em 1932 o governo baixou o Decreto Lei nº 22.042, de 03 de novembro de 1932 que, finalmente, regulamentava o trabalho de menores nas indústrias brasileiras. Dentre as garantias presentes no Código de Menores, estavam:

1º - Só serão admitidos nas fábricas os menores QUE HOUVEREM COMPLETADO a IDADE de 14 ANOS.

2º - Quando o menor precisar trabalhar para viver ou para auxiliar a sua família, a prova de que sabe ler e escrever pode não ser apresentada. Nesse caso, o patrão deverá facilitar ao menor a frequência de escolas, se isto não for incompatível com o serviço fabril.

3º - PODEM ser admitidos nas fábricas menores entre 12 e 14 anos – neste caso, porém, deve o menor trabalhar somente nas fábricas em que trabalharem pessoas da sua família. (Trata-se aqui de indústrias domésticas, de pequenas indústrias de família e não de fábricas propriamente ditas).

4º - O TRABALHO DIURNO DO MENOR ENTRE 14 e 18 ANOS TEM O MESMO HORÁRIO QUE O TRABALHO DIURNO DO ADULTO.

5º - O Trabalho noturno é aquele que começa às 10 horas da noite e termina às 5 horas da manhã.

6º - Para o trabalho noturno abre-se uma exceção para o menor entre 16 e 18 anos. Neste caso, deve-se tratar de trabalho contínuo, ou seja, de uma indústria cujas operações não passam ser interrompidas. PARA QUE O MENOR TRABALHE NESTAS CONDIÇÕES É, PORÉM, PRECISO UMA PERMISSÃO ESPECIAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DO TRABALHO (DET).

7º - POR APRESENTAREM PERIGOS DE ACIDENTES: trabalhos sobre ar comprimido, fabricação de ácido sulfúrico e dos explosivos.

8º - POR EMANAÇÕES NOCIVAS: fabricação de ácidos fluorídricos, nítrico, pícrico, salicílico, úrico, murexida, adubos, anilinas, cloro, éteres sulfúricos e acéticos, fulinato de mercúrio, hidrocarburetos, nitratos, nitrobenzina; esquarteramento e matança de animais, ustulação de minérios sulfurados, preparação de óleos e outros corpos gordurosos extraídos de resíduos animais.

9º - PELO PERIGO DE DOENÇAS ESPECIAIS, PRODUZIDAS POR EMANAÇÕES NOCIVAS: fabricação de alvaiade de chumbo, cromato de potássio, fósforo, sulfato de mercúrio, zarcão, tratamento dos minérios de cobre; estanhagem de espelhos pelo mercúrio, nas ligas metálicas e nas soldas em que entre mais de 10% de chumbo, nos trabalhos com chumbo.

10º - PELA PRESENÇA DE POEIRA E VAPORES NOCIVOS: trabalhos com chumbo na fabricação e reparação dos acumuladores elétricos, trabalhos de cromolitografia, fabricação de corantes e seus derivados, demolição dos fornos nas fábricas de vidros e cristais; gravação e despolimento, com ácido fluorídrico, dos vidros e cristais, preparação de peles, operações de desfiar e rasgar trapos (PUPO NOGUEIRA, 1934, p.29-35).

A mobilização das entidades de classes de São Paulo e do Rio de Janeiro obtiveram uma vitória política com o novo Código de Menores. Através das ações coletivas a parcelas importantes do empresariado fabril, o CIESP teve êxito nas estratégias políticas adotadas a partir de 1929, ocasião do debate da reforma do Código. Tendo à frente juízes imbuídos do cumprimento da lei no contexto da exploração do trabalho do menor, o juiz Mello de Mattos, que atuava na Capital Federal, representou a figura de um autêntico paladino em defesa do respeito à condição do menor operário. Sua firme convicção de enfrentar desmandos e o “impatriotismo” dos representantes do capital industrial serviu de exemplo à magistratura de São Paulo. Não foram poucos os indeferimentos assinados por juízes em tentativas do patronato de obter o cancelamento de sentenças decorrentes de infrações cometidas contra os direitos sociais dos menores.

Mas o fato de as associações industriais haverem conquistado a equiparação do trabalho diurno dos menores e dos adultos, revela o influente poder político da burguesia industrial paulista em articulação com o poder executivo e legislativo. A lei mudou e as relações de trabalho com os menores ganharam legitimidade jurídica para exploração continuar quase nos moldes do que era.

O CIESP no final da década de 1920 atingiu o patamar mais elevado em termos de organização associativa de classe. O fator principal a nosso ver está relacionado a questão social, uma vez que não caberia mais encará-la como mero “caso de polícia”, a legislação social não poderia mais ser considerada como uma forma de “prejudicar” ou “desorganizar” os interesses dos capitalistas industriais. A luta do proletariado por leis sociais, no entanto, no discurso do CIESP dirigido aos poderes públicos, não passava de uma “luta subversiva” — ao mesmo tempo em que, por intermédio do PRP, continuava agindo no legislativo para bloquear as iniciativas parlamentares favoráveis à legislação trabalhistas. O patronato industrial, de fato, só passou a respeitar a legislação social no início da década de 1940, quando a relação de forças objetiva, aquela que se estabelece no nível das forças produtivas e sobre a qual se erguem os grupos sociais, conferiu ao empresariado industrial maior força política, devido ao fortalecimento da atividade industrial.

A partir dos anos de 1930, o próprio movimento operário e os interesses políticos do novo governo se encarregaram de cada um por vias e razões diferentes, elevar a legislação social para posição de direito social e de uma questão política. Nesse sentido, a legislação social expressou um outro aspecto da luta de classes em que passaria a ser vista como instrumento necessário não só à estabilidade política e social, como também do crescimento econômico e particularmente industrial. A Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) é criada através da nova lei sindical nº 19.770, de 1931, adotada pelo governo Vargas mediante a um novo ascenso operário na luta de classes. A FIESP impulsionou uma campanha de sindicalização das associações de classe, e organizou em seu interior comitês da maioria dos setores industriais paulistas.

Dissimular a exploração da força de trabalho operária através da formação de um sistema corporativo e reforçada a doutrina da “harmonia social” e da “colaboração entre classes”, a ação do Estado em relação aos sindicatos, em grande medida, componente básico para o desenvolvimento industrial, apoiado nos setores de empresas tradicionais. Por sua vez, o corporativismo adotado por Vargas concebia a ‘sociedade organizada como

poder'. Então, discipliná-la e organizá-la correspondia intervir no campo social e econômico, regulamento as relações conflituosas entre capital e trabalho; cabendo ao Estado a organização e controle político operário através de órgãos sindicais atrelados ao braço tutelar do Estado Varguista. Enfim, em termos conceituais, uma história a partir de cima, do intrincado mecanismo de dominação de classe, surge, portanto, como não menos essencial que uma “história a partir de baixo”: na verdade, sem aquela esta última torna-se enfim unilateral (ANDERSON, 1985, p. 11-12).

As novas condições de realização do lucro e de estruturação associativa do capital industrial, que implicou na formação de grupos de pressão e de alianças empresariais entre grupos econômicos, se deram numa relação dialética entre propriedade e poder, tornando a economia cada vez mais política. Desse modo, a fundação do CIESP, em março de 1928 é a expressão dessa nova relação de forças objetivas e do lugar ocupado pela indústria paulista. FIESP, com a reformulação sindical de 1931, se convertera num importante braço associativo da eminente burguesia industrial de São Paulo. Na expressão feliz de Alvaro Biachi: “*Um Ministério dos Indústrias*”.

6. Conclusão

Na última década da Primeira República a fração industrial da burguesia paulista intensificou sua organização em associações de classe. Partimos da hipótese que a trajetória associativa dos industriais de São Paulo se constituiu em razão das tensões de classe provocadas pela abertura de uma conjuntura política frontal, marcada pelo ascenso de poderosas mobilizações operárias. Assim, entre os anos de 1917 e 1920, a condição de luta dos sindicatos e organizações operárias, imersos num período de revoluções na Europa, principalmente a Revolução Russa de 1917-1921, ameaçava abalar as tessituras sociais da Primeira República. O Estado, pressionado por essa inédita conjuntura de entrada do operariado na cena política do país, acena interferir nas relações de trabalho, propondo mudanças.

Esse primeiro elemento político é definidor de uma série de tomadas de decisões no campo da burguesia com o objetivo de aplacar as tensões de classes. No âmbito de classe dos representantes do grande capital industrial paulista, formado por importantes setores produtivos, como têxteis, alimentação, gráfico, químico ou metalúrgico; o

primeiro setor a formar uma associação de classe específica foi o têxtil. Por se tratar de uma associação representante da principal parcela do capital industrial, funcionou como um “farol” aos demais setores do patronato fabril. Cabe salientar que é a partir da necessidade de se organizar enquanto classe que se opera o importante avanço político da burguesia industrial, a formação de uma coluna de quadros intelectuais destinados ao papel de porta-vozes do industrialismo, integrados à práticas associativas de construir experiências próprias a partir de *interesses comuns* fortalecendo uma consciência ‘de si’ ‘para si’, aptos em formular teses próprias, orientar e direcionar intervenções político-ideológicas de classe. O mito historiográfico de ‘debilidade’ e até ‘ausência’ de práticas políticas dos industriais ao longo dos anos de 1920 está desprovido de pesquisa empírica. Na verdade, a atividade política da burguesia industrial foi decisiva para estabelecer os marcos organizativos de classe dos industriais paulistas.

O acirramento das lutas sociais exigiu respostas e organização à altura dos fatos da parte do empresariado paulista. Lidar com enfrentamentos de classe em fábricas com milhares de operários em processos grevistas, exigia tomadas de decisões que passaram para a esfera associativa. A consciência burguesa dos industriais paulistas foi progressivamente formada nos confrontos de classes da Primeira República, quando não explícito nas greves e movimentos de protestos, a exemplo dos ‘Comitês de Combate à Fome’ (1918), se traduziu em rigorosa resistência à luta do trabalhador fabril pelo direito a férias, jornada de oito horas/dia, regulamentação do trabalho do menor e da mulher e indenização por acidentes de trabalho. O confronto de capital e trabalho entre 1925 e 1928, realiza-se sobretudo de modo indireto, tendo como centro a Comissão de Legislação Social do Congresso Nacional.

Por intermédio de “O Trabalho Moderno”, Simonsen tratou de demonstrar suas teorias inspiradas no racionalismo fordista e no taylorismo novas estratégias de controle social capazes de obstruir, ou impossibilitar as ações do movimento coletivo dos trabalhadores, o temor da luta de classes nas fábricas o faz pensar em um novo modelo de conduta, que se fazia pela prática da conciliação entre operários e empresários (apud PEREIRA, 1994, p. 55). Simonsen já preconizara nos tempos da greve-1917 que ele mais temia não era ceder aumento ou conceder direitos, mas ver o Estado interferindo e promovendo legislação em favor dos trabalhadores.

O empresariado fabril via seus interesses econômicos afetados pela adoção da legislação social, explicitou veementemente através de porta-vozes resguardados por vínculos políticos com o influente Partido Republicano Paulista. Aliança esta que

converteu o empresariado paulista da Guerra Civil de 1932 num ardente defensor da “causa paulista”, isto é, uma unidade política e militar com a oligarquia agroexportadora. Simonsen é alçado à condição de “herói” da causa. A historiografia antes desse trabalho, já apontava o envolvimento incondicional do empresariado industrial paulista à candidatura situacionista de Júlio Prestes à Presidência da República, no final da década de 1920. As associações de classe dos industriais paulistas se envolveram ativamente no recrutamento eleitoral em favor de Júlio²³⁴.

Como já foi dito, as divergências entre a fração industrial e a lavoura exportadora foram circunstanciais. Sem entrar no mérito do debate teórico proposto pela historiografia econômica, se a transferência de pesados capitais para cafeicultura atrofiou o desenvolvimento da indústria. A questão central é que o volume de capitais que circulavam em São Paulo permitiu o desenvolvimento de outros setores da economia além da indústria: o comércio e o sistema bancário que estimulou atividades econômicas urbanas. Neste sentido, a riqueza proveniente da economia cafeeira trouxe divisas e atraiu investimentos para São Paulo e sinalizou ao capital estrangeiro um mercado promissor em termos de artigos industrializados. As divisas econômicas obtidas em exportações permitiram modernizar o maquinário de setores importantes da indústria de São Paulo, que datam do fim da Primeira Guerra, quando as relações comerciais com exterior se intensificaram. O crescimento da base material do capital industrial paulista aprofundou a crise na Associação Comercial de São Paulo – ACSP, os industriais deram um passo político ao fundar o Centro das Indústrias de São Paulo – CIESP. As divergências com os importadores era fato, contudo a decisão foi POLÍTICA. A movimentação no Congresso no sentido de uma legislação social exigia foco e urgência político-organizativa. No primeiro ano de atividade (1929), o CIESP desencadeou uma luta feroz para fazer prevalecer sua posição política no debate. O novo patamar associativo alcançado pela fração da burguesa industrial se deu no decurso da luta de classes. Esse é o seu lugar na história, tentar anular o perigo que representava a nova ascensão operária no final da década é ocultar o conturbado processo social que culminou com a “Revolução de 1930”.

²³⁴ O todo poderoso Conde Matarazzo foi o centro de noticiário no Rio Grande do Sul, era ou não partidário de Júlio, estava colaborando com dinheiro para sua campanha? A resposta veio do Grupo Empresarial de Matarazzo, “Conde Matarazzo deplora publicação e como não é político não contribuiu nem jamais foi solicitado a contribuir com qualquer importância para a propaganda de qualquer candidato”. Para Matarazzo, que plantou a notícia tinha sido seus concorrentes comerciais...Também ignorou os fartos cabedais destinados ao regime fascista italiano de Benito Mussolini (Diário de São Paulo, 29/8/1929).

A criação do CIESP fortaleceu publicamente as posições políticas representadas por suas lideranças empresariais orgânicas, onde, segundo Gramsci, “a capacidade de organizar a sociedade em todo o seu complexo organismo de serviços, inclusive no organismo estatal, em vista da necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe” (GRAMSCI, 1988, p. 9). A defesa do *interesse comum* que exige a tradução de um bem privado como bem coletivo, quer dizer, a vontade geral representa a generalização da vontade de alguns. Essa lógica dual forneceu a base ideológica que preencheu a defesa do industrialismo como elemento constitutivo da nação. Mostramos que a ação patronal teve uma finalidade cristalina, o domínio incondicional das relações de produção. Controlar a força de trabalho nas fábricas dependia também da coerção repressora do Estado sobre a força de trabalho, garantia da exploração de classe.

A defesa do liberalismo se limitou exclusivamente ao quesito econômico. Os ataques políticos contra interferências desse mesmo Estado nas relações do capital e trabalho definiu o caráter autocrático desta burguesia, que, no entanto, exigia medidas protecionistas do governo. Florestan Fernandes descreveu-a como um “liberalismo oco” ou de ‘fachada’. Se a existência de capitais particulares concorrentes constituiu a base dos antagonismos intraburgueses, a existência desses capitais particulares não apenas condicionou a concorrência dos capitalistas em geral, como também e, principalmente, o antagonismo que se estabeleceu entre capital e trabalho.

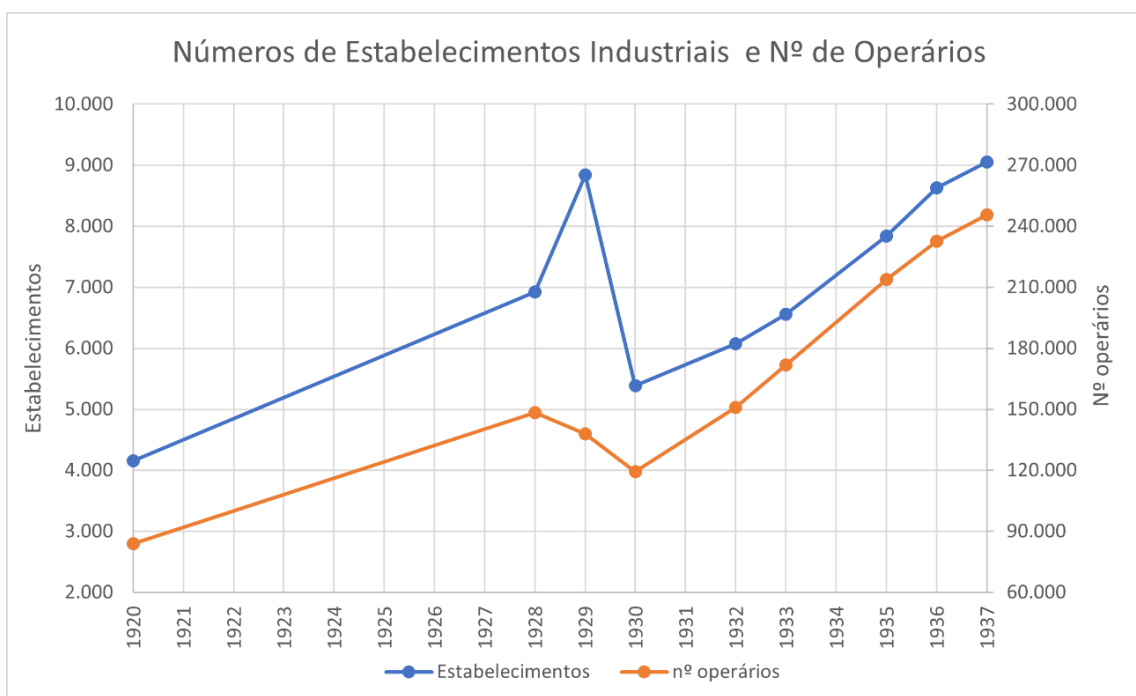
A presença das lideranças industriais em órgãos decisórios do aparelho de Estado foi uma realidade política. Entre 1920 e 1940, estavam na Comissão Revisora de Tarifas, no Conselho Nacional do Trabalho, no Conselho Superior da Indústria e Comércio, na Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados, na Presidência do Banco do Brasil, entre outros órgãos. A defesa de uma linha de pensamento industrializante nas políticas do Estado teve repercussão na década de 1930. Isso devido a um empresariado bem mais ativo que anteriormente. Em que pese à relativa indefinição dos rumos da política econômica de Getúlio Vargas até 1937, a defesa da industrialização foi progressivamente incorporada pelo governo, tal como enunciado por Roberto Simonsen em 1928, e passou a ser associada à própria construção da nacionalidade.

A defesa de Pupo Nogueira de que a Revolução de 1930 introduziu a luta de classes no Brasil, não se sustenta no plano ideológico. O Decreto nº 19.770 de 19/03/1931, que regulamentou a sindicalização das classes patronais e operárias, mostra o oposto. Na verdade, ficou consagrado pelo seu espírito de harmonia social. Na época, Vargas estava

à frente da redundante fração industrial, pois o sentido e o objetivo da lei de sindicalização eram bem diferentes para uns e para outros. Um elemento importante marca o diferenciador entre a legislação anterior a 1931 e a posterior. A questão central era em relação ao movimento operário. Toda legislação social e em particular a legislação sindical tinha como fim o esvaziamento e o controle das lutas do operariado. Ora, a grande inovação que fora instituída pelo Decreto de 1931 foi que, além desse objetivo, o Decreto trazia outro de natureza complementar. Desse modo, o Estado não se interessava mais apenas com a desmobilização paulatina do movimento operário, mas buscava estruturar, e direcionar essa mobilização para fins políticos de uma nova base social no regime que nascia com o Movimento de 1930.

Em suma, a fração industrial da burguesia, por meio do conflito de classes, alcançou um grau de experiência política após 1928 que não possuía nas agitações operárias de 1917 a 1919, o *fazer-se da burguesia industrial*” se realizou pelo viés dos confrontos de classes ao longo da década de 1920 (THOMPSON, 1987, introd.). Abaixo mostramos as oscilações tanto da indústria quanto do mercado de trabalho em São Paulo.

Tabela: 20 – A dinâmica da indústria de S.Paulo e número de operários



Fonte: Dados da Secretária da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, entre 1920 e 1937

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ANDERSON, Perry. **Teoria, política e história: Um debate com E.P.Thompson**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2018.
- ANDRADE, Mário. **Macunaíma**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 5ª edição, 1969.
- ANDRADE, Oswald; GALVÃO, Patrícia. **O Homem do Povo**, coleção fac-similar completa (1931). São Paulo: Imprensa Oficial-Museu Lasar Segall, 2009.
- ANTONACCI, Maria Antonieta Martinez. **A Vitória da Razão: o Idort e a sociedade paulista**. São Paulo: Marco Zero-CNPq, 1993.
- ANTUNES, Ricardo. **Classe Operária, Sindicatos e Partidos no Brasil**. São Paulo: Ed. Ensaio-Côrtes, 1988.
- ARAÚJO, Angela (Org.). **Do Corporativismo ao Neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 1ª edição, 2002.
- ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa. **O Batismo do Trabalho; a experiência de Lindolfo Collor**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- ARRUDA, Pedro Fassoni. **Relações de Poder no Brasil Capitalismo Dependente: 1889 a 1930. São Paulo**: Expressão Popular, 2012.
- AURELIANO, Liana Maria. **No Limiar da Industrialização**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BANDEIRA Jr., Antonio Francisco. **A Indústria no Estado de São Paulo em 1901**. São Paulo: Diário Oficial, 1901.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A Formação do Mercado de Trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008.
- BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul. **Capitalismo Monopolista: ensaios sobre a ordem econômica e social americana**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.
- BARRETO, Lima. “Sobre a Indústria” in **Crônicas Seletas**. São Paulo: Nova Fronteira, 2021.
- BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República de 1889 a 1930**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1981.
- BATALHA, Cláudio H. M. **O Movimento Operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- BENJAMIN, Walter. **Passagens**. São Paulo: Editora da UFMG, Imprensa Oficial, 2006.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BELLO, José Maria. **A História da República: 1889-1930**. Rio de Janeiro: Organização Simão, 1952.

BIANCHI, Alvaro. **Hegemonia em Construção: A trajetória do PNBE**. São Paulo: Xamã, 2001.

BIANCHI, Alvaro. **Um Ministério dos Industriais: A Federação as Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e1990**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

BIONDI, Luigi. **Classe e Nação: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo, 1889-1920**. Campinas: Ed. Unicamp, 2011.

BIONDI, Luigi; TOLEDO, Edilene. **Uma revolta urbana: A greve geral de 1917 em São Paulo**. São Paulo; Fund. Perseu Abramo, 2018.

BORGES, Vavy Pacheco. **Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Cia. das Letras, 11ª edição, 2004.

BOSCHI, Renato Raul. **Elites Industriais e Democracia**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

BOTTOMORE, TOM. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2ª edição, 1988.

BOTTOMORE, T. B. **As Elites e a Sociedade**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1965.

BULCÃO, Clóvis. **Os Guinle**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2015.

CAETANO, Coracy Gará. **Desvendando Mistérios: Roberto Simonsen e a Luta de Classes**. Tese de Doutorado, IFCL, Unicamp, 1994.

CALDEIRA, Jorge. **Votorantim 90 Anos: Uma História de Trabalho e Superação**. São Paulo: Ed. Mameluco, 2007.

CARMARGOS, Marcia. **Villa Kirial: crônica da Belle Époque paulistana**. São Paulo: Editora Senac, 2001.

CAMARA, Sônia. **Sob a Guarda da República: a infância memorizada no Rio de Janeiro da década de 1920**. Rio de Janeiro: Faperj-Quartet Editora, 2010.

CANDIDO, Antonio. **Parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1964.

CANFORA, Luciano. **1914**. São Paulo: Edusp. 2006.

- CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. Campinas: Unicamp e IE, 1998.
- CANO, WILSON. **Ensaio Sobre a crise Urbana do Brasil**. Campinas: Ed. Unicamp, 2011.
- CANO, Wilson. “Base e superestrutura em São Paulo: 1886-1929” in LORENZO, Helena C.; COSTA, Wilma Peres (Ogs.). **A Década de 1920 e as Origens do Brasil Moderno**. São Paulo: Unesp-Fapesp, 1998 a.
- CANO, Wilson. “Alguns Aspectos da Concentração Industrial” in VERSIANI, Flávio Rabelo; BARROS, José Roberto Mendonça de. (Orgs.). **Formação Econômica do Brasil: A experiência da industrialização**. São Paulo: Edição Saraiva, 1977.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Difel, 1964.
- CAPELATO, Maria Helena. PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.
- ARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLLI, Héctor Péres. **Os Métodos da História**. Rio de Janeiro: Graal, 5ª edição, 1990.
- CARDOSO, Fernando Henrique, FURTADO (Org.). “Hegemonia Burguesa e Independência Econômica: Raízes Estruturais da Crise Política Brasileira” in **Brasil: Tempos Modernos**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª edição, 1979.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris. **A Imprensa Confiscada Pelo DEOPS 1924-1954**. São Paulo: Imprensa Oficial; Ateliê Editorial, 2003.
- CARONE, Edgar. **O Centro Industrial do Rio de Janeiro e Sua Importante Participação na Economia Nacional (1827-1977)**. Rio de Janeiro, Editora Cátedra, 1978.
- CARONE, Edgar. **A Primeira República 1889-1930**. São Paulo: Difel, 2ª edição, 1969.
- CARONE, Edgar. **A República Velha (Instituições e Classes Sociais)**. São Paulo: Difel, 1972.
- CARONE, Edgar. **A República Velha, vol, II: evolução política (1889-1930)**. São Paulo: Difel, 1983.
- CARONE, Edgar. **Classes Sociais e Movimento Operário**. São Paulo: Ática, 1989.
- CARONE, Edgar. **O Pensamento Industrial no Brasil**. RJ-São Paulo: Difel, 1977.

- CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- CASALECCHI, José Ênio. **O Partido Republicano Paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CHAVES, Marcelo Antonio. **A Trajetória do Departamento Estadual do Trabalho e Mediações das Relações de Trabalho: 1911-1937**. São Paulo: LTR-Fapesp, 2012.
- CIGNOLLI, Alberto. **Estado e Força de Trabalho: introdução à política social no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- COHEN, Ilka Stern. “A Vida Paulista nas Décadas de 1920 e 1930: As Revoluções de 1924 e 1932” in ODÁLIA, Nilo; CALDEIRA João Ricardo de Castro (Orgs.). **História do Estado de São Paulo: Formação da Unidade Paulista, vol. 2: República**. São Paulo: imprensa Oficial, Unesp, Arquivo Estado, 2010.
- COHEN, ILKA Stern. **Bombas Sobre São Paulo: A Revolução de 1924**. São Paulo: Ed. Unesp. 2007.
- COHN, Gabriel. “Problemas da Industrialização no Século XX” in: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em Perspectiva**. São Paulo: Difel, 1999.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**. São Paulo: Editora da Unesp, 9ª edição, 1998.
- COSTA, Emília Viotti da. **A dialética invertida e outros ensaios**. São Paulo: Edit. Unesp, 2013.
- COSTA, Wanda Maria Ribeiro. **A Armadilha do Leviatã: A construção do Corporativismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.
- CORREIA, Serzedelo. **O Problema Econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa- MEC, 1980.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e Sociedade Brasileira: ensaios sobre ideias e formas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2ª edição, 2000.
- COUTO, Ronaldo Costa. **Matarazzo: colosso brasileiro**. São Paulo: Editora Planeta, 2004.
- CURI, Luiz Felipe Bruzzi. **Entre a História e a Economia: o pensamento econômico de Roberto Simonsen**. São Paulo: Alameda Editorial, 2015.

- DEAN, Warren. **A Industrialização de São Paulo**. São Paulo-Rio de Janeiro: Difel, 1971.
- DEBES, Célio. **Washington Luiz 1869-1924**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1994.
- DEAN, WARREN. “A industrialização durante a República Velha” in CARDOSO, F.H. (Org.), **O Brasil Republicano: Estrutura de poder e economia (1889–1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 8ª ed., vol. 8, 2006.
- DECCA, Edgar de. **1930 O Silêncio dos Vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A Vida Fora das Fábricas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DIAS, Everardo. **História das Lutas Sociais no Brasil**. São Paulo: Alfa Ômega, 2ª edição, 1977.
- D’INCAO, Maria Angela (Org.) **Florestan Fernandes: o saber militante**. São Paulo: Ed. Unesp – Paz e Terra, 1987.
- DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato R. **Empresariado Nacional e Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.
- DOBB, Maurice. **A Evolução do Capitalismo**. São Paulo: Editora Abril, coleção ‘Os Economistas’, 1983.
- DOBB, Maurice. **Teorias do Valor e Distribuição Desde Adam Smith**. Lisboa: Editorial Presença- M. Fontes, 1977.
- DOBB, Maurice. **Economia Política e Capitalismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- DOWBOR, Ladislau. **A Formação do Capitalismo Dependente no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- DULLES, W. F. **Anarquistas e Comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973.
- EICHENGREEN, Barry. **A Globalização do Capital: uma história do sistema monetário internacional**. São Paulo: Editora 34, 2012.
- FAUSTO, Boris. **Negócios e Ócios: história da imigração**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930, Historiografia e História**. São Paulo: Cia. Das Letras, 16ª edição, 2011.

- FAUSTO, Boris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. São Paulo: Difel, 1975.
- FAUSTO, Boris. **Trabalho Urbano e Conflito Social 1890-1920**. São Paulo: Difel, 1977.
- FAUSTO, Boris. “A Revolução de 1930” In: MOTA, Carlos Guilherme. **Brasil em Perspectiva**. São Paulo: Difel, 1974.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp-FDE, 1995.
- FAUSTO, Boris. **Pequenos Ensaios de História da República: 1889-1945**. São Paulo: Cadernos Cebrap, vol. 10, 1972.
- FAUSTO, Boris. **Estado, Trabalhadores e Burguesia: 1920-1945**. São Paulo, Novos Estudos Cebrap, vol. 20, 1988.
- FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1ª edição, 1975.
- FERNANDES, Florestan. **Marx, Engels, Lenin: a história em processo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. São Paulo: Ed. Globo, 5ª edição, 5ª reimpressão, 2011.
- FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- FERNANDES, Florestan. **Mudanças Sociais no Brasil; aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira**. São Paulo: Global, 2008.
- FERREIRA, Maria Nazareth. **Imprensa Operária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978.
- FISHLOW, Albert. “As Origens da Desigualdade Regional no Brasil” in VERSIANI, Flavio R.; BARROS, José Roberto Mendonça de. **Formação Econômica do Brasil: a experiência da industrialização**. São Paulo: Edições Saraiva, 1977.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

- FONT, A. Maurício. “Padrões de Ação Coletiva dos Plantadores Paulistas de Café: 1932-1933” in **Economia e Movimentos Sociais na América Latina**, São Paulo: Brasiliense, 1985.
- FORD, Henry. **Minha Vida, Minha Obra**. São Paulo: Ed. Principis, 2021.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)**. São Paulo: Polis, 1977.
- FRACCARO, Glaucia. **Os Direitos das Mulheres: Feminismo e Trabalho no Brasil (1917-1937)**. São Paulo: FGV Editora-ABET, 2018.
- FRANK, Andre Gunder. **Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- FRENCH, John D. **O ABC dos Operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950**. São Paulo: Hucitec – PSCS, 1995.
- FÜCHTNER, Hans. **Os Sindicatos Brasileiros: Organização e Função Política**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 22ª edição 1987.
- FURTADO, Celso. (Org.). **Brasil: Tempos Modernos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª edição, 1979.
- FURTADO, Celso. **Criatividade e Dependência na Civilização Industrial**. São Paulo, RJ: Paz e Terra, 1978.
- FURTADO, Celso. **Análise do Modelo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª edição, 1973.
- FURTADO, Celso. **Dialética do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1964.
- GARCIA, Eugênio Vargas. “Estados Unidos e Grã-Bretanha no Brasil: Transição de Poder no Entreguerras” in **Revista Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 24, nº 1, 2002.
- GASPARIAN, Fernando. **Capital Estrangeiro e Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- GIANNETTI, Eduardo. **O Elogio do Vira-Lata e Outros Ensaio**s. São Paulo: Cia das Letras, 2018.

GOMES, Angela de Castro. **Burguesia e Trabalho: política e legislação social no Brasil 1917-1937**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

GORENDER, Jacob. **A Burguesia Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GRAHAM, Richard. **Grã – Bretanha e o início da modernização no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

GRANDI, Guilherme. **Estado e Capital Ferroviário em São Paulo 1930-1961**. São Paulo: Alameda, 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, A Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Homens ou Máquinas**. São Paulo: Boitempo, 2021.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol.2, 3ª edição, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Odeio os Indiferentes**. São Paulo: Boitempo, 2021.

GUÉRIN, Daniel. **Fascismo e Grande Capital**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2021.

HARDMAN, Foot, LEONARDI, Victor. **História da Indústria e Trabalho no Brasil**. São Paulo: Ática, 1991.

HADMAN, Francisco Foot. **Nem Pátria, nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

HALL, Michel. “Corporativismo e Fascismo” in ARAÚJO, Angela (Org.). **Do Corporativismo ao Neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 1ª edição, 2002.

HEILBRONER, Robert. **A História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

HIRSCHMAN, Albert. **Economia Como Ciência Moral e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

HIRSCHMAN, Albert. **Política Econômica na América Latina**. Rio de Janeiro: Ed. fundo de Cultura, 1963.

HOBBSBAWN, Eric. **A Era do Capital: 1848-1875**. São Paulo: Paz e Terra, 15ª edição, 2009.

HOBBSBAWN, Eric. **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOBBSBAWN, Eric. **A Era dos Impérios 1875-1914**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

HOBBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos: O breve século XX – 1914-1991**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

HOBBSBAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

HOBBSBAWN, Eric. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

IANNI, Octavio. **Estado e Capitalismo**. Rio de Janeiro: Cia Editora Nacional, 1965.

IANNI, Octavio. **A ideia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

JAFET, Eduardo. “Fortalecimento dos Mercados Internos”, tese apresentada ao Congresso Brasileiro da Indústria. Citado por DEAN, Warren. **A Industrialização de São Paulo**. São Paulo: Difel, 1971.

JARDIM, Renato. **A Aventura de Outubro e a Invasão de São Paulo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª edição, 1931.

KAPLAN, Marcos (Org.). **Corporaciones Públicas Multinacionales para el desarrollo y Integracion de la America Latina**. México: Fundo de Cultura Econ., 1972.

KAPLAN, Marcos. **Estado y Dependencia Externa e Desarrollo en America Latina**. Buenos Ayres, 1969.

KEMP, Tom. **A Revolução Industrial na Europa**. Lisboa: Edições 70, 1985.

KENEZ, Kátia Cristina. **Movimento Operário em 1919: Repressão e Controle Social**. São Paulo: Departamento de História, FFLCH-USP, Tese de Mestrado, 2001.

KOVARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

KOVARICK, Lúcio. **As Lutas Sociais e a Cidade**. São Paulo, RJ: Paz e Terra, 1988.

LAFARGUE, Paul. **O Capital: Karl Marx (Extratos)**. São Paulo: Veneta, 2014.

LAFARGUE, Paul. **O Direito a Preguiça**. São Paulo: Kairós, 3ª edição, 1983.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Ferrovias e Mercado de Trabalho no Brasil do Século XIX**. São Paulo: Edusp, 2012.

LANNA, Ana Lúcia D. “Ferrovias no Brasil 1870-1920”, **Revista História Econômica & História de Empresas**, vol. VIII, nº1, 2005.

LASKI, Herold J. **O Liberalismo Europeu**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1ª edição, 1973.

LEAL, Victor Nuno. **Coronelismo, Enxada e Voto**. São Paulo: Cia das Letras, 7ª edição, 2013.

LEITE, Márcia de Paula. **O Movimento Grevista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LEME, Marisa Saenz. **A Ideologia dos Industriais Brasileiros 1919-1945**. Petrópolis: Vozes, 1978.

- LENIN, V.I. **Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e Interesses; associações industriais, a política econômica e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- LEUENROTH, Edgar. **Anarquismo Roteiro da Libertação Social**. São Paulo: Achiamé-CCP-SP, 2ª edição, 2007.
- LIMA, Heitor Ferreira. **Industrialista Brasileiro: Mauá, Rui Barbosa, Simonsen**. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1976.
- LORENZO, Helena Carvalho de, COSTA, Wilma Peres da. **A década de 1920 e as Origens do Brasil Moderno**. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.
- LOVE, Joseph. **A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937**. São Paulo, RJ: Paz e Terra, 1982.
- LOPREATO, Christina Roquette. **O Espírito da Revolta: a greve geral anarquista de 1917**. São Paulo: Anablume-Fapesp, 1ª edição, 2000.
- LUCA, Tânia Regina de. **Indústria e Trabalho na História do Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.
- LUCA, Tania Regina. “Questão de Honra: A Greve dos Ferroviários da Companhia Paulista, 1906” in **Estudos-Ibero americanos**, vol.12, nº1, 1986.
- LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 3ª edição, 1983
- LUZ, Nícia Vilela. **A Luta Pela Industrialização no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1975.
- MACHADO, Antonio de Alcantara. **Novelas Paulistas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.
- CHAVES, Marcelo Antonio. **Perus dos Operários na Construção de São Paulo (1925-1945)**. São Paulo: Paco Editorial, 2012.
- MAGNANI, Silvia Lang. **O Movimento Anarquista em São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MARCOVITCH, Jacques. **Pioneiros e Empreendedores: a saga do desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Edusp, Editora Saraiva, 2003.
- MARGALHO, Maurício. **Estado, Empresários e Política: a hegemonia em construção (1930-1945)**. Rio de Janeiro, 2018.

- MARIATEGUI, José Carlos. **Sete Ensaio de Interpretação da Realidade Peruana**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- MARISCAL, Carlos (Org.). *Las Inversiones Extranjeras em America Latina, 1850-1930*. Mexico: Fundo de Cultura Econ., 1995.
- MARQUES NETO, José Castilho. **Solidão Revolucionária: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil**. São Paulo, RJ: Paz e Terra, 1993.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARINI, Ruy Mauro. **Subdesarrollo y Revolución**. México: Siglo Vinteuno Editores, 1970.
- MARTINS, José de Souza. “O migrante brasileiro na São Paulo Estrangeira” in PORTA, Paula. **História da Cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- MARTINS, José de Souza. *São Paulo Século XX: Primeira metade*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2011.
- MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Hucitec, 7ª edição, 1998.
- MARTINS, José de Souza. **Conde Matarazzo, O Empresário e a Empresa**. São Paulo: Hucitec, 1973.
- MARTINS, José de Souza. **O Poder do Atraso: ensaios de sociologia e da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MARTINS, Luciano. **Industrialização, Burguesia Nacional e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- MARTINS, Carlos Estevam. **Estado e Capitalismo no Brasil**. São Paulo: Hucitec-Cebrap, 1977.
- MARTINS, Carlos Eduardo. BRUCKMANN, Mónica (Orgs). SANTOS, Theotonio (Coord.). “Resistências Culturais à Dominação Imperial: A Alternativa Socialista” in **Países Emergentes e os Novos Caminhos da Modernidade**, Brasília, 2008.
- MARX, Karl. **“Para Crítica da Economia Política”**. coleção Os Pensadores, São Paulo: Abril Editora, 1978.
- MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Expressão Popular, 1ª edição, 2009.
- MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Editora Nova Cultural, vol. 1, 3ª edição, 1988.
- MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1991.
- MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, vol.II, 2ª edição, 1985.
- MARX, Karl; ENGELS, Frederich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **Consequências Sociais do Avanço Tecnológico** (Grundrisse), São Paulo: Edições Populares, 1980.

MARX, Karl. **Formações Pré-Capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 16ª edição, 1991, introdução de Eric Hobsbawn.

MATOS, Maria Izilda Santos. **Trama e Poder: A trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacarias para café (São Paulo 1888-1934)**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.

MAZZA, Fábio. **O Idealismo Prático de Roberto Simonsen: ciência, tecnologia, e indústria na construção da nação**. São Paulo: IRS, 2004.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A Classe Trabalhadora; de Marx ao nosso tempo**. São Paulo: Boitempo, 2019.

McDOWALL, Ducan. **Light A História da Empresa que modernizou o Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2008.

MELLO, Manuel Cardoso de. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1986. 5ª edição

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Evaristo de Moraes, Tribuno da República**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

MERGULHÃO, Amanda. **A Industrialização Paulista: como captar dois séculos de transformação?** São Paulo: Annablume, 2015.

MICELI, Paulo. **Além da Fábrica: o projeto industrialista em São Paulo 1928-1948**. São Paulo: FIESP-CIESP-SENAI, 1992.

MONTEIRO, A. Rodrigues. **Como os Trustes Exploram o Brasil**. Rio de Janeiro: Livr. Edit. Da Casa do Estudante, 1952.

MORAES FILHO, Evaristo. **Ideias Sociais de Jorge Street**. Brasília-Rio de Janeiro: Senado Federal, 1980.

MOTTA, Fernando. **Empresários e Hegemonia Política**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

MOURA, Esmeralda Blanco B. de. **Mulheres e Menores no Trabalho Industrial**. Petrópolis: Vozes, 1982.

MUNAKATA, A **Legislação Trabalhista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2ª edição, 1984.

NEGRI, Barjas. **A interiorização do desenvolvimento econômico no estado de São Paulo, 1920- 1980**. São Paulo: SEADE, 1988. (Coleção Economia Paulista, volume 1, número 2).

NOGUEIRA, Otavio Pupo. **Leis Sociais e Trabalhistas: como as indústrias deverão executar**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1934.

- NOVAK, Geoge. **A Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado**. São Paulo: Rabisco Criação e Propaganda Ltda, 1988.
- NOZOE, Nelson Hideike. **São Paulo: Economia cafeeira e urbanização**. São Paulo: IPE-USP, 1984.
- ODÁLIA, Nilo; CALDEIRA João Ricardo de Castro (Orgs.). **História do Estado de São Paulo, A Formação da Unidade Paulista: vol. 2 República**. São Paulo: Unesp, Imprensa Oficial, Arquivo Público, 2010.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boi Tempo, 2003.
- OLIVEIRA, Francisco. “Um Republicano Exemplar” in BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos; REGO, José Márcio. **A Grande Esperança em Celso Furtado**. São Paulo: Editora 34, 2001.
- OLIVEIRA, C. A. B de. **O Processo de Industrialização. Do Capitalismo Originário ao atrasado**. São Paulo: Campinas: Editora Unesp, Unicamp, 2003.
- OLSON, Mancur. **A Lógica da Ação Coletiva**. São Paulo: Edusp, 2015.
- PALÁES, Carlos Manuel. **História da Industrialização Brasileira**. Rio de Janeiro: Apec Editora, 1972.
- PAOLI, Maria Celia. Revista: **Estudos avançados**, nº 3, vol.7, São Paulo, set-dez: 1989.
- PEREIRA, Luis. **Trabalho e Desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Difel, 1965.
- PEREIRA, José Carlos. **Estrutura e Expansão da Indústria em São Paulo**. São Paulo: Cia. Edit. Nac.-Edusp, 1967.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Empresários e Administradores no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; REGO, José Márcio. **A Grande Esperança em Celso Furtado**. São Paulo: Ed. 34, 2001.
- PEREIRA, Luiz Carlos. “O Empresário Industrial e a Revolução Brasileira” in **Revista de Administração de Empresas (RAE)**, São Paulo, nº 8, jul/set. de 1963.
- PERISSINOTTO, Renato M. **Classes Dominantes e Hegemonia na República Velha**. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.
- PEREIRA, Astrogildo. **Construindo o PCB**. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1980.
- PERROT, Michelli. **Os Excluídos: operários, mulheres, prisioneiros**. São Paulo, RJ: Paz e Terra, 1988.

PESSOA, Epitácio. **Mensagens ao Congresso (1919 a 1922)**. Rio de Janeiro: MEC, INL, vol. XVII, 1956.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Política e Trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. “Tempos Modernos” In: **Nosso Século 1900/1910**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da Ilusão: A Revolução Mundial e o Brasil 1922-1935**. São Paulo, Cia. das Letras, 1992.

PORTA, Paula (org.). **História da Cidade de São Paulo: a cidade na primeira Metade do século XX (1890-1954)**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

POSTONE, Moishe. **Tempo, Trabalho e dominação Social**. São Paulo: Boitempo, 2014.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 8ª edição, 1963.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História e Desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PRADO JÚNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense, 6ª edição, 1961.

PREBISCH, Raul. **Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1968.

QUIJANO, Anibal. “Dependência, Cambio Social y Urbanización em America Latina” in CARDOSO, F. H; WERFFORT, F.C. **America Latina: Ensayos Interpretación Sociológica-Política**. Santiago: Editorial Universitaria, 1970.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar (1890-1930)**. São Paulo, RJ: Paz e Terra, 1985.

REIS, João José. **As Identidades do Brasil: de Vanhargen a FHC**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

RIBEIRO, Maria Alice. **Condições de Trabalho na Indústria Têxtil (1870-1930)**. São Paulo: Hucitec-Unicamp, 1988.

RICHERS, Raimar. **Rumos da América Latina: desenvolvimento e econômico e mudança social**. São Paulo: Ed. Edgar Brüher, 1975.

ROBINSON, J.A. **Economia Marxista**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1960.

RODRIGUES, Edgar. **Trabalho e Conflito: pesquisa 1906 – 1937**. Rio de Janeiro: Editora Arte Moderna, s/d. (segunda metade anos 70).

- RODRIGUES, Edgard. **Alvorada Operária**. Rio de Janeiro, Ed. Mundo Livre, 1979.
- ROIO, José Luiz Del. **Trabalhadores no Brasil; imigração e Industrialização**. São Paulo: Icone-Edusp, 1990.
- SAES, Flávio. **As Ferrovias de São Paulo, 1870-1940**. São Paulo: Hucitec-INL, 1981.
- SAES, Flavio. “São Paulo Republicana: vida econômica” in PORTA, Paula. **História da Cidade de São Paulo, a cidade na primeira Metade do século XX (1890-1954)**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- SAES, Flavio. “Crescimento e consolidação do sistema bancário em São Paulo na década de 1920” in LORENZO, Helena C.; COSTA, Wilma Peres. **A Década de 1920 e as Origens do Brasil Moderno**. São Paulo: Unesp-Fapesp, 1998.
- SAES, Alexandre. **Conflitos do Capital: Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro**. Bauru: Fapesp-Edusc, 2010.
- SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem Tudo era Italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)**. São Paulo: Anablume-Fapesp, 1998.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Década de Espanto e Uma Apologia Democrática**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- SANTOS, Teresinha dos Santos. **Italianos sob a mira da polícia política, vigilância e repressão no estado de São Paulo 1924-1945**. São Paulo: Fapesp-Humanitas, 2008.
- SARETTA, Fausto. “A Política Econômica na Década de 1920” in LORENZO, Helena C.; COSTA, Wilma Peres. **A Década de 1920 e as Origens do Brasil Moderno**. São Paulo: Unesp-Fapesp, 1998.
- SCANTIMBURGO, João. **José Ermírio de Moraes: o homem a obra**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1975.
- SCHWARCZ, Lilia M. “Populações e Sociedade” in **A História do Brasil do Brasil Nação: 1808-2010**, vol. 3, Rio de Janeiro: objetiva, 2014.
- SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do Autoritarismo Brasileiro**. Campinas: Editora Unicamp, 5ª edição, 2015.
- SCHWARTZMAN, Simon. **São Paulo e o Estado Nacional**. São Paulo: Difel, 1975.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura Como Missão: tensões sociais e criação cultural na 1ª República**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SEVCENKO, Nicolau. **O Orfeu Extático na Metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

SILBER, Simão. “Análise da Política econômica e do Comportamento da Economia Brasileira Durante o Período 1929-1939” in VERSIANI, Flavio R.; BARROS, José Roberto Mendonça de. **Formação Econômica do Brasil: a experiência da industrialização**. São Paulo: Edições Saraiva, 1977.

SILVA, Zélia Lopes. **A República dos Anos 30: a sedução do moderno**. Londrina: editora Uel, 1999.

SILVA, Sérgio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo: Ed. Alfa ômega, 1980.

SILVA, Sérgio S.; SZMRECÁNYI Tamás (Orgs.). **História Econômica da Primeira República**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Josué Pereira da. **Três Discursos e Uma Sentença: tempo e trabalho em São Paulo 1906-1932**. São Paulo: Anablume-Fapesp, 1ª edição, 1996

SILVEIRA, Eujacio Roberto. **São Paulo 1917-1921, Aprendendo a ser patrão: “O Fazer-se” da Fração Industrial da Burguesia Paulista**. Dissertação de Mestrado, FFLCH, USP, 2016.

SIMÃO, Aziz. **Sindicato e Estado**. São Paulo: Edusp, 1966.

SIMONSEN, Roberto. **Evolução Industrial do Brasil**. São Paulo: Edusp, Cia Ed. Nac., 1973.

SIMONSEN, Roberto. **Ensaio Sociais, Políticos e Econômicos**. São Paulo: Fiesp, 1943.

SIMONSEN, Roberto. **A Indústria em Face da Economia Nacional**. São Paulo: Emp. Graf. “Revista dos Tribunais”, 1937.

SINGER, Paul. “De Dependência em Dependência: Consentida, Tolerada e Desejada”, **Revista de Estudos Avançados**, vol. 12, nº 33, 1998, USP.

SOARES, José Carlos de Macedo. **A Política Financeira do Presidente Washington Luís**. São Paulo: instituto D. Anna Rosa, 1928.

SOARES, José Carlos Macedo. **Justica: A revolta militar de São Paulo**. Paris: Paul Dupont, 1925.

- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Burguesia Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª edição, 1976.
- SOUZA, Jullyana Luporini B. **Entre a Revolução e a Contra Revolução: o posicionamento da burguesia industrial paulista frente o governo de Getúlio Vargas 1930-1932**. Dissertação de Mestrado, FFLCH, USP, São Paulo, 2018.
- SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro. **El Subdesarrollo Latinoamericano y la Teoria del Desarrollo**. Mexico: Siglo veitiuno Ed., 1991.
- SZMRECÁNYI, Tamás; MARANHÃO, Ricardo (Orgs.). **História de Empresas e Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- TEIXEIRA, Palmira Petratti. **A Fábrica do Sonho: trajetória do industrial Jorge Street**. São Paulo – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- THOMPSON, E.P. Tiempo, “*Disciplina de trabajo y capitalismo industrial*” in: **Tradicion Revolta y Consciencia de Classe**. Barcelona: Ed. Critica, 1979.
- THOMPSON, E.P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- TRASPADINE, Roberta; Stedille, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- TOLEDO, Edilene. **Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2004.
- TREVISAN, Maria José. **A Fiesp e o Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- TROTSKY, Leon. **O Imperialismo e a Crise da Economia Mundial**. São Paulo: Editora Sundermann, 2008., 1985.
- TROYANO, Annez Andraus. **Estado e sindicalismo**. São Paulo, 1978.
- WEINSTEIN, Barbara. **A (Re) formação da Classe Trabalhadora no Brasil**. São Paulo: Cortez editora-USF, 2000.
- WIRTH, John D. **Minas Gerais o Fiel da Balança: Minas Gerais na federação Brasileira 1887-1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- WOODARD, James P. **Um Lugar na Política: Republicanismo e Regionalismo em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2019.

VERSIANI, Flávio Rabelo; BARROS, José Roberto Mendonça de. (Orgs.). **Formação Econômica do Brasil: A experiência da industrialização**. São Paulo: Edição Saraiva, 1977.

VIEIRA, Hermes Pio. **Eloy Chaves: precursor da previdência social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

VIANNA, Werneck Luiz. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. São Paulo-RJ: Paz e Terra, 3ª edição, 1989.

VILLARES, Henrique Dumont. **Urbanismo e indústria em São Paulo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1ª edição, 1946.

VILLIMÉ, L. R. **Tableau de L'État Physique et Moral des Ouvriers dans les Fabriques de Coton, de Laine et Soie**, Paris: Liv. Garnier, 1840.

ZANETTI, Augusto; VARGAS, João Tristan. **Taylorismo e Fordismo na Indústria Paulista**. São Paulo: Humanitas, 2000.

FONTES PRIMÁRIAS CONSULTADAS

• Circulares CIFT-SP

CENTRO DAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE SÃO PAULO (CIFT-SP). Circular nº 10, 04 de abril de 1921.

CENTRO DAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE SÃO PAULO (CIFT-SP). Circular nº 38, 23 de abril de 1921.

CENTRO DAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE SÃO PAULO (CIFT-SP). Circular nº 39, 25 de julho de 1921.

CENTRO DAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE SÃO PAULO (CIFT-SP). Ata da Assembleia Extraordinária, 14 de agosto de 1921.

CENTRO DAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE SÃO PAULO (CIFT-SP). Circular nº 340 (confidencial), 01 de julho de 1924.

CENTRO DAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE SÃO PAULO (CIFT-SP). Circular nº 346, 14 de agosto de 1924.

CENTRO DAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE SÃO PAULO (CIFT-SP). Circular nº 39, 26 de janeiro de 1925.

• **Circulares CIESP**

CENTRO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Circular nº 29, 30 de dezembro de 1929.

CENTRO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Circular nº 54, 15 de junho de 1929.

CENTRO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Circular nº 61, 30 de julho de 1929.

CENTRO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Circular nº 80, 30 de janeiro de 1930.

CENTRO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Circular nº 32, 02 de abril de 1929.

CENTRO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Circular nº 49, 07 de junho de 1929.

CENTRO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Circular nº 50, 11 de junho de 1929.

CENTRO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Circular nº 81, 05 de fevereiro de 1930.

CENTRO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Circular nº 23, 22 de fevereiro de 1929.

CENTRO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Circular nº 21, 05 de fevereiro de 1929.

**Jornais da Grande Imprensa
na Primeira República**

- O Estado de S.Paulo – SP
- O Correio Paulistano – SP
- Folha da Manhã – SP
- O Combate – SP
- O Commercio – RJ, SP

- Diário de São Paulo – SP
- O Progresso - SP
- O Comercio – SP
- Jornal do Brasil – RJ
- A Plateia – SP
- A Manhã – SP
- O Paiz - RJ

Periódicos da Imprensa Operária

- A Plebe – São Paulo
- Voz do Povo – Rio de Janeiro
- O Metalúrgico
- A Lanterna – SP
- O Grito Operário – SP
- O Parafuso – SP

Decretos, boletins de Secretarias etc.

- BRASIL. Decreto nº 5.083, de 1 de dezembro de 1926. Institui o Código de Menores. Rio de Janeiro, DF: **Diário Oficial da União**, 1926. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5083-1-dezembro-1926-503230-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 20 de fev. 2023.
- BRASIL. Decreto nº 16.543, de 07 de agosto de 1924. Manda fechar, por seis meses, a Liga Nacionalista de São Paulo. Rio de Janeiro, DF: **Diário Oficial da União**, 1924, p. 17.753. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16543-7-agosto-1924-516560-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 20 de fev. 2023.
- BRASIL. Decreto nº 17.496, de 30 de outubro de 1926. Aprova o regulamento para a concessão de férias aos empregados e operários de estabelecimentos comerciais, industriais e bancários e outros. Rio de Janeiro, DF: **Diário Oficial da União**, 1926. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17496-30-outubro-1926-526647-republicacao-87458->

- SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio. **Estatística Industrial do Estado de São Paulo**. São Paulo, 1928-1929.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio e Obras Públicas. **Boletim da Diretoria de Indústria e Comércio**, 11ª série. São Paulo, 1920.

Fontes Oficiais

- RECENSEAMENTO DO BRASIL DE 1920. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, vol. V, 1927. Diretoria Geral de Estatística, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.
- SECRETÁRIA DA AGRICULTURA COMMERCIO E OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO: Boletim da Diretoria de Indústria e Comercio, anos. 1923, 1924.
- SECRETÁRIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMERCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO, DIRETORIA DE ESTATÍSTICA, INDÚSTRIA E COMMERCIO; SEÇÃO DE INDÚSTRIAS: Censos Industriais da indústria de São Paulo, de 1928 a 1937.
- BOLETIM OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO, anos: 1924 a 1928.

